UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MONIQUE CRISTINA DE SOUZA LORDELO

Indígenas, escravizados negros e homens livres na fronteira do Mato
Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e resistências (1750-1850)

Versão corrigida

São Paulo – SP

Abril/ 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MONIQUE CRISTINA DE SOUZA LORDELO

Indígenas, escravizados negros e homens livres na fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e resistências (1750-1850)

Versão corrigida da Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), como requisito parcial para aprovação final.

Orientador: Prof. Dr. Dario Horacio Gutiérrez Gallardo

São Paulo – SP

Abril/ 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L866 i Lordelo, Monique Cristina de Souza
Indígenas, escravizados negros e homens livres na
fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas,
contrabando e resistências (1750-1850) / Monique
Cristina de Souza Lordelo ; orientador Dario Horacio
Gutiérrez Gallardo. - São Paulo, 2019.
269 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. América. 2. Fronteira. 3. Escravos. 4. Índios.
5. Fuga. I. Gallardo, Dario Horacio Gutiérrez ,
orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Monique Cristina de Souza Lordelo

Data da defesa: 22/05/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Dario Horacio Gutiérrez Gallardo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 04 / 07 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Sumário

Dedicatória	7
Agradecimentos	8
Abreviaturas	9
Lista de Ilustrações	10
Lista de Mapas.....	10
Lista de Tabelas	10
Anexos.....	10
Resumo.....	12
Abstract	14
Resumen	16
Introdução.....	18
Capítulo 1 – Escravizados negros, indígenas e homens livres na fronteira oeste do Mato Grosso: discussão bibliográfica	25
Limites e Fronteiras.....	26
Contrabando.....	32
Fuga e Resistência.....	37
Capítulo 2 – O espaço geográfico da capitania do Mato Grosso - Bacias do rio Paraguai e Mamoré.....	44
Fronteira e Sertão em Mato Grosso	44
O surgimento de Mato Grosso	50
Mato Grosso e as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos (Bolívia) e Itatim (Paraguai).....	56
A defesa das fronteiras	61
Capítulo 3 – Indígenas, escravidão negra e comércio na fronteira.....	72
As territorialidades indígenas na fronteira	72
A escravidão negra em Mato Grosso.....	88
Economia, comércio e contrabando na fronteira	100
Capítulo 4 – Fugas na fronteira oeste do Mato Grosso.....	116
Fugas além fronteira: escravizados negros	118
Fugas além fronteira: indígenas	142
Fugas além fronteira: soldados desertores	150
Fugas para formação de quilombos	160

Considerações Finais.....	173
Referências	175
Fontes primárias impressas.....	175
Fontes primárias manuscritas.....	175
Bibliografias	181
Anexos – Documentos transcritos que tratam da fronteira oeste do Mato Grosso.....	192
Fuga além fronteira: indígenas, escravizados negros e soldados desertores	192
Formação de quilombos no Mato Grosso	259
Comércio, contrabando e aparatos militares dos fortes na fronteira.....	263

Dedicatória

*Dedico este estudo a todos que buscaram e buscam transpor
fronteiras.*

Agradecimentos

Agradeço à Universidade de São Paulo, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em História Social por viabilizar essa pesquisa.

Agradeço meu orientador Horacio Gutiérrez por aceitar orientar minha pesquisa e pela dedicação.

Agradeço aos Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Biblioteca y Archivo Nacionales de Bolivia, Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz, Archivo Nacional de Asunción pela organização e acolhimento.

Agradeço também Ademar Lordelo “Pai” por ter me sensibilizado a olhar esses rios Cuiabá, Paraguai, Guaporé, Machado, Madeira; Linda Lordelo “Mãezinha”, por me ajudar entender o significado de *empatia*, a olhar e acolher o outro sempre com respeito, carinho e cuidado; Lia Lordelo “Negueti”, por acreditar em mim, por ser meu orgulho; Dora Lordelo Triaca, por me proporcionar o lúdico nos momentos de tensão; Andreza Davidian “Dé ou Dendê”, pelas leituras conjuntas e por segurar na minha mão nos momentos mais difíceis; Priscila Nina “Nina”, pelas leituras pontuais; Therezinha Lordelo “Vó”, por, aos 90 anos, entender minhas ausências; Magareti Lordelo “Tia Mami”, pelas ligações e mensagens inesperadas me ajudando a refletir; Cássia Lordelo “Tia Cássia”, pelas conversas e dicas de leitura; Ricardo Kudla “Rick”, pelo companheirismo e amor; Isla Nakano e Irene Atienza, por me ajudarem com as traduções; Rosana Dantas “Rosinha”, por me acalantar de amor e alegria nos dias mais improváveis; Indra Lasso, por me mostrar que é possível se organizar na loucura; Cida Brandão: pelas indicações dos mapas; Selma Caparros, pela ajuda na elaboração dos mapas; Caroline Brunelli “Carol”, por me ouvir e se orgulhar tanto quanto eu das minhas histórias. Lara Corrêa, por me mostrar que anjos da guarda existem. Ana Cláudia e Rita Graziela por mesmo à distância vibrarem por cada capítulo finalizado. Fernanda Prado “Fê” pelas conversas e apontamentos maravilhosos.

A todos amigos, parentes e mestres que passaram pela minha vida e tanto me ensinaram.

Muito obrigada!

Abreviaturas

ABNB – Biblioteca y Archivo Nacionales de Bolivia

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANA – Archivo Nacional de Asunción

APMT – Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

MHAHSC – Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz

NDIHR – Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

Lista de Ilustrações

Figura 1: Mapa das Missões de Moxos e Chiquitos	57
Figura 2: Fortaleza Nossa Senhora da Conceição	61
Figura 3: Mapa das fronteiras entre o Império do Brasil, Bolívia e Paraguai	63
Figura 4: Paraguai e ou Província do Rio da Prata com regiões adjacentes Tucumán e Santa Cruz de La Sierra	76

Lista de Mapas

Mapa 1: Capitania do Mato Grosso e a fronteira com Bolívia e Paraguai no século XVIII e XIX	53
Mapa 2: Monções do Norte e Monções do Sul	102
Mapa 3: Fluxo das fugas de escravizados negros para os domínios hispânicos	138
Mapa 4: Localização dos quilombos no Mato Grosso (séculos XVIII e XIX)	171

Lista de Tabelas

Tabela 1: Habitantes de Vila Bela da Santíssima Trindade	89
Tabela 2: Habitantes de Cuiabá	89
Tabela 3: Habitantes da capitania do Mato Grosso	90
Tabela 4: Inventário dos escravizados de José Pinheiro de Lacerda.....	93
Tabela 5: Quilombos no Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX	168

Anexos

1- Registro de uma carta escripta a S. Ex ^a pelo P. Supeior da Companhia de Jezus Hespañol Juan de Beingoolea, 1760	192
2- Registro de uma carta escrita aos povos das Missões Espanholas, 1761	194
3- Registro de hua carta escripta ao governador de Prov ^a de S. Crux, 1761	195
4- Registro de uma carta para o Juiz de Fora de Cuyabá para tirar devaça sobre o levante q' pretendiam fazer os negros, 1762	197
5- Registro de uma carta escripta ao Secretário de Estado Francisco de Furtado, 1762	197
6- Carta para o governador de Moxos, 1770	200
7- Carta ao governador de Santa Cruz, 1770	201
8- Carta ao governador de Charcas Dom Ambrozio de Benavides, 1771	202
9- Reg ^o da resposta das duas cartas supra de Antônio Rolim de Moura, 1761	204
10- Reg ^o de húa carta escripta ao Secretr ^o de Estado, na qual se dá conta do estado desta Capit ^a , 1761	205
11- Reg ^o de húa Carta do Secretr ^o de Est ^o Franco Xr de Mendonça Furtado, sobre varias pars, 1761	216
12- Reg ^o de húa Carta escripta do Prezidio de N.S. da Conceição, ao Secret ^o de Est ^o Franco Xr de Mend ^a Furt ^o , 1762	219
13- Carta sobre o Sargento mor Engenheiro, 1766	226
14- Reg ^o de húa carta do Dor Juiz de Fora do Cuyabá, 1764	229
15- Correspondência enviada por Manoel Caetano da Silva ao governador e Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 1773.....	231
16- Carta a Caetano de Miranda Montenegro, 1798	234
17- Carta a Caetano de Miranda Montenegro, 1799	236
18- Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Ilm Sr Melchior Rodrigues (governador de Chiquitos), 1798	237
19- Carta de Melchior que segue resposta acima, 1798	240
20- Carta de Caetano Pinto a Miguel Zamora (governador de Moxos), 1798	240
21- Carta de Caetano Pinto de Miranda, 1799	243
22- Carta de Caetano Pinto, de Vila Bela, 1799	248
23- Carta de Manuel Carlos de Abreu, 1805	251
24- Registro do ofício de 18 de junho ao Francisco Xavier de Aguilera, 1820	252

25- Correspondências de Moxos, 1740	253
26- Carta de Luís Pinto de Souza, 1771	254
27- Carta de Pedro Juan Sanz, 1773	255
28- Carta de Leon Gonzalez Velasco, 1773	255
29- Carta de Luiz de Albuquerque ao Sr. Bertholameu Berdugo, 1782	255
30- Carta de Intendência de La Plata, 1786	256
31- Expediente que contem o informe e documentos de Don Joseph de Ayanza Gor Interino da Província de Chiquitos, 30 de setembro de 1796	258
32- Carta de Vila Bela, 1795	259
33- Carta do Arraial do Pilar, 1808	260
34- Carta de Diamantino, 1814	260
35- Registro do ofício de e de agosto ao capitão mor João José Guimarães Silva, 1820	261
36- Ofício de Joaquim da Silva Prado ao presidente da Província de Mato Grosso Dr. Estavão Ribeiro de Rezende. Quilombo; Pardo; Negra; Mulher, 1839	262
37- Correspondência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, 1778	263
38- Correspondências Expedidas do Governo de Caetano Pinto, 1800	264
39- Notícias do governo do Mato Grosso ao Conselho Ultramarino, 1801	265
40- Carta de João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg ao Palácio do Rio de Janeiro, Marques de Aguiar, 1814	267
41- Registro do ofício de 28 de fevereiro ao tenente coronel Manoel Ribeiro Leite, 1820	269

Resumo

Os personagens analisados nessa tese são os escravizados negros, indígenas e homens livres no Mato Grosso e suas circulações na fronteira com Bolívia e Paraguai na segunda metade do século XVIII e primeira metade do XIX. Defendemos nessa tese o protagonismo desses escravizados negros e indígenas no processo de colonização portuguesa e espanhola na região. Afirmamos que nenhum desses personagens responderam passivos às submissões de senhores, nem mesmo às instituições coloniais administrativas e religiosas. Durante o século XVIII foram travados vários embates entre indígenas e colonizadores nessa tríplice fronteira e os indígenas responderam a essa colonização desenvolvendo estratégias diversas como enfrentamento ou alianças com aquele que mais lhe convinha, ora com portugueses, ora com espanhóis. E mesmo depois de estabelecida a colonização, com construções de fortalezas e vilas nessa fronteira luso-espanhola e também estabelecidas as reduções jesuíticas em território fronteiriço de domínios hispânicos, os indígenas continuaram fazendo alianças e sendo personagens importantes comercializando seus produtos tanto com portugueses quanto com espanhóis tentando manter seu território conquistado sempre. Os escravizados negros começaram a chegar no Mato Grosso na segunda metade do século XVIII depois de uma longa e penosa viagem desde outras regiões do Brasil e também da África. Percebemos que, por ser uma região de fronteira, os escravizados fugiam para os domínios hispânicos, mas, para isso deveriam atravessar os caudalosos rios Paraguai, Guaporé ou Mamoré que dividiam os domínios das duas coroas ibéricas (Portugal e Espanha) na fronteira oeste do Mato Grosso. Mais do que uma fronteira política que limitava essas duas coroas ibéricas, a fronteira luso-espanhola foi um espaço no qual diferentes grupos sociais inventavam práticas diversas procurando melhores condições de vida e sobrevivência. Esse espaço de convívio de diferentes identidades na fronteira oeste da capitania, assim como as fugas de escravizados negro para os domínios hispânicos e formação de quilombos foram constantes durante todo o período colonial, e não cessaram durante o período imperial. Para avaliar essa tese pesquisamos documentação em três países. No Brasil recorremos ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), localizado em Cuiabá. Na Bolívia, pesquisamos dois arquivos: o primeiro foi o Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), localizado em Sucre; e o segundo foi o Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC), localizado em Santa Cruz de la Sierra. O último arquivo pesquisado foi no Paraguai, em Assunção, o Archivo Nacional de Asunción

(ANA). Por fim, no diz respeito à fronteira oeste do Mato Grosso, para os lusitanos, tratava-se de manter o território conquistado; para os espanhóis, impedir o avanço; e, para ambos era conter a força indígena. Já os escravizados negros viam nos países vizinhos uma oportunidade para conquistar a liberdade e de melhores condições de sobrevivência e trabalho, com menos vigilância institucional, enquanto os proprietários de escravizados deveriam exercer mais vigilância para que não houvesse marginalidades. No caso dos indígenas, essa fronteira também era uma oportunidade de fuga institucional das coroas ibéricas (Portugal e Espanha) e das missões jesuíticas, mas também lutando para manter seu território em situação de conquista, essa fronteira possibilitava negociação, tanto com portugueses quanto com espanhóis. Quanto aos homens livres, essa fronteira facilitava as fugas de soldados desertores dos fortes construídos nesse limite institucional imposto pelas metrópoles, mas também maior possibilidade de comércio, contrabando e negociações entre nações fronteiriças vizinhas.

Palavras-chave: fronteira, indígenas, escravizados negros, fugas, resistência, quilombos, contrabando, Mato Grosso, Bolívia, Paraguai.

Abstract

The characters analyzed during this thesis are black enslaved men, Indians and free men in Mato Grosso and their circulations on the border with Bolivia and Paraguay in the second half of the eighteenth century and the first half of the nineteenth. We defend the protagonism of these enslaved black and indigenous people at the process of the Portuguese and Spanish colonization in the region. We affirm none of those responded passively to the submissions of owners, colonial administration and religious institutions. At the eighteenth century, several clashes between Indians and colonizers, at the triple frontier, were fought, and the indigenous population responded to the colonization by developing diverse strategies such as confrontation or even alliances with the ones who suited them the most, sometimes with the Portuguese others with Spaniards. Even after the colonization was established, with fortress and villages constructed at the Portuguese-Spanish border, and the launch of Jesuitical reductions at borderland territory of the Hispanic domains, the Indians continued to form alliances. They were important figures commercializing their products for both Portuguese and Spanish, always trying to keep their conquered territory. Black enslaved began arriving in Mato Gross in the second half of the eighteenth century after a long and painful journey from other regions of Brazil and also Africa. We realized, because it was a borderland region, the enslaved fled to the Hispanic dominions. However, they had to cross the Paraguay, Guaporé or Mamoré rivers that divided the domain of the two Iberian crowns (Portugal and Spain) on the western border of Mato Grosso. Even more than a political borderland limiting these two Iberian crowns, the Portuguese-Spanish frontier was a space in which different social groups created diverse practices seeking better living conditions and survival. This coexistence space of different identities on the western border of the captaincy, as well as the escapes of black enslaved to Hispanic dominions and the formation of quilombos were constant throughout the colonial period, and did not cease during the imperial period. To support the thesis we researched documentation in three countries. In Brazil we used the Public Archive of the State of Mato Grosso (APMT), located in Cuiaba. In Bolivia, we researched two archives: the first was the National Archive and Library of Bolivia (ABNB), located in Sucre; and the second was the Historical History and Archive Museum of Santa Cruz (MHAHSC), located in Santa Cruz de la Sierra. The last searched one was in Paraguay, in Asuncion, National Archive of Asuncion (ANA). Lastly, concerning the western border of Mato Grosso, for the Portuguese it was a matter of

maintaining the conquered territory; for the Spaniards stop the advancements; and for both contain the indigenous people force. Black enslaved, however, saw in neighboring countries an opportunity for freedom and better survival and work conditions with less institutional vigilance. The enslaved owners should exercise more vigilance so there would be no marginalities. Regarding the Indians case, this frontier was also an opportunity for an institutional escape of the Iberian crowns (Portugal and Spain) and the Jesuitical missions, but also the struggle to keep their territory in a conquering situation. Such border allowed the negotiation with both Portuguese and Spanish. Concerning the free men, the frontier facilitated the escape of deserted soldiers from the fortress built in the institutional limit imposed by the metropolises, but also greater possibility of trade, smuggling and negotiations between borderland neighboring nations.

Keywords: frontier; border; borderland; indigenous; indigenous population; indigenous people; black enslaved; escapes; run away; resistances; quilombos; smuggling; Mato Grosso; Bolivia; Paraguay.

Resumen

Los personajes analizados en esta tesis son los esclavos negros, indios y hombres libres en Mato Grosso y su circulación en la frontera con Bolivia y Paraguay en la segunda mitad del siglo XVIII y primera mitad del siglo XIX. Defendemos en esta tesis el protagonismo de esos esclavos negros e indios en el proceso de colonización portuguesa y española en la región. Afirmamos que ninguno de estos personajes respondieron pasivamente a la sumisión de sus señores, ni tampoco a las instituciones coloniales administrativas y religiosas. Durante el siglo XVIII se produjeron varios choques entre indios y colonizadores en esa triple frontera y los indios respondieron a esa colonización desarrollando diversas estrategias como enfrentamientos o alianzas con quien más les convenía, unas veces con los portugueses y otras con los españoles. Incluso después de la colonización establecerse, con la construcción de fortalezas y villas en esa frontera luso-española y también los asentamientos jesuitas en el territorio fronterizo de dominio hispánico, los indios continuaron haciendo alianzas y siendo personajes importantes, comercializando sus productos tanto con portugueses como con españoles, intentando siempre mantener su territorio conquistado. Los esclavos negros comenzaron a llegar a Mato Grosso en la segunda mitad del siglo XVIII después de un largo y penoso viaje desde otras regiones de Brasil y también desde África. Notamos que por ser una región de frontera, los esclavos negros huían para los dominios hispánicos y para eso tenían que atravesar los caudalosos ríos Paraguay, Guaporé o Mamoré que dividían las dos coronas ibéricas (Portugal y España) en la frontera oeste de Mato Grosso. Más que una frontera política que delimitaba esas dos coronas ibéricas, la frontera luso-española fue un espacio en el cual diferentes grupos sociales inventaban diversas prácticas buscando mejores condiciones de vida y sobrevivencia. Este espacio de convivencia de identidades diferentes en la frontera oeste de la capitanía así como la fuga de esclavos negros para los dominios hispánicos y la formación de quilombos, fueron constantes durante todo el periodo colonial y continuaron durante el periodo imperial. Para llevar a cabo esta tesis buscamos documentación en tres países. En Brasil recurrimos al Archivo Público del Estado de Mato Grosso (APMT) localizado en Cuiabá. En Bolivia, buscamos en dos archivos: el primero fue el Archivo y la Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), localizado en Sucre; el segundo fue el Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC) Localizado en Santa Cruz de la Sierra. El último archivo donde buscamos fue en Paraguay, en Asunción, el Archivo Nacional de Asunción (ANA).

Finalmente, en lo que respecta a la frontera oeste de Mato Grosso, para los portugueses se trataba de mantener el territorio conquistado; para los españoles, impedir el avance; y para ambos contener la fuerza indígena. Ya los esclavos negros veían en los países vecinos una oportunidad para conquistar la libertad y mejores condiciones de sobrevivencia y trabajo, con menos vigilancia institucional, mientras que los propietarios de esclavos deberían ejercer más vigilancia para que no hubiera marginalidad. En el caso de los indios, esta frontera también era una oportunidad de huir de la institucionalidad de las coronas ibéricas y de las misiones jesuítas, pero también estaban luchando para mantener su territorio en situación de conquista y esa frontera hacía posible la negociación, tanto con portugueses como con españoles. Respecto a los hombres libres, esa frontera facilitaba la huída de soldados desertores de los fuertes construídos en ese límite institucional impuesto por las metrópolis, y también más posibilidad de comercio, contrabando y negociaciones entre naciones fronterizas vecinas.

Palabras clave: frontera, indígenas, esclavos negros, fugas, resistencia, quilombos, contrabando, Mato Grosso, Bolivia, Paraguay.

Introdução

O cenário analisado nesse estudo é o Mato Grosso e seu entorno fronteiriço boliviano e paraguaio entre os anos de 1750 e 1850.

Dentro desse cenário estavam inseridos muitos personagens, mas nosso olhar será para os indígenas que lá viviam, os escravizados negros e homens livres.

Esse trabalho se justifica, primeiramente, porque trata de uma fronteira específica pouco analisada nessa perspectiva de protagonismo indígena e negro. É um espaço geográfico riquíssimo para conhecer a trama das relações sociais nela envolvidas. É uma plataforma de análise importante para entender o período colonial e a tensão entre as coroas portuguesa e espanhola para dominação da região, assim como compreender as estratégias desenvolvidas por ambas para conquistar e defender esse território. E ainda, mostrar o protagonismo de indígenas e escravizados negros que não responderam passivos a essa colonização.

O arco cronológico da investigação começa na segunda metade do século XVIII quando assiste-se o grande número em resistências indígenas e escravizadas negras mostrando, portanto, o empoderamento e formação dessas identidades que se “transculturalizaram” nesse período. E finaliza no início na primeira metade do século XIX, pois nesse período continuaram as resistências indígena e escrava negra e intensificaram o comércio e contrabando entre portugueses e espanhóis, que dentro dessa fronteira pouco assistida pelas autoridades coloniais, tiveram que desenvolver práticas diferenciadas; os portugueses estavam ampliando suas fronteiras e os espanhóis precisavam conter esse avanço, protegendo-a.

Algumas questões foram levantadas no processo de leitura da documentação como:

Quem eram os personagens que viviam nessa região antes de ser colonizada e quais foram as reações e práticas desenvolvidas por eles após a invasão dos europeus?

Foram necessários outros personagens para compor esse cenário? Quais foram as práticas desses personagens para desenvolver a trama nesse espaço de possibilidades diversas?

E, como os portugueses conseguiram se estabelecer e ampliar essa fronteira até então de domínio espanhol, mas que não estava à luz do seu interesse inicialmente? Quais personagens foram necessários para entrar em cena e desenvolverem práticas que garantissem o sustento, defesa e desenvolvimento da região?

Tentaremos demonstrar nesse estudo que, por ser uma região de fronteira, a população lá estabelecida se privilegiava do distanciamento dos olhares e posturas oficiais e metropolitanas, estabelecendo suas próprias regras e atitudes, criando seus próprios conceitos de fronteira, que, ora era um limite, ora uma entrada; ora negociação, ora proibição.

Escravidados negros já estabelecidos no Mato Grosso encontraram estratégias diversas para fugirem das submissões e violências impostas e das sujeições de seus senhores. Um dado adicional dessa pesquisa é que essas fugas ultrapassavam os limites do Mato Grosso, com os fugitivos adentrando os domínios hispânicos, na Bolívia e Paraguai, e formando quilombos em toda essa fronteira.

Para os indígenas da região percebemos também que essa fronteira nunca foi um limite, uma demarcação fixa, intransponível, mesmo para aqueles indígenas que se encontravam nas missões e estavam “acostumados” com as regras institucionais das coroas e da Igreja católica. Houve enfrentamento e ataques por parte dos indígenas mas, mais do que isso, também escolha nas negociações tanto com espanhóis como com portugueses.

Até mesmo para os homens livres do lado português essa fronteira trazia um universo de possibilidades diferenciadas, como soldados que passavam por situação de miserabilidade, excesso de trabalho mal ou não remunerados nas fortalezas fronteiriças, desertavam para fortes do lado espanhol encontrando mais recurso e abrigo. Comerciantes também viam nesse espaço uma rota comercial fronteiriça de maior lucro e importância já que tratava-se de um lugar mais longínquo da zona litorânea onde o comércio foi desenvolvido mais intensamente pela facilidade de acesso e chegada aos portos europeus.

Outro diferencial desse trabalho está no cruzamento das fontes pesquisadas. Percorremos arquivos dos três países envolvidos nesse espaço geográfico, primeiro o Arquivo Público do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá. Em seguida, fomos à Bolívia onde pesquisamos fontes no Arquivo e Biblioteca Nacional, localizado em Sucre, e o no Museu

de História e Arquivo Histórico de Santa Cruz de la Sierra, localizado nessa cidade. E, por fim, no Paraguai coletamos fontes do Arquivo Nacional de Assunção.

A primeira fonte documental (impressa) utilizada para analisar as fugas de escravizados e entender o contexto da escravidão negra, o espaço dos indígenas e população livre na região, foram os *Anais de Vila Bela 1734-1789*¹. Esses Anais constituíram-se em base do estudo por se tratar de registros elaborados, ano a ano, por diferentes vereadores do Senado da Câmara de Vila Bela, capital da capitania de Mato Grosso. Por esse motivo, os *Anais de Vila Bela* são fundamentais para a compreensão do movimento de pessoas e mercadorias no cotidiano das fronteiras ibéricas na América durante o período colonial. Trazem registros de escravizados negros, escravizados indígenas, fuga de escravizados negros para o lado espanhol da fronteira e no sentido contrário, fuga de indígenas das missões de Moxos e Chiquitos para o Mato Grosso, comércio, negociações, contrabando, conflitos entre portugueses e espanhóis na fronteira.

Outras fontes impressas foram analisadas como os documentos da expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, *Viagem ao Brasil*², os *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá 1719-1830*³ e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XXVIII, de 1865*⁴.

Os documentos da expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira subsidiaram a pesquisa, em especial, quando trata do rio Madeira e seus afluentes e sobre a Serra de São Vicente. Nesses documentos encontramos informações sobre a relação dos preços e origens dos escravizados negros vindos para a capitania, o tratamento dado aos negros por seus senhores, as fugas “para os centros dos matos, ou para a fronteira de Espanha”, além da descrição dos rios Guaporé, Madeira e afluentes, que são os rios de fronteira com a Bolívia, e que foram estratégicos para sobrevivência, comércio e articulação da população do entorno.

¹ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.

² SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007.

³ SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxCSScXNwYldQZlFteXM/view>. Acesso 25 set. 2016.

Os *Anais Senado da Câmara do Cuiabá* tratam de notícias anuais de Cuiabá e região entre os anos de 1719 a 1830 e nos ajudaram a compreender as relações e ocorrências nessa fronteira oeste do país, além de trazer informações sobre a população livre, indígena, escrava negra, a formação de quilombos e cotidiano de escravizados negros na capitania, situações nas fortalezas fronteiriças entre Portugal e Espanha.

O número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* do ano de 1865, são documentos que tratam da capitania e província de Mato Grosso em anos anteriores como de 1779, 1800 e 1864, trazendo, respectivamente, situações da construção do Forte Príncipe da Beira, censo populacional e descrição geográfica da província.

No que se refere às fontes manuscritas, consultamos no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), os documentos avulsos que compõem o acervo do período colonial cujo índice está disponível para consulta de forma informatizada pelo SIGAP (Sistema Integrado de Gestão de Arquivos Permanentes). Encontramos várias informações sobre a escravidão negra e, principalmente, sobre as fugas e formação e localização dos quilombos na capitania do Mato Grosso.

Além dessa documentação analisamos, também, nesse mesmo Arquivo os “Livros de Registros de Provisões, Portarias, Editais, Cartas Expedidas e Recebidas” dos governos de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1796-1803), Manuel Carlos de Abreu Menezes (1803-1805), Junta Governativa Provisória (1805-1807), João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg (1807-1819), Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (1819-1821) que guardam vasta informação sobre a presença escravizada negra na capitania e província, e ainda, nos informa sobre as proibições feitas aos escravizados, suas rotas de fugas, preocupações com as formações de quilombos, e correspondências oficiais sobre a restituição de escravizados negros dos domínios espanhóis (Bolívia e Paraguai).

Ainda no mesmo Arquivo, APMT, analisamos a documentação avulsa agrupada em caixas com diferentes assuntos. Pesquisamos nessas caixas os anos de 1822 a 1844. Encontramos assuntos diversos sobre a província do Mato Grosso, mas priorizamos a seleção de documentos que tratassem da fronteira com a Bolívia e Paraguai, como as fugas, comércio, conflito, negociação e formação de quilombos.

Procuramos também, neste estudo, nos beneficiar de fontes ainda pouco estudadas para esse objeto de pesquisa, como a documentação manuscrita pertencente à “Seção Colonial de Mojos e Chiquitos” e o “Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos”, organizado por Gabriel René Moreno, pertencentes ao Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), em Sucre, capital constitucional desse país. Este Arquivo guarda documentação importantíssima sobre política colonial luso-espanhola, e ainda é pouquíssimo explorado pelos historiadores.

Nessa documentação citada pertencente à Seção Colonial de Mojos e Chiquitos, localizada no Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, em Sucre, especificamente no “Catálogo de documentos de Mojos e Chiquitos atendidos por la Audiencia de La Plata” há documentos que datam de 1640 a 1823 (629 documentos) relativos às missões de Mojos e de Chiquitos. É uma fonte extremamente rica, na qual encontramos dados importantes sobre essas missões religiosas, desde aspectos do cotidiano nas reduções – o que os indígenas plantavam na região, o que comercializavam, o que vestiam, demografia, proibições, etc – até a declaração da entrada de escravizados negros “portugueses” nas reduções, suas fugas e as restituições dos mesmos.

Ainda na Bolívia analisamos a documentação disponível no Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC), entre os anos de 1817 a 1867, também pouco explorado pelos historiadores que tratam dessa fronteira do Brasil com a Bolívia e do objeto focado nessa pesquisa. Seleccionamos documentos que estão organizados com o nome de Governo de Chiquitos, principalmente o que trata das negociações e comércio entre os governadores e, também, sobre as fugas e restituições de escravizados negros do lado português/ brasileiro para o espanhol/ boliviano.

Fizemos também uma pesquisa no Paraguai, em Assunção, no Archivo Nacional de Asunción (ANA), na qual priorizamos na “Sección Historia” correspondências que tratam da fronteira do Forte de Coimbra (lado português) com o Forte de Bourbon (lado espanhol) com relação à fuga de escravizados negros por essa via, negociação, situação dos indígenas, comércio, problemas de demarcação territorial, enfim, tudo que estava relacionado a essa fronteira mais ao sul da capitania e província do Mato Grosso, entre os anos de 1788 a 1845.

Para todo documento selecionado e citado nesse trabalho foi feita a atualização da grafia de época para uma linguagem atual. Os documentos encontrados no arquivo

boliviano e paraguaio, escritos em espanhol, no processo de transcrição foram traduzidos para o português, expandindo suas abreviaturas, e muito dessa documentação citada segue anexada no final da tese com a finalidade de auxiliar os pesquisadores interessados no tema futuramente. Sabemos que todas as fontes primárias analisadas são documentos oficiais, ou seja, trata-se de uma documentação institucional portadora de um discurso determinado e que como quaisquer outra, deve ter uma leitura crítica, que nessa tese foi empreendida.

Para oferecer coerência à nossa narrativa e melhor destaque à documentação analisada, organizamos este estudo em quatro capítulos.

Reservamos para o primeiro, “Escravizados negros, indígenas e homens livres na fronteira oeste do Mato Grosso”, uma discussão bibliográfica, descrevendo o que já foi relatado sobre tema e contrapondo o que acontecia nessa fronteira oeste com outras fronteiras do Brasil. Também discute-se o espaço transcultural de convívio de diversas identidades, fugas, resistência e contrabando dentro do conceito de fronteira.

No segundo capítulo, “O espaço geográfico da capitania do Mato Grosso - Bacias do rio Mamoré e Paraguai”, situamos a formação e geografia dessa capitania fronteiriça, analisando também cartas geográficas dessa fronteira, com destaque para a formação e características dos principais rios e seus afluentes. Descrevendo geograficamente essa fronteira oeste do Brasil, apontamos-na como espaço potente para a construção de identidades, na qual indígenas, escravizados negros e comerciantes mobilizavam suas escolhas e critérios. Essa fronteira específica significava um lugar de protagonismo dessas identidades dentro de um contexto amplo de sociedades coloniais padronizadas pelos europeus, na época somente vistas como submissas.

No terceiro capítulo, “Indígenas, escravidão negra e comércio na fronteira” mostramos as territorialidades indígenas na região antes da chegada dos primeiros escravizados negros para o trabalho nas minas auríferas e sua constante presença mesmo após a chegada dos africanos. Junto ao contexto da escravidão negra na região e presença indígena destacamos o universo das trocas mercantis, negociações e contrabando nessa região, personagens envolvidos nessas negociações e mercadorias comercializadas.

O quarto capítulo, “Fugas na fronteira oeste do Mato Grosso”, desenha esse trânsito de escravizados negros e indígenas entre fronteiras. Através de referências bibliográficas e fontes primárias analisamos as fugas além das divisas territoriais. Destacamos que não só escravizados negros se beneficiavam dessa fronteira praticando a

fuga em busca de melhores condições de vida, como também indígenas (de ambos os lados da fronteira) e soldados desertores. Destacaremos também como umas das estratégias de fugas, a formação de quilombos, onde se encontravam negros, indígenas e soldados desertores.

Na parte final, “Anexos – Documentos transcritos que tratam da fronteira oeste do Mato Grosso”, inserimos as transcrições de alguns documentos dos arquivos pesquisados que tratam do um tema principal *Fronteira* com subtemas: fuga além fronteira, formação de quilombos e comércio na fronteira.

Capítulo 1 – Escravizados negros, indígenas e homens livres na fronteira oeste do Mato Grosso: discussão bibliográfica

A fronteira oeste dos atuais Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, e sul de Rondônia começou a ser conquistada pelos portugueses na primeira metade do século XVIII. Em 1719 há notícias sobre a descoberta do ouro pelos bandeirantes paulistas nos sertões do oeste, na bacia do rio Paraguai⁵, mas somente em 1727 o governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, foi a Cuiabá com o objetivo de fundar uma vila⁶. Em 1734 os irmãos sorocabanos Fernando e Arthur Pais de Barros, saídos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – procurando os indígenas Parecis para preação – “fazem a experiência de ouro”⁷ em um ribeirão próximo à chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso.

Dentre os resultados dessas iniciativas houve a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, dezoito anos após os achados auríferos de 1734, e a construção de uma vila capital para estabelecer posse portuguesa nas novas lavras. Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada em 1752, no extremo oeste, à beira do rio Guaporé, em um local denominado Pouso Alegre, fronteira natural com as terras da Espanha, para ser a capital da capitania de Mato Grosso – conhecida como capitania mineira.

Pelo motivo de encontrarem terreno fértil para a exploração mineral, houve um maior desenvolvimento agropastoril e comercial na região, ajudando, portanto, a delimitar essa fronteira luso-espanhola. Em meados do século XVIII e início do XIX, a colonização dessa fronteira oeste proporcionou discussões e negociações mais sistemáticas entre as duas coroas ibéricas sobre a posse da mesma⁸. A primeira metade do século XVIII foi o período dos contatos iniciais entre colonizadores europeus e indígenas, também de chegada dos primeiros escravizados negros para servirem como

⁵ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2004, p. 57.

⁶ ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 15.

⁷ Hoje Arraial de São Francisco Xavier, pertencente ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Serra da Borda, no sudoeste de Mato Grosso. Trata-se de antigo arraial construído todo de pedras e atualmente em ruínas que em 1734 ocorreu descoberta de ricos filões auríferos, ouro de aluvião.

⁸ No capítulo 2 discutiremos mais especificamente sobre esses acordos ibéricos nessa fronteira, fazendo referência aos acordos tratados no Tratado de Madri (1750), Tratado de Santo Ildefonso (1777) e Guerra de 1801.

mão de obra na exploração mineral e na atividade agropastoril e, ainda, de intensas trocas mercantis entre capitanias e entre portugueses e espanhóis na fronteira.

Nessa tese, a fronteira assume sentidos múltiplos. Fronteira que inicialmente é sobreposta às fronteiras de territorialidades ameríndias, para ser alargada em sua espacialização mediante sucessivas conquistas. Este processo de produção desta fronteira internacional envolveu tratados de limites, destacamentos militares, fortalezas, comissões demarcadoras, trabalhadores, indígenas, escravizados africanos, cartógrafos, astrônomos, padres, dentre outros. Nas palavras de Suelme Evangelista Fernandes, processos em que “os interesses locais na produção da fronteira visavam à construção de um nós local, simultânea à formação de um nós imperial”⁹.

Assim, nesse cenário fronteiriço destacaremos esses personagens cruciais para efetivação do processo de colonização discutido ao longo da tese: indígenas, escravizados negros e homens livres – principalmente, comerciantes e soldados desertores.

Limites e Fronteiras

As noções de limite e fronteira aparecem em documentos da Antiguidade, já que junto à percepção de territorialidade emergem formas de demarcar artificialmente a separação entre grupos humanos, em meio a conflitos de poder e desejo de estabilidade¹⁰. Todavia, a aplicação destas noções deixa de ser intuitiva e ganha contornos conceituais em função do desenvolvimento dos Estados nacionais na Europa do século XVIII e na América Latina no século XIX. Uma profusão de trabalhos tratou de limite como conceito básico do sistema interestatal, o qual funcionaria em uma espécie de “causação circular cumulativa”, segundo Lia Osório Machado¹¹, já que as realidades produzidas pelo limite seriam elas mesmas responsáveis por reforçá-lo e promover a organização e regulação daquele território que delimita. Tal formulação, evidentemente, carrega premissas tais

⁹ FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa (1776-1796)*. Cuiabá, MT: UFMT, 2003, p. 23.

¹⁰ BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of cultural difference*. London: George Allen and Unwin, 1969.

¹¹ MACHADO, Lia Osório. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ângel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016.

como a de que o Estado delimitado se apresenta como unidade monolítica diante dos outros, e que o conjunto de indivíduos que compartilham o espaço vivido e o governo em comum difere dos demais conjuntos vizinhos. A criação destas unidades estanques teria se dado mediante o mascaramento da real fluidez social, étnica, cultural e territorial dos agrupamentos humanos.

Por outro lado, o tema das fronteiras passou a ser estudado tanto pela História Social quanto pela História Cultural e ganhou mais importância com as novas contribuições metodológicas e discussões conceituais nas últimas décadas que fogem à exclusiva temporalidade dos Estados nacionais e aos seus espaços territoriais. O conceito de fronteira adquiriu centenas de significados que permitem novas investigações sobre as demarcações de espaços e/ ou limites entre normas, condutas, visões de mundo e comportamentos socialmente construídos¹².

Na definição proposta pela mesma autora antes mencionada, o conceito de fronteira se referiria à zona percorrida pelo limite internacional, se constituindo como ambiente geográfico de começo e fim do Estado nacional, de proximidade entre populações formalmente separadas, sendo antes um espaço relacional do que dicotômico, e por isso mesmo

mais complexo do que aquele simbolizado pelo limite, pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial [...]. Nesse sentido de espaço relacional não é um paradoxo que a zona de fronteira seja ao mesmo tempo lugar de comunicação e troca e lugar de tensão e conflito.¹³

¹² SCHEIDT, Eduardo; MOURA, Ana Maria da Silva; RODRIGUES, Fernando da Silva; MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos (Org). *História social das fronteiras*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012, p. 75.

¹³ MACHADO, Lia Osório. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ángel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em:< <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016, p. 62-63.

Nota ainda a autora, nos marcos desse paradoxo, que a iniciativa dos governos em fazer valer os limites internacionais em geral vai na contramão dos desejos das populações fronteiriças. De todo modo, o ponto é que cidades, vilas ou aglomerados populacionais quaisquer próximos a limites internacionais são dotados, pela posição geográfica, de “forte potencial para atuarem como nódulos articuladores de redes locais, regionais, nacionais e transnacionais”¹⁴.

Quanto às cidades-gêmeas – aquelas situadas sobre a linha de fronteira – interessa destacar os aspectos de cosmopolitismo destes lugares que são, no mínimo, binacionais, abrigando pessoas de diferentes lugares que acabam sendo atraídas pela possibilidade de ser um estrangeiro a mais em meio a outros. A naturalização destes fluxos pelos habitantes locais propicia um ambiente fundamentado na diversidade cultural e étnica que enriquecem o convívio na fronteira, reafirmando a heterogeneidade do lugar e possibilitando a articulação a redes de diversas origens. Todas essas considerações deslocam o sentido de limite ou fronteira como limites rígidos sobre um território, tal como em sua acepção original, para implicar a real fluidez dos agrupamentos humanos e, sobretudo, “da formação de redes políticas, econômicas, identitárias e sociais transnacionais superpostas aos limites dos estados territoriais”¹⁵.

Embora essa definição trazida por Lia Osório esteja clara, nos permite entender essa fronteira geográfica atualmente, e cabe agora historicizarmos esse conceito trazendo algumas imagens que foram construídas acerca das *fronteiras* na América.

A coletânea *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*¹⁶, organizado por Horacio Gutiérrez, Márcia Naxara e Maria Aparecida Lopes, trata da complexidade do conceito de fronteira: delimitação, convivência, troca, encontro de diferenças, fronteiras de conhecimento, sociabilidades e culturas, e selecionamos dois artigos que são pertinentes para a presente discussão.

¹⁴ MACHADO, Lia Osório. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ângel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016, p. 65-66.

¹⁵ MACHADO, Lia Osório. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ângel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/gd000030.pdf>>. Acesso 25 out. 2016, p. 70.

¹⁶ GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca, SP: UNESP; São Paulo, SP: Olho D'Água, 2003.

O primeiro artigo é o de Horacio Gutiérrez, “Fronteira indígena, nação e identidades”, no qual o autor destaca as diferentes imagens construídas sobre a fronteira sul chilena. Uma das imagens construídas dessa fronteira sul chilena é a de uma fronteira inóspita e incivilizada, ameaçada por índios bárbaros, preguiçosos e ociosos, inimigos; a depreciação dos indígenas Mapuches dessa fronteira perpassava a imprensa nacional e era defendida pela elite intelectual chilena e pelo próprio Estado. Toda essa imagem do Mapuche como símbolo do atraso e da barbárie estava por traz uma justificativa para o domínio mais efetivo da fronteira como política de Estado na segunda metade do século XIX. No entanto, na primeira metade do século XIX esses mesmos indígenas foram vistos como heroicos e gloriosos, pois naquele contexto o Estado em formação precisava da parceria dos indígenas localizados naquela fronteira no processo de independência¹⁷.

Outro artigo selecionado da mesma coletânea, traz também construção de imagens de uma fronteira, definição atrelada a uma política de Estado de expansão e dominação fronteiriça, nesse caso, os Estados Unidos e seu processo de conquista do oeste. Em “Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América”, Maria Aparecida Lopes analisa o impacto da “teoria da fronteira” trazida pelo historiador Turner no final do século XIX, mostrando que este “justificava o passado e o futuro estadunidenses com base na superioridade de suas instituições sobre as de outros povos”. Aqui também, nesse processo de expansão, a fronteira oeste dos Estados Unidos é justificada como vazia e inóspita, e os indígenas que estavam lá também deveriam ser expulsos, “alterados” como a fronteira deveria ser. Para Turner, justificando essa investida ao oeste,

a natureza em seu estado selvagem é superior ao pioneiro, de tal forma que ele é obrigado a utilizar os conhecimentos indígenas para adaptar-se, mas, gradativamente, o colono domina e transforma o meio ambiente, sobrepondo-se não só à natureza e aos povos indígenas, como também aos europeus, posto que utiliza formas “essencialmente americanas”.¹⁸

¹⁷ GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca, SP: UNESP; São Paulo, SP: Olho D'Água, 2003, p. 120-123.

¹⁸ GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca, SP: UNESP; São Paulo, SP: Olho D'Água, 2003, p. 21.

No Brasil, durante o século XX, algo parecido ocorreu na construção da imagem da fronteira oeste. Cassiano Ricardo inclusive lançou uma teoria para justificar a política de Estado do governo de Getúlio Vargas, na chamada “Marcha para o Oeste”, comparando essa prática getulista à prática bandeirante dos séculos XVI, XVII e XVIII que o autor também chamou de “Marcha para o Oeste”.

Frederick Jackson Turner analisou a fronteira construída chamando de *hinterland* estadunidense, já Cassiano Ricardo destacou a construção das fronteiras políticas brasileiras através do que ele chamou de *hinterland* baiano, no caso das investidas bandeirantes às regiões mais centrais do nordeste brasileiro. Para ele o movimento bandeirante foi tão importante delimitou as fronteiras políticas brasileiras e foi causa de grandes acontecimentos da história do Brasil como a Independência, a construção da democracia, a formação do capitalismo, a Marcha para o Oeste do governo de Vargas, a construção de Brasília como capital no centro do Brasil, dentre outros acontecimentos.

Cassiano Ricardo argumentou, na década de 1950, que o movimento bandeirante

ainda está vivo e não apenas na sua mística, não apenas no mistério das leis de migração, na marcha para o oeste; mas também nos trilhos sociais, digamos assim, que nos levarão sempre para o seu sentido o da arremetida para o *hinterland* que está, por sua vez, a pedir novos bandeirantes equipados de novas técnicas. Estão vivos, em nós, as qualidades ancestrais de imaginação, de espírito de iniciativa, de ações recortadas em ponto grande, típicas do bandeirismo. Somos um país de grandes migrações internas; persiste o tipo social do desbravador, no deslocamento de população que vai das zonas antigas para as zonas pioneiras.¹⁹

Nessa interpretação de bandeirantismo, Cassiano Ricardo, os próprios bandeirantes, a coroa portuguesa e, também, Getúlio Vargas não viram o centro-oeste do território brasileiro como pertencente a alguém antes de serem tomados, todos viam como um lugar vazio à espera de um movimento civilizatório. E ao longo desse trabalho vamos

¹⁹ RICARDO, Cassiano. *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*. Ministério da Educação e Cultura: Os cadernos de cultura, 1959, p. 70.

conhecer quem eram esses personagens que estavam nessa fronteira oeste antes da chegada do colonizador português e as estratégias de indígenas, colonizador e escravizado negro nesse ambiente.

Outra coletânea que traz vários significados em torno do conceito de fronteira e que estão mais relacionados com nossa pesquisa é *História social das fronteiras*²⁰, organizado por Eduardo Scheidt, Ana Maria da Silva Moura, Fernando da Silva Rodrigues e Cláudio Antônio Santos Monteiro. Ressaltamos os significados da *fronteira*²¹ abordados na terceira parte que, de acordo com Ana Maria Moura, tratam

do dinamismo que estrutura a chamada “porosidade” fronteiriça e que possui uma longa permanência autônoma, apesar do estabelecimento das “linhas”, tratados e ações administrativas, porque ligados aos interesses dos agentes históricos envolvidos frente às situações concretas que se estabelecem no viver, sobreviver e nas relações entre esses agentes: nativos, escravos, administradores, padres, colonos.²²

No caso da América portuguesa a ênfase tendeu sempre a recair nas fronteiras localizadas na região sul e sudeste, na Amazônia e na bacia Platina, enquanto as fronteiras da mineração teriam sido tratadas nos marcos das mobilidades bandeirantes e por itinerâncias. Do ponto de vista das espacializações coloniais na raia noroeste da América portuguesa, na fronteira Mato Grosso-Bolívia, Ernesto Cerveira de Sena observa que o Mato Grosso era a maior fronteira a ser definida dentro dos domínios portugueses na América no processo de formação do Estado nacional, como também a Bolívia dentro dos domínios hispânicos e declara seu entendimento de fronteira como:

²⁰ SCHEIDT, Eduardo; MOURA, Ana Maria da Silva; RODRIGUES, Fernando da Silva; MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos (Org). *História social das fronteiras*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

²¹ Ver mais sobre o conceito de fronteira em: ANZAI, Leny Caselli. Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira. Brasília, DF: Universidade de Brasília, UnB. Tese de Doutorado em História, 2004; GIL, Tiago Luís. Infieis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 2002; RADIN, José Carlos, Delmir; ZARTH, José Valentini, Paulo. História da Fronteira Sul. Chapecó: Ed. UFFS, 2016; XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de Doutorado em História. Brasília, DF: Universidade de Brasília, UnB, 2006. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/.../1/TESECD%20Lidia%20de%20Oliveira%20Xavier.pdf>. Acesso 28 out. 2016; ZANIRATO, Sílvia Helena. Problemática frente à retomada de novos e antigos marcos teóricos em torno de um conceito. S.l, s.d.

²² SCHEIDT, Eduardo; MOURA, Ana Maria da Silva; RODRIGUES, Fernando da Silva; MONTEIRO, Cláudio Antônio Santos (Org). *História social das fronteiras*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012, p. 137.

[...] o termo “zona” ou “região” de fronteira aponta para a fluidez e não fixação efetiva de uma linha divisória entre as partes [...] que vai além de uma fronteira separada por uma linha, propondo, então, a justaposição de várias fronteiras e seus arredores, mesmo com os Estados nacionais pretendendo consenso sobre o limite territorial, pois para vários habitantes desse lugar as pretensões das autoridades, descendentes de espanhóis e portugueses, não se confirmavam na prática²³

Nesse sentido, reconhecemos nessa pesquisa exatamente uma “porosidade” nessa fronteira oeste do Mato Grosso na divisa com Bolívia e Paraguai. Reconhecemos que não era um limite fixo ou uma linha intransponível que tanto pretendiam as coroas ibéricas.

Contrabando

O tema do contrabando está profundamente entrelaçado ao das fronteiras e se relaciona aos conceitos de controle e segurança envolvida em sua conceitualização. Historicamente o contrabando teria se desenvolvido em função das políticas implementadas pelo sistema colonizador da América do Sul, inclusive como consequência de tais políticas e das condições geográficas de isolamento de certas zonas fronteiriças, sendo tolerada pelas autoridades coloniais que viam nessas irregularidades um instrumento para retificação de suas próprias políticas.

A caracterização de contrabando proposta por Nauk Maria de Jesus, em *O contrabando na fronteira oeste da América portuguesa no século XVIII*, enquanto introdução clandestina de mercadorias estrangeiras sem o pagamento de direitos e impostos. O descaminho, por sua vez, é caracterizado como o ato de conduzir mercadorias

²³ SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016, p. 86.

que não são manifestadas nos registros e alfândegas, resultando em fraude dos direitos impostos pelo soberano²⁴. Ressalta-se na historiografia não apenas que tais modalidades de troca mercantil foram amplamente praticadas, como muitas vezes o foram com consentimento e cumplicidade das autoridades e graças à ação de diversos atores estabelecidos nos domínios portugueses e espanhóis, se constituindo como política para efetivar a colonização e posse da região.

Nesse sentido, a autora se alinha à tese de Fernando Novais, que compreendeu o comércio no período colonial sob seus aspectos mais intrincados e flexíveis, tratando do contrabando não como contradição do sistema de exploração, mas sim como como sintoma e parte integral do mundo colonial português²⁵.

Nas palavras de Gladys Bentancor, “El juego de lo legal e ilegal continúa estando en la base del entramado fronterizo”²⁶, sendo assim, cabe observar o tema do contrabando da perspectiva dos próprios cidadãos que têm a atividade e os atores nela envolvidos como parte de seu cotidiano

observa la práctica cotidiana de comprar “del otro lado de la línea” para abastecer la canasta básica, con naturalidad y este obtiene altos signos de aprobación, dentro y fuera del espacio fronterizo, diferenciándolo del “gran contrabando” catalogado como fuente de enriquecimiento, organizado y de gran volumen. También es una característica el “contrabando hormiga” que denomina a quién lleva una cantidad de volumen escaso a medio para la reventa dentro del área fronteriza en un radio de 100 km. o algo más, que responde a formas de subsistencia frente al peso del desempleo en una región sin desarrollo industrial y

²⁴ JESUS, Nauk Maria de. O contrabando na fronteira oeste da América Portuguesa no século XVIII. *História Revista*. Goiânia, GO, 2017, p. 71. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/52892>>. Acesso 02 dez. 2009.

²⁵ SIQUEIRA, Maria Isabel de. *Administração, recursos naturais e contrabando*: documentos selecionados sobre a América portuguesa no tempos dos Filipes (1580-1640). Rio de Janeiro, RJ: Editora *Gamma*, 2016.

²⁶ BENTANCOR, Gladys. Una fronteira singular. La vida cotidiana en ciudades gemelas: Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil). In: NÚÑEZ, Ángel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em:< <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016, p. 82.

con actividades que generan poco uso de mano de obra, diferenciándolo del que realizan los habitantes de las ciudades gemelas.²⁷

A partir desta passagem, fica demonstrado que os cidadãos não só naturalizam o contrabando como processo próprio ao âmbito fronteiriço, mas como o incorporam como estratégia de vida na comunidade.

Ernst Pijning é outro autor que compreende o contrabando como algo inerente à economia do Atlântico pré-moderno, presente em todos os aspectos da sociedade luso-brasileira, assim como em qualquer outra parte da Europa, África e das Américas, baseando sua tese na análise de dois tipos de contrabando, aquele tolerado pelas autoridades coloniais e aquele sujeito a uma condenação universal. O primeiro era um conjunto controlado, permitido pelas mesmas pessoas cujas funções oficiais pressupunham exatamente combatê-lo. Assim, crucial seria compreender quem praticava este comércio ilegal, por que alguns eram perseguidos e outros não, e quais as linhas divisórias entre tolerância e condenação, “indicando que tais limites eram muito mais definidos pelo status dos envolvidos do que por questões éticas ou morais”²⁸. Administradores, clérigos e oficiais militares dificilmente eram processados e se o fossem raramente o processo correria até o seu final. Quando as ações dos contrabandistas escapavam do controle régio, as atividades ilícitas passavam a fazer parte do comércio condenado.

Otávio Ribeiro Chaves, de modo análogo, distingue em sua tese sobre a constituição da fronteira oeste do império português na segunda metade do século XVIII entre as práticas de contrabando oficial e ilícito. A primeira modalidade era aquela que se dava patrocinado pela Coroa, com apoio de uma ampla rede de pessoas e que envolvia a mais alta esfera da administração portuguesa e espanhola, seguindo uma pauta de mercadorias estabelecida segundo objetivos bem definidos pela Coroa, e com efetivo controle das operações a partir de Lisboa e Madrid. O contrabando ilícito, por sua vez,

²⁷ BENTANCOR, Gladys. Una frontera singular. La vida cotidiana en ciudades gemelas: Rivera (Uruguay) y Sant’Ana do Livramento (Brasil). In: NÚÑEZ, Ángel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em:< <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016, p. 83.

²⁸ PIJNING, Enst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.21, n. 42, 2001, p. 399.

embora passível de punição pela Coroa, não deixava de contar com a participação de autoridades coloniais e de poderosos grupos econômicos.

Analisando a organização do contrabando na fronteira oeste do Mato Grosso entre Paraguai e Bolívia, Chaves observa como se tratava de uma rede complexa tecida no âmbito da administração colonial e ultramarina, contando com pessoas ligadas a diferentes estratos sociais e étnicos. Acrescenta o autor que

relações entre autoridades portuguesa e espanhola, comerciantes, eclesiásticos e militares foram arditamente tecidas visando ‘secretamente’ auferir riquezas com comércio de contrabando [...] se na fronteira sulista a Coroa era vigilante e punia os infratores, na capitania de Mato Grosso ela foi a principal gestora de todas as operações desse comércio clandestino.²⁹

Para certa vertente da historiografia, o contrabando apareceu nesse contexto como estratégia de sobrevivência em um contexto carente de gêneros alimentícios, de ferramentas e de animais. Argumentos como o de Luiza Volpato trazem que as transações com povoados espanhóis decorreriam da decadência da produção aurífera na capitania do Mato Grosso, que teria mobilizado autoridades coloniais, colonos empobrecidos e até religiosos, visando livrar a economia mineradora cuiabana e do vale do Guaporé, na primeira metade do século XVIII. Nas palavras da autora,

[...] o estudo de Mato Grosso no período colonial é o de uma região pobre, com problemas econômicos que se tornaram crônicos e que se arrastaram com o passar do tempo, chegando até a etapa nacional. A situação de pobreza, fome e doença fazia parte do cotidiano em questão. Essa situação, por si só bastante dura, era agravada pela condição de fronteira.³⁰

²⁹ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2008, p. 178.

³⁰ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987, p. 60.

Nessa esteira, Chaves problematiza o argumento de que o intercâmbio comercial estabelecido entre portugueses e espanhóis nessa fronteira teria sido motivado pela crise da mineração, já que a descoberta de aspectos do universo produtivo e social da capitania de Mato Grosso permitem relativizar a situação de franqueada miserabilidade e isolamento. Ademais, ao investigar a atuação da Coroa na condução do contrabando oficial com os povoados do Vice-reinado do Peru, destaca que

rotas comerciais para os povoados castelhanos eram conhecidas já desde a primeira metade do século XVIII, não somente pelas autoridades coloniais instaladas na Vila Real do Cuiabá, e comerciantes de grossos cabedais, mas por religiosos e homens pobres que viam no outro lado da fronteira uma excelente alternativa para o enriquecimento, como forma de fugir das dívidas, da justiça, enfim, razões que bem sempre se pautavam em interesses comerciais, em obter lucros³¹.

O autor descreve que nessa região fronteiriça sob domínio português foram estabelecidas três fortificações: Forte de Bragança, Forte do Príncipe da Beira e Forte de Coimbra (ver Mapa 1). Ao atravessar os rios Guaporé (norte da capitania de Mato Grosso) e Paraguai (sul da capitania) comerciantes encontravam, sob domínios castelhanos, ao norte com as missões jesuíticas e ao sul o Forte de Borbón. Essa geografia facilitava as negociações de ambos os lados, apoiadas inclusive pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Todas essas fortificações teriam sido importantes infraestruturas de apoio para a prática comercial e de contrabando na região fronteiriça.

Voltando a Nauk Maria de Jesus, a autora também problematiza a associação do contrabando à precariedade vivida na região, e para tanto analisa dados sobre pessoas envolvidas no contrabando, os produtos comercializados e as ações de algumas das autoridades. Segundo a autora, o comércio clandestino parecia ser realizado sem maiores

³¹ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2008, p. 197.

vigilâncias e a capital da capitania de Mato Grosso, Vila Bela, teria se tornado por alguns anos o centro principal das transações mercantis clandestinas envolvendo ouro e prata.

Qual foi, portanto, o papel de indígenas e escravizados negros no contrabando e comércio na fronteira? Esses personagens fizeram parte desse comércio? As autoridades coloniais locais estavam envolvidas? Qual comércio era proibido e qual era legalizado na fronteira oeste do Mato Grosso? Quais os mantimentos de necessidade nessa fronteira mal assistida?

Fuga e Resistência

Dentro da historiografia sobre resistência e protagonismo dos escravizados africanos podemos destacar três vertentes que nos parecem mais apropriadas para a presente discussão. A primeira reflete sobre a importância do negro na formação e mobilização social, política e econômica brasileira, destacando as formas de resistência e revolução social na atuação dos quilombolas. Em *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (1959)³², Clóvis Moura enfatiza a ação e organização política, a dimensão da revolta e da insurreição e a ênfase nas relações antagônicas entre senhores e escravizados. Nesta obra o autor descreve a ação política insurrecional dos negros escravizados em diferentes lugares do Brasil, caracterizando-os como sujeitos ativos em sua unidade de ação, o quilombo. Seriam os quilombos os mais representativos contestadores do regime escravista porque teriam constituído outras sociedades fora da escravidão e baseadas em princípios de igualdade e liberdade.

Ressaltando a complexidade e diversidade dos quilombos de norte a sul do Brasil, Moura mostra a importância dessas organizações sociais como exemplo máximo das revoltas negras no Brasil. Em *Os quilombos e a rebelião negra*, de 1981, Moura traz a teoria de que os quilombos não estavam isolados e compreendiam diversos setores da sociedade além de escravizados negros, como indígenas, soldados desertores, mulatos, dentre outros³³.

³² MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1959.

³³ MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense; 1981, p. 18.

Em *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (1996)³⁴, os organizadores da coletânea, Flávio Gomes e João José Reis, também destacam que os quilombos não estavam isolados, mas que compreendiam diversos setores da sociedade colonial, e, ainda, desenvolviam estrutura econômica de subsistência, além de comercializar com povoações vizinhas o excedente e a produção mineral extraída na região.

Uma segunda vertente relaciona-se às revoltas coletivas e individuais contra a escravidão ou sujeição econômica, mas dentro do sistema escravista. Tais revoltas coletivas e individuais que ocorreram no Brasil mostram a importância social, cultural e política dessas ações. A conhecida Revolta dos Malês³⁵, de 1835, na Bahia, empreendida por parte da população urbana que vivia em Salvador e tinha em comum a religião islâmica e a própria situação de escravizada ou liberta, caracterizava-se por organizar-se de forma coletiva e armada contra a polícia e escravistas locais, tentando tomar fortes e cadeia. A revolta foi abatida e os participantes, que não foram mortos em combate, foram presos, condenados a açoites e à morte; mas mostra uma revolta que exigiu muita articulação política e protagonismo de líderes negros.

Outra revolta coletiva importante aconteceu nos engenhos de açúcar de Ilhéus, Bahia, em 1789, onde os escravizados reivindicavam redução da carga horária de trabalho, melhores condições de trabalho, controle das ferramentas do engenho, terreno para suas hortas, um barco para venda de seus produtos, dentre outras³⁶. Tais reivindicações foram apresentadas em forma de tratado escrito. Trazendo mais uma vez à tona a liderança negra, alfabetizada nesse caso, e como agentes transformadores nas relações sociais coloniais. Atendidas as reivindicações os escravos insurgentes voltariam ao trabalho em melhores condições trabalhistas, mas ainda na categoria de escravos.

Há também diversas situações ressaltando uma terceira vertente, de que as revoltas individuais foram tão importantes na temática resistência escravizada quanto as revoltas coletivas. Sobre esse viés, Maria Helena Machado destaca o uso de estratégias individuais como pequenos furtos, boicotes à produção fazendo “corpo mole” ou embromando³⁷, e

³⁴ GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³⁵ MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense; 1981, p. 63-71.

³⁶ GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo; LEWKOWICZ, Ida. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2008, p. 38-40.

³⁷ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

também casos individuais de resistência mais violentos como assassinato de feitores ou senhores de escravos.

As suas últimas formas de resistência mencionadas, a revolta de Ilhéus e as revoltas individuais têm em comum o fato de que os escravizados reivindicavam melhores condições de vida e trabalho e, uma vez conquistadas as reivindicações, estes aceitariam continuar como escravizados. Tais perspectivas diferem, portanto, da visão de Clóvis Moura e outros autores citados que enxergam como rebelião autêntica dos escravizados unicamente aquelas que lutam pela extinção da escravidão ou fogem dela para outras formações econômicas não classistas.

Ressaltamos também as constantes resistências indígenas contra a escravidão ou sujeição econômica e institucional – seja administrativa colonial ou religiosa - que algumas vezes estavam atreladas à resistência escravizada negra, por exemplo, para a formação de quilombos. Como os escravizados negros, os escravizados indígenas também se organizavam de forma coletiva e individual usando um conjunto diversificado de ações, como dissimulação, fuga, recusa ao trabalho, sabotagem, deserção, correrias e assaltos aos campos inimigos, recusando-se à submissão ao trabalho compulsório, à agricultura, aos padrões de casamento e habitação estabelecidos pela Igreja católica³⁸.

A maior parte dos autores selecionados tratam de formação de quilombos, mas não entendem como única forma autêntica de resistência que também outras formas de resistência são tão importantes. O grupo de autores a seguir se caracteriza sobre resistência atrelada à fuga e formação de quilombos e foram de extrema importância para esse estudo para percebermos a peculiaridade do Mato Grosso em alguns casos, mas também alinhado às situações que ocorriam em outros pontos e fronteiras coloniais.

Segundo Bruno Pinheiro Rodrigues, os quilombolas que habitavam as matas nos entornos das minas do Mato Grosso e Cuiabá se viam diante de uma dupla situação: se, por um lado, existia a necessidade de se manter afastados ao máximo que pudessem dos povoados escravistas e classistas para se preservar a liberdade, por outro lado, também necessitavam de ferramentas, sementes para o cultivo agrícola e outros produtos

³⁸ FERREIRA, Andrey Cordeiro. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado-Nacional: os índios Guaicurú e Guaná no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 2009, v. 52, n 1. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/ra/article/viewFile/27332/29104>>. Acesso em 01 set, 2018.

indispensáveis para a sobrevivência, como também comercializar o excedente e, em alguns casos, os minérios extraídos. Assim, o contato com núcleos de povoamento luso-brasileiros se dava majoritariamente de duas maneiras: ou via comércio clandestino ou por meio de ataques a sítios e fazendas³⁹.

Rodrigues também nos ajuda a compreender esse universo dos escravizados negros no Mato Grosso e suas práticas além fronteira, quando estabelece que “em todos os pontos do itinerário estamos diante de casos em que indivíduos para manterem acesas as esperanças por uma vida possível além do cativo, resistiram, se adaptaram identitariamente, pegaram em armas, fugiram e conspiraram”⁴⁰. Destaca também que o principal problema da instituição escravista em Mato Grosso fora a fuga de cativos, tanto para a formação de quilombos como para os domínios hispânicos.

Em *Escravidão, fronteira e liberdade: resistência escrava em Mato Grosso*⁴¹, Otávio Ribeiro Chaves analisou a resistência escrava tanto na repartição do Cuiabá, como na repartição do Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX, destacando as fugas de escravizados para o lado espanhol da fronteira oeste da capitania de Mato Grosso, para as vilas castelhanas e para as missões jesuíticas. Otávio Chaves faz referência à importância da mão de obra escravizada negra lusitana para os espanhóis, servindo como incremento na economia da região e como mão de obra complementar à mão de obra indígena.

Maria do Carmo Brazil discutiu as principais abordagens historiográficas sobre o tema da escravidão produzidas no Brasil e em Mato Grosso, nos períodos colonial e imperial, e também o processo de instalação do sistema escravista em Mato Grosso, partindo dos achados auríferos no início do setecentos, com a vinda das primeiras bandeiras paulistas, com destaque para a fuga de escravizados em direção aos domínios hispânicos, em *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso: 1718-1888*⁴².

³⁹ RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “*Homens de Ferro, Mulheres de Pedra*”: resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHS. Tese de doutorado em História, 2015, p. 269.

⁴⁰ RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “*Homens de Ferro, Mulheres de Pedra*”: resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHS. Tese de doutorado em História, 2015, p. 15.

⁴¹ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade* (Resistência escrava em Mato Grosso, 1750-1850). Salvador, BA: UFBA. Dissertação de Mestrado, 2001.

⁴² BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002.

Conforme Brazil, por ser uma região de fronteira com diversas nações indígenas e com as missões jesuíticas, Mato Grosso além de ter casos de fugas de escravizados negros do lado português para o espanhol, também há casos de que a capital da capitania do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, recebia os índios fugidos das missões. Essas mesmas missões que também acolhiam escravizados fugidos de Vila Bela, dando asilo e facilidades para chegarem, como livres, de Moxos e Chiquitos a Santa Cruz de la Sierra⁴³.

Também destacando o uso da fronteira à favor da fuga de escravizados, Newman di Carlo Caldeira, em *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravizados no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*⁴⁴, analisando correspondência oficial que trata das fugas ocorridas da província de Mato Grosso para o território da República da Bolívia, demonstra o desenvolvimento dos processos de legitimação e defesa da propriedade escravizada na América do Sul. A argumentação desenvolvida pelos representantes do Império brasileiro nas negociações diplomáticas conjugava ajustes de fronteira, comércio e navegação fluvial e as tentativas de repatriar os prófugos escravizados.

Sobre essa mesma região fronteiriça, Ernesto Cerveira de Sena⁴⁵ destaca que nesses caminhos, fuga de escravizados eram motivos de estratégias e ações várias, e as autoridades locais procuravam defender os interesses dos proprietários. A Bolívia se apresentava “como solo livre” da escravidão, mas mantinha em seu território escravizados negros, além de seus habitantes cederem às recompensas de capturas de fugidos.

Outro trabalho que desenvolve temas de nossa tese é o de Maria Auxiliadora de Arruda Campos, *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá - século XVIII*⁴⁶, que analisou a prática escravizada negra em contexto urbano,

⁴³ BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 110.

⁴⁴ CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IFCS. Dissertação de Mestrado em História Social. 2007. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br/cp070897.pdf>. Acesso 28 out. 2016.

⁴⁵ SENA, Ernesto Cerveira de. *Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016.

⁴⁶ CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – século XVIII*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

com destaque à Cuiabá e que podemos relacionar à segunda vertente defendida sobre as resistências individuais. Campos nos apresentou o escravizado estabelecido no ambiente urbano, inserido em diversas atividades, como nas construções, no transporte, comércio ambulante de alimentos e outros produtos, bem como as demais necessidades diárias das residências. Baseada na documentação manuscrita pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, Campos destacou a existência de categorias de trabalhadores escravizados:

... taapeiros, oleiros, oficiais de cantaria, carpinteiros, pintores, entre outras atividades, que muitas vezes, eram exercidas por escravizados e forros qualificados, cujos senhores podiam ser ou não mestres em cada um desses ofícios mecânicos. Além disso, os materiais necessários às atividades desses profissionais eram transportados por *carradas* (de pedras, de adobes, de telhas, de caibros), que por sua vez, implicava no uso de carroças e carretas, conduzidas por escravizados e forros.⁴⁷

Este estudo mostrou que “o conjunto de práticas necessárias à produção e reprodução do espaço urbano fundava-se em larga medida na utilização de mão de obra escravizada particular, paga pela Câmara, para obras públicas, e paga por moradores, para obras privadas”⁴⁸. A autora também observou a presença de escravizados de aluguel e de ganho em Cuiabá e afirmou que os escravizados “poderiam ser alugados para terceiros, e neste caso, o contrato era feito entre o proprietário e o solicitador do trabalho, e o escravo nada recebia. Sua função seria render o máximo para seu dono recuperar o capital gasto e, ainda, obter lucro”⁴⁹. Já os escravizados de ganho “dispunham provisoriamente de sua força de trabalho, e poderiam desenvolver qualquer tipo de tarefa que fosse necessária e de seu ganho deveriam pagar uma diária a seus senhores”. Campos acrescentou que essa atividade “de ganho” proporcionava certa liberdade ao escravizado urbano que poderia

⁴⁷ CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas* Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – século XVIII. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009, p. 52.

⁴⁸ CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas* Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – século XVIII. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009.

⁴⁹ CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas* Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – século XVIII. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009, p. 60.

passar a maior parte do tempo longe do senhor, e que alguns chegavam até a morar sozinhos, vivendo de seu ganho; no entanto, não deixavam de ser escravizados⁵⁰.

Em relação aos indígenas submetidos ao trabalho compulsório e participantes de fugas além fronteira e para formação de quilombos, e também participando do comércio fronteiriço a bibliografia é mais restrita e pouco discute sua articulação com escravizados negros e comerciantes livres.

No entanto, Glauce Marques, analisando as missões de Chiquitos e Moxos na fronteira oeste do Mato Grosso, destaca a fuga de indígenas das missões para territórios portugueses por vários motivos como desastres naturais nas missões, cheias por intensas chuvas, dívidas fiscais com o governo castelhano, por vontade própria dos indígenas, por serem compelidos a atravessar as fronteiras, por abandono dos administradores locais (dos jesuítas e, após expulsão destes, dos curas). E da mesma forma que fazia o governo lusitano com relação aos escravizados negros, a coroa espanhola solicitava a devolução dos indígenas que atravessavam a fronteira⁵¹.

Nessa mesma dissertação, Glauce também destaca o interesse luso dos indígenas das missões para suprirem a falta de mão de obra especializada nos fortes e vilas fronteiriças.

Francismar Carvalho⁵², também fazendo uma análise dos mecanismos de controle das autoridades coloniais ibéricas sobre os indígenas na fronteira oeste do Mato Grosso, mostrou, na segunda parte de sua tese, as deserções indígenas ocorridas na fronteira e o comércio e contrabando na região envolvendo os indígenas como forma desses conseguirem benefícios do governo.

⁵⁰ CAMPOS, Maria Auxiliadora de Arruda. *Escravidão urbana: cotidiano e rupturas* Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – século XVIII. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009, p. 61.

⁵¹ MARQUES, Glauce Oliveira. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso (1750-1789)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010, p. 72.

⁵² CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo, SP: FFLCH/ USP. Tese de doutorado, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-28082012-121305/pt-br.php>>. Acesso 15 mar. 2019.

Capítulo 2 – O espaço geográfico da capitania do Mato Grosso - Bacias do rio Paraguai e Mamoré

Frenteira e Sertão em Mato Grosso

Walter Sotomayor, em *Relaciones Brasil Bolivia*, analisa como se definiu a fronteira Brasil - Bolívia ao longo dos séculos XVIII e XIX. Segundo o autor boliviano,

la definición de las fronteras nacionales fue un objetivo para la diplomacia de Brasil y Bolivia a lo largo del siglo XIX y tanto el establecimiento de legaciones en Sucre o La Paz y en Rio de Janeiro, así como el envío de misiones especiales tenían esa tarea como una de sus prioridades. [...].⁵³

Essa definição começa com alguns tratados feitos ainda no século XVIII que segundo o mesmo autor: “el Tratado de Madrid (1750) y el Tratado de San Ildefonso (1777), sobre la base del principio del *uti possidetis*, fueron la principal referencia para los entendimientos posteriores entre países sudamericanos”⁵⁴.

Um dos principais pontos do Tratado de Madrid, de 1750, dizia respeito à demarcação de Portugal e Espanha das suas possessões na América do Sul, tendo como parâmetro o princípio do *uti possidetis*, ou seja, ocupação efetiva. Desta forma, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, a oeste e no extremo-sul do território da América portuguesa ficariam incorporadas, definitivamente, ao Império português. Também ficara decidido que Portugal entregaria, por definitivo, a Colônia do Sacramento para a Espanha que, em troca, repassaria o território dos Sete Povos das Missões aos portugueses⁵⁵.

⁵³ SOTOMAYOR, Walter Auad. *Relaciones Brasil Bolivia*: la definición de las fronteras. La Paz, Bolívia: CERES; Plural editores, 2013, p. 119.

⁵⁴ SOTOMAYOR, Walter Auad. *Relaciones Brasil Bolivia*: la definición de las fronteras. La Paz, Bolívia: CERES; Plural editores, 2013, p. 88.

⁵⁵ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2008, p. 70.

A última tentativa colonial de demarcação de fronteiras entre Espanha e Portugal foi o Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777. Ele veio com o objetivo de acabar com as controvérsias e discussões de fronteira entre as duas coroas. O tratado teria a intensão de cessar as hostilidades para poder começar a tratar de paz e definir limites⁵⁶.

Mesmo após esses tratados, tanto lusitanos como espanhóis fundaram vilas e arraiais nas margens desses rios Paraguai – Guaporé – Mamoré para garantirem sua presença e defenderem seus territórios de possíveis invasores. Indígenas também desenvolveram estratégias nesses espaços para continuarem estabelecidos nas suas terras; escravos negros e soldados desertores usavam dessa fronteira como estratégia de fuga.

Para as autoridades coloniais luso-espanholas os indígenas eram vistos somente como mão de obra para estabelecerem domínio populacional nas vilas e povoados fronteiriços e as missões jesuíticas nessa região fronteira eram vistas como anteparo militar.

Não se pode omitir que no século XVIII o resultado dos tratados unilaterais de limites [Tratado de Madrid e Santo Ildefonso] foi consolidar as fronteiras nacionais, a despeito das fronteiras pré-colombianas indígenas, como se as terras não tivessem dono, como denunciaram as petições indígenas, encaminhadas às autoridades tanto espanholas quanto portuguesas [...].

A preocupação das metrópoles frente às populações ameríndias era, além de garantir a segurança da navegação contra os ataques dos índios inimigos, garantir a mão de obra necessária para a exploração colonial e aos representantes do Estado. Neste sentido, as missões religiosas dentro da estrutura estatal luso-espanhola contribuíram para estabelecer índios em povoados que serviriam como anteparo militar às bandeiras e aos ataques às embarcações.⁵⁷

⁵⁶ GARCIA, Loreto Rojo. La Línea Requena: Fijación Científica de la Frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804). SOLANO, Francisco de; BERNABEU, Salvador (coord.). *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la Frontera*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Centro de Estudios Históricos. Departamento de Historia de América. Madrid, 1991, p. 218.

⁵⁷ BRAND, Antônio; SOUSA, Neimar Machado de; FERREIRA, Eva Maria Luiz; COLDMAN, Rosa Sebastiana; ALMEIDA, Fernando Azambuja. A história das fronteiras guarani na província de MT (1749-1910). In: NÚÑEZ, Ángel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e*

A historiografia tem destacado no tocante à fronteira oeste brasileira pelo menos três elementos constitutivos de sua representação: fronteira, limite e sertão.

E, quais os sentidos dessas noções para o Mato Grosso?

Segundo Lidia Xavier o conceito de fronteira significando limite, demarcação territorial, foi consolidado no Mato Grosso no século XVIII, principalmente com o Tratado de Madri (1750), e nesse momento a “capitania de Mato Grosso fora representada como o grande espaço geográfico que tinha como função guardar o restante do território da colônia portuguesa”⁵⁸.

Nos *Annaes do Senado da Camara do Cuiabá (1719-1830)* encontramos o termo *fronteira* usado nessa documentação para se remeter à fronteira geográfica e política da capitania de Mato Grosso com os domínios hispânicos, Bolívia e Paraguai. Por exemplo, em 1801, quando se trata da guerra entre espanhóis e portugueses na fronteira⁵⁹: “O tenente coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante chefe da fronteira com o Paraguai, participou que os índios Guaicurus verificaram a guerra entre nós e os espanhóis”, “se grandes eram até então os cuidados de socorrer a fronteira, maiores se tornam com estas notícias [sobre o ataque espanhol], mas tudo faltava”⁶⁰.

Nos escritos da viagem filosófica feita por Alexandre Rodrigues Ferreira, entre 1783 e 1792, que passou pela capitania de Mato Grosso, é usado tanto o termo *limite* como *fronteira*, quando o autor tratou do Tratado de Madri, de 1750:

diálogos platinos: Fronteiras. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016, p. 120.

⁵⁸ XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de Doutorado em História. Brasília, DF: Universidade de Brasília, UnB, 2006. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/.../1/TESECD%20Lidia%20de%20Oliveira%20Xavier.pdf>. Acesso 28 out. 2016, p. 37.

⁵⁹ No final desse conflito, que ambicionava o domínio de terras na fronteira, é feito o acordo de paz, através do Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801.

⁶⁰ SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 164.

Convencionaram suas Majestades Fidelíssima e Católica, no artigo VII do tratado Preliminar de limites, de 13 de janeiro, quanto ao rio da Madeira:

Que desde o lugar que na margem austral do Guaporé fosse assinalado para termo da raia, baixasse a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra e atravessa a missão dos Moxos e formam juntos o rio chamado da Madeira que entra no rio Amazonas ou Maranhão pela sua margem austral [grifo nosso].⁶¹

Nas correspondências e relatórios encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso também percebemos o uso do termo *fronteira* pelos capitães-generais quando tratam da fronteira como limite geográfico entre Mato Grosso, Paraguai e Bolívia. Os documentos a seguir tratam principalmente da descrição dessa região fronteira e na necessidade de “socorro” na fronteira para se defenderem dos ataques espanhóis.

Segundo uma relação que existe na portaria deste governo, escrita por um clérigo espanhol que refugiou para esta capitania, as duas províncias de Moxos e de Chiquitos que confinam com a fronteira do Forte Príncipe e com a de Vila Vela, são povoadas por quarenta e dois mil índios [grifo nosso].⁶²

A província de Assunção que confina com a fronteira do Paraguai, conforme as notícias que tenho posto, chega a cento e treze mil almas [grifo nosso].⁶³

⁶¹ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira da Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 19.

⁶² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

⁶³ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

Sobre este socorro devo eu prevenir a Vossa Excelência que se esta fronteira ficar desembaraçada dos espanhóis [grifo nosso].⁶⁴

A situação em que se acha esta capitania é a mais crítica que se pode considerar porque tenho de defender quatrocentas para quinhentas léguas de fronteira com pouca gente, poucos petrechos e munições de guerra e até com grande falta de recursos e funcionários, ao mesmo tempo que os espanhóis pela fronteira do Paraguai podem ter tudo que lhes for preciso para atacar-me com a mesma facilidade [grifo nosso].⁶⁵

No dia de ontem pelas 9 horas da noite recebi três cartas do Sr. coronel Ricardo Franco de Almeida Serra comandante do Presídio da Nova Coimbra em que me participa as novidades daquela fronteira dadas pelos índios Guaicurus e um diz ele merece toda a confiança [grifo nosso].⁶⁶

A consternação em que me vejo por falta dos meios precisos para a defesa desta importante e vastíssima fronteira, obrigam as de tão longe suplicar a Vossa Excelência algum socorro e para que a urgência e justiça com que o peço seja manifesta, principalmente pela triste narração das circunstâncias em que me acho [grifo nosso].⁶⁷

Também percebemos o uso de *sertão*⁶⁸ na documentação que segundo Lidia Xavier:

⁶⁴ Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797-1801, Livro de Correspondências Expedidas (Ofícios), Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, manuscrito 194, pág. Livro C-41, Estante 01.

⁶⁵ Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797-1801, Livro de Correspondências Expedidas (Ofícios), Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, manuscrito 194, pág. Livro C-41, Estante 01.

⁶⁶ Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797-1801, Livro de Correspondências Expedidas (Ofícios), Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, manuscrito 194, pág. Livro C-41, Estante 01.

⁶⁷ Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797-1801, Livro de Correspondências Expedidas (Ofícios), Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, manuscrito 194, pág. Livro C-41, Estante 01.

⁶⁸ Sobre o conceito de sertão ver mais em: SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, GO: Editora da UFG, 1997; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999; PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial de centro da América do Sul – sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. UnB: DF. Tese de Doutorado, 2008.

No início do século XIX, sertão já estava completamente integrado à língua usada no Brasil, que os viajantes estrangeiros em visita ao país registraram a palavra, utilizando-a várias vezes em seus relatos. Referiam-se aos vastíssimos sertões goianos, ao sertão das Gerais, aos sertões mato-grossense, lugares despovoados de gente branca, de habitantes civilizados. Assim, as vésperas da Independência sertão ou certão, constituía no Brasil noção difundida.

Uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original português, como espaços vastos, ignorados, longínquos e pouco habitados, acrescentando-lhe outros, semelhantes aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única: a da conquista e consolidação da colônia brasileira.⁶⁹

Nos *Anais do Cuiabá* encontramos o termo *sertão* quando remetem ao início da colonização no Mato Grosso quando tratavam do interior de algum lugar, por exemplo, quando estão descrevendo Pascoal Moreira Cabral, paulista responsável pela “descoberta” do ouro na região, “era paulista dos bons, homem chão, sem letras, pouco polido, sem maldade, sincero, esperto milícia dos sertões e no exercício de minerar, pelo ter já exercido nas Minas Gerais”⁷⁰.

Alexandre Rodrigues Ferreira também o uso do termo *sertão* quando faz referência à capitania do Mato Grosso. Ao tratar sobre as salinas que haviam ao redor da capital da capitania, Vila Bela da Santíssima Trindade, Alexandre Rodrigues usa o termo *sertão* como sinônimo de interior:

Porém, o que tenho dito dela não deve entender somente os territórios adjacentes aos referidos rios da Madeira, Mamoré e Guaporé, até a capital de Mato Grosso, mas também de todo o seu sertão interior como em qualquer parte dele estão vendo os que o penetram. Sirva de

⁶⁹ XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de Doutorado em História. Brasília, DF: Universidade de Brasília, UnB, 2006. Disponível em: <repositorio.unb.br/bitstream/.../1/TESECD%20Lidia%20de%20Oliveira%20Xavier.pdf>. Acesso 28 out. 2016, p. 37-40.

⁷⁰ SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 50.

exemplo essa parte de sertão que se anda desde Vila Bela, até a do Cuiabá, que está ao nascente dela.⁷¹

O surgimento de Mato Grosso

Os *Anais de Vila Bela* nos oferecem informações sobre “o primeiro descobrimento do sertão do Mato Grosso no ano de 1734”:

Com aquele empenho com que os naturais de serra acima, chamados os paulistas, por ter a sua capital cidade de São Paulo, costumavam curvar os sertões à conquista do gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os sertões interiores desde Brasil, e daí se seguiam os descobrimentos das minas⁷².

Seguindo o relato, o escrivão contou sobre a iniciativa dos irmãos sorocabanos, Fernando e Arthur Pais de Barros, saídos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – procurando os indígenas Parecis para preação – “fazendo a experiência de ouro” em um ribeirão próximo à chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, em 1734.⁷³

Com a iniciativa colonizadora rumo às minas auríferas da repartição do Mato Grosso, houve um maior desenvolvimento agropastoril da região. Tiago Kramer de Oliveira destacou a presença de atividades rurais que possibilitaram o desenvolvimento agropastoril na repartição do Mato Grosso, considerando ainda que essa espacialização delimitou a fronteira luso-espanhola:

⁷¹ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 87.

⁷² AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 39.

⁷³ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 39.

Com a descoberta das minas do Mato Grosso, formaram-se ambientes rurais a oeste da Vila Real, bastante próximos das aldeias castelhanas de Moxos. Concomitantemente aos descobertos auríferos, desenvolveram atividades rurais ao longo do rio Sararé, e, a partir deste, os colonos chegaram ao Guaporé, fixando ambientes rurais que marcaram o limite dos domínios portugueses e que se tornaram pontos de contato entre os súditos das duas coroas ibéricas.⁷⁴

Dentre os resultados dessas iniciativas houve a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748 e, dezoito anos após os achados auríferos de 1734, a construção de uma vila capital – Vila Bela da Santíssima Trindade - para estabelecer posse portuguesa nas novas lavras, em 1752. Em 1820, importantes órgãos públicos foram transferidos para Cuiabá, como a Junta de Administração, Arrecadação da Fazenda e a Casa da Fundição⁷⁵. Mas somente em 28 de agosto de 1835 a capital foi transferida oficialmente para Cuiabá.

A criação da capitania do Mato Grosso e de Vila Bela da Santíssima Trindade foi a materialização de um objetivo da Coroa portuguesa, que ambicionava ocupar terras em litígio na fronteira luso-espanhola, no centro-oeste sul americano. Para Canavarros, “a estratégia portuguesa que predominou na capitania de Mato Grosso era a de ocupar, colonizar. Não apenas minerar, como se praticava na região, mas também cuidar da criação de animais e da agricultura”⁷⁶.

Na decisão final para a criação da capitania, em 29 de janeiro de 1748, o Conselho Ultramarino reconhecia a necessidade de vigilância da fronteira luso-espanhola, ou seja, de um governador “distinto e inteligente” no distrito do Cuiabá “pela circunstância de confinar este Matto Grosso com o Governo Espanhol de Santa Cruz de la Sierra, e com as Aldeias dos Jesuítas Castelhanos dos Moxos e Chiquitos”. O Conselho ainda recomendava que o governador do Mato Grosso e Cuiabá deveriam “fazer maior parte da sua residência no Matto Grosso, e ali escolha o sitio mais conveniente, e sadio para

⁷⁴ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Entre dois impérios: conquistas portuguesas e ruralidade no centro da América do Sul (1716-1750). In: ANZAI, Leny Caselli; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). *Histórias coloniais em áreas de fronteiras: índios, jesuítas e colonos*. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008b, p. 42.

⁷⁵ SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 238.

⁷⁶ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 316.

assento da Nova Vila”⁷⁷. Esta resolução do Conselho Ultramarino, de 1748, foi a segunda solicitação para a construção de uma vila no Guaporé, tendo sido a primeira em 1741, na qual, segundo Canavarros, “o rei mandava ouvir os governadores de São Paulo e Rio de Janeiro sobre a fundação da vila na fronteira com as missões espanholas”⁷⁸.

Desse modo, seguindo as instruções recebidas, Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada, em 1752, no extremo oeste da capitania de Mato Grosso, à beira do rio Guaporé, em um local denominado Pouso Alegre, fronteira natural com as terras da Espanha, para ser a capital da capitania de Mato Grosso.

O rio Guaporé, também conhecido como Itenes era de extrema importância para essa sociedade colonial, que tinha como estradas rios navegáveis. Era um rio encachoeirado, que permanecia com o nome de Guaporé até encontrar-se com o rio Beni (atual Bolívia), e passa a se chamar Madeira. Seus principais afluentes na margem oriental (domínio português) são: rio Sararé, rio Galera, rio Alegre, rio Piolho; e na margem ocidental (domínio espanhol) são: Baures, Itonamas, Machupo e Mamoré (ver Mapa 1).

A Vila capital estava localizada na repartição do Mato Grosso, diferente da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, fundada em 1727 e mais desenvolvida na época, que ficava na repartição do Cuiabá. A repartição do Mato Grosso limitava-se, ao norte, com as capitanias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a oeste com as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, e a leste e ao sul limitava-se com o rio Paraguai e as missões jesuíticas do Itatim. Essas duas repartições, do Cuiabá e do Mato Grosso, correspondiam aos atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e sul de Rondônia (ver Mapa 1).

Desse modo, a vila capital localizava-se em ponto estratégico, e para Canavarros,

Lisboa soube aproveitar a ocasião para fundar, enfim, Vila Bela. Não seria uma vila qualquer, e sim uma povoação de fronteira muito especial, pois a essa altura já se sabia na Capital do Reino que o Rio Guaporé era o *nec plus ultra* de Portugal para o Ocidente na América.

⁷⁷ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 313.

⁷⁸ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 320.

Sabia-se, ainda, que aquela área poderia ser abastecida pelo porto de Belém, facilitando a defesa e o comércio da região.⁷⁹

Canavarros também argumenta que Vila Bela representou a “imposição político-administrativa do Estado português sobre a sociedade mineira de Mato Grosso e a reafirmação de soberania sobre aquelas conquistas, diante das Índias de Castela”⁸⁰. E, como considera o mesmo autor, “a conquista e anexação do oeste do Brasil não foram obras isoladas de bandeirantes, sertanistas e mineiros somente. Incluiu também a atuação perseverante do Estado metropolitano”, e o Tratado de Madrid “coroou todo o esforço feito, foi ele o diploma legitimador dos superados limites de Tordesilhas”⁸¹.

Apesar de Vila Bela só ser erigida em 1752, a repartição do Mato Grosso já contava com alguns arraiais auríferos, que haviam sido descobertos na década de 1730, como, São Francisco Xavier, Pilar, Sant’Ana, São Vicente, Lavrinhas. A partir de 1752, e até 1808, acrescentaram-se Jauru, Boa Vista, Ouro Fino, Palmelas ou Sítio das Pedras, Lamego, Leomil, Conceição/Bragança, Balsemão, Príncipe da Beira, Cubatão, Guarajus, Nossa Senhora da Boa Viagem do Pará, Santa Bárbara e Casalvasco⁸² (ver Mapa 1).

O mapa 1 foi elaborado para dar destaque à região fronteira. Destacamos os principais rios da capitania do Mato Grosso, vilas e arraiais encontrados na documentação e na bibliografia; destacamos também no Paraguai, seus fortes, rios e missões fronteiriças com a capitania; e também na Bolívia, principais rios e missões fronteiriças como a capitania do Mato Grosso. O contorno pontilhado deu destaque ao que foi a capitania e província do Mato Grosso, de 1748 a 1889.

No século XVIII Mato Grosso era denominado capitania e esse termo foi usado até 1821 no Brasil, quando de capitania passou-se a utilizar província. Portanto, após 1821, chama-se de província de Mato Grosso, até a declaração da República, em 1889.

⁷⁹ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 322.

⁸⁰ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 316.

⁸¹ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 371.

⁸² ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 5.

Em 1864, Augusto Leverger tratou da geografia da província de Mato Grosso, cujo documento está disponível na Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil, parte primeira, de 1865⁸³.

Leverger relatou que as extremidades da província do Mato Grosso são: ao norte, na confluência dos rios São Manoel e Tapajós, limitando-se com as províncias do Amazonas e do Pará; a leste, o rio Araguaia e Ilha do Bananal, limitando-se com a província de Goiás; ao sul, o rio Iguatemi, limitando-se com as províncias do Paraná e São Paulo; a oeste, com os rios Paraguai e Guaporé, limitando-se com as repúblicas do Paraguai e Bolívia⁸⁴.

Leverger acrescenta que

os imensos cursos de água que regam o território, oferecem a divisão natural da província em duas grandes regiões: a do norte, cujas águas entram no oceano pela foz do Amazonas, e a do sul, que verte para o Paraná e o Paraguai, tributários do Prata.⁸⁵

Sobre a vegetação Leverger comenta que a província do Mato Grosso é

vestida de gramíneas, sarças, arbustos e arvoredos baixos, enguiço e pouco corpulento, em algumas partes espalhados cá e lá, em outras agrupados em bosques mais ou menos extensos, a que, no país, chamam cerrados. É quase unicamente nas margens e cabeceiras dos rios que veem matos e terrenos muito próprios para a agricultura.⁸⁶

⁸³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < <http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016.

⁸⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < <http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016, p. 130.

⁸⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < <http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016, p. 130.

⁸⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < <http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016, p. 132.

Mapa 1: Capitania do Mato Grosso e a fronteira com Bolívia e Paraguai, séculos XVIII e XIX

Fonte: Elaboração própria

Mato Grosso e as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos (Bolívia) e Itatim (Paraguai)

As missões de Moxos e as de Chiquitos, no período colonial, pertenciam à Real Audiencia de La Plata de los Charcas, criada em 1559 na cidade de Chuquisaca ou Charcas (e Sucre, desde 1839) pelo rei Filipe II, a princípio um tribunal de justiça que se tornou o mais alto tribunal de Espanha, conhecida como Alto Peru:

Desde sua fundação até 1778, a Audiencia de Charcas pertenceu ao vice-reinado do Peru, mas, a partir daquela data, foi criado o vice-reinado do Prata, e Charcas passou então a ser um organismo próprio com quatro províncias: Chuquisaca ou La Plata, La Paz, Potosi e Santa Cruz. Abrigava numerosas sociedades indígenas: um importante núcleo quíchua, povos aymara, povos mojo e chiquitos.⁸⁷

Em meados do século XVII, os jesuítas começaram se estabelecer na região das territorialidades de Moxos e também de Chiquitos, e lá permaneceram até a expulsão, em 1767, que a partir desse ano foram substituídos por párocos curas, sob administração de um governador interino que, por sua vez, estava sob administração geral do governador de Santa Cruz de la Sierra. Ambos administradores, curas e governador interino, deveriam residir nas reduções, e foi assim até o final do período colonial com a criação da República boliviana, em 1825⁸⁸.

As missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos estavam localizadas ao norte e leste limita-se com a Amazônia e Mato Grosso, e ao sul limita-se com o Gran Chaco, região favorecida pelos ventos frios do sul que permitem invernos secos e frescos durante 4 meses, em contraste com os verões de chuvas torrenciais com duração de 8 meses. Essas missões estão entre grandes rios como Madre de Deus, Beni (que deságua no rio Madeira, do lado do Brasil), rio Mamoré e Iténez (ou Guaporé, como é conhecido do lado brasileiro). Sendo assim, nas estações chuvosas restam pequenas partes ilhadas, abrigadas

⁸⁷ MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiães da fronteira*: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989, p. 63.

⁸⁸ BLOCK, David. *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. [tradução de Josep M. Barnadas]. Sucre, Bolívia, 1997, p. 182-183.

das inundações periódicas e permitindo a criação de gado e cultivos agrícolas, já na estação de seca, os rios voltam ao seu eixo e oferecem à região um solo extremamente fértil para o desenvolvimento da agricultura⁸⁹.

As missões de Chiquitos eram San Francisco Javier (1692), San Rafael (1696), San José (1698), La Inmaculada Concepción (1709), San Juan Bautista (1716), San Miguel Arcángel (1721), San Ignacio de Zamucos (1724), San Ignacio de Velasco (1748 e capital), San Santiago Apóstol (1754), Santa Ana (1755) e San Corazón de Jesús (1760)⁹⁰.

As missões de Moxos eram San Pedro (1693 e capital), Loreto (1682), Trinidad (1686), San Javier (1690), Santa Ana (1700), Exaltación (1696), San Ignacio (1689), San Borja, Reyes, Magdalena, Concepción (1704), San Simón, San Joaquín (1700), San Nicolás, San Martín⁹¹.

Dentro das missões plantavam algodão, cana-de-açúcar, milho, arroz, banana, cacau e outras verduras, além de criarem gado e cavalos⁹².

Com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1767, o império espanhol diminuiu o controle relativo que mantinha sobre a fronteira oriental. As missões, por sua vez, passaram por mudanças administrativas que levaram à desorganização de sua produção e perda de seus bens. O bispo de Santa Cruz organizou um sistema de administração pós-jesuítas, no qual dois curas centralizavam todos os poderes que antes pertenciam aos padres da Companhia, sendo um encarregado de todas as atividades econômicas e outro das religiosas. No entanto, o despreparo dos novos administradores levou a toda sorte de desmandos, dentre os quais o desvio de produtos das comunidades indígenas para

⁸⁹ GUMUCIO, Mariano Baptista. *Las misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: una utopía cristiana en el Oriente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra, BO: Lewylibros, 2011, p. 31-32.

⁹⁰ GUMUCIO, Mariano Baptista. *Las misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: una utopía cristiana en el Oriente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra, BO: Lewylibros, 2011, p. 36.

⁹¹ MARTINI, Jose Xavier. *Las antiguas misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: posibilidades de su aprovechamiento turístico*. Paris, França: 1977. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000243/024379sb.pdf>>. Acesso 12 out. 2016, p. 30.

⁹² GUMUCIO, Mariano Baptista. *Las misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: una utopía cristiana en el Oriente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra, BO: Lewylibros, 2011, p. 45.

Santa Cruz e Cochabamba, e o contrabando com Mato Grosso em proveito próprio.

Diante das ameaças portuguesas, o rei de Espanha Carlos III criou, em 1776, o Vice-reinado do Rio da Prata e, logo em seguida, em 1777, foram criados os Governos militares de Moxos e Chiquitos, cujo primeiro governador foi o Capitão Barthelemi Verdugo. Esse governo militar, no tocante a questões político-administrativas dependia diretamente da Audiência de Charcas, mas no aspecto militar estava sujeito ao governador de Santa Cruz de la Sierra.⁹³

No momento de expulsão dos padres jesuítas, as missões de Moxos e Chiquitos contavam com, pelo menos, 30 mil indivíduos⁹⁴.

A figura 1 *Mapa das Missões de Mojos e Chiquitos*⁹⁵ que está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional (RJ), é um desenho a tinta ferrogálica, medição de 47,2 x 35,2 cm e foi escolhida porque mostra a localização de cada missão de Moxos e Chiquitos e os principais rios que cortam a região. Sua orientação está no sentido Ocidente-Oriente, idioma espanhol, sem data específica [17--], da coleção Pedro de Angelis.

⁹³ ANZAI, Leny Caselli. Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*. 2008, ano VII, n. 13/14. Disponível em:<http://recil.ulusofoa.pt/bitstream/handle/10437/4199/missoes_de_chiquitos_e_moxos_e_a_capitania_de_mato_grosso.pdf?sequence=1>. Acesso 23 out., 2016, p. 259.

⁹⁴ GUMUCIO, Mariano Baptista. *Las misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: una utopía cristiana en el Oriente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra, BO: Lewylibros, 2011, p. 90.

⁹⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. Disponível em:<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart531999/cart531999.jpg>. Acesso em 15 mar., 2019.

Figura 1: Mapa das Missões de Moxos e Chiquitos (século XVIII)

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

Diferente das missões de Moxos e Chiquitos, as missões jesuíticas do Itatim (português) ou Itatín (espanhol) - foi o nome de um porto sobre o rio Paraguai, ao norte da confluência com o rio Apa - têm uma história um pouco mais conturbada por conta

dos consecutivos ataques dos bandeirantes atrás de mão de obra, resistência indígena e diferentes estruturas administrativas religiosas (começaram como redução franciscana, depois jesuítica).

As primeiras missões, organizadas em 1632, foram destruídas no ano seguinte pelos bandeirantes. Duas novas reduções são restabelecidas em 1634: Nuestra Señora de Fe de Taré e San Ignacio de Caaguaçu. A primeira destas reduções era a mais próxima do rio Paraguai e servia de ponte para passar para outra margem do rio Paraguai. Essa fixação permitiu que outros indígenas integrassem a redução, em particular os chamados “povos canoieiros” como os Guató e os Payaguá, no entanto, outros grupos também se aproximaram da redução de Taré, concebendo a hipótese de que a redução tenha tido uma grande diversidade em seu meio. Após muitas investidas bandeirantes, os jesuítas e seus índios fugiram até as proximidades do rio Ypané, na esperança de poder contar com o apoio do governador do Paraguai. Entretanto, foram surpreendidos com a intimação do bispo de Assunção, frei Bernardino de Cárdenas, que lhes obrigou a abandonar o Itatim e a entregar a obra a um clérigo⁹⁶.

No entanto, suas missões lhes foram restituídas e os padres jesuítas foram incumbidos de juntar os indígenas reduzidos que tinham se espalhado e atrair de novo os muitos índios que haviam partido para o outro lado do rio Paraguai. Os jesuítas puderam trabalhar no Itatim com relativa tranquilidade por mais nove anos, até 1659, quando a redução de Nossa Senhora da Fé foi transferida para perto de Assunção e incorporou a população oriunda de Santo Ignácio do Caaguaçu⁹⁷.

Regina Cadelha, sobre as missões jesuíticas do Itatim, destaca também os constantes conflitos entre colonos e jesuítas e a importância do comércio feito pelas missões com o excedente das produções:

Sabe-se que os jesuítas defenderam “seus” índios contra os brancos, monopolizando a mão de obra guarani de suas reduções, bem como os

⁹⁶ CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle; FREITAS, André. Missões jesuíticas no Itatim. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). Povos Indígenas em Mato Grosso Do Sul. História, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: UFGD, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29663515/Missões_jesuíticas_no_Itatim>. Acesso 15 mar. 2019, p. 1-15.

⁹⁷ CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle; FREITAS, André. Missões jesuíticas no Itatim. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). Povos Indígenas em Mato Grosso Do Sul. História, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: UFGD, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29663515/Missões_jesuíticas_no_Itatim>. Acesso 15 mar. 2019, p. 1-15.

excedentes de sua produção. Estes eram comercializados em condições vantajosas, nos mercados regionais de Santa Fé e Buenos Aires, e mesmo em Potosí.⁹⁸

A venda do excedente da produção e os constantes conflitos mostram que nessas missões os jesuítas não agiam somente da defesa dos indígenas, mas também defendiam seus próprios interesses de estabelecerem poder nesses territórios, entrando, inclusive em conflito com o governo metropolitano até serem expulsos da América portuguesa, em 1759 e da América espanhola, em 1767.

A defesa das fronteiras

Ainda durante o período colonial, depois da criação de sua vila capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, os portugueses se dedicaram à ocupação de áreas ainda não colonizadas, fundando vilas e arraiais, e para assegurar esse território fronteiriço, foram construídos fortes e fortalezas.

Do lado português, o Forte de Coimbra (ao sul da capitania), o Forte Príncipe da Beira (ao norte da capitania) e o Forte de Bragança foram as mais importantes fortificações levantadas na capitania do Mato Grosso. Do lado espanhol o Forte Borbón, construído a poucas léguas do Forte de Coimbra, e o Forte de San Carlos del Apa, ambos edificadas onde hoje é o norte do Paraguai, na fronteira com o estado do Mato Grosso do Sul.

O Presídio de Nova Coimbra, precursor do Forte de Coimbra, foi fundado a 13 de setembro de 1775, na margem direita do Rio Paraguai, no local denominado Estreito São Francisco Xavier, atualmente município de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. O objetivo da fortificação era conter o avanço dos espanhóis, assim como as incursões de índios que habitavam aquelas regiões⁹⁹.

⁹⁸ GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 31

⁹⁹ GUIMARÃES, Valdenir de Freitas. *Presença militar na territorialidade de fronteira: potencialidades do Forte Coimbra no contexto do desenvolvimento local*. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco. Dissertação de Mestrado, 2012, p. 43.

A fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, de 1766, foi primeiro estabelecimento militar no rio Guaporé e ficava a uma distância de dois quilômetros do Forte Príncipe da Beira (1776). Durante o governo de Souza Coutinho (1769-1772) ocorreu a mudança do nome da fortaleza Nossa Senhora da Conceição para Forte de Bragança (1769).

A nova designação deu-se em função de uma Carta Régia enviada a Rolim de Moura, datada de 8 de agosto de 1758, na qual era determinado que todos os nomes de cidades, vilas arraiais e demais povoados existentes na América portuguesa recebessem nomes de localidades existentes em Portugal. Procurava a Coroa, a partir dessas ações constituir simbolicamente esses espaços, a partir da transformação de antigos povoados ameríndios em lugares ou povoações que tivessem a mesma estrutura das vilas coloniais portuguesas.¹⁰⁰

Na figura 2 temos um mapa em aquarela e bico de pena mostrando a Bacia do Rio Itenez-Guaporé, em 1767¹⁰¹. O mapa destaca a localização da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, dos portugueses, e o destacamento de tropas espanholas sob o comando de Alonso Berdugo e Aymerich Tete. Este rio Guaporé, forma a fronteira entre os estados brasileiros de Rondônia e Mato Grosso, antes de desembocar ao norte, na Bolívia, onde é conhecido como Itenez. É um mapa importante pois destacou os rios privilegiados na geografia dessa tese e mostra a proximidade das duas nações ibéricas no processo de conquista dessa região.

¹⁰⁰ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2008, p. 137.

¹⁰¹ BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/798/>>. Acesso em 27 fev., 2019.

Figura 2: Fortaleza Nossa Senhora da Conceição, às margens do Rio Guaporé, século XVIII

Fonte: Biblioteca Digital Mundial

A necessidade da Coroa portuguesa em legitimar e assegurar a fronteira oeste da capitania do Mato Grosso ocasionou a implantação de outro forte às margens do rio Guaporé, Forte Príncipe da Beira, em 1776, na fronteira com as missões de Moxos e Chiquitos¹⁰². As ruínas do Real Forte Príncipe da Beira estão localizadas atualmente, na cidade de Costa Marques, Estado de Rondônia.

Na fronteira sul da capitania, em 1792, os espanhóis construíram o Forte Borbón com principal objetivo de conter o assédio de indígenas Mbayas e a penetração portuguesa

¹⁰² FERNANDES, Suelme Evangelista. *O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América Portuguesa* (1776-1796). Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – ICHS/UFMT, 2003, p. 35.

na região. Em 1823, após a declaração de independência do Paraguai, o forte passou a chamar-se Forte Olimpo, atualmente, município de Fuerte Olimpo, no Paraguai.

Com o mesmo objetivo, em 1794, também foi construído o Forte de San Carlos del Apa, localizado um pouco mais ao sul da fronteira com que hoje é o Estado do Mato Grosso do Sul, e atualmente esse forte é a cidade de San Carlos no Departamento de Concepción, no Paraguai.

Outra carta de título *Mapa das fronteiras entre o Império do Brasil, Bolívia e Paraguai*¹⁰³ que também está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional (RJ), é um desenho a tinta ferrogálica e a nanquim, e medição de 47,5 x 65cm e foi escolhida porque o tema principal representado nela é exatamente o recorte geográfico da pesquisa desenvolvida, ou seja, a rede hidrográfica dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e Paraguai, rios demarcatórios da fronteira entre o Mato Grosso, Bolívia e Paraguai.

¹⁰³ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. Disponível em:<
http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart512330.jpg>. Acesso em 29 jun., 2016.

Por fim, destacaremos uma correspondência do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de 1799, que ilustra a situação dessa fronteira e revela a visão dele acerca dessa região ressaltando vários pontos como: a conquista e consequente disputa de domínios por parte dos portugueses e espanhóis; os acordos e tratados firmados entre luso-hispânicos; o conflito com os donos da terra, os indígenas; a fuga de escravizados negros e soldados desertores; enfim, a importância dessa fronteira para as coroas ibéricas e a extrema necessidade de recursos financeiros para defendê-la.

No primeiro trecho o documento destaca os tratados de demarcação feitos na fronteira entre Espanha e Portugal e as investidas espanholas para colonização desse território:

Eu não quis dizer, nem pensei que o reino de Vossa Excelência continha alguma agressão ou usurpação do território estranho. Seria preciso para tal dizer ou pensar não ter visto os Tratados os quais desde o de Tordesilhas de 1494 até o preliminar de 1777, tenho lido mais de uma vez. Contemplei somente este objeto pelo lado da política e debaixo deste único ponto de vista pareceu-me que o dito reino era capaz de excitar o ciúme e ambição de uma nação [espanhola] contra a qual a corte me estava humildemente prevenindo em consequência da sua íntima aliança com ou inimiga de todas as potências de uma nação que neste mesmo continente acabava de praticar um atentado fazendo entrar um corpo de 800 homens desde a província de Assunção até a Margem do rio Mondego, com o fim de hostilizar os índios Guaicurus e de evacuar aquele terreno para adiantar mais os seus estabelecimentos até o dito rio, como certamente teria feito se eu com a fundação do presídio de Miranda não conservasse à Coroa portuguesa o domínio e a posse da margem oriental do rio Paraguai, de uma nação que me respeitava a posse do terreno ao sul do rio Barbados, mandando o governador da província de Chiquitos queimar clandestinamente o rancho que a ronda portuguesa o domínio, tinha nos campos das Salinas e que me obrigou não só a levantar de novo o dito rancho, e a pôr até uma ronda efetiva mas ainda a pôr outra ronda mais adiantada nas cabeceiras do mesmo Barbados porque os espanhóis se não chegassem mais a Casalvasco e para evitar a fuga dos escravos desta colônia, de uma nação enfim que

não entrega nem escravos, nem desertores contra a expressa determinação do sobredito Tratado de 1777 e do de 1778.¹⁰⁴

Nesse outro trecho o governador relata a preparação dos portugueses para defender a fronteira e o “ciúme” ou receio da nação espanhola acerca dessa preparação:

Que os novos estabelecimentos propostos no Reino de Vossa Excelência eram capazes de evitar o ciúme espanhol, isto até Vossa Excelência me ajudará a demonstrar para o que terei a honra de transcrever aqui as últimas palavras do mesmo ano. Com os ditos estabelecimentos apresente horrorosa passagem das cachoeiras se converterá em uma presente parte de riquezas para o erário e para o público, servirá de adestro inconquistável aos vizinhos que nos rodeiam de laço a íntima união destas duas remotas colônias de vigorar, de consolidar e de fazer enfim presentes e respeitáveis os estabelecimentos de uma ou três. Por consequência ou do plano de Vossa Excelência se não seguem as referidas vantagens, o que se não pode dizer assegurem e mais são capazes de excitar o ciúme espanhol pois não devo supor que eles tenham os olhos fechados, muito principalmente ocorrendo as circunstâncias acima referidas e que muito antes tenha já participado a Vossa Excelência.

Sendo capazes de excitar o ciúme espanhol, eu devo prevenir-me com tempo e não aventurar a de fora de uma fronteira tão importante aos caprichos da fortuna. Porque suposto confio muito no antigo valor da nação portuguesa que os habitantes de Mato Grosso talvez não serão os últimos a imitar, todavia eu não devo ser temerário, nem esperar milagres na ordem natural. Devo calcular as minhas forças e as e as dos meus vizinhos, devo equilibra-las quanto me for possível, devo tomar medidas ajustadas, e supor que eles as tomem da mesma sorte, sendo

¹⁰⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

melhor aproveitar-me das omissões alheias, do que ser vítima das minhas.¹⁰⁵

Caetano Pinto de Miranda Montenegro também descreve sobre a população fronteiriça e os aparatos militares que tinham para defendê-la:

Segundo uma relação que existe na secretaria deste governo, escrita por um clérigo espanhol que refugiou para esta capitania, as duas províncias de Moxos e de Chiquitos que confinam com a fronteira do Forte Príncipe e com a de Vila Vela, são povoadas por quarenta e dois mil índios. O bispado de Santa Cruz de la Sierra, cuja cidade tem uma diária e imediata comunicação com aquelas províncias passa de setenta mil habitantes de todas as espécies, a saber doze mil e novecentos nas paróquias e vice paróquias de aquém das cordilheiras, e cinquenta e oito a sessenta mil nas paróquias de além da mesma, que naquele lugar se atravessa em três dias de áspero e trabalhoso caminho. [...] Chuquisaca ou a cidade de La Plata, dista cem léguas e tem igual povoação.

A província de Assunção que confina com a fronteira do Paraguai, conforme as notícias que tenho posto que menos circunstanciadas do que as antecedentes, chega a cento e três mil almas, e por consequências vem a estar a povoação espanhola para a desta capitania a razão de 11 a 1. É certo que uma grande parte são índios impróprios para ataques, mas também quase a metade dos moradores desta colônia são escravos que longe de servirem para o ataque ou para a defesa, antes precisam de serem vigiados de perto no estado da guerra, para que o ódio que geralmente todos têm ao cativo, os não torne inimigos dos mestiços, servindo muito bem aqueles índios para a passagem, para condutores, remeiros, vivandeiros e gastadores. É certo que o resto quase todo são milícias, mas também em Mato Grosso, a exceção de uma Companhia de Dragões e outra de Pedestres espalhadas presentemente por uma trincheira de quinhentas léguas que outra coisa há, senão, milícias.

¹⁰⁵ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

Porém, dirá Vossa Excelência se os espanhóis têm a grande vantagem do número porque razão não foram mais felizes nas expedições passadas, principalmente na de 1766, em que eles moveram forças mais consideráveis e fizeram maiores preparativos? Primeiramente, sem ofensa do reconhecido valor do militar general que então governa estas capitanias, eu duvido muito da sorte da Fortaleza da Conceição se ao tempo em que os espanhóis tinham levantado a sua bateria com artilharia competente a qual com todo o armamento que naquela ocasião trouxeram ainda conservam em Santa Cruz de la Sierra se ao tempo em que tinham aberto estradas abaixo e acima da dita Fortaleza para passarem o rio Guaporé em dois pontos, eles não recebessem naquele momento, talvez fatal para Mato Grosso, ordem da sua Corte para se retirarem. E tanto estava persuadido o coronel Aimeric de que as medidas estavam bem tomadas que ainda chegou aconselhar ao comandante em chefe que resultasse a ordem e desse o assalto porque a Fortaleza não podia deixar de cair-lhe na mão.¹⁰⁶

Nessa última parte do documento, Caetano Pinto, descreve o descaso da coroa portuguesa dessa fronteira tão grandiosa e difícil de defender, mas que estavam sem suprimentos e verba pública para trabalharem nessa defesa e ainda endividados:

Para resistir ou para atacar as forças que se me podiam opor sobrava-me continuo, mas não me sobravam os que tinha a minha disposição. Por esta razão terem a lembrança a pequena povoação desta capitania e a sua pequena guarnição que nem era bastante para os destacamentos constantes, os que eu dizia ter boa guarnição.

Pela mesma razão trouxe a lembrança a grande falta que tinha de artilharia, pedestres e munições e a falta não menos considerável de remos passaríamos, sem os quais nem se pode fazer a guerra nem obras no meio da matriz e ainda que Vossa Excelência prescinde destes últimos na conta dos rendimentos dos fretes em progressivo argumento,

¹⁰⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

nem eu tinha a mesma certeza, nem poderia, caso a tivesse prescindir já mais de um e tendo donde tirasse os escravos e despesas provisões de que os fortes pudessem suprir os eles.

Os soldos que eu tinha eram 300 mil cruzados de dívida eu achei e todo o empenho que tem acrescido desde o princípio de meu governo até ao presente, com a manutenção de dobrado número de dragões, pedestres, de auxiliares e ordenanças em destacamentos remotíssimos e de toda as mais despesas que a segurança desta capitania exige indispensavelmente. Sendo de notar que para todas elas não tenho recebido nem um só real demais, porque os tristes vinte contos de reis com que o Senhor Tristão da Cunha me socorreu extraordinariamente em 1797 até esses me descontou no ano passado, incluindo-os nos 300 marcos do subsídio ordinário. E queixando-me eu desta sua resolução, ou antes prestando-lhe bem excessivo a consternação e que ela me punha, recebo agora a resposta dada já pelo Senhor Dom João Manuel de Menezes que não sabia dos motivos porque seu antecessor tinha feito o referido desenho e porque me não tinha socorrido com o mais que lhe podia, mais que podia segurar, que para me trazer a remessa de 16 contos de reis a conta dos 300 marcos do corrente ano, lhe fora preciso demorar o correio desde março até os fins de julho e desta sorte quando eu quando eu esperava melhorar de condição, acho-me em pesares circunstâncias.

Todas as sobreditas faltas, necessidades e misérias, eu tinha representado e por isso me parecia conforme aos ditames da prudência e de uma boa economia, o esperar pelas reais providências receando subir entretanto em um edifício velho, sem ter a mão, as escoras e os esteios necessários para a sua segurança, nem dizendo a balança me levantar um de novo, sem ter primeiro pronto os materiais preciso. E tanto mais prudente e economia me devia parecer esta ordem natural e não a inversa quanto mais persuadido eu estivesse assim com a Vossa Excelência de que muito antes que sua Majestade fosse servida de mandar expedir a carta régia que continuo o seu amo, havia de ter sido informado por meus predecessores do estado desta capitania e do estado das colônias que a ela continham, pois que sendo reais as necessidades da mesma capitania e sendo reais as vantagens dos espanhóis pela fronteira do Paraguai, a dita perseguição não poderia deixar de

persuadir-me também da demora e do tempo que é preciso para que cheguem as providências, ainda as mais urgentes a estes últimos limites da América Portuguesa.¹⁰⁷

Após a leitura dessa correspondência percebemos mais uma vez a grandiosidade da fronteira oeste do Mato Grosso e as dificuldades que portugueses e espanhóis passavam para tentarem defender seus territórios e, também por isso, indígenas, escravos negros e soldados desertores conseguiram usar dessa geografia como estratégia de fuga.

Os rios Guaporé e Paraguai foram utilizados como rotas de fuga de escravizados negros que se instalavam, principalmente, nas missões de Moxos e Chiquitos, em quilombos nessa linha de fronteira, e no Forte de Borbón. Tanto na documentação do Forte de Coimbra como do Forte Príncipe da Beira, Vila Bela da Santíssima Trindade, Cuiabá, das missões jesuíticas, de Santa Cruz de la Sierra e Forte de Borbón pudemos analisar correspondências entre os governadores desses lugares - Mato Grosso, Bolívia e Paraguai - tentando resolver o problema da fuga de escravos negros e o enfrentamento indígena na região e que serão analisadas no capítulo 4.

Reforçamos também que esses rios são fundamentais para entendermos a ocupação indígena e suas estratégias nas conquistas luso-hispânicas no Mamoré, Guaporé e Paraguai. Dessa forma, não existiam barreiras naturais que impedissem os contatos, amistosos ou não, entre os diversos povos que ali conviviam¹⁰⁸, nem mesmo as fugas de escravizados e deserções de soldados militares.

¹⁰⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

¹⁰⁸ LUCIDIO, João Antonio Botelho. *'A Ocidente do Imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013, p. 31.

Capítulo 3 – Indígenas, escravidão negra e comércio na fronteira

As territorialidades indígenas na fronteira

Os luso-paulistas buscavam pelos Campos da Vacaria (hoje, Campo Grande, Mato Grosso do Sul) procurando pelo “remédio do sertão”, no caso, o cativo indígena que era o ponto de partida para as atividades produtivas quando chegaram em Cuiabá. Ainda durante a primeira metade do século XVIII, a despeito do encontro do ouro, a prática de apresamento indígena persistiu mudando de São Paulo e arredores para as minas de Cuiabá, Goiás e Vila Bela¹⁰⁹.

Segundo Thereza Martha Presoti, grupos como os “Paiaguá, Abipón, Mocovis, Toba, Pilagá, Mbayá pertenciam à grande nação dos Guaicurús e eram as tribos mais extensamente distribuídas na parte meridional e central do Chaco”¹¹⁰, no Pantanal, mas ao sul da capitania do Mato Grosso e mais próximos de Cuiabá, a autora cita os Pareci, Porrudos e Bororo. A autora conta milhares de indígenas que havia na região na época dos primeiros contatos e início da colonização, mas é difícil explicitar um número exato pela ausência de fontes que fizeram uma estimativa sobre o assunto.

E, corroborando com Presotti, João Lucidio, indica que os

maiores contingentes de índios trabalhando nas minas do Cuiabá eram de Bororo e Pareci: os primeiros por uma possível aliança com os conquistadores; já os segundos, apesar da índole pacífica, foram conquistados e descidos pela força das armas, o que não significa a ausência de vários dos povos que viviam na bacia do alto Paraguai naquelas conquistas.¹¹¹

¹⁰⁹ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 56.

¹¹⁰ PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial de centro da América do Sul – sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. UnB: DF. Tese de Doutorado, 2008, p. 40.

¹¹¹ LUCIDIO, João Antonio Botelho. *‘A Ocidente do Imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013, p. 173.

No mapa populacional de 1800¹¹² havia na capitania um total de 26836 habitantes, destes, conta-se, oficialmente, com 1015 indígenas, ou seja, somente 3% da população. Obviamente, que esse dado quantifica-se somente os indígenas que viviam em ambiente urbano, nas vilas de Cuiabá e Vila Bela.

Detalhe para a referência aos indígenas, que diferente da demografia dos países fronteiriços, Paraguai e Bolívia¹¹³, no Mato Grosso, em ambiente urbano a mão de obra indígena era bem menor do que de escravizados negros.

As bandeiras de apresamento que chegaram ao Mato Grosso no início do século XVIII tinham o objetivo de capturar índios para conduzi-los a São Paulo, onde seriam vendidos¹¹⁴. E, segundo o cronista Barboza de Sá¹¹⁵, os bandeirantes deixavam suas famílias, mas levavam consigo nas expedições número considerável de negros e índios para a execução dos mais diversos trabalhos.

No âmbito dessas expedições, o ouro foi encontrado primeiramente nas proximidades de Cuiabá:

o primeiro que subiu o rio Cuyabá foi Antônio Pires de Campos em procura do gentio Coxiponé, chegou a uma aldeia delles no lugar aonde esteve a capella de São Gonçalo [...], prendeu muitos e voltou para baixo em procura de mais frotas, que andavam por essas bahias solicitando as mais nações.

No seguinte anno [1719] prosseguiu Paschoal Moreira Cabral¹¹⁶ o mesmo rumo em busca dos Coxiponés, e não achando vestígio algum

¹¹² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: <<http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016, p. 126.

¹¹³ Sobre a demografia no Paraguai, em 1799, os indígenas representavam 31% da população, o que na fronteira com o Brasil, até por conta das missões jesuíticas, o número poderia ser bem maior de indígenas. Já na Bolívia, esse número chegava a 73% da população, que também na fronteira, por conta das reduções indígenas, esse número poderia aumentar. Ver mais em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5645/3601>; <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/politai/article/view/13879/14502>.

¹¹⁴ BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752 – 1798*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – ICHS/UFMT, 2007, p. 31.

¹¹⁵ SÁ, Joseph Barboza de. *Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato Grosso de seos princípios thé os prezentes tempos*. Coleção Ouro ou Mel. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura-MT, 1975.

¹¹⁶ Antônio Pires de Campos e Paschoal Moreira Cabral foram bandeirantes paulistas.

deles, subiu o rio Coxipó acima, e acharam ouro em granetes cravados pelos barrancos.¹¹⁷

Os achados auríferos do vale do rio Guaporé, da região de Vila Bela da Santíssima não foram diferentes. Segundo o relato dos *Anais de Vila Bela*, os bandeirantes Fernando e Arthur Pais de Barros, saídos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, procurando os indígenas Parecis para preação, fizeram a “experiência de ouro” em um ribeirão próximo à chapada de São Francisco Xavier do Mato Grosso, em 1734¹¹⁸.

Com aquele empenho com que os naturais de serra acima, chamados os paulistas, por ter a sua capital cidade de São Paulo, costumavam curvar os sertões à conquista do gentio, de cujo serviço tinham ainda mais ambição do que do ouro, por cujo respeito se foram descobrindo e habitando os sertões interiores desde Brasil, e daí se seguiam os descobrimentos das minas.¹¹⁹

A partir da fundação de Vila Bela, em 1752, o indígena foi utilizado como mão de obra na fundação de vilas, arraiais e na manutenção do território da fronteira oeste. A Vila capital foi fundada em região com habitantes majoritariamente indígenas, na qual havia poucos negros, que começaram a chegar em maior número a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, nas chamadas monções do norte¹²⁰.

Lucidio aponta outras as atividades dos indígenas no Mato Grosso:

¹¹⁷ SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

¹¹⁸ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 39.

¹¹⁹ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 39.

¹²⁰ BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752 – 1798*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História – ICHS/UFMT, 2007, p. 36.

Dados pontuais indicam-nos utilizados em serviços como os de guias, remeiros, coletores de frutas e mel silvestres, pescadores, caçadores, cultivadores de roças, como mineiros, em serviços domésticos, como artífices ou mesmo compondo corpos de milícias particulares dos homens conhecidos como “régulos do sertão”. Já as mulheres tanto podiam cuidar dos afazeres domésticos nas casas de seus administradores e trabalhar em suas roças; prestar serviços para outrem na vila, tais como os de lavar e passar roupas e vender comidas; bem como servir aos apetites sexuais dos colonos. São vários os casos de denúncias de que conviveram amancebadas com eles, dos quais pariram muitos filhos.¹²¹

Os indígenas da fronteira oeste entre portugueses e espanhóis foram aos poucos extinguidos ou se deslocando para as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos além da fronteira.

Esse vastíssimo terreno era povoado antigamente por numerosa gentilidade. Entrando, pouco a pouco, os sertanistas, pela banda do Mato Grosso, e os missionários de Espanha, pela parte oposta, se foi despovoando, com a diferença. Por isso que o gentio que dali livraram os missionários, se acha hoje muita parte dele estabelecida da banda ocidental em três missões: São Simão, São Miguel e Santa Rosa. Mas, o que conquistaram os nossos sertanistas, quase se extinguiu.¹²²

O documento relata o despovoamento das nações indígenas da região, mas ainda assim, percebemos, através da documentação, a presença indígena na região durante todo o século XVIII e XIX.

Encontramos uma carta na Biblioteca Nacional de Assunção, no Paraguai, que mostra as territorialidades indígenas da região fronteiriça. No centro da carta, o foco

¹²¹ LUCIDIO, João Antonio Botelho. *‘A Ocidente do Imenso Brasil’*: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750). Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013, p. 174.

¹²² AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 75.

principal é o rio Paraguai e seus afluentes, seguindo ao norte o rio Guaporé e Mamoré, e desses rios o autor apresentou os espaços dos indígenas no século XVI¹²³. O mapa foi criado pelo cartógrafo, criador de atlas e editor holandês Willem Janszoon Blaeu [1571-1638], e publicado por em Amsterdam, Holanda, pela editora Guiljelmus Blaeuw, em 1642¹²⁴ (ver Figura 4).

Figura 4: Paraguai e ou Província do Rio da Prata com regiões adjacentes Tucumán e Santa Cruz de La Sierra, século XVII

Fonte: Biblioteca Nacional de Assunção

¹²³ Biblioteca Nacional de Asunción, Assunção, Paraguai.

¹²⁴ Também disponível em: <https://catalog.princeton.edu/catalog/6473182>.

Essa fronteira oeste vivenciou múltiplas experiências de ocupação nessas territorialidades indígenas. E foram sobre as espacialidades nativas que se fundaram as circunscrições jurídicas, administrativas, de governo e eclesiásticas próprias do universo europeu, representadas pelas monarquias ibéricas, que as pleiteavam¹²⁵.

Destacamos em vermelho na Figura 4 as territorialidades de Moxos e Chiquitos que no século XVII tornaram-se espaços dominados pela Igreja Católica e transformados em missões jesuíticas.

Desde Santa Cruz de la Sierra, o Mamoré foi o principal dos rios navegados pelos hispano-americanos na planície amazônica. Quando os jesuítas, a partir de 1670/80, iniciaram seus trabalhos de catequese junto aos povos indígenas que viviam nas terras baixas, fizeram-no a partir daquele rio. Às suas margens, fundaram as primeiras e mais longevas das quantas reduções que vieram a constituir a missão de Moxos.¹²⁶

Outro espaço indígena destacado na Figura 4, em vermelho, refere-se aos índios Guaicurus que segundo João Botelho Lucidio

O povo indígena referenciado ora como Guaykuru, ora como Mbayá e também como Mbayá-Guaykuru, ou como Guaykuru-Mbayá, pode ser e pode não ser o mesmo. Após o primeiro século das conquistas hispânicas Guaykurus e Mbayás podem ter-se fundido e, desde então, foram reconhecidos como uma só “nação”. Viviam na orla ocidental do rio Paraguai da foz do Pilcomayo, ao sul, até a altura do rio Yabereri ao norte. A partir da segunda metade do século XVII, os já chamados Guaycurús-Mbayas passaram a ocupar também a margem esquerda do rio Paraguai. Segundo consta, instalaram-se no antigo país dos

¹²⁵ LUCIDIO, João Antonio Botelho. *'A Ocidente do Imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013, p. 27.

¹²⁶ LUCIDIO, João Antonio Botelho. *'A Ocidente do Imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013, p. 29.

Guaranis-Itatins, numa área que começava desde o rio Jejui, ao sul, e alcançava as proximidades do lago Xaraiés, ao norte. Devemos ressaltar que este território não era contínuo e seu uso era compartilhado com outros povos o que, muitas vezes, gerava conflitos.¹²⁷

Segundo Lucidio, desde os anos de 1640 esses índios Guaicurus/ Mbyás passaram a frequentar as terras onde existiu a Província Jesuítica de Itatins, uma área à margem oriental do rio Paraguai, entre a foz do rio Mboteteú ao norte e ao sul do rio Apa, passando também pelas margens do rio Ypané, somavam mais de 30 reduções jesuíticas.

Com relação à essa fronteira oeste ao sul da capitania do Mato Grosso, Andrey Cordeiro Ferreira escreve sobre os acordos e resistências que os índios Guaicurus tratavam com os portugueses e espanhóis na região.

A formação e multiplicação dos aldeamentos, a política dos presidentes de província de tratar com os “chefes indígenas” pela concessão de presentes e honrarias, a política de catequese e civilização, tudo isso pode se intensificar graças ao tratado com os Guaicurus, que passaram a colaborar com os portugueses na sua luta contra os espanhóis. De imediato, tal política beneficiava também os Guaicurus, porém, à medida que o processo de colonização avançava e as próprias estratégias indígenas se alteravam, tal colaboração revelava-se fatal para o sistema indígena e para a hegemonia Guaicurus.¹²⁸

Na documentação analisada percebemos a forte presença indígena nas correspondências oficiais e relatórios dos governadores, tanto do lado brasileiro, como do boliviano e paraguaio. No Mato Grosso, percebemos os indígenas em diversas situações, como: em região de fronteira, eram motivo de disputa para que houvesse aumento

¹²⁷ LUCIDIO, João Antonio Botelho. *‘A Ocidente do Imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013, p. 77.

¹²⁸ FERREIRA, Andrey Cordeiro. Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado Nacional: os índios Guaicurus e Guana no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX. *Revista de Antropologia*. São Paulo, SP: USP, 2009, v. 52, n. 1. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27332/29104>>. Acesso 29 set. 2016, p. 108.

populacional na formação das vilas fronteiriças; empregados no serviço público e militar e negociando com os militares na fronteira.

Em 1804, há um documento do comandante da povoação de Casalvasco – localizada na fronteira com os domínios espanhóis, próximo à capital, Vila Bela da Santíssima Trindade – que trata sobre os indígenas que se encontravam estabelecidos em ambiente fronteiriço, tentando convencer aqueles que estão do lado, então, espanhol a se estabelecerem do lado português da fronteira, dando incentivos como instrumentos para trabalharem com a agricultura em Casalvasco, estando à mercê dos conquistadores. Segue o documento:

Razões econômicas e políticas me obrigaram a determinar a Vossa Mercê vocalmente que remetesse para esta vila todos os índios que chegassem a essa povoação fugidos dos domínios espanhóis, porém como eles mostram grande repugnância em virem para esta capital [Vila Bela] e desejam ficar ali, juntamente com os outros que também ali [Casalvasco] se acham, não mandará Vossa Mercê daqui em diante mais alguns, afim de se não arrependerem muitos outros que é natural pretendam também fugir para os domínios portugueses, pois não convém dar o mais motivo de suspeita posto que mal fundada a esta gente que por natureza é muito desconfiada.

Com tudo posto se não possa conseguir de um golpe de mão como eu pretendia o útil fim do sólido e permanente estabelecimento destes índios nem por isso se deve desesperar da empresa ainda que seja preciso marchar com passos mais vagarosos e por isso processe Vossa Mercê não só promover a agricultura entre os índios que se acham estabelecidos nessa povoação porém também atrair a ela por modos delicados e dissimulados, quantos puder dos domínios espanhóis até que as circunstâncias me permitam depois que tiver passado para a nossa parte um grande número deles, podê-los remover dessa fronteira, aonde de nenhum modo convém conservá-los muito tempo, para um lugar mais central e sadio da capitania, onde com interesse do estado possam ser bem estabelecidos e tornarem-se cidadãos úteis e industriais.

Não teria dúvida alguma em fornecer aos sobreditos índios os instrumentos de agricultura que Vossa Mercê pede se não receasse que os mesmos índios depois de os conseguirem, voltassem com eles para Espanha, resultando-nos disso e o prejuízo e nenhuma utilidade. Entretanto mande-me Vossa Mercê uma relação dos instrumentos que serão necessários enquanto eu peço e sobre o modo de se poderem distribuir aos mesmos índios sem que a Real Fazenda tenha grande risco de os perder sem proveito algum.¹²⁹

Nessa correspondência entre o comandante de Casalvasco e o capitão-general da capitania de Mato Grosso, Manoel Carlos de Abreu de Menezes, estão evidenciadas as razões “políticas e econômicas” de convencer os indígenas a se estabelecerem do lado português. Foi comum essa prática na fronteira da capitania de trazer mais habitantes para os novos povoados.

Analizamos um documento, de 1822, que tratou do alistamento de um índio “espanhol”, ou seja, que se encontrava do lado espanhol da fronteira, na Companhia de Pedestres da Vila Maria do Paraguai – atual cidade de Cáceres, em Mato Grosso.

Registro da Portaria porque a Junta Governativa manda assentar praça de agregados à Companhia de Pedestres a Domingos Francisco, índio.

Ouvidor geral da gente de Guerra mande assentar praça de soldado agregado a Companhia de Pedestres do dia 10 de abril do corrente ano a Domingos Francisco, índio espanhol de idade de 25 anos, a qual se acha no destacamento de Vila Maria.¹³⁰

A Companhia de Pedestres da capitania de Mato Grosso foi criada por Antônio Rolim de Moura, primeiro governador da capitania, formada por, segundo ele, bastardos

¹²⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804.

¹³⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso. Correspondências. Fundo: Secretaria de Governo. Livro de Registro de Provisões, Bandos e Portarias. Governos de Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá. 1º registro de 21 maio 1821, último registro de 09 de set. 1825.

(filho de branco com índio), mulatos, caribocas (filho de negro com índio), índio puro, pela habilidade de serem bons rastejadores. Andavam sempre descalços de pé e perna, e seu único vestido é um jaleco e uma bombacha. As armas eram espingarda, uma bolsa de caça e uma faca de mato. Segundo Otávio Chaves, os soldados pedestres eram utilizados no envio de correspondências, nas guarnições que fiscalizavam a extração mineral, na vigília da fronteira com as missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos, entre outros¹³¹.

Na fronteira mais ao sul da capitania, limite com o Paraguai, encontramos vasta documentação que trata de invasão, acordos, atividades, negociações e vigilância dos indígenas entre o Forte de Coimbra (lado português) e o Forte Olimpo (lado espanhol).

Em correspondência, de 1823, do Forte de Coimbra, trata dos roubos – pela situação em que se encontravam – que os mesmos indígenas fazem aos paraguaios: “Constando que os nossos vizinhos paraguaios seguiram de roubos que nas suas instâncias tem feito os índios Guaicurus afim de evitar essas queixas e o procedimento daqueles bárbaros tão contrário ao direito das gentes”¹³².

Outra correspondência tratando sobre as principais notícias do Forte de Coimbra enviada ao presidente da província, encontrada no Arquivo Público de Mato Grosso, de 1824, percebemos a presença e dominação dos índios Cadiuéus ou Guaicurus na fronteira:

Depois do dito dia passado fiz sair uma canoa pequena a explorar o rio Negro e igualmente uma escolta armada por terra, voltando estes informaram-me eu os índios Cadiuéus tinham passado pelos campos próximos ao Forte Olimpo, tocando um grande número de animais cavalares e gado vacum e pela informação de uns índios que foram encontrados nos campos informaram que os Cadiuéus fizeram segundo roubo aos espanhóis.¹³³

¹³¹ CHAVES, Otávio Ribeiro. Militarização e povoamento da capitania de Mato Grosso, século XVIII. *Revista eletrônica Documento/ Monumento*. Cuiabá, MT: UFMT, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009, vol. 7, n. 1. Disponível em: < 200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-07.pdf>. Acesso 12 out. 2016, p. 15.

¹³² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Forte de Coimbra – ref atual F.C, cx. 01.

¹³³ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Forte de Coimbra – ref atual F.C, cx. 01.

Outro documento, de 1824, trata da utilização dos indígenas “espanhóis” que se encontravam na povoação de Casalvasco no serviço público da cidade de Mato Grosso. O documento relata que “o provedor da Fazenda Pública desta capital (Vila Bela) mandará assistir diariamente com anúncio de boca aos índios espanhóis, Domingos e Diogo José que acabam de chegar da povoação de Casalvasco e que se acham empregados no serviço público”¹³⁴.

Outra correspondência, de 1842, trata dos índios Enimas, “paraguaios”, que entram em contato com os moradores de Miranda, povoado próximo do Forte de mesmo nome, para negociar com os mesmos:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de ser informado por Brás Pereira Mendes, há pouco chegado de Miranda, onde habitualmente reside, que tem continuado com frequência por aquela parte da fronteira, as relações de tráfico com os índios Enimas que habitam a República do Paraguai, não já por intermédio de outros índios, mas diretamente, indo moradores de Miranda tratar com os mesmos índios dentro do território da República.

No Arquivo Nacional de Assunção há vasta documentação que comprova a existência dessas estratégias indígenas para permanecerem em seus territórios, fazendo alianças e acordos que mais lhe conviessem, à revelia de todas as imposições das instituições administrativas e religiosas coloniais.

Nas correspondências entre os anos de 1789 e 1813 há várias passagens sobre a convivência dos indígenas e do colonizador nessa fronteira. Ora os índios Mbayá eram considerados “amigos” dos portugueses, ora “amigos” dos espanhóis; sobre os índios Guaná a mesma referência e tentativa do colonizador de manter uma passividade já que precisavam desses indígenas como seus aliados. Percebemos que aquele colonizador que fazia mais aliança com os indígenas garantia sua sobrevivência e conquista territorial, mas nem sempre o indígena respondia com passividade essa tentativa do colonizador.

¹³⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso. Correspondências. Fundo: Secretaria de Governo. Livro de Registro de Provisões, Bandos e Portarias. Governos de Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá. 1º registro de 21 maio 1821, último registro de 09 de set. 1825.

Notamos, também a presença de mulheres indígenas nessa fronteira na linha de frente no cuidado do gado e cavalos e na negociação de melhor lugar para se estabelecer.

Aas correspondências do povoado de Borbón, do Forte de Borbón, com a capital, Assunção, encontramos relatórios que afirmam a tese levantada no parágrafo anterior:

Nos comunicou outro cacique que como os portugueses haviam mandado dois caciques da nação Mbaya, obrigando-lhes partirem de seus domínios que desejavam comunicar com eles, oferecendo muitas recompensas [tradução nossa].¹³⁵

Do que ocorre aos índios Mbayas devo dizer-lhe que têm comparecido nessa fortaleza nove caciques com que tenho tratado com passividade, e não duvido que consigam, segundo me têm demonstrado em suas produções e logo terem vindo assim que foram chamados por mim, experimentando que entre esses nove remeteu o cacique Cambá acompanhado de seus criados somente para obedecer meu chamado. Se comprometeram ao mesmo tempo solicitar a este índio Lorenzito e demais caciques aliados seus e de trazerem-lhe aqui para tratar de paz e segundo me disse o cacique Luiz Zavala que dentro de três a quatro dias de caminhada para o Forte de Coimbra solicitando a quem lhe tenho dado passaporte para transitar [tradução nossa].¹³⁶

Apareceu o embaixador cacique Luiz Zavala Mbaya da parte ocidental com quatro companheiros e um cacique Guaná chamado Francisco, e assim como os primeiros Vossa Mercê submeta o necessário para sua manutenção e na inteligência que todos marcham de acordo com esta província [tradução nossa].¹³⁷

¹³⁵ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1797.

¹³⁶ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1797.

¹³⁷ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1797.

Participo a Vossa Mercê que entre a nação Mbaya da parte oriental, parciais do cacique Lorenzo e amigos dos portugueses, se acham um cacique chamado Santiago Niquenigui e outro índio particular a nação chamada Cotipelaguisá [?] que esses ameaçaram passar a roubar e essa vila do comando de Vossa Mercê e como o Senhor Governador me preveniu que imediatamente dê parte a esse comandante de qualquer novidade contrária que ocorra entre essas nações, dou aviso a Vossa Mercê [tradução nossa].¹³⁸

Ontem passaram para a banda oriental três caciques da nação Guaná, nossos amigos, com cinquenta e nove soldados, 16 rapazes e 44 mulheres com 15 bebês a fim de incorporarem-se com o cacique nos campos da guarda do rio Apa [tradução nossa].¹³⁹

Saída desse povoado de um bote com suprimentos com ajuda dos índios Paiaguás [tradução nossa].¹⁴⁰

Os caciques dessa banda ocidental [do rio Paraguai-espanhóis], nossos amigos, tem dado notícia que três da parte oriental [do rio Paraguai-portugueses] com pouca gente passaram o rio com o fim de roubar cavalos e gado e matar se puderem algum espanhol na jurisdição dessa vila e como esses avisos jamais são de depreciar. Que Vossa Mercê tome as atitudes necessárias [tradução nossa].¹⁴¹

¹³⁸ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1798.

¹³⁹ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1798.

¹⁴⁰ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1799.

¹⁴¹ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1799.

Novidade acerca dos índios de Coimbra que tentaram assaltar as fronteiras da vila real com ajuda das armas e balas dos portugueses [tradução nossa].¹⁴²

Despacho nessa ocasião na canoa e a cargo do cabo dela uma mulher chamada Josefa que os índios Mbayas, amigos dos portugueses prenderam em seus assaltos na fronteira da Vila Real. A qual na ocasião que mandei a canoa a Coimbra pude falar com ela e me mandou suplicar chorando que lhe fizesse a caridade de tirá-la dos infiéis que em mim tinha todas as suas esperanças e como a poucos dias depois vieram os caciques daquela parte avisar-me lhes trate em particular a que me deu sua palavra, que a seu regresso falariam com o amo dela e a me trariam e como quando eles chegassem, os portugueses a haviam resgatado. Havendo sabido com os portugueses que eu me interessava por ela, me mandou sem interesse de pagar nada [tradução nossa].¹⁴³

Com os demais caciques de sua nação residentes na banda ocidental do rio Paraguai trataram de conter e retirar as nações Guanás e ainda se mantiveram nos êxitos da Vila Real e seguiram com suas hostilidades a fim de que se fixara uma grande tranquilidade em circunstâncias desses eram os revolucionários, pois eles em virtude da nossa aliança se haviam reduzido das imediações da nossa fortaleza e se mantêm tranquilos nos seus lugares [tradução nossa].¹⁴⁴

Por ser urgente resguardar outra parte do rio Apa, muito mais acima do forte de mesmo nome e apontado a dom Juan Manuel Gamarra para que passe ali e construa um novo forte, por ser esse caminho o mais reto para a entrada dos índios bárbaros a hostilizar as fazendas em benefício da erva [mate] e o mesmo para os portugueses que segundo sabemos se

¹⁴² Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1799.

¹⁴³ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1808.

¹⁴⁴ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1813.

acham unidos com eles e temos notícias se acham nesses campos e ali se acham guarnições contra essa gente [tradução nossa].¹⁴⁵

O comandante de São Carlos del Apa me disse que o cacique Guaná chamando Vicente lhe deu notícia que em Coimbra tem chegado muito tropa, que esta lhe adquiriu dos índios Mbayas que chegaram daqueles estabelecimentos. E também que os índios Mbayas tinham visto uma mulher com dois filhos, um já homem e um pequeno com bastante cavalos que haviam transportado daqui e se passaram para Coimbra. Me indaguei se essa mulher não havia fugido daqui [tradução nossa].¹⁴⁶

Chegaram os índios bárbaros Guaná que não querem deixar suas plantações e trabalho, nem ficar nos estabelecimentos portugueses, nem serem catequizados. Estamos dissuadindo de todos os meios que dita a providência e tranquiliza-los [tradução nossa].¹⁴⁷

Percebemos também a árdua tarefa por parte dos indígenas que além de estarem protegendo seu território do colonizador, tinha ainda que lidar com as disputas territoriais antigas entre as diferentes nações indígenas que havia na região. Nos documentos citados acima, Mbayá e Guaná estão juntos na negociação com portugueses e espanhóis; abaixo, outros documentos relatam desentendimentos entre os mesmos:

A fim de tratar dos assuntos dos Guanás que se acham na redução de Taquati que quiseram mudar para o povoado de Itape por estarem contra os Mbayas da redução do meu cargo e agora se acham nesse parecer cristão [tradução nossa].¹⁴⁸

¹⁴⁵ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1801.

¹⁴⁶ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1808.

¹⁴⁷ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1808.

¹⁴⁸ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 365N1, 1789.

Noticie a Vossa Mercê que o índio Luiz Zavala Mbaya passou a Coimbra a pedido do cacique Lorenzito e demais aliados seus e voltou dizendo que não pode chegar pois tinha sido atacado por uma porção de índios da nação Guayquiles [tradução nossa].¹⁴⁹

Thereza Presotti tenta mostrar um pouco do “olhar” indígena acerca da colonização europeia, e fazendo um resumo sobre as estratégias dos indígenas em situação de conquista do Mato Grosso, elucida:

Dessas percepções da conquista, algumas pegadas deixadas pelos próprios índios os evidenciam nas metamorfoses decorrentes da situação colonial, e sujeitos da sua própria história, participantes nas relações de conquista e colonização, mesmo que nos filtros dos olhares dos colonizadores paulistas portugueses. Das narrativas se pode ouvir dos Paiaguá os seus “urros” com lanças de ponta de ferro e vestidos em ricas roupas nos ataques às monções cuiabanas, os Guaicurus montados em cavalos que vieram nos barcos espanhóis e se transmutaram em índios cavaleiros, um Guató “doméstico” manifestando sua indignação e desforra, e outro índio da nação Guató dando tiros certos de espingardas nos Paiaguá e alguns Paresi que salgavam peixe no rio Cuiabá. No aspecto mais coletivo, as fugas, as mortes de administradores, os ataques às roças.¹⁵⁰

Baseando-nos na documentação analisada, percebemos que esses indígenas estabelecidos na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia eram figuras importantes na negociação de seu espaço, que não estavam isolados e muito menos passivos dentro desse contexto das disputas coloniais na fronteira. Nossa pesquisa corrobora com a de Marta Maria Lopes quando a autora coloca que as relações entre as diferentes etnias e com o

¹⁴⁹ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1797.

¹⁵⁰ PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial de centro da América do Sul – sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. UnB: DF. Tese de Doutorado, 2008, p. 245.

colonizador devem ser identificadas não somente como momentos de conflito e submissão dos índios, já que “praticavam a agricultura, a pecuária e abasteciam os fortes, fazendo trocas comerciais”¹⁵¹.

A escravidão negra em Mato Grosso

A escravidão negra no Mato Grosso se deu, inicialmente, por causa da mineração, com a exploração aurífera portuguesa na região, ainda no século XVIII. Mas não só para a mina foi necessária a mão de obra escrava, como também para a agricultura, pecuária, para o engenho, o transporte, o comércio, para a construção, carpintaria, para o remo, o trabalho doméstico, para a segurança da fronteira entre os domínios hispânicos e portugueses, para a segurança das vilas e cidades portuguesas na região, para a construção dos fortes fronteiriços, entre outros¹⁵².

O total de escravizados negros na capitania de Mato Grosso em 1800 seria de 11.910 habitantes que se encontravam em ambientes urbanos, do total de 38.746, ou seja, 30,7% da população.

Nesse mapa da população da capitania de Mato Grosso no governo de Caetano Pinto de Miranda Monte Negro, mostrou que viviam em Cuiabá um total de 26.836 habitantes, sendo que desse total 44, 3% eram escravos, ou seja, 11.910 entre pretos e pardos. No caso específico de Vila Bela, capital fronteiriça, aumentava a porcentagem de escravizados por número total de habitantes, eram 7.105 habitantes, dos quais 3.980 eram escravos, ou seja 56% da população¹⁵³. A seguir, do mesmo documento, seguem algumas tabelas mais detalhadas sobre a população livre, indígena e escravizada negra da capitania, mostrando, em especial, as duas principais vilas da época, Cuiabá e Vila Bela.

¹⁵¹ LOPES, Marta Maria. Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Rondonópolis, MT, 2008, v. VII, n. 7. Disponível em: < periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/125/116>. Acesso 12 out. 2016, p. 91.

¹⁵² Ver BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988; VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

¹⁵³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSScXNwYldQZlFteXM/view>. Acesso 25 set. 2016, p. 121.

Tabela 1 – HABITANTES EM VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, 1800		
Categorias	Nº Habitantes	%
<i>1. Habitantes livres</i>	<i>7.105</i>	<i>100,0</i>
Brancos	504	7,1
Índios	131	1,8
Pretos	5.163	72,7
Mulatos	1.307	18,4
<i>2. Escravizados</i>	<i>3.980</i>	<i>100,0</i>
Pretos	3.848	96,7
Mulatos	132	3,3
<i>3. Total de Vila Bela</i>	<i>11.085</i>	<i>100,0</i>
Habitantes livres	7.105	64,1
Escravizados	3.980	35,9

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Tabela 2 – HABITANTES EM CUIABÁ, 1800		
Categorias	Nº Habitantes	%
<i>1. Habitantes livres</i>	<i>19.731</i>	<i>100,0</i>
Brancos	3.738	18,9
Índios	884	4,4
Pretos	9.142	46,3
Mulatos	5.997	30,3
<i>2. Escravizados</i>	<i>7.930</i>	<i>100,0</i>
Pretos	7.106	90,0
Mulatos	824	10,0
<i>3. Total de Cuiabá</i>	<i>27.661</i>	<i>100,0</i>
Habitantes livres	19.731	71,3
Escravizados	7.930	28,7

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Tabela 3 – HABITANTES DA CAPITANIA DO MATO GROSSO, 1800		
Categorias	Nº Habitantes	%
<i>1. Habitantes livres</i>	26.836	100,0
Branços	4.242	15,8
Índios	1.015	3,8
Pretos	14.275	53,1
Mulatos	7.304	27,2
<i>2. Escravizados</i>	11.910	100,0
Pretos	10.954	92,0
Mulatos	956	8,0
<i>3. Total da capitania de MT</i>	38.746	100,0
Habitantes livres	26.836	69,3
Escravizados	11.910	30,7

Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A historiografia vem mostrando a cruel e penosa viagem que os negros africanos faziam dos portos de Angola ou Benguela até o Rio de Janeiro, e que a viagem não terminava aí. Deste último porto até as minas do Mato Grosso, a viagem podia durar meses:

Do Rio de Janeiro às minas do Cuiabá e Mato Grosso iniciavam uma nova viagem, igualmente penosa e repleta de novos perigos, como o enfrentamento de ataques indígenas durante o caminho, o perecimento por doenças tropicais e a extensa jornada, que poderia ter a duração de meses, por qualquer das rotas.¹⁵⁴

Os negros africanos que aportavam no litoral brasileiro poderiam chegar até o Mato Grosso por três vias: pelas monções do sul, saindo do Rio de Janeiro; pelas monções do norte, saindo de Belém; e pelo caminho por terra saindo da Bahia, passando por Goiás, chegando até Cuiabá e Vila Bela.

¹⁵⁴ RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “Homens de Ferro, Mulheres de Pedra”: resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHS. Tese de doutorado em História – ICHS/UFMT, 2015, p. 157.

Na bibliografia compulsada pudemos observar que a maior parte dos escravizados que chegavam em Mato Grosso vinham pelas monções do sul, pois, “por deter a maior oferta, o Rio de Janeiro podia baratear o preço, o que não acontecia com a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no fornecimento à capitania de Mato Grosso”¹⁵⁵.

Sobre a origem étnica e também via de chegada dos africanos para Mato Grosso, Bruno Pinheiro Rodrigues, analisando bibliografia sobre a escravidão em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX, destaca que houve uma

predominância de “bantus” sobre “sudaneses” na Capitania/Província de Mato Grosso, uma vez que as rotas provenientes do sudeste brasileiro foram responsáveis por maior parte do abastecimento de cativos na região, em maior ou menor grau. Nesse bojo, importa observar que, com a falência da Companhia Grão-Pará e Maranhão, a posição do Rio de Janeiro, como maior porto fornecedor de escravizados para o Mato Grosso, se intensifica através das relações comerciais com paulistas; estes negociavam escravizados no Rio de Janeiro, que desde o final do século XVIII havia assumido a posição de principal fornecedor de escravizados do território luso-brasileiro.¹⁵⁶

Os povos africanos conhecidos como “bantos” foram o primeiro grupo africano trazido como escravizado para o Brasil e, baseada em Mary Karasch¹⁵⁷, Isânia Silva diferencia os bantos e sudaneses:

os sudaneses são da região do Níger, na África Ocidental. Dentre eles, se destacam os nagôs (yorubas) da Costa dos Escravos, os jêje da mesma região e os mina da Costa do Ouro. Dos três grandes ramos sudaneses – ocidentais, centrais e orientais - vieram principalmente para

¹⁵⁵ RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “*Homens de Ferro, Mulheres de Pedra*”: resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHS. Tese de doutorado em História – ICHS/UFMT, 2015, p. 157, p. 52.

¹⁵⁶ RODRIGUES, op. cit., 2015, p. 182.

¹⁵⁷ KARASCH, Mary C. Vida dos escravos no Rio de Janeiro: (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras, 2000

o Brasil, em ordem de importância, os ocidentais (nagô, gêge, mina, mandinga) e os centrais (haussa, bornú, kanúri). Os bantos, entre eles os congo e angola, vivenciando uma cultura bastante diferenciada da dos sudaneses, foram introdutórios no Brasil de elementos culturais que marcaram as tradições populares das festas do boi, capoeiras, batuques assim como danças, ritmos, instrumentos musicais.¹⁵⁸

No inventário do capitão José Pinheiro de Lacerda, do Forte Príncipe da Beira, de 1824¹⁵⁹, há a origem dos seus 25 escravos. Na tabela baseada no inventário, percebemos a predominância da origem de africanos bantos se comparado a de sudaneses no Mato Grosso, corroborando com a tese levantada acima de Bruno Pinheiro Rodrigues. Os bantos representavam 36%, os sudaneses 20%, e os criolos e nascidos no Brasil, 44%. A predominância de criolos, e dentre os africanos, os bantos, deve-se seguramente à conjuntura do tráfico atlântico que a essa altura tinha-se descolado para o sul da África, comparando com os séculos anteriores.¹⁶⁰

¹⁵⁸ SILVA, Isânia das Graças. *Identidades étnicas dos escravos em Vila Rica dos setecentos*. São João Del Rei, MG: UFSJ. Monografia de Pós-Graduação em História, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/pghis/monografias/identidade.pdf>>. Acesso 5 out. 2016, p. 27.

¹⁵⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) – Forte Príncipe da Beira – Ref. Atual: F. PB – cx 01.

¹⁶⁰ Ver mais sobre Tráfico Atlântico em: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Tabela 4: Inventário dos escravizados pertencentes ao capitão José Pinheiro de Lacerda, Forte Príncipe da Beira, 1824

Nome	Procedência	Região de Origem
1. Antônio	Congo	Banto
2. Pedro	Congo	Banto
3. José	Benguela	Banto
4. Manoel	Cabo Verde	Banto
5. Caetano	Benguela	Banto
6. Ignês	Cabo Verde	Banto
7. Havier	Benguela	Banto
8. Domingos	Angola	Banto
9. Gonçalo	Monjolo	Banto
10. Agostinho	Mandinga	Sudanês
11. Joaquim	Nagô (Nigéria)	Sudanês
12. Anna	Mina	Sudanês
13. Anna	Nagô (Nigéria)	Sudanês
14. Manuel	Kaabu (Reino africano de Guiné Bissau)	Sudanês
15. Joaquim	Mulato	
16. Estevão	Crioulo	
17. Bento	Crioulo	
18. Libório	Crioulo	
19. Ricardo	Crioulo	
20. Antonio	Crioulo	
21. Gabriel	Crioulo (de menor)	
22. Anna	Crioula	
23. Catharina	Crioula	
24. Delfina	Crioula	
25. Selviria	Crioula	

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) – Forte Príncipe da Beira – Ref. Atual: F. PB – cx 01.

No mesmo inventário de José Pinheiro de Lacerda citado acima, de 1824, capitão do Forte Príncipe da Beira mostra também a especialidade de alguns de seus 25 escravos, sendo que 1 (um) deles atuava como barbeiro e 2 deles como sapateiros¹⁶¹.

Sobre o preço pago pelos escravizados no final do século XVIII, na capitania de Mato Grosso, na *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*¹⁶², o naturalista português, sobre essa expedição que fez de 1783 a 1792, coloca que um escravizado na capitania chegava pelo custo de 165 mil réis, podendo ser vendido a 220 mil réis.

Ver-se-á que custando naquela cidade [Bahia] em 1788 cada negro mina [sudanês] à razão de 130\$000 réis, sendo enlotado, não chega a Mato Grosso por menos custo de 165\$000 réis. Isto é na suposição de não ter havido morte, nem outro algum descaminho. É verdade que mais cômodos são os preços dos angolas e benguelas; porém estes para os trabalhos das minas aturam menos e fogem mais. Pelo Rio de Janeiro mais em conta sai a sua introdução; tanto porque todos eles são angolas e benguelas [bantos]; como por se não estenderem os direitos da saída a mais de 5000 réis; além de não ser tão morosa aquela jornada. Pelo Pará, que ela em todo o sentido, principalmente pela navegação, sai a mais cômoda que pode ser, bem pouca ou nenhuma se faz; pelo menos nos dois últimos anos antecedentes. Donde se segue, que em Mato Grosso bom escravizado não custa menos de 170\$000 réis. Vendem-se a 190\$, 200\$ e 220\$ réis.¹⁶³

Comparando com os preços de outros produtos na mesma época, o mesmo Alexandre Rodrigues Ferreira declara:

¹⁶¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) – Forte Príncipe da Beira – Ref. Atual: F. PB – cx 01.

¹⁶² SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007.

¹⁶³ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 57.

O alqueire de milho, que é o pão da terra, custa 480 e 600 réis. A farinha de mandioca, 1500 e 1800 réis. O arroz, 3000 até 3600 réis. O feijão, 1800 até 2400 réis. Uma arroba de açúcar feito no país 4800 réis; e o mesmo o de aguardente de uva, de azeite de oliveira, de vinagre etc. uma garrafa de água de Inglaterra, 4800 réis.¹⁶⁴

O preço de um boi não passa de 2\$500 réis e o de uma vaca de 1\$600 réis.¹⁶⁵

Além das atividades destacadas no início desse tópico sobre a escravidão negra em Mato Grosso, mencionadas outrora pelas historiadoras Maria de Lourdes Bandeira e Luiza Rios Ricci Volpato, pudemos observar na documentação analisada outras atividades desenvolvidas pelos escravizados negros no Mato Grosso, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX.

Do mesmo documento já citado escrito por Alexandre Rodrigues Ferreira, quando o naturalista descreve sobre os problemas que as minas auríferas de Mato Grosso estavam passando, ele coloca que algumas lavras estavam sendo trocadas por canaviais e algodoais e os escravos, também estavam sendo deslocados de suas funções iniciais...

muitos mineiros transformados em senhores de engenho de açúcar, e aguardente de cana; outros empregando seus escravizados sem fiar e tecer o algodão. De aguardente e de açúcar juntamente, conto eu no distrito de Mato Grosso treze engenhos, e de açúcar infelizmente três.¹⁶⁶

¹⁶⁴ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitâneas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 61.

¹⁶⁵ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a expedição philosophica pelas capitâneas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 153.

¹⁶⁶ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitâneas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 62.

E sobre os escravizados de um mineiro rico do Mato Grosso, o mesmo naturalista expõe sobre suas atividades:

De sessenta escravizados que possui um mineiro que se trata, dois servem de pajens para acompanhar; um é barbeiro; outro alfaiate, outro sapateiro; dois são cozinheiros; um é moço do gado, dois tratam da cavalaria. De oito até dez raparigas escravas, duas são moças da costeira; outra é tia de algum menino; as mais delas vivem no estado de uma perfeita ociosidade [grifo nosso].¹⁶⁷

A *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, parte primeira, de 1865, traz uma correspondência intitulada “Na construção do Forte Príncipe da Beira e conservação de outros estabelecimentos”, de 1779, Vila Bela, de autoria de Martinho de Mello e Castro remetendo ao capitão-general da capitania na época, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - governador de Mato Grosso de 1772 a 1789 - sobre as dificuldades da construção do forte, uma delas é a falta de mão de obra, e para resolver o problema, declara que

faltam ainda verdadeiramente vários outros recursos necessários, como são os competentes artífices e operários que se deveriam empregar, de maneira que sobre alguns remetidos do Pará depois das mais excessivas delongas e despesas fui obrigado por último a mandar vir um mais considerável número deles, que hão de ser escravizados do Rio de Janeiro, aonde a referida encomenda, sobre a conta da Real Fazenda, se fez há perto de um ano.¹⁶⁸

¹⁶⁷ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < <http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016, p. 62.

¹⁶⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: < <http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016, p. 122.

Em 1799, uma correspondência a Caetano Pinto de Miranda Montenegro dizia sobre uma nova povoação e para ajudar a construí-la e povoá-la (construindo armazéns, quartéis, oficinas, plantando e criando animais) foi necessário o uso de mão de obra escravizada negra, como mostra o documento a seguir:

No dia 9 de julho do mesmo ano saiu de Vila Bela o ajudante Manuel Rebelo Leite com dois inferiores e seis soldados dragões, sessenta pedestres e vinte escravizados da Real Fazenda e do Forte Príncipe da Beira levou mais um dragão e dez escravizados da minha Real Fazenda. Foi estabelecer-se na Cachoeira do Ribeirão por ser a mais trabalhosa de todas e ao mesmo tempo lugar próprio para uma nova povoação. Ali construiu os armazéns, quartéis e mais oficinas que a Vossa Excelência constavam no mapa junto que me remeteu o dito ajudante e está construindo duas igarités de cem cargas, duas menores e quatro montarias. Fez uma boa cultura de milho, feijão, arroz, bananais, aipim, mamona, amendoim, tabaco, algodão, melões, melancias, e hortaliças que faziam parecer com as criações de porcos, galinhas, cabras e outros animais, antigo aquele estabelecimento quando apenas contava alguns meses de existência.¹⁶⁹

Um regimento procedido em 1800 trata de algumas proibições, dentre essas, encontramos as atividades das chamadas “negras de tabuleiro” próximas às minas do Paraguai Diamantino, vila de Diamantino, atual cidade de Diamantino no Mato Grosso:

Não deverá consentir que nas minas do dito Paraguai Diamantino, suas imediações hajam lojas, tendas, tavernas e mais casas públicas, nem que andem mascates com fazendas pelos serviços, nem pretas, ou outras pessoas com tabuleiros pelas senzalas e lavras do dito rio, procedendo Vossa Mercê a prisão contra toda a pessoa que o contrário fizer, a fim

¹⁶⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804. Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

de sofrer as penas estabelecidas no artigo 11 do bando de meu antecessor com data de 1 de abril de 1800.¹⁷⁰

No ano de 1806, dos *Anais do Cuiabá* e num ofício da Câmara Municipal da cidade de Mato Grosso (antes Vila Bela da Santíssima Trindade), de 1835, destacamos a presença de escravizados negros nos serviços públicos como na cadeia pública de Cuiabá e na câmara municipal da cidade de Mato Grosso: “ofereceu de ir o carcereiro [da Cadeia Pública], acompanhado de seu escravizado tão somente para fazer a limpeza da litrina”¹⁷¹ e “dos bens que esta câmara possui, são as casas de suas sessões, uma sesmaria de quatro léguas de terras lavradas, um escravizado velho e uma casa que serve de arranques pela total decadência do governo desta província [...]”¹⁷².

Nos documentos do Arquivo Nacional de Assunção encontramos diversas citações de escravizados negros trabalhando como remadores e entregadores de cartas, em 1808, fazendo a travessia do rio Paraguai do Forte de Coimbra ao Forte de Borbón¹⁷³.

Um bando publicado em Vila de Nossa Senhora da Conceição do Paraguay Diamantino do Arquivo Público do Mato Grosso destaca a atividade dos escravizados capineiros, através das posturas municipais, em 1823¹⁷⁴.

Um documento que trata da receita pública da cidade de Mato Grosso destacamos a atividade de um escravizado de ganho, quando este é alugado de um senhor particular para alguma atividade extra, em 1829. Nesse caso, a câmara municipal da cidade alugou

¹⁷⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1804–1805. Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Manuel Carlos de Abreu Menezes.

¹⁷¹ SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 178.

¹⁷² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1835 – Ofício Câmara Municipal – 03/07/1835 – Cidade do Mato Grosso – 4 doc – Ref. Anterior 1835 A1 (cx) – Ref. Atual cx 01 C MT.

¹⁷³ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Documentos avulsos – Divisão de obras raras e publicações – Seção de manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cat. 33, cx.2, 1791; Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1; Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1.

¹⁷⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo. 1821 a 1825. Livro de registros de portarias, provisões, bandos e portarias. Governo de Francisco de Paula Magessi de Carvalho.

o escravizado da senhora D. Anna da Cunha e Arruda para trabalhar como passador no rio Sararé, na estrada geral que ia da cidade de Mato Grosso até o arraial do Pilar¹⁷⁵.

No Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 04 de janeiro de 1831, mostra o escravizado como negociante quando coloca no artigo 25 que

nenhum negociante ou taberneiro comprará de escravos gêneros e coisas quaisquer sem preceder expressa licença de seus senhores, únicos que podem conceder autorização com a pena de pagar 12\$000 reis ou dez dias de cadeia, pela segunda vez o dobro, pela terceira a três dobros, e caçar-se a licença para nunca mais vender no termo.¹⁷⁶

Ainda sobre as atividades dos escravizados no Mato Grosso, do mesmo Código de Posturas Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, de 1831, destacamos um artigo que mostra os escravizados trabalhando nas fazendas de criação de animais e plantação.

Todo fazendeiro de crias e de cultura serão obrigados a tirar um formigueiro por ano por cada um dos escravos de trabalho com a pena de serem multados na quantia de 600 reis por escravo para as obras do Conselho quando se verifique perante o juiz de paz do distrito que não cumpriu notado, ou em parte esta disposição cuja pena será ocasionado omissão.¹⁷⁷

¹⁷⁵ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1830 – Conta Corrente – 4 doc – Câmara Municipal – ref. Anterior LT 1830 A cx. – ref. atual: Cx 01 C. MT.

¹⁷⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1831, Janeiro, 04 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 04 de janeiro de 1831. Referência atual: BR APMT. PM 01 – caixa 01.

¹⁷⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1831, Janeiro, 04 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 04 de janeiro de 1831. Referência atual: BR APMT. PM 01 – caixa 01.

Todas essas atividades citadas referentes ao trabalho dos escravizados negros no Mato Grosso comprovam a necessidade que tinham dessa mão de obra, não só na mineração ou na agricultura.

Economia, comércio e contrabando na fronteira

O principal motivo da ida de escravizados negros ao Mato Grosso foi a mineração, no entanto, outras economias foram desenvolvidas na região juntamente com a mineração.

Além da produção aurífera, principalmente, de ouro e diamante, houve também o desenvolvimento da lavoura com o cultivo de muitos gêneros como milho, arroz, feijão, abóbora, e também da criação de gado, porco e galinha, além do desenvolvimento de um intenso comércio interprovincial.

As rotas comerciais feitas com a capitania de Mato Grosso eram feitas, principalmente, através das monções do sul e das monções do norte, além do caminho terrestre de por Goiás.

Composta de canoas cheias de mercadorias, as monções do sul faziam o sentido São Paulo – Cuiabá que segundo Marcos Amorim, essas “embarcações saíam de Ararituaba (SP) levando mercadorias como sal, artigos de luxo, escravos, aves, equinos, muares, gado vacum e voltavam de Cuiabá apinhadas de arcas de grossas ferragens contendo muito ouro, sob o olhar vigilante das escoltas e dos provedores de minas”¹⁷⁸.

Já, as monções do norte também eram canoas que navegavam através dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé e abasteciam a capitania e faziam o sentido Vila Bela – Pará¹⁷⁹.

¹⁷⁸ AMORIM, Marcos Lourenço de. Monções: canoas de histórias nos rios do ouro cuiabano. *Revista de História da UFMS/CPCX*. Coxim, UFMS, set 2014, v. 1, n. 1. Issn 2358-6524. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/moncx/article/download/143/52>>. Acesso 16 set. 2016, p. 7.

¹⁷⁹ ROGRIGUES, Nathália Maria Dorado. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778). Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2008, p. 77. Ver mais em: COSTA, Maria de Fátima. Rios amazônicos em registros de demarcadores e naturalistas. Universidade de São Paulo, 3º *Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. Agendas para História da Cartografia Iberoamericana São Paulo, abril de 2010. Disponível

O caminho terrestre feito da capitania de Goiás para a de Mato Grosso, também conhecido como Estrada do Cuyabá, aberto em 1737, serviu de caminho alternativo à rota fluvial feita pelas monções do sul. Esse caminho saía de Vila Boa de Goiás, seguindo a direção oeste, passava por Cuiabá e seguia até Vila Bela da Santíssima Trindade. A partir da Estrada do Cuyabá era possível chegar ao Caminho dos Currais e Bahia, este último tinha como objetivo prover as zonas mineradoras de carne bovina, gado, cavalos, muares e conectar a região das minas ao porto da Bahia por onde chegavam escravizados africanos e produtos europeus¹⁸⁰.

Segundo Alcir Lenharo, os caminhos por terra complementavam o trabalho das monções fluviais do sul e norte. As monções terrestres eram conduzidas por bois e cavalos, por isso tinham a vantagem de poder vendê-los como mercadoria durante as viagens de negócio, já que não havia muito para levar de volta. As monções fluviais tinham preferência, pois os custos das viagens terrestres eram mais altos, além disso as mulas não tinham condições de carregar utensílios de grande porte, como canhões¹⁸¹.

em: <<https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/maria-fatima-acosta-3siach-2010.pdf>>. Acesso 31 out. 2018.

¹⁸⁰ BARBO, Lenora de Castro. Os Itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no século XVIII. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Braga, Portugal. 4 a 7 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14330.pdf>>. Acesso 16 set. 2016, p. 441.

¹⁸¹ LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: EdUFMT, 1982, p. 20.

Mapa 2: Monções do Norte e Monções do Sul, século XVIII

Fonte: Elaboração própria

Essas rotas comerciais serviram a capitania de diversos produtos e mão de obra escrava negra, mas também houve o desenvolvimento da agricultura e pecuária na região.

Sobre a economia voltada à mineração, há um regimento, de 1809, do Rio de Janeiro e escrito pelo Conde de Aguiar que tratou da extração de diamantes na capitania Mato Grosso, feita por particulares usando mão de obra escravizadas.

Regimento Provisional para a junta da gratificação dos diamantes que e extraírem no distrito do Cuiabá, da capitania de Mato Grosso.

A junta será composta do juiz de fora que servirá de presidente, do capitão mor, do vereador mais velho, e do professor de filosofia sendo cada um destes denúncias em segredo para proceder na conformidade das leis contra todos os que negociarem em diamantes ou os venderem a qualquer pessoa, sendo em tal caso extraviadores, pois que só fica permitido a qualquer pessoa de toda a ordem e condição que seja a apresentar à junta dos diamantes todos os que extrair do seu trabalho próprio para receber a gratificação que Sua Alteza Real se dignou conceder por efeitos da sua real generosidade.

O juiz de fora procederá contra os senhores que castigarem os seus por haverem entregues diamantes à junta, ou privarem os mesmos escravizados da remuneração que lhes der, sendo em tal caso castigados com trinta dias de cadeia e com o pagamento de dobrada remuneração a favor do escravo, guardando-se esta em depósito para sua liberdade, que se lhe há conferida logo que a quantia depositada chegue a da avaliação judicial do mesmo escravo.¹⁸²

A extração de diamantes era um monopólio real, e nas minas que eventualmente fossem encontrados os minerais ficavam sob guarda, e só puderam ser exploradas a partir de 1805, com a liberação da extração de diamantes para particulares¹⁸³.

Ainda sobre a atividade aurífera em Mato Grosso, um regimento de 1835, trouxe uma descrição das necessidades que há na cidade do Mato Grosso (antiga capital da província, Vila Bela da Santíssima Trindade), e uma delas tratou da necessidade de uma empresa que investisse na extração de minérios na região, que segundo o presidente da câmara municipal da cidade, ainda era uma região muito próspera para tal atividade. Segundo o então presidente, “faz-se preciso uma Companhia de Mineração para extrair o ouro das ricas minas que tem esta comarca, estas são necessárias mais urgentes deste município que precisam providências enérgicas para a prosperidade delas”¹⁸⁴.

¹⁸² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de cartas Régias e Provisões recebidas – Governo de João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – 1º Registro: 14/07/1806, último registro: 27/10/1810.

¹⁸³ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 202.

¹⁸⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1835 – Ofício Câmara Municipal – 03/07/1835 – Cidade do Mato Grosso – 4 doc – Ref. Anterior 1835 A1 (cx) – Ref. Atual cx 01 C MT.

Trazendo uma análise da produção mineral do Brasil colonial, Virgílio Noya Pinto, destaca que, especificamente, Mato Grosso que nos tempos áureos da mineração, década de 30 dos setecentos, as minas do Cuiabá e Vila Bela extraíram uma soma de 1500kg¹⁸⁵. Se comparada à produção mineral em Minas Gerais, nos seus tempos áureos também, 1730-40, essas minas extraíam pouco mais de 10 mil quilos de ouro. Em Goiás¹⁸⁶ também encontramos menores números, ou seja, a produção mineral do Mato Grosso fora bem menor se comparada às outras regiões auríferas.

Na capitania e província de Mato Grosso havia fazendas, principalmente, de criação de gado, vacum e cavalari, e também havia engenhos e plantações de milho, feijão, mandioca e algodão, entre outros.

Segundo Tiago Kramer de Oliveira, exerciam-se atividades rurais na região desde antes da criação da capitania, em 1748. Essas atividades atendiam ao mercado local de Cuiabá e região, além de povoados e os próprios ambientes rurais, que não eram autossuficientes¹⁸⁷.

Tiago Oliveira coloca ainda que “o comércio intracapitania garantia a manutenção da atividade mineradora, assim como absorvia o capital da mineração e diversificava as atividades econômicas, possibilitando um emprego de capital mais seguro na agricultura e na pecuária”¹⁸⁸.

A partir dos Códigos de Posturas Policiais da província de Mato Grosso, de 1831 e 1832, conseguimos perceber as diversas economias existentes quando o documento trata das obrigações aos lavradores, criadores de animais, cultivadores, fazendeiros, tropeiros, condutores de gado e criadores de gado:

- Todo o lavrador ou criador será obrigado apresentar no fim de cada ano a esta Câmara por cada uma pessoa de trabalho, cinco cabeças de

¹⁸⁵ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo, SP: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1979, p. 68.

¹⁸⁶ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo, SP: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1979, p. 116.

¹⁸⁷ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista*: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2008, p. 126.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista*: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2008, p. 137.

aves daninhas a lavoura, ou répteis venenosos e não fazendo pagar para as obras da Câmara 150 réis por pessoa de serviço.

- Sendo a plantação de mandioca de transcendente vantagem não somente como mais conservadora da saúde pública como mais proveitosa aos cultivadores pela economia de braços, os proprietários e agregadores plantarão por cada uma pessoa de serviço de Vossa Mercê cinquenta cavas de mandioca por ano com a pena de pagar com 600 réis por cada um trabalhador que tiver a sua disposição no serviço da lavoura.

- Sendo a formiga um dos insetos devastadores das plantas, toda pessoa que tiver formigueiro em sua casa, quintal ou chácara os fará extrair e não o fazendo no prazo de um ano da publicação destas, pagará para as obras do Conselho 12\$000 réis além de ser-lhe extraído o formigueiro a sua custa. E, todo fazendeiro de crias e de cultura serão obrigados a tirar um formigueiro por ano.¹⁸⁹

- O tropeiro ou condutor de animais que entrar para as povoações será obrigado a fazer a limpeza dos lugares onde tais animais se demorem. O infrator será multado em seis mil réis ou seis dias de prisão.

- Toda a pessoa que conduzir boiadas para esta cidade e seu distrito não poderá entrar em pastos alheios sem que dê parte aos donos dos mesmos para estes o mandar acompanhar até fora deles. O infrator será multado em trinta mil réis ou trinta dias de prisão.¹⁹⁰

Outro documento tratou dos subsídios gastos e recebidos pela Câmara Municipal da cidade de Mato Grosso nos anos de 1829 a 1831. Nele podemos destacar várias atividades econômicas como engenhos, canoas de comércio vindas do Pará, produção de

¹⁸⁹ Arquivo Público de Mato Grosso. 1831, Janeiro, 04 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 04 de janeiro de 1831. Referência atual: BR APMT. PM 01 – caixa 01.

¹⁹⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1832, maio, 15 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 15 de maio de 1832. Referência atual: BR APMT. PM 04 – caixa 01.

gado de corte, corte de diferentes tipos de carne no açougue público, lojas de negócio/comércio, plantação de mandioca¹⁹¹.

Na documentação que encontramos nos arquivos bolivianos e mato-grossense notou-se que a economia desenvolvida na fronteira entre Brasil e Bolívia era entorno, principalmente, da produção de gado vacum e cavalar; e também que o interesse de comércio entre Mato Grosso e Chiquitos aconteceu desde a segunda metade do século XVIII.

Um documento encontrado no Arquivo e Biblioteca Nacional da Bolívia, de 1773, destacou o comércio entre Mato Grosso e Chiquitos:

Das cartas que dirigiu à presidência de Moxos, dando notícia do conceito que havia formado de que pela via das missões de Chiquitos, tenham os portugueses alguma franqueza no comércio e que como em Santa Cruz há muitos cassados dessa nação, poderiam interessar-se naqueles povoados com intuito de comercializar [tradução nossa].¹⁹²

No ano de 1812, encontramos mais uma vez o comércio com Chiquitos, de Vila Bela:

Nesta ocasião dirijo a Vossa Excelência mais um ofício e carta que tive do Governador de Chiquitos pedindo-me auxílio com os gêneros que desta Vossa Excelência verá. Eu tomei a resolução de lhe mandar quarenta garrafas de vinho e oito maços de papel, gêneros que também há aqui bem pouco, com mais alguma pretensão não lhe mandar e muito principalmente por modo de negociação.¹⁹³

¹⁹¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1830 – Conta Corrente – 4doc – Câmara Municipal – ref. Anterior LT 1830 A cx. – ref atual: Cx 01 C. MT.

¹⁹² Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Pedro Juan Sanz, 1773. MyCh97 (21).

¹⁹³ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1814, Abril, 22, Diamantino. Carta de Francisco Xavier Ribeiro ao governador e capitão-general da capitania do Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausien e Gravemberg. Ref.: BR APMT. QM. TM. CA. 4318 Caixa N° 061.

Esse outro documento referiu-se a economia de produção de gado na fronteira Brasil-Bolívia, como mostra a correspondência a seguir do presidente de província de Mato Grosso ao governador da província de Chiquitos, de 1836:

É inegável que este governo a requerimento do cidadão José de Arruda e Silva concedeu-lhe a permissão de ter uma larga para gado vacum e cavalar porém em terreno dentro dos limites desta província [Mato Grosso] e sem prejuízo de terceiro, sendo as terras de que tem tomado posse para lá do marco concedidas pelo prefeito do departamento de Santa Cruz que assim tem obrado [tradução nossa].¹⁹⁴

No Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz encontramos um decreto, de 1836, do secretário de governo da Província de Chiquitos, Marcelino de la Peña, que aborda sobre a criação de gado e de extração de sal nas salinas que têm na fronteira entre Brasil e Bolívia, mas de propriedade boliviana. Em alguns artigos, o secretário considera:

1º: Ser necessário que os novos moradores que se tem estabelecido com suas fazendas com permissão do Governo Supremo e os que se estabelecem depois dos campos desertos da parte ocidental do Rio Paraguai e Jaurú, sobre o Marco, todos pertencentes à República da Bolívia e da província de meu mando, sejam as garantias que gozam e as condições que os ligam com as leis da República.

2º: Que como a maior parte dos estabelecimentos estão reduzidos por agora ao solo objeto da cria de gados vacum e cavalares e achar-se nesses campos, tendo este Governo notícia positiva do uso que se tem feito antes e agora pelos brasileiros de gado que se encontrava nessas fronteiras, sem conhecimento do governo da província.

¹⁹⁴ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos 1836 – 1/19 – 01.

4º: Que achando-se neste território uma salina de que também tem feito uso os habitantes do Brasil desde tempos anteriores aproveitando-se deste artigo. Portanto, venho expedir proporcionalmente submetendo para sua aprovação o presente.

9º: Os indivíduos e vizinhos desses novos estabelecimentos tem a liberdade de extrair e beneficiar o sal destas salinas com a qualidade de entregar a favor do Estado da terceira parte da quantidade beneficiada e se não forem vizinhos estabelecidos neste ponto e quiserem trabalhá-la não se colocará impedimento, mas estes têm a obrigação de exigir ciência do juiz local para fazer estes trabalhos, e de lhes entregar a metade do seu produto ao que este ali empregado [tradução e grifos nossos].¹⁹⁵

Em 1837 há correspondência entre o Forte Príncipe da Beira e o governo de Moxos sobre o comércio nessa fronteira e a necessidade de indígenas de lá para povoar o Forte:

Acrescendo não extraviar e venda de um barril de pólvora ao negociante Bartholomeu Bueno Paraguay que o título de transação com a Fazenda Pública por ferro para os armazéns fez e do qual mereço do conhecimento pela notícia de haver em São Joaquim cartas de Moxos quinze vezes que pertenciam a Fazenda Nacional cujos documentos a este respeito fiz apresentar o dito ex-comandante e os deixei com o sargento comandante do forte para em tempo seco mandar passar aquelas vezes para os campos do forte dando ordem também para que não cometesse que se extraviem de outras quinze vezes que Floreano tinha na minha ocasião com o mesmo ferro mandado comprar para si extrair porque contendo um barril de pólvora, duas arrobas da qual a menor preço alcançava a 230 arrobas que reduzido a ferro de 12 arrobas resulta dezenove arrobas e seis libras portuguesas que fazem vinte e quatro arrobas e catorze libras espanholas que pelo preço da tarifa na província de Moxos a razão de quarenta e oito pesos.

¹⁹⁵ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1836. PM – CH, CPE-BR.

A relação contínua entre os bolivianos de Moxos e até as vezes correspondências com o governador daquela província como apresentei a Vossa Excelência o comandante do Forte com muito pouco dispêndio pode conseguir estabelecer as campinas no antigo destacamento do Ribeirão pois que o furtara desta nação e deseja e com alguma política pode passar muito das índias cultivadas da província de Moxos para a povoação do Forte que talvez para o futuro venha a ser bem grande.¹⁹⁶

Em 1839, em correspondência da Fazenda Nacional Caiçara, na fronteira Brasil-Bolívia, mais notícias sobre o comércio fronteiriço:

Participo a Vossa Senhoria que no dia 18 do corrente ano de 1839 apareceu-me o espanhol José Antônio Cabelo que fez entrega de 41 novilhos ao espanhol Manoel José Herrera conduziu o gado pela estrada das Salinas para Santo Coração. Está visto que todas estas facilidades são facultadas por aquele grande Ramos intitulado Felipe de Frantra como Vossa Senhoria pode se informar.¹⁹⁷

Através de um requerimento para a Secretaria de Governo de um fazendeiro da vila de Poconé, em 1839, conseguimos mapear outras produções econômicas, criação de gado, cavalos e mineração nessa região próxima à Cuiabá:

Diz Joaquim Soares dos Santos, negociante estabelecido com lavouras e criações de gado vacum e cavalos na vila de Poconé e com escravizados empregados na mineração que tendo um filho por nome Antônio José Soares dos Santos tomado sobre si à administração de 18 escravos para as feitorias e por esse motivo isento do recrutamento. Acontece vir nesta cidade e seduzido por outras voluntariamente se ofereceu e sem consentimento do superior sentou praça no Corpo de

¹⁹⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) – Forte Príncipe da Beira – Ref. Atual: F. PB – cx 01, 1823-1837.

¹⁹⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1839. Fazenda Nacional Caiçara. Referência atual: caixa 02.

Ligeiros de 1ª Linha e porque é a faz gravosa a falta que sofre o superior desse filho.¹⁹⁸

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, a economia era voltada também para a criação de gado e cavalo, e também, erva-mate, fábrica de tabaco, charque, sal, plantações de feijão, produção de couro são citados ao longo do século XVIII e XIX¹⁹⁹.

A tese da precariedade, embora tenha contado com repercussão na historiografia regional, passou a ser problematizada por outros trabalhos demonstrando a existência de redes familiares atuando na fronteira, produção agro criatória, comércio e aspectos do cotidiano que passam longe da fome e da miserabilidade durante o período. Interessa aqui, no entanto, chamar atenção para um aspecto em particular da nossa tese, que diz respeito à associação do contrabando ao descaso das autoridades metropolitanas com essa fronteira - importante, mas longínqua - e, conseqüentemente, à precariedade decorrente vivida nas vilas, arraiais e fortes militares na fronteira oeste, posto que o contrabando teria feito parte da vida colonial mato-grossense desde a conquista das minas cuiabanais na primeira metade do setecentos.

O Forte de Bragança ou Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição foi edificado às margens do rio Guaporé sobre uma antiga missão jesuítica espanhola chamada Santa Rosa, abandonada em 1754²⁰⁰. Esta fortaleza estava incluída em uma ampla rede de povoados que, além do comércio irregular servia para a logística do contrabando organizado pela Coroa, que passou a ter os povoados espanhóis, a partir das décadas de 1760 e 1770, como os principais alvos das mercadorias de diferentes regiões do Império português negociadas pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Se de um lado cabia o estabelecimento militar “conduzir tropas aos povoados espanhóis em busca de escravizados fugidos, devedores do fisco e criminosos [...] essa rotina militar acabava,

¹⁹⁸ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1839. Requerimento Secretaria de Governo. Referência atual: caixa 02, SG.

¹⁹⁹ Archivo Nacional de Asunción (ANA). El gobernador sobre cumplimiento de Real disposición respecto a la plantación del tabaco. Sección Historia. 147N1, 1781; Archivo Nacional de Asunción (ANA). El gobernador sobre bandos enviados por el subdelegado de Reales Rentas de tabacos respecto a contratos sobre tabaco torcido negro. Sección Historia. 147N2, 1781; Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1793; Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 365N1, 1773-1809.

²⁰⁰ CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins. *Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Dissertação de mestrado, 2008, p. 156

porém, dando cobertura às atividades comerciais não regulares mantidas com os castelhanos”²⁰¹.

Segundo Maria Flores algumas conjunturas incidiram nas mudanças das práticas das trocas mercantis e contrabandos, como o “decreto de leis que influenciaram na dinâmica comercial, tratados que ampliaram ou restringiram possibilidades econômicas, períodos de guerras”²⁰² (que, como se sabe, foram frequentes nesse espaço fronteiriço),

alteração dos agentes nos postos de poder, seja no âmbito fiscal, político, jurídico ou militar, que podia ter efeitos nas estratégias das trocas mercantis, sendo importante até mesmo considerar que épocas de alterações climáticas agudas, como secas ou cheias, ou epidemias, também alteravam as operações”.²⁰³

Essas ocorrências refutavam qualquer possibilidade de compreender o contrabando como uma prática homogênea.

Cabe ressaltar ainda que não foram somente os comerciantes, que ocuparam a função de comissários locais, oriundos das capitanias do Rio de Janeiro e da Bahia, e mercadores, provenientes do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que conseguiram entabular transações comerciais com os povoados castelhanos, mas também parcelas da população mato-grossense, que viviam nos arraiais cuiabanos e no vale do Guaporé, na segunda metade do século XVIII, compostas por colonos, militares, religiosos, africanos forros e ameríndios, se envolveram nessas transações. O comércio de contrabando “dependia do conhecimento das rotas e do ânimo das populações ameríndias, as quais, muitas vezes, se encontravam em fuga dos estabelecimentos missionários, confrontando-

²⁰¹ Empresa que tinha o monopólio de navegação, comércio e tráfico de escravos destinados ao Maranhão e Pará, durante vinte anos contados a partir da saída da primeira frota, em 1755. Sobre o tema ver: ROGRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2008.

²⁰² FLORES, Maria Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 149

²⁰³ FLORES, Maria Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Dissertação de Mestrado, 2007, p. 149

se com grupos rivais e os curas”²⁰⁴ e, também, tinham produtos de necessidade dos colonizadores fronteiriços, muitas vezes, preferiam comercializar com indígenas a esperar as canoas oficiais de mantimentos.

Nessa fronteira percebemos a presença e participação indígena nas negociações entre e com portugueses e espanhóis.

Um documento do Arquivo paraguaio destaca a frequente comercialização dos espanhóis com indígenas na fronteira, em 1813:

Não se pode encontrar melhor negócios com os índios do que aguardente e ponchos de maneira que não tem necessidade de outro motivo para voltar a essa fortaleza, somente se acabar a aguardente, ou ter falta de gado. Por isso, me parece conveniente que me mande outro barril para eles acabarem o pouco que tivesse ficado, antes que acabem com tudo. Pois, com o que Vossa Excelência me mandou, fiz uma boa negociação [tradução nossa].²⁰⁵

Outro registro do mesmo maço de documentos descreve mais uma vez a comercialização com indígenas, em 1819, e o envolvimento das autoridades coloniais nesse comércio:

Aportou nesse presídio a canoa com mantimentos e no mesmo dia veio um índio cacique Mbaya que anda nas imediações do presídio trazendo uma parda cativa com sua filha que veio do estabelecimento dele. Oferecendo-me por duas ramas de pano, machado, espada, quinze pesos em prata, uma santa, miçangas, contas grandes azuis. E para fazer essa caridade e compra precisamos da permissão de Vossa Excelência [tradução nossa].²⁰⁶

²⁰⁴ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2008, p. 205.

²⁰⁵ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1793.

²⁰⁶ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1793.

Um documento de Augusto Leverger²⁰⁷, cônsul do Brasil e responsável por estabelecer boas relações com o Paraguai, relatou sua viagem feita para Assunção, em 1844, trazendo informações ao presidente de província de Mato Grosso sobre a possibilidade de comercialização com aquele país, destacando a “série de idas e vindas de autoridades diplomáticas” entre esses países fronteiriços levantada por Sena com relação à Bolívia.

De 1844, uma correspondência para esse presidente da província de Mato Grosso, Zeferino Pimentel Moreira Freire, situa-o sobre as vantagens e desvantagens do comércio com o Paraguai, principalmente, Assunção. E, após voltar de uma viagem para aquele país, Augusto Leverger escreve que

não oferecendo perspectiva de lucro ao nosso comércio os gêneros de origem estrangeira comprados em Assunção, menor ainda foram os produtos do país que quase todos são os mesmos desta província. Há algumas exceções dentre as quais falarei em particular de dois artigos que possam atrair as vistas dos especuladores: a farinha de trigo e as bestas.²⁰⁸

Desses dois produtos citados, a farinha de trigo e as bestas ou mulas, Augusto Leverger coloca que com relação ao primeiro, não há vantagem de comércio, apesar do produto ser mais barato por lá, pois em ambos países, o pão de trigo é somente um artigo de luxo, sem grande comercialização. Já com relação ao segundo produto, as mulas:

As mulas me parecem as vantagens comerciais que podemos tirar de nossas relações com o Paraguai e nós poderemos ampliar quando a cidade de Assunção nos oferecer um mercado onde tenham saída os nossos produtos como do ferro e aço.²⁰⁹

²⁰⁷ Augusto João Manuel Leverger ou Barão de Melgaço, foi presidente da província do Mato Grosso por várias vezes, de 1851 a 1857, 1865 a 1866, 1869 a 1860.

²⁰⁸ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) - Caixa 1841 A (1).

²⁰⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) - Caixa 1841 A (1).

No *Anais de Vela Bela*, ano de 1776, destaca a presença de contrabandistas espanhóis na fronteira, e a preocupação das autoridades portuguesas com tal contrabando de escravizados negros:

Tendo Sua Excelência notícia que os contrabandistas espanhóis que vinham trocar as mulas por escravos, considerando que eles, nestas colônias, são da primeira necessidade, proibiu que se executassem tão prejudiciais convenções, impondo graves penas aos portugueses que as celebrassem, para o que se afixou e publicou um bando em 13 de março do presente ano.²¹⁰

Ainda sobre o contrabando, em 1778, Luiz de Albuquerque, em carta a Martinho de Melo e Castro, descreve seu desagrado pela suspensão do “plano de comércio” conhecido como “Secretíssimo”, “cujo primeiro objeto fazia o sobredito contrabando”. E nessa notificação inclui a dúvida em consentir ou não a compra de escravos para os castelhanos:

Com particularidade me acho duvidoso sobre consentir ou não aos ditos castelhanos a compra de alguns escravos nossos, em que muito estão neste país, negando-se a outro qualquer gênero de tráfico considerável, sem que se difira a esta sua pretensão, disfarçando pelo menos algum pequeno número, não obstante a absoluta proibição a este respeito, que intimava o mencionado Plano: ou se prevalecem do exemplo da Colônia do Sacramento, aonde sempre se dissimulou que os contrabandistas, juntamente com as mais mercadorias e efeitos, comprassem também alguns escravos: mas, além disso, acumulam muitas outras dificuldades, em razão da excessiva carestia desta terra.²¹¹

²¹⁰ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 204.

²¹¹ PROJETO RESGATE-AHU/MT, 09/Jan/1778. Correspondência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate/abreDocumento.jsp>. Acesso 02 dez. 2009.

No Arquivo Público de Mato Grosso, uma carta do governador Francisco de Paula Magessi registra de venda de escravos dos domínios portugueses, de Cuiabá, para província de Chiquitos, em 1820, “os dois escravos que foram vendidos para Espanha posto que por violência”²¹².

Alguns autores como Otávio Chaves²¹³ e Nauk Maria de Jesus²¹⁴ apontam, em parte de suas pesquisas, para a possibilidade de contrabando de escravizados negros dos domínios portugueses para os domínios hispânicos. Apesar de termos encontrado alguns registros sobre o contrabando de escravizados negros na fronteira, citados anteriormente, e também na documentação analisada sobre a fuga de escravizados negros para os domínios espanhóis, não encontramos indícios de que houve o comércio ou contrabando sistemático entre portugueses e espanhóis com relação à essa “mercadoria”.

Sobre a fuga de escravizados negros além fronteira vamos analisar com mais intensidade no próximo capítulo.

²¹² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de correspondências oficiais – Governos de Francisco de Paula Magessi e Junta governativa provisória de Cuiabá – 1º Registro: 17/01/1820. Último registro: 12/01/1822.

²¹³ CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba: UFPR, 2008.

²¹⁴ NAUK, Maria de Jesus. O contrabando na fronteira oeste da América Portuguesa no século XVIII. *História Revista*. Goiânia, GO, 2017, p. 2. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/52892>>. Acesso 02 dez. 2018.

Capítulo 4 – Fugas na fronteira oeste do Mato Grosso

Estar em região de fronteira significa estar em região onde transitam diferentes identidades, mais ainda, quando tratamos de um período de formação de identidades regionais, no caso Mato Grosso e suas fronteiras com Bolívia e Paraguai.

Na fronteira Brasil - Bolívia houve, antes e pós-independência, uma série de idas e vindas de autoridades diplomáticas desses países em nome de seus governos centrais, mas também havia indígenas, ribeirinhos, fugitivos e desertores que, muito provavelmente, não se sentiam nem “bolivianos” nem “brasileiros” nas primeiras décadas de formação dos novos países, transitando entre o departamento de Santa Cruz e a província de Mato Grosso²¹⁵. O mesmo caso ocorria na fronteira entre Brasil - Paraguai.

Outros casos encontrados na documentação sobre esse assunto, são os relatos sobre os indígenas próximos ao Forte de Coimbra procurando lugares para se estabelecerem do lado espanhol e, também, os índios da fronteira entre Mato Grosso e Bolívia que procuravam se estabelecer ora nas missões jesuíticas, ora em povoados em Mato Grosso.

A partir da análise documental e bibliográfica percebemos, como aponta Bruno Pinheiro Rodrigues, que as relações na fronteira Brasil, Bolívia e Paraguai “oscilaram entre conflitos armados e incorporações que visavam estratégias de povoamento da fronteira que provocou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, diferentes deslocamentos e fluxos migratórios no Mato Grosso”²¹⁶, além dos provocados pelas trocas comerciais formais e informais comentadas no capítulo anterior.

Desses deslocamentos encontramos na documentação o caso de escravizados negros, indígenas, soldados militares, criminosos e cidadãos comuns do lado português/ brasileiro que ultrapassavam essa fronteira para o lado espanhol/ boliviano ou paraguaio. E no sentido contrário, encontramos casos de indígenas, clérigos das missões jesuíticas e

²¹⁵ SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016, p. 85.

²¹⁶ RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “Homens de Ferro, Mulheres de Pedra”: resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHS. Tese de doutorado em História – ICHS/UFMT, 2015, p. 408.

governadores que também usaram da fronteira como possibilidade de melhores condições de vida, asilo político, ou em decorrência de expulsões ou fugas.

Nesse caso, o conceito de fronteira está atrelado ao de fuga, deserção e asilo, já que a fronteira era palco para tais ações, e um lugar que permite e proporcionava essas ações.

Percebemos que quando se trata de escravos negros nos relatórios e nas correspondências oficiais usavam o substantivo “fuga” ou o adjetivo “prófugo”; quando trata dos indígenas, usavam “infiéis”, “inimigos”; quando se tratava de soldados militares, usavam o substantivo “deserção” ou o adjetivo “desertor”; e quando se tratava de cidadão comum, acompanhado ou não de seus escravos, colocavam que estava procurando “asilo” no território além fronteira.

Toda a documentação analisada de diferentes arquivos nos mostra uma visão macro sobre essas fugas. Era um assunto recorrente nas trocas de correspondências entre os governantes fronteiriços e, também, um problema a ser resolvido, por isso, essas fugas era motivo de tensão entre as duas coroas ibéricas que, por outro lado, precisavam manter uma boa relação evitando um enfrentamento direto.

Além de conseguir trazer uma discussão ampla sobre o assunto de fugas, esses documentos, quando analisados individualmente, mostram uma visão micro das realidades locais e explicitam as diversas possibilidades que a população local tinha por estar localizada nessa fronteira específica de divisa política entre duas coroas nas colônias americanas.

Na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia, os que fugiam saindo de Vila Bela da Santíssima Trindade e arredores, equidistavam, pelo menos, 450 quilômetros até a capital das missões jesuíticas de Chiquitos, San Ignacio de Velasco, em linha reta. Deveriam atravessar o rio Guaporé, encontrando de cinco a oito “nações indígenas distintas que viviam no planalto bordejado pelas terras baixas do Pantanal, da planície Amazônica”²¹⁷.

²¹⁷ PEREIRA, Ione A. M. C.; PUHLL, João I.; CHAVES, Otávio R. Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial Ibérico do Século XVI ao XVIII. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, MT, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4807263.pdf> >. Acesso 31 out. 2016, p. 37.

Essas missões de Chiquitos cultivavam, principalmente, algodão, milho, mandioca e arroz, desenvolviam também a pecuária, caça, pesca e coleta²¹⁸.

Saindo do Forte Príncipe da Beira e arredores, os que fugiam, equidistavam, pelo menos, 250 quilômetros até a capital das missões jesuíticas de Moxos, São Pedro. Deveriam atravessar o mesmo rio Guaporé, mais ao norte, quase no limite com o rio Mamoré, percorrer uma vasta planície com uma imensa savana e conseguir encontrar, além dos padres jesuítas (no século XVIII) e governadores (no século XIX), pelo menos, seis grupos étnicos diferentes, com mais de 20 mil indígenas que praticavam a agricultura, criação de gado, caça, coleta, fabricavam tecidos, cultivavam e beneficiavam o cacau, entre outras atividades²¹⁹.

Já, na fronteira do Mato Grosso com o Paraguai, os que fugiam saindo do Forte de Coimbra e arredores, deveriam atravessar o volumoso e sinuoso rio Paraguai e encontrariam, pelo menos, 4 nações indígenas distintas (Mbayás, Guanás, Enimas, Guaicurus), além do Forte Borbón / Forte Olimpo, fortaleza construída pelos espanhóis em 1792 para conter o avanço português na fronteira. E ainda, mais ao sul, outro forte, Forte de San Carlos del Apa, desde último até a capital, Assunção, teriam que percorrer mais 600 quilômetros. A principal atividade econômica dessa região era a pecuária, criação de gado e cavalos. Nas fortalezas também havia soldados militares, peões para cuidar da pecuária local e pedreiros para auxiliar nas reformas dos fortes.

Fugas além fronteira: escravizados negros

Sobre a relação na fronteira Brasil - Bolívia acerca da fuga de escravos negros, do que se tratava de solução para uns (escravos negros), era um problema para outros (boa relação entre as nações vizinhas), como destaca Walter Sotomayor sobre o tema referindo-se à primeira metade do século XIX. Citando uma correspondência entre o governo boliviano, através de Andrés de Santa Cruz, e o governo brasileiro, através de Duarte da Ponte Ribeiro, o autor coloca que

²¹⁸ MARQUES, Glaucete Oliveira. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso (1750-1789)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010.

²¹⁹ Ver mais em: SUÁREZ, José Chávez. *Historia de Moxos*. Estudio Carlos A. Cirbián Barros. Tercera Edición. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia: Fundación Nova, 2011. PEREIRA, Ione, op. cit., 2012. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4807263.pdf> >. Acesso 31 out. 2016.

A pesar de su deseo de mantener las excelentes relaciones que habían existido entre su gobierno y la Regencia del Brasil, éstas se enfriaron un tanto en 1837, cuando el Encargado de Negocios del Brasil ante la Confederación Perú-Boliviana, Duarte da Ponte Ribeiro, demandó la restitución de los esclavos brasileños que habían huido a Bolivia en busca de asilo. Santa Cruz se negó a esta demanda alegando que al aceptarla violaría a la Constitución y el Código Penal, declarando además que desde el momento en que esos esclavos ingresaron a territorio boliviano estaban automáticamente libres, y que el asilo de Bolivia era inviolable sin considerar la raza, creencias u orígenes nacionales.²²⁰

Encontramos registros de fugas em toda a documentação analisada. Nos *Anais de Vila Bela*, nos arquivos de Cuiabá, Sucre e Assunção, durante a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX.

Os registros sobre essas fugas, e ainda, o descaso por parte da Coroa espanhola na devolução desses negros datam do início da formação da capitania, ainda no governo de Antônio Rolim de Moura. Nos Livros de Registros da época consta uma carta que o capitão-general escreveu aos padres das missões espanholas de Moxos e Chiquitos solicitando devolução de escravos fugidos do território luso, e abrigados nas missões. Em resposta, os padres justificavam a não devolução alegando que os fugitivos haviam implorado para que não o fizessem, pois seriam enquadrados no castigo de pena de morte, caso voltassem para o território português. Em 1761, Rolim respondeu aos padres afirmando ser falsa a pena de morte, que não existia tal lei, “nem antiga nem moderna” sobre o assunto, e que, no máximo, os escravos poderiam receber castigos particulares dos seus senhores²²¹.

²²⁰ SOTOMAYOR, Walter Auad. *Relaciones Brasil Bolivia: la definición de las fronteras*. La Paz, Bolívia: CERES; Plural editores, 2013.40-41.

²²¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo. Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05, estante 01.

A despeito da existência de uma política de boa vizinhança entre as coroas ibéricas sobre a fuga de escravizados negros e indígenas, as dificuldades em mantê-la eram iminentes, como explicita o documento de 1760:

... tenho mostrado bem patentemente, desde que aqui estou, o quanto procurei fazer boa vizinhança; porém, tem-me isso sido tão mal correspondido, que não somente vários padres, como o padre Medenilha, antecessor de Vossa Reverendíssima, e o padre Ramos Laynes, se ficaram com os índios que da parte de Portugal passaram para as suas missões, mais nelas, e nas mais se lhe está francamente dando couto a todos os escravos fugidos de Mato Grosso, nem sendo lhes requerido, por várias vezes, se têm entregue nenhum. E havendo eu escrito já há mais de um ano uma carta de ofício sobre esta matéria, ao padre vice superior, até agora ainda não tive resposta dela.²²²

No Anuário de 1766 dos *Anais de Vila Bela* também trata das fugas de escravizados para domínios castelhanos, durante governo do capitão-general João Pedro da Câmara. O escrivão da Câmara fez as seguintes considerações:

A 29 do dito [setembro], fugiram desta fortaleza seis negros para Castela. Logo no mesmo dia mandou o senhor general retirar o cabo Francisco Rodrigues Tavares, que estava no campo da mesma, antes que inimigos, pela informação dos negros, os viesse abalroar.²²³

Na documentação pertencente ao “Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos”, organizado por Gabriel René Moreno, pertencentes ao Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB), em Sucre, encontramos o primeiro registro, do ano de 1767,

²²² APMT - OFÍCIO, do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a carta do superior das missões de Moxos [Juan de Beingoolea]. CT: AHU-ACL-CU-010, Cx. 11, Doc. 622. Ver mais em: BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752 – 1798*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2007.

²²³ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 109.

envolvendo escravizados negros lusos para domínios hispânicos. Em carta de Moxos consta:

José Santiago de Figueiredo, cabo da esquadra da tropa do rei Fidelíssimo de Portugal, posto aos pés de Vossa Excelência com o maior rendimento disse:

Que havendo sido destinado por seu chefe a passar com uma carta, desde o presídio de Santa Rosa ao povoado da missão de Exaltação em seguimento de dois negros escravos fugidos, foi aprisionado pelas tropas espanholas que estavam aportadas naquelas mediações [tradução nossa].²²⁴

No governo do sucessor de João Pedro da Câmara, o capitão-general Luís Pinto de Sousa Coutinho, o escrivão da Câmara registrou, no ano de 1768, a estratégia do Forte da Conceição com relação à fuga de escravos:

A 22 do dito ano chegou o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís Pinto de Sousa Coutinho à fortaleza da Conceição, onde, em virtude das instruções da Corte e da faculdade que obteve de seu antecessor, deixou uma ampla instrução para o regime daquele presídio, tanto a respeito militar como dos vários ramos da administração econômica, estribando-se, antecipadamente, na felicidade dos seus futuros súditos. Escreveu logo daí ao presidente de Charcas, requerendo-lhe a restituição dos escravos que tinham fugido para os domínios do Peru, em conformidade com as leis da boa correspondência, subsistente entre as duas monarquias.²²⁵

Outro ponto de saída das cartas do terceiro capitão-general da capitania, Luís Pinto de Sousa Coutinho, além de Vila Bela, que era a capital, foi o Forte de Bragança ou

²²⁴ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. 1767-1768. MyCh2 (9).

²²⁵ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 125.

Conceição, como registrado do documento acima. E em 1770, Luís Pinto de Sousa Coutinho escreveu desse Forte ao governador de Moxos, Dom Antonio Aymeril, dizendo que havia sido restituído somente um único negro daquela repartição, mas que ainda restavam cinco ou seis. Deu também informações sobre três índios da missão de San Martinho, que se encontravam em domínio português:

... se acham habitando no lugar de Lamego, nas vizinhanças deste Forte. Sobre o que devo dizer é que, havendo sido os índios declarados livres, tanto pelas leis de Castela como de Portugal é todo indubitável que gozam de sua condição, assim como as mais pessoas, de todo o direito de asilo, e como este é comum aos vassalos das duas Coroas, em virtude das concordatas estabelecidas entre ambas, nenhuma jurisdição posso eu ter para restituir a Vossa Senhoria os referidos índios, sem comprometer-me e confundir com os escravos esta qualidade, a de pessoas livres.²²⁶

No ano 1770, Luís Pinto de Sousa Coutinho escreveu ao governador de Santa Cruz, sobre a restituição dos “seus” escravos negros:

Não posso deixar de me surpreender de que depois de recebidas as ordens para a captura e restituição dos mesmos negros [cinco ou seis escravos] se lhes haja dado passo franco para se evadirem não só da província de Moxos, mas da jurisdição dessa cidade, deixando-se passar livremente ao interior das províncias do Peru, o que me parece não ser perfeitamente conforme com as leis da boa correspondência a qual Vossa Senhoria experimentará, sempre pelo que me toca com a maior fidelidade e rendimento, em tudo o que disser respeito ao serviço de Sua Majestade Católica, como também ao de Vossa Senhoria, em cuja benevolência desejo sempre que me conserve.²²⁷

²²⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo. Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07, estante 01.

²²⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo. Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza

Ao levantar documentação sobre a fuga de escravos “portugueses” para as missões religiosas de Moxos e Chiquitos, na documentação contida no mesmo Arquivo e Biblioteca Nacional da Bolívia encontramos algumas referências, como no ano de 1771, uma carta de Luís Pinto de Sousa reclamando aos espanhóis que “dois escravos foram apreendidos violentamente nas terras de Espanha, contra nossas leis e tratados”, e solicitando que fossem “mandados restituir a esta capitania com a mesma amizade e benevolência com que tenho praticado”²²⁸.

No ano de 1773, foram feitas duas menções nos manuscritos analisados relacionadas à vila do Cuiabá sobre a fuga de escravos para a cidade de Assunção, fronteira sul da capitania com domínios hispânicos: uma solicitava a restituição deles e outra declarava a suposta rota seguida para aqueles domínios:

Havendo-se publicado nesta Vila o bando de Vossa Excelência em que manifestava aos seus moradores a intenção em que se achava de solicitar a restituição dos escravos que houvessem fugido para o distrito da Cidade de Assunção, e a necessidade que havia para o mesmo fim, de que cada um dos ditos moradores desse as confrontações dos seus escravos fugidos.²²⁹

Em 1777, governador e capitão-general Luiz de Albuquerque, considerava como uma grande preocupação a “grandíssima perda pública e também política que todos os dias se experimentam nesta capitania pela fuga de muitos escravos para os adjacentes domínios castelhanos das províncias de Moxos, Chiquitos e Paraguai ou Tucumán”, e sugeria uma solução mais rigorosa para o problema: “suplico a Sua Majestade, em nome

Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07, estante 01.

²²⁸ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luís Pinto de Souza, 1771. MyCh97 (2).

²²⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1773, Fevereiro, 08, Vila do Cuiabá. Carta do Juiz de Fora da Vila do Cuiabá, João Baptista Duarte ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, sobre a publicação e Bando referente a restituição de escravos que fugiram para o distrito da Cidade de Assunção. Ref.: BR APMT. CVC. JF. CA. 0356 Caixa Nº 007.

destes consternados povos, a graça de mandar que na Corte de Madri se faça eficazmente pela restituição dos mesmos escravos desertados”²³⁰.

Em 1779, apresentado em Câmara pelo vereador Francisco de Bastos Ferreira consta relato sobre castigo ministrado aos escravos que fossem recapturados nos “domínios de Espanha”:

Chegaram presos do registro do Jauru, em 18 do mesmo mês, um Pedro Taques, com alguns pardos, bastardos e escravos, em que entravam umas mulheres [índias], que tendo fugido de Vila Maria do Paraguai se encaminhavam para os domínios de Espanha, dentro dos quais já foram apanhados. Foram aqui castigados com açoites e galés.²³¹

Há também uma carta, de 1782, do capitão-general Luiz de Albuquerque considerando malograda a restituição dos escravos “portugueses” que ele já havia determinado que se fizesse ao governador de Santa Cruz. O malogro da restituição deveu-se ao fato de que o oficial encarregado

... não chegou a trazer consigo a nenhum deles, declarando que os que puderam prender-se se tinham de novo escapado, talvez que pela pouca cautela ou vigilância de quem os conduzia, e que os outros, em muito maior número, ainda se achavam em liberdade nos diferentes e mais remotos lugares aonde residiam [tradução nossa].²³²

Num documento encontrado no mesmo Arquivo Público de Mato Grosso citado, de 1786, há notificações de que “diariamente negros escravos do Reino de Portugal se

²³⁰ Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). 1777, fevereiro, 17, Vila Bela. Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a fuga diária de muitos para os adjacentes domínios castelhanos e a resolução dos espanhóis de não os restituírem. CTA: AHU - Mato Grosso, cx. 17, doc. 37.

²³¹ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 219.

²³² Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luiz de Albuquerque ao Sr. Bertholameu Berdugo, 1782. MyCh 164.

veem prófugos na Província de Santa Cruz”, e os prejuízos causados pelos “irmãos do Reino de Portugal”, os escravos “Ignacio e Lorenzo Chaves, de nação mina”, que estando presos naquela cidade, “se proporcione sua restituição a seus reinos, em observância da justiça e boa harmonia estabelecida entre ambas as nações”, pedindo que se mande um “ofício ao governador de Mato Grosso para que, indagando a realidade, participe o que resulte na liberdade [dos negros]”. E continua o documento:

...em ordem da eliminação de vários negros portugueses que são os que ainda vivem nesta cidade, os conduzem e os levam àqueles aonde existem e tem formado sua população, segundo notícias positivas que, para formar-se e manter-se saqueiam e roubam as sementes e panos das fazendas campesinas, prejudicando deste modo atentamente a República que lamentam este estrago [tradução nossa].²³³

Nesse documento, o significado de “que tem formado sua população” nos leva a considerar a formação de um quilombo, e que seus moradores saqueavam as propriedades vizinhas para sobreviver.

Na “Seção Histórica” do Arquivo Nacional de Assunção encontramos o primeiro registro que aborda esse assunto no ano 1789. É um documento diferente dos outros, primeiro, porque é de autoria do rei da Espanha aos vice-reis, presidentes, regentes, governadores e intendentes nas colônias americanas e, segundo, porque está digitado e trata sobre o “Direito das Gentes” “para que não se restitua os escravos negros fugidos das colônias estrangeiras que por meio que se expressam adquirem sua liberdade”²³⁴. Ou seja, uma normativa aos governantes das colônias americanas para que não permitam a volta dos escravizados negros que fugiram das colônias portuguesa, inglesa, holandesa ou francesa.

Por conta da existência desse documento, durante o século XVIII, criou-se para os escravizados negros uma conjuntura favorável para fugir de domínios portugueses,

²³³ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1786. MyCh 195 (5v, 10, 11, 11v).

²³⁴ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Real cédula para que no se restituyan los negros fugitivos de las colônias extranjerias que por los médios que se expresan adquiriesen su libertad, acogiendo a los domínios de V.M. en Indias. 68N9, 1789.

ingleses e franceses e pedir asilo no domínio espanhol. Os reis da Espanha legislaram outorgando refúgio ou asilo a escravizados que escapavam de possessões hereges (protestantes), inimigas ou que buscavam evadir-se de castigos excessivos. Segundo Maria Verónica Secreto, que analisou esse documento *Direito das Gentes*, o Império Espanhol pensava em aumentar a quantidade de súditos escravos e livres visando o povoamento e maior desenvolvimento da produção agrária nas colônias²³⁵.

A importância desse documento para nossa pesquisa é que ele justifica e nos ajuda a entender por que os domínios hispânicos fronteiriços não restituíam os escravizados negros sob domínio português que fugiam com frequência para lá e o desgaste na tentativa de manter uma política de boa amizade declarada nas correspondências entre as autoridades coloniais.

E novamente na documentação de Moxos e Chiquitos aparece uma correspondência de portugueses solicitando a devolução de escravos negros portugueses que com frequência passavam à província de Chiquitos, no ano de 1789²³⁶.

Em 1790, Alexandre Rodrigues Ferreira também escreve sobre a grande possibilidade que existe nessa fronteira mato-grossense para as fugas dos escravizados negros, relatando que é um dos motivos do por que as minas da região não prosperavam:

Dos que desertam ou para os centros dos matos, ou para a fronteira de Espanha, raros são apreendidos e voltam ao cativeiro. Nem a estas fugas podem absolutamente obstar ou as rondas espalhadas pela sobredita fronteira, ou as diligências em seguimento dele pelo interior dos sertões. Por qualquer parte da capitania se lhes franqueia uma porta para semelhantes fugas.²³⁷

²³⁵ SECRETO, Maria Verónica. Asilo: Direito de Gentes. Escravos Refugiados no Império Espanhol. *Revista História*. São Paulo, n. 172, p. 197-219, jan.-jun., 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rh/n172/2316-9141-rh-172-00197.pdf>. Acesso 25 out. 2018, p. 20.

²³⁶ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1802. MyCh 17 (01).

²³⁷ SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007, p. 57.

Em 1791, o governador de Moxos, Lázaro de Ribera, trata da fuga de escravizados do Forte Príncipe da Beira e discorre sobre “a conduta que atualmente se observa com os escravos prófugos daqueles domínios”²³⁸.

A maior parte dessas correspondências que tratam dos escravizados que vão e não são restituídos pelas autoridades espanholas locais, e o tom das correspondências é sempre no sentido de manter uma boa relação entre os governos, no entanto não garantem a restituição daqueles que fugiram.

Em 1798, por exemplo, em correspondência interna para o governador do Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, o secretário de governo descreve sobre um encontro com o governador de Moxos tratando sobre a fronteira com Moxos, Chiquitos e Assunção que

eu bem conheço que o fim a que lhe se propõem é pouca a sua injustiça e que o sistema que tem adotado a este respeito é conforme a dos outros governadores espanhóis tanto desta província de Moxos como a de Chiquitos e Assunção do Paraguai os quais todos não restituem há muitos anos a escravatura prófuga desta colônia. Mas prescindindo das etiquetas que entre nós poderiam suscitar alguns dos referidos requisitos, quis convir em tudo com o dito governador de Moxos, só para reduzir ao extremo de não ter outra resposta que mudar mais do que não restituiu porque não quis ou outra equivalente.²³⁹

O documento apresenta uma certa insatisfação por parte do governador de Mato Grosso, Caetano de Miranda Montenegro, sobre a não restituição da escravatura aos domínios portugueses, e declara a necessidade de justificar a procedência desses escravizados para que voltem e se restitua os escravizados fujões:

²³⁸ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1790-1791. MyCh 7 (11).

²³⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso. Secretaria de Governo. 1796-1799. Livro de Correspondências expedidas e recebidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Livro C-37. Estante 1.

Nesta conformidade pois de determinará Vossa Mercê a todos os moradores desse distrito que logo que lhe fugir algum escravo lhe venham dar parte declarando o dia da fugida o nome do dito escravo, a nação africana donde veio, o dito a quem pertence, isto é ou da Fazenda Real ou de algum particular, o nome, a idade que pouco mais ou menos tem, e todos os mais sinais que forem notáveis no mesmo escravo. E luxando Vossa Mercê passar aqueles dias que julgar suficientes para que o dito fugitivo tenha chegado a quais das missões daquelas províncias escreverá uma carta ao governador dizendo-lhe em sustância que nos termos do último ajuste que sua senhoria fez comigo lhe requer a entrega de tal ou tais escravos que se notará todos os sinais acima indicados de mandar satisfazer e indenizar todas as despesas que tiverem feito os mesmos escravos ou sejam relativas ao seu sustento ou a seu transporte.

[...]

Até aqui tenho tratado dos escravos que fugirem daqui em diante mas para os que se acham já na mesma província de Moxos até a presente época requererá Vossa Mercê a norma seguinte: mandará fazer uma relação de todos eles conforme modelo de n 4 cuja relação incluirá em sua carta de ofício dirigida ao mesmo governador em que lhe requererá a entrega de todos aqueles escravos como fica dito confirmado na mesma carta fez o mesmo o tempo em que cada um fugiu e que vos seja declarado a dita relação e igualmente incluirá seu atestado seguindo o modelo já apontado em que se certifique pertencerem os ditos escravos aos senhores declarados na mesma relação. Esta carta remeterá Vossa Mercê agora como faço que dirijo ao referido governador de Moxos e por isso a demora aqueles dias que forem preciso para formalizar a sobredita relação com as clarezas indicadas.²⁴⁰

No mesmo ano de 1798, esclarece uma necessidade de mão de obra escravizada negra no Forte Príncipe da Beira por dois motivos principais:

²⁴⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso. Secretaria de Governo. 1796-1799. Livro de Correspondências expedidas e recebidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Livro C-37, estante 1.

Dizem os moradores do Forte do Príncipe da Beira com o maior e mais profunda submissão abaixo assinados que por mais de cinco anos se tem dificultado aos superiores a compra de escravos para se precaverem da falta dos mortos e desertados para os domínios de Espanha.²⁴¹

O próximo documento citado, de 1798, do mesmo governador a Melchior Rodrigues Barreoluengo, governador de Chiquitos, sinaliza as rotas de fuga que os escravizados negros faziam quando se encontravam em território espanhol. Provavelmente sabiam que as autoridades portuguesas iriam requerer a volta imediata dos fujões, por isso, seguiam para outros caminhos para que não soubessem de seu paradeiro, no entanto, poderia ser apenas uma desculpa dos espanhóis para não os restituírem.

Depois de repetir-me os motivos que tivera para demorar também a resposta das minhas cartas que sendo certo ter-se-lhe apresentado no povo de São Miguel o índio Cristóvão, este contudo não levava escravo algum consigo e quanto aos outros três escravos que mandando Vossa Senhoria saber logo que recebeu a minha carta em que os pedia se lhe teriam passado por alguma das estâncias, constrangidos os índios mandamos, vieram a confessar que havia quinze dias tinham passado pelos Palmares e que sem dúvida se encaminhariam para Santa Cruz, e como essa é uma província aberta com vários caminhos, era impossível sabê-lo, se eles se não apresentam a menos de eu avisar com antecipação para se tomarem as providências necessárias para a sua apreensão.

Eu até agora estava persuadido das sábias e providentes leis espanholas que a polícia em todos os seus domínios corresponderia a sabedoria das mesmas leis e que a qualquer forasteiro não era permitido atravessar sua província de parte a parte sem ser pressentido, nem embaraçado. Na mesma opinião me confirmava o respeito que tenho aos talentos e luzes

²⁴¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo. 1796 a 1800. Livro de registros de portarias e bandos da provedoria da real fazenda. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, C-38, estante 01.

de uma nação tão polida que não poderia deixar de ter adaptado todos os meios de estabelecer nos mesmos domínios uma boa polícia da qual depende tanto a segurança e tranquilidade pública.

Mas os fatos acontecidos no meu tempo, com a fuga destes escravos com a evasão do cabo de pedestres João da Silva Nogueira dessa província para a de Santa Cruz e do dragão Feliz de Macedo, de uma e outra província para o centro do Peru e acontecendo o mesmo em Moxos, pois que o Senhor governador daquela Província acaba de dar-me a mesma e idêntica resposta: todos estes fatos, digo, obrigam-me, bem o meu pesar, a mudar em parte de opinião e a crer que ao menos em Chiquitos, Moxos, Santa Cruz de La Sierra, é fácil a clandestina entrada e saída de qualquer foragido ou criminoso, sem embargo da vigilância dos seus ilustres governadores.

E, por consequência, vejo-me na necessidade de representar isto à minha corte para que tome com a de Madrid outras medidas mais proporcionadas para a apreensão e restituição dos escravos sendo nesta parte a simples mas respeitável convenção do Tratado Preliminar [de 1777].²⁴²

A mesma carta sinaliza, também, uma ameaça por parte dos portugueses às autoridades espanholas, explicita os caminhos que os escravizados tomavam em território português para seguirem para as missões e como era feito o patrulhamento nessa fronteira tão extensa:

Desta falta ou dificuldade de se entregarem os escravos fugidos, já Vossa Senhoria está vendo a urgentíssima necessidade que tem o governo de Mato Grosso de fazer guardar todas as passagens para Chiquitos para que a escravatura desta colônia não fuja toda para essa província, e isto é o que eu pratiquei agora mandando guardar uma vereda paralela a da Salinas pela qual bem como por esta, eles podem passar com facilidade e por onde fugiram, segundo as informações que

²⁴² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C-40, estante 01.

tenho, os sobreditos escravos porque outros que seguiram o rumo das Salinas foram cair nas mãos da ronda portuguesa, como presenciou a ronda espanhola. Na referida vereda que já no tempo de meus antecessores e quando as circunstâncias o exigiam, tinha sido trilhada pelas patrulhas desta capitania a dez ou doze léguas de distância de Casalvasco, fizeram os soldados um rancho na margem do mesmo Rio Barbados para se abrigarem de noite e um curral para recolher as bestas em que vão montados e que lhe conduzem os mantimentos precisos. Ao que Vossa Senhoria na sua segunda carta a que este artigo da mesma serve de resposta, chama o Piquete do Guabi, com casas, forte e munições e petrechos correspondentes. As casas é um rancho de capim, o forte de um curral, nem eu sei como o que informou a Vossa Senhoria, teve uma tal equívocação confundindo coisas tão desvariadas e que tem medidas proporções e erros tão diversos, as munições são meia dúzia de cartuchos que leva cada soldado na sua patrulha e os petrechos são o seu correspondente armamento.

Quanto mais eu não fui o que dei princípio a tais inovações Vossa Senhoria é que primeiro estabeleceu uma ronda na Cacimba, em lugar aonde nunca esse governo teve ronda alguma, é que o adiantou três ou quatro léguas e seu destacamento, mudando o de São Miguel para o Perubes, onde presentemente existe e como isto franqueava mais a fuga dos escravos desta colônia as quais não são restituídos. Vossa Senhoria mesmo me pôs na indispensável necessidade de tornar justas e convenientes medidas para embaraçar a sua evasão. Digne-se Vossa Senhoria de mandar me restituir os ditos escravos, digne-se de restituir a fronteira ao estado em que a tinham nossos antecessores até que os comissários das duas nações lancem a linha divisória que eu pela minha parte a restituirei também. O respeito que me inspiram os sagrados vínculos do sangue e da amizade que unem os nossos soberanos, ainda me obriga a repetir a Vossa Senhoria um arbítrio que já lhe propus em outras cartas, as quais em tudo me remeto.²⁴³

²⁴³ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C-40, estante 01.

Outro dado sobre a tentativa de manter uma relação amistosa com os vizinhos hispânicos é de uma correspondência do mesmo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao governador do Paraguai, Lázaro de Riberas, em 1803. Agora sua preocupação é com o sul da capitania que trata também da fuga de escravos e da necessidade de se manter uma boa relação entre as partes. Caetano Pinto escreve então que

Agora me dá parte o comandante do Forte de Coimbra de terem fugido daquele presídio, na noite de 15 para 16 de fevereiro, três negros escravos, um por nome Marcos do alferes dragão Francisco José de Matos, outro chamado Ventura, do dragão Manoel Fernandes Ferreira Braga, levando estes uma espingarda da Real Fazenda, e o terceiro por nome Joaquim do dragão Joaquim Correia Pinto.

E como há toda a certeza de que os ditos escravos entraram para a sua província, rogo a Vossa Excelência se digne de mandar entrega-los com a dita espingarda e em iguais circunstâncias praticarei a mesma fiel correspondência, tão conforme a íntima união e amizade que reina entre nossos augustos anos.²⁴⁴

A documentação do Arquivo Nacional de Assunção traz dados, a partir de inícios do século XIX, sobre a preocupação dos governantes portugueses com a fronteira sul da capitania e as constantes fugas de escravizados negros do Forte de Coimbra, muitas vezes, vindos também da região da Vila Real de Cuiabá, atravessando o Rio Paraguai, desertam para o Forte de Borbón, na fronteira.

Do ano de 1803 encontramos três citações sobre a fuga de escravizados negros do Forte de Coimbra para o Forte de Borbón. Quando chegavam nesse forte, esses escravizados eram bem recebidos, denunciavam excesso de trabalho e ainda passavam informações sobre a assistência militar que recebia o Forte de Coimbra:

²⁴⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804.

Passa o sargento Olegário Veloso com oito soldados conduzindo três negros desertores que chegaram a este porto e são portugueses [tradução nossa].²⁴⁵

Avisa ao coronel Dom José Espínola [comandante político e subdelegado da Real Fazenda do Paraguai] que remete pelo rio à sua capital três negros desertores do Forte de Coimbra e que por eles e notícias que lhe há comunicado o comandante de Borbón há sabido os consideráveis reforços de tropa e artilharia que tem recebido de Mato Grosso este dito Forte e Presídio de Miranda [tradução nossa].²⁴⁶

Comparecer um negro desertor a quem por meio de intérpretes lhe recebi juramento que lhe fiz a Deus Nosso Senhor e foi interrogado perguntando como se chama, de que nação é, e de tem vindo e por que causa. E respondeu aos intérpretes que chama-se Joaquim de Faria, natural da Costa da Guiné e que fugiu do Forte de Coimbra com outros companheiros numa canoa e que sua deserção foi a causa de muito trabalho e que não tinha tempo de adquirir algo para si. Perguntado se era escravo ou livre e que tinha feito no Forte e respondeu que era escravo e que seu amo chamava João dos Santos, soldado em Cuiabá e que seu exercício desde antes da guerra tem sido de soldado pedestre. Perguntado se por essa razão lhe consta que meramente tem recebido a si no Forte de Coimbra como no presídio de Miranda reforço de tropas e artilharia, expressamente em número, como também se tem feito algumas obras de fortificação [tradução nossa].²⁴⁷

João de Deus passou com 5 peões levando três negros portugueses desertores do Forte de Coimbra que aportaram em Borbón e trouxeram

²⁴⁵ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1793.

²⁴⁶ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Documentos avulsos – Divisão de obras raras e publicações – Seção de manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Expediente que continente varias noticias de los estavelecimientos portugueses, cat. 76, 1803.

²⁴⁷ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Documentos avulsos – Divisão de obras raras e publicações – Seção de manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cat. 33, cx. 2, 1791-1804.

notícia de que teria chegado em Coimbra de Mato Grosso muitos carregamentos e quatro canhões grandes, que em Coimbra de fez uma vila que há muitas pessoas, inclusive, muitas mulheres portuguesas. Que há muitos índios Mbayás em Miranda, aliados dos portugueses e que sabem manejar armas de fogo [tradução nossa].²⁴⁸

No ano de 1804, mais notícias sobre a presença de escravizados negros na província de Chiquitos, em carta do comandante de Casalvasco ao governador de Mato Grosso, nesse ano, Manoel Carlos de Abreu de Menezes:

Procure certificar-se pelo modo que lhe for possível do lugar da província de Chiquitos, onde se acha o escravo que me avisa ter fugido dessa povoação, tudo a fim de que eu possa com dados mais seguros fazer a competente reclamação.²⁴⁹

No ano seguinte, em 1805, outra notícia sobre o mesmo assunto, em correspondência interna de Vila Bela, do coronel Filipe da Cunha Pontes ao Ouvidor-Geral da capitania de Mato Grosso, Sebastião Pita de Castro:

Ao mesmo senhor antes do seu falecimento tinham chegado as participações e ofícios de 28 e 30 de julho e de 3 de outubro deste ano que temos visto, não podendo deixar de nos ser desagradável a fuga que puderam praticar os dois criminosos e presos nas calcetas em que estavam do Hospital para que tinham ido curar-se talvez fingidamente para isso e também o escravo que os ajudou a isso para os domínios

²⁴⁸ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 365N1, 1773-1809.

²⁴⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804, Livro C-45.

espanhóis, sendo necessária maior cautela e vigilância para que outros não consigam poder fazer o mesmo.²⁵⁰

Na segunda década do século XIX, uma correspondência do governador de Mato Grosso, Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, para o governador de Santa Cruz de la Sierra, Francisco Xavier de Aguilera, trata também da fuga de alguns escravos do Mato Grosso para Santa Cruz, em 1820, descrevendo o motivo da fuga, “livrarem-se do cativo”, e o que os escravos faziam quando ainda eram cativos na capitania, “que o capitão Costa, estando na idade de 70 anos, achava-se ao desamparo, pelos escravos que se lhe tem ausentado”.

Neste mesmo momento aproveito em ocasião de remeter-lhe os requerimentos que me fizeram uns pobres e desgraçados homens, a quem fugiram uns escravos que se achara em Santa Cruz, sem mais causa do que a de livrarem-se do cativo, e como pelo compromisso se acha determinado que todos aqueles escravos que fugirem simplesmente perante motivo seja entregue. Rogo portanto a remessa dos que daqui se ausentaram além de que todos nós por Lei Divina e Humana somos obrigados a fazer tudo o que podemos em benefício dos povos e vassalos que os nossos soberanos nos confiam o seu governo, do contrário, seríamos assassinos dos nossos mesmos, porque obrando um em consequência do outro, promoveríamos os prejuízos de todos os nossos súditos, uma vez que os escravos vissem que não se remetendo ficavam livres do cativo, e era então um prejuízo de terceiro grau a reclamar a Vossa Excelência os ditos escravos ficando certo que todos os que se refugiarem para esta província serão remetidos imediatamente que entrarem nela, devendo mais dizer, que o capitão Costa, estando na idade de 70 anos, acha-se que quase ao desamparo, pelos escravos que se lhe tem ausentado, e que o outro pobre carregado de família e sem

²⁵⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo. Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Manuel Carlos de Abreu Menezes, 1804– 1805, Livro C-46.

meios de que vira se achar na mais triste situação, e ambos lhes se fazem dignos de compaixão.²⁵¹

Em 1833, o presidente da província de Mato Grosso, Antônio Correia da Costa, solicita por duas vezes, no mesmo ano, a devolução de escravizados negros ao presidente militar da República da Bolívia, Andrés de Santa Cruz Villavicencio y Calaumana:

Quatro escravos de todos proprietários daqui fugiram deste império para Bolívia. Me consta que o proprietário dirigiu suas relações ao senhor prefeito de Santa Cruz e todas, segundo disse, ficaram sem efeito [tradução nossa].²⁵²

No ano seguinte, a mesma solicitação ao prefeito de Santa Ana, província de Chiquitos, que “se faça a total restituição dos escravos da província de Mato Grosso refugiados no território boliviano”²⁵³.

Em 1835, há uma reclamação para devolução dos escravos de Francisco da Silva Rondon, que eram da cidade do Mato Grosso e foram para Santa Cruz:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor colocado à cabeça deste departamento por disposição suprema, e tendo o agrado de receber a comunicação de Vossa Excelência de Cuiabá de 8 de agosto último referente à reclamação pelo brasileiro residente em Cuiabá, Francisco da Silva Rondon, para que se seja devolvido os escravos que se fugiram para esta, constantes da relação inclusa me terá de grande satisfação haver cumprido com este encargo que me impõe de rever e as relações que devo conservar com Vossa Excelência se tivesse conhecimento dos citados escravos. Mas para qualquer caso comunico a ordem

²⁵¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Correspondências Oficiais – Governo: Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá – 1820 a 1822.

²⁵² Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1825-1835 – 1/16 – 05.

²⁵³ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1825-1835 – 1/16 – 05.

conveniente com esta mesma data ao governador da província de Chiquitos para que por sua parte este ao cumprimento do que Vossa Excelência tem. Aceitam os sentimentos de minha maior consideração e apreço [tradução nossa].²⁵⁴

Em 1836, também sobre “escravos refugiados, a satisfação do desejo que os reclama, se devolvam”²⁵⁵. Em 1837, também há duas menções sobre a necessidade da restituição dos demais de 17 escravizados fugidos da província de Mato Grosso para a província de Chiquitos²⁵⁶.

Em 1838, o governo português exige dos governantes bolivianos que se exija passaporte de todo negro que entrar em território boliviano para evitar fugas: “para evitar a fuga de escravos do Mato Grosso para a Bolívia, que se peça o passaporte de todos os indivíduos que entrarem, e os negros que não tiverem passaporte que lhes prendam”²⁵⁷.

Analisando esse documento percebemos que as estratégias das autoridades também iam se modificando para tentar conter essas fugas. A exigência de passaporte, por exemplo, antes não era necessária.

Sobre os escravos negros do Mato Grosso que ultrapassam a fronteira/ limite com destino a Bolívia e Paraguai, encontramos na documentação dos arquivos de Mato Grosso, Bolívia e Paraguai, pelo menos, 30 correspondências entre as autoridades desses governos que tratam desse assunto entre os anos de 1760 e 1838.

Ao analisar a quantidade de escravos negros fugidos do Mato Grosso para terras castelhanas, encontramos dificuldades em relação aos números, já que os casos de fugas são citados de forma generalizada. São poucas as informações sobre o número exato de escravos fugidos, na maioria das vezes são destacadas as quantidades de negros recapturados, que foram trazidos de volta para o lado português da fronteira.

²⁵⁴ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1837 – 1/20 – 11. PM-CH-CPE-BR.

²⁵⁵ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1836 – 1/19 – 01.

²⁵⁶ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1837 – 1/20 – 11. PM-CH-CPE-BR.

²⁵⁷ Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1837 – 1/20 – 11. PM-CH-CPE-BR.

Percebemos, analisando a documentação, que havia maior número de escravizados fugidos da rota de saída de Vila Bela e região no sentido das missões de Moxos e Chiquitos e Santa Cruz, na Bolívia do que da rota Cuiabá e região para o Paraguai.

Segundo Newman Caldeira, a escravidão negra fora abolida, definitivamente, na Bolívia em 1836, através do código penal²⁵⁸. No entanto, antes dessa data já havia promessa de libertação escrava na região com as guerras pela independência, como atesta Ernesto Sena que

durante os longos anos de guerra pelas independências na América hispânica, havia já promessa de liberdade para os escravos que se engajassem nas lutas. Mesmo a contragosto para muitos dos proprietários, foram numerosos os negros que participaram da linha de frente.²⁵⁹

Sena acrescenta ainda que, apesar de não haver a liberdade oficial na Bolívia antes de 1836, os escravos negros do Mato Grosso já viam no país vizinho a possibilidade de liberdade.

Em Mato Grosso, se desde o período colonial os cativos procuravam a região de domínio espanhol para empreenderem fuga, depois das independências, o país vizinho podia ser vislumbrado como um lugar de liberdade instituída, mesmo que na prática isso não acontecesse, como vimos. De toda forma, a indefinida zona de fronteira era a primeira região por onde esses escravos passariam, podendo, inclusive, lá permanecer. As autoridades mato-grossenses e os proprietários não

²⁵⁸ CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IFCS. Dissertação de Mestrado em História Social. 2007. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br/cp070897.pdf>. Acesso 28 out. 2016, p. 64.

²⁵⁹ SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016, p. 88.

poderiam deixar barato. As fugas de escravos, então, passaram a ser parte das reivindicações diplomáticas.²⁶⁰

Newman Caldeira ao analisar documentação diplomática, do Ministério das Relações Exteriores, atesta que, desde 1825, quando a Bolívia “criou um regime misto de proibição do comércio negreiro e abolição da escravidão negra”, o Brasil dirigindo-se à Bolívia “apontava a concessão do asilo [de cativos] como uma espécie de má-fé do governo boliviano, que o justificava através do argumento de que a Bolívia seria uma ‘terra da liberdade’”²⁶¹.

No Paraguai, a abolição dos escravos foi instituída somente em 1869 pela Junta provisória do governo. Mas na Constituição Nacional de 1870 estabelecia que “En la República del Paraguay no hay esclavos, si alguno existiese queda libre desde la jura de esta Constitución”²⁶².

A partir da documentação analisada percebemos que a fuga de escravos negros para o Paraguai e para a Bolívia, no final do século XVIII e início de XIX, não foram intensas, mas foram constantes, mostrando que havia uma esperança de escapar das más condições de vida no Brasil quando atravessavam a fronteira do Mato Grosso e entravam nesses países, e a própria situação de fronteira poderia garantir uma menor perseguição institucional de ambos governos, mesmo que até princípios do século XIX não encontrassem definitivamente “solo livre” nesses territórios hispânicos além fronteira.

Percebemos que a partir de 1820 houve um aumento dessas fugas, as autoridades chegam a citar mais de 17 escravizados fugidos em um ano. Provavelmente pelo motivo

²⁶⁰ SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016, p. 92.

²⁶¹ CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IFCS. Dissertação de Mestrado em História Social. 2007. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br/cp070897.pdf>. Acesso 28 out. 2016, p. 64.

²⁶¹ SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016, p. 65.

²⁶² ROMANACH, Alfredo Boccia. *Esclavitud en el Paraguay: vida cotidiana del esclavo en las Indias Meridionales*. Asunción, Paraguay: Servilibro. 2004, p. 281.

de a Bolívia estar se tornando “solo livre” aos escravizados, como destacou Cadeira e Sena.

Outra característica que percebemos é que entre 1760 e 1838 foram constantes as fugas do Mato Grosso para a Bolívia, mas para o Paraguai encontramos documento somente de 1773 a 1803. E em nenhum momento foi citada a fuga de escravizados negros dos domínios hispânicos para o Mato Grosso, ou seja, não era uma rota de fuga almejada.

Com relação à fuga de escravos negros além fronteira, não encontramos indícios de que essas fugas pudessem promover alguma alteração no sistema escravista em Mato Grosso. Em 1800 o número total de escravizados na capitania era de 11.910. E de quase um século analisado não encontramos mais que 50 escravos que fugiram para os domínios espanhóis. Havia uma preocupação das autoridades coloniais, principalmente de Vila Bela da Santíssima Trindade onde encontrava-se o maior número de fujões, mas essas fugas não alteraram o sistema escravagista da região, mesmo considerando que pudessem haver sub-registros nas notificações de fugas.

No entanto, levando em conta as fugas em conjunto com a formação de quilombos – analisada mais adiante – sim podem ter provocado transtornos na instituição escravista, garantindo ao escravizado outras formas de vida em sociedade que não dependesse do trabalho forçado.

O motivo das fugas dos escravizados negros nos parece óbvio: sair da condição de escravizado em busca de liberdade ou, no mínimo, melhores condições de trabalho. No entanto, conseguimos observar alguns padrões e tendências analisando a documentação.

As fugas além fronteira, tanto no norte quanto no sul da capitania do Mato Grosso tinham uma geografia semelhante já que os fujões deveriam cruzar a fronteira e atravessar os caudalosos rios Paraguai, ao sul, e Guaporé, ao norte, para chegarem em domínios hispânicos. Para isso, além de fugir, deveriam também roubar canoas que se encontravam aportadas próximas aos fortes e vilas fronteiriças. Por isso, essas fugas ocorriam em dupla ou em pequenos grupos de 3 a 6 negros pois, além da documentação trazer os casos dessas fugas no plural e até mesmo citando o número de escravos, os fujões precisavam de forças extras para remar, mas uma canoa pequena - que deveria ser o porte para terem maior agilidade no remo - não cabe grande número de pessoas com mantimentos e armamentos roubados para se defenderem no caso de conflito com capitães do mato ou militares das

rondas. Essas fugas também não aconteciam à luz do dia, a noite garantia passar despercebidos diante da vigia dos proprietários e das rondas militares portuguesas que circulavam na fronteira.

O destino dos escravizados que saíam da repartição do Mato Grosso eram principalmente as missões jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos e os dos escravizados que saíam da repartição do Cuiabá, procuravam principalmente o Forte de Borbón, no Paraguai, como mostrado no Mapa 3.

Através da documentação não foi possível esclarecer um padrão de quanto tempo era preciso para conseguirem escapar atravessando a fronteira. Mas fazendo uma estimativa de saída de Vila Bela da Santíssima Trindade até a missão San Ignacio de Veslaco de Chiquitos (missão jesuítica mais próxima de Vila Bela): deveriam atravessar o rio Guaporé que na região de Vila Bela tem aproximadamente 100 metros de largura mais caminhada de 450 quilômetros; contanto com paradas para buscar alimentos (caça, pesca, frutos), água, lugar seguro para abrigarem-se e montar acampamento e, ainda, abrir picadas, poderiam levar, pelo menos, 2 meses.

Também não encontramos evidências de mulheres nessas fugas além fronteira, provavelmente pela maternidade, já que as dificuldades da travessia deveriam ser bem maiores quando feitas com bebês ou crianças.

As solicitações por parte das autoridades portuguesas para restituição dos fugidos foram incansáveis, e a não devolução da mesma forma, reconhecendo assim uma disposição dos espanhóis em ficar com essa mão-de-obra. E, mesmo não sabendo do Direito das Gentes, documento de 1789 que garantia asilo aos escravos fugidos de outras colônias para domínios hispânicos, os que fugiam oportunizavam outras sequentes fugas já que não voltavam. São raras as vezes que conseguem recapturar os fugidos além fronteira, mas quando conseguiam, os que retornavam para seus proprietários eram castigados com açoites e trabalhos mais pesados.

Fugas além fronteira: indígenas

Nessa parte destacaremos a documentação encontrada acerca dos deslocamentos dos indígenas que ultrapassam a fronteira em razão de:

- 1- Fugindo das sujeições impostas pela Igreja católica aos domínios portugueses;
- 2- Fugindo das autoridades portuguesas para as missões do lado espanhol;
- 3- Fugindo das autoridades espanholas procurando melhores condições com os portugueses.

Sobre a primeira razão exposta encontramos o maior número de documentos que tratam desse assunto, principalmente nos *Anais de Vila Bela* e no Arquivo Público de Mato Grosso.

Em 1761, o governador Antônio Rolim de Moura relata em a entrada de indígenas espanhóis em território português:

O que agora somente posso dizer de mais para que a Sua Majestade não falte a individual nota da guarnição que tenho no Presídio de Nossa Senhora da Conceição, ou Sítio Velho de Santa Rosa, é que se compõe presentemente de um Alferes, 2 Cabos de Esquadra, 23 Soldados Pedestres, um Capelão e um Cirurgião; todos pagos pela Fazenda Real e, além destes, estão no mesmo Sítio e servem a engrossar de algum modo aquele corpo, 4 pessoas agregadas. Entre todos têm 18 escravos e administrados índios, e em pouca distância estão aldeados os índios que vieram das aldeias espanholas de Santa Rosa e São Miguel para a nossa banda, que são 70 pouco mais, ou menos; os quais em caso de necessidade podem servir para alguma coisa.²⁶³

Do mesmo ano e registro de documentos, há outra menção sobre a entrada de indígenas da missão espanhola, da extinta missão de Santa Rosa espanhola que passou a ser portuguesa, em carta do mesmo governador. Rolim de Moura destaca nesta parte do documento a “gratificação” dada aos indígenas que chegam:

²⁶³ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10 - Estante 1.

Porque depois que para ali se mudou uma grande parte dos índios de Santa Rosa, e, por não fazerem o mesmo, passaram os padres os que ficaram, para São Pedro, deixando aquela missão de todo extinta, como dei conta o ano passado a Sua Majestade; depois disto, digo, tenho mandado repartir pelos tais índios várias quinquilharias; e aos que vêm a esta vila nas canoas que andam conduzindo o mantimento para a guarda, satisfaço o seu trabalho com as mesmas quinquilharias, ferramentas, e baetas incarnadas. O que tenho visto naquelas passagens pelos índios dos padres castelhanos têm muitos partem nas suas fugas, principalmente porque os índios do destacamento fazem seu negócio com os de Castela, das coisas que cá lhe dão o que pelo tempo adiante naturalmente pode ser causa de se diminuïrem muitos das missões espanholas; principalmente as que tem índios em nossa banda.²⁶⁴

Em 1762 encontramos um caso da Fortaleza Nossa Senhora da Conceição sobre os indígenas das missões espanholas que lá chegavam:

Dos nossos vizinhos tem concorrido a passarem índios para cá e chegam já a dezoito os que vieram de São Miguel depois que aqui estou, os quais dizem que os mais todos desejam fazer o mesmo; mas que a falta de canoas lhes embaraça pelas grandes cautelas que nisso põe o padre João Roiz, seu cura.²⁶⁵

Glauce Marques defende que com a expulsão dos inacianos das missões de Moxos e Chiquitos, em 1767, entraram novos curas e seculares para administrá-las, a dinâmica da fronteira se alterou, com diminuição da vigilância e passou a haver frequência de fugas

²⁶⁴ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10 - Estante 1.

²⁶⁵ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05- Estante 01

e de contrabando, pois esses padres tinham diferentes formas de organização que não agradaram aos índios, e muitos deles desertaram para os domínios portugueses²⁶⁶.

Segundo Roselli Cavalcanti, desde meados do século XVIII os portugueses registram interesse nas áreas das missões jesuíticas para capturar os índios, para implantação do comércio clandestino, e posteriormente, para atrair os indígenas de território chiquitano para comporem o povoamento das terras portuguesas na fronteira²⁶⁷. Acrescenta ainda que os “capitães-generais do Mato Grosso procuraram métodos para atrair índios chiquitano desertores, uma forma de fazer jus ao *uti possidetis* garantindo suas terras”²⁶⁸.

Houve inclusive a fundação de uma vila portuguesa na fronteira luso-espanhola, em 1778, às margens do rio Paraguai, Vila Maria do Paraguai, atualmente cidade de Cáceres, no Mato Grosso, que contou inicialmente com 60 casais de índios chiquitano vindos das antigas missões de Chiquitos, fugindo do julgo da nova administração dos curas da Igreja Católica; dentre outros indígenas que compunham a população da vila, como os Bororo, que já encontravam-se em domínios portugueses²⁶⁹.

Nos *Anais de Bela* encontramos alguns registros sobre a fuga de indígenas das missões de Moxos e Chiquitos para a lado português, como o documento a seguir de 1766:

Chegaram a esta fortaleza uns índios, cujo número constou de oito, que vieram da missão de São Martinho, os quais trouxeram umas chapas, placas de açúcar para o escrivão da Fazenda Real, Gregório Pereira de Sousa, e umas cartas para o reverendo capelão. E aprisionaram os ditos nesta fortaleza, os quais foram logo remetidos ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General, por dizerem traziam uma carta para

²⁶⁶ MARQUES, Glauce Oliveira. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso (1750-1789)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010, p. 77.

²⁶⁷ CAVALCANTE, Roselli Aparecida. *Fundação de Vila Maria com a presença Chiquitana: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)*. Porto Alegre, RS: PUC-RS. Dissertação de mestrado, 2015, p. 38.

²⁶⁸ CAVALCANTE, Roselli Aparecida. *Fundação de Vila Maria com a presença Chiquitana: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)*. Porto Alegre, RS: PUC-RS. Dissertação de mestrado, 2015, p. 39.

²⁶⁹ CAVALCANTE, Roselli Aparecida. *Fundação de Vila Maria com a presença Chiquitana: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)*. Porto Alegre, RS: PUC-RS. Dissertação de mestrado, 2015, p. 49.

ele, de outro seu camarada, e que, sem dúvida, naquela seca, nos punham os castelhanos guerra.²⁷⁰

De 1770, uma carta para o governador de Moxos Antonio Aymeril de Luís Pinto de Souza Coutinho declara mais uma vez sobre a chegada de indígenas das missões de Moxos, nesse caso, ao Forte de Bragança (antes Fortaleza Nossa Senhora da Conceição). O governador português registra que não poderá devolver esses indígenas pois, além de serem livres estavam voltando para seu antigo estabelecimento antes de irem se estabelecer nas missões:

E quanto aos índios em que Vossa Senhoria me fala pertencentes a São Pedro, Exaltação e São Martinho devo dizer-lhe que o primeiro povo é pertencente aos domínios de El Rey meu amo e só existia em São Pedro por haver fugido da Missão de São José dos Mequens que fundaram há muitos anos os missionários portugueses; e assim não fez mais que restituir-se espontaneamente ao seu originário domicílio.

E quanto aos do Povo da Exaltação posso segurar a Vossa Senhoria que haverá mais de quinze dias se retiraram ambos desta estância embarcados em uma canoa que levaram consigo de sorte que a estas horas os suponho já restituídos a sua antiga povoação.

Resta-me unicamente satisfazer a Vossa Senhoria pelo que pertence aos três índios da Missão de São Martinho que com efeito se acham habitando em o lugar de Lamego nas vizinhanças deste Forte; sobre o que devo dizer é que havendo sido os índios declarados livres tanto pelas leis de Castela como de Portugal, é todo indubitável que gozam pela sua condição, assim como as mais pessoas de todo o direito de asilo e como este é comum aos vassallos das duas coroas em virtude das concordatas estabelecidas entre ambas, nenhuma jurisdição posso eu ter para restituir a Vossa Senhoria os referidos índios sem comprometer-me e confundir com os escravos esta qualidade a de pessoas livres.²⁷¹

²⁷⁰ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). Anais de Vila Bela 1734-1789. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 104.

²⁷¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1775- Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de

No mesmo documento Luís Pinto de Souza Coutinho relata ao governador de Moxos que ambos deveriam se preocupar com fuga que tanto indígenas “portugueses” quanto “espanhóis” estavam indo se estabelecer em outro lugar que não estava estipulado pelas autoridades coloniais, mas em território de domínio hispânico:

Ultimamente devo comunicar a Vossa Senhoria e como tenho notícias certas de que entre São Martinho e o Sertão que me dei até as vizinhanças de São Miguel destruído se acha um lote de índios composto não só dos que tem fugido das aldeias portuguesas mas também de alguns que tem desertado do sobredito povo de São Martinho e das outras missões circunvizinhas e como este ajuntamento poderá ser prejudicial às missões de um e outro Estado induzindo-se a deserção pelos sobreditos índios com quem tem inteligências, o devo participar a Vossa Excelência em benefício da causa a fim de se poderem dar as providências que Vossa Senhoria julgar proporcionadas para se destruir esse ajuntamento visto achar-se situado em as terras da jurisdição do governo de Vossa Senhoria.²⁷²

Em 1773 encontramos um pedido a devolução de todos os índios desertores das missões que se encontrassem em Mato Grosso, pedido esse feito ainda no ano anterior, 1772: “que naquele tempo se falava, Don Luiz Pinto de Souza, com a data de novembro do passado ano de 72, requerendo-se sobre a devolução dos índios desertores”. Leon Gonzalez notificou ainda, que Luiz de Albuquerque havia enviado “um resto que deviam pelos gastos pela condução de seus escravos”, e desentendendo-se sobre a devolução de índios desertores²⁷³.

Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07 - Estante 01

²⁷² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1775- Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07 - Estante 01

²⁷³ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. 1773. MyCh97 (21).

Sobre os indígenas que ultrapassavam a fronteira e adentravam em território português, Marques considera que “eram oferecidos acolhimento e quinquilharias, e em troca esperava o capitão-general obter informações sobre qualquer movimentação dos espanhóis”²⁷⁴.

A segunda razão exposta que trata da fuga de indígenas do lado português para as missões jesuíticas, o primeiro registro encontrado sobre o assunto data de 1760:

... tenho mostrado bem patentemente, desde que aqui estou, o quanto procurei fazer boa vizinhança; porém, tem-me isso sido tão mal correspondido, que não somente vários padres, como o padre Medenilha, antecessor de Vossa Reverendíssima, e o padre Ramos Laynes, se ficaram com os índios que da parte de Portugal passaram para as suas missões.²⁷⁵

Encontramos um registro de 1761 de uma carta escrita aos povos das missões espanholas relatando a fuga de escravizados negros e indígenas, do lado português, para as missões:

O Comandante da Guarda do sítio de Nossa Senhora da Conceição me remeteu uma carta que recebeu de Vossa Senhoria escrita na Missão de São Pedro [Moxos], com data de 7 de janeiro deste ano; em que lhe dá notícia de haverem aportado a essa Missão quatro fugitivos da Guarda, dois escravos, e dois índios [...]. Também vejo pela dita na carta, haver prontamente mandado restituir as coisas que o índio levava furtadas de um oficial da mesma Guarda.²⁷⁶

²⁷⁴ MARQUES, Glauce Oliveira. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso (1750-1789)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010, p. 172.

²⁷⁵ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). OFÍCIO, do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a carta do superior das missões de Moxos [Juan de Beingoolea]. CT: AHU-ACL-CU-010, Cx. 11, Doc. 622.

²⁷⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05- Estante 01.

Em correspondência de 1804, reconhecemos a terceira razão exposta sobre fuga indígena das autoridades espanholas procurando melhores condições com os portugueses, em carta entre o capitão-general da capitania de Mato Grosso, Manoel Carlos de Abreu de Menezes, e o comandante do povoado de Casalvasco, este último escreve sobre a chegada de indígenas espanhóis, que não iria cumprir o combinado de enviá-los para a capital, Vila Bela, pois os indígenas tinham preferência em ficar em Casalvasco com os outros indígenas que lá já estavam estabelecidos.

Razões econômicas e políticas me obrigaram a determinar a Vossa Mercê vocalmente que remetesse para esta vila [Vila Bela] todos os índios que chegassem a essa povoação [Casalvasco] fugidos dos domínios espanhóis, porém como eles mostram grande repugnância em virem para esta capital [Vila Bela] e desejam ficar ali [Casalvasco], juntamente com os outros que também ali se acham, não mandará daqui em diante mais alguns, afim de se não arrependerem muitos outros que é natural pretendam também fugir para os domínios portugueses, pois não convém dar o mais motivo de suspeita posto que mal fundada a esta gente que por natureza é muito desconfiada.²⁷⁷

Com relação à fuga de indígenas temos situações diferentes se comparada às fugas de escravizados negros. Primeiro porque o território dos indígenas estava sendo tomado, depois a situação de redução. No norte da capitania, com a expulsão dos jesuítas em 1767 nas colônias espanholas houve uma fuga sistemática para os domínios portugueses e, conseqüentemente, uma recepção amigável desses portugueses que viam nesses indígenas possibilidade de tornarem-se fiéis da coroa, formando inclusive vilas e arraiais com esses indígenas, como por exemplo, Vila Maria do Paraguai.

Na documentação que analisamos de 1760 a 1804, a maior parte das consideradas fugas diz respeito aos indígenas que saem das missões espanholas de Moxos e Chiquitos e se deslocam para o Mato Grosso atrás dos “atrativos” garantidos pelas autoridades

²⁷⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804.

coloniais portuguesas, já que precisavam de população para garantirem sua dominação na fronteira.

As fugas em sentido contrário, de indígenas do Mato Grosso para territórios espanhóis teriam sido mais reduzidas, conforme documentação encontrada, e se deviam principalmente porque também os padres das missões jesuíticas dos domínios hispânicos faziam investidas aos indígenas que se encontravam do lado lusitano fronteiro para aumentar a presença e poderio jesuítico e espanhol na região, mas os portugueses tentavam garantir a posse desses indígenas a seu favor²⁷⁸.

Encontramos maior número de fuga de escravizados negros, pois com relação aos indígenas, em tese, encontravam-se em situação de “livres”, podendo circular por toda a região que inicialmente era territorialidade indígena. No entanto, mesmo em situação de “livres” tinham poucas possibilidades de permanecerem em suas terras que estavam sendo roubadas e suas plantações e criações, da mesma forma sendo usurpadas pelos colonizadores.

No capítulo 3, quando analisamos o comércio na fronteira, também pudemos perceber os deslocamentos dos indígenas procurando se estabelecerem em lugares mais seguros e, também, deslocamentos para comercialização em região de fronteira.

Fugas além fronteira: soldados desertores

Ainda sobre fuga para além da fronteira, ao coletar informações, nos deparamos com muitos documentos que abordavam a deserção de soldados, principalmente, do lado português para o domínio espanhol.

O interessante desses documentos é que através deles podemos retratar quais eram as condições militares nessa fronteira, no final do século XVIII e princípios do século XIX, mesmo passando por um enfrentamento direto na Guerra de 1801, travada entre portugueses e espanhóis para delimitar a fronteira do Mato Grosso e Rio Grande do Sul que terminou com a assinatura do Tratado de Badajós, no mesmo ano. E ainda, que até mesmo soldados livres não responderam passivos aos abusos das autoridades coloniais.

²⁷⁸ Ver mais em: MARQUES, Glaucê Oliveira. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso (1750-1789)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010.

Um documento importante do arquivo de Sucre, datado de 1796, informa sobre a chegada à missão de San Rafael de Chiquitos de um pardo, militar, Juan da Silva. Esse caso, trata-se um soldado endividado procurando refúgio em domínios hispânicos para resguardar seus bens. Segue o “inventário”:

[...] Asilo o provei e mandei ao coronel Don José e Ayanza, Governador Político e Militar da Província, atuando e prometendo dizer tudo o que fora perguntado: de que lugar era, que religião professava, que tudo teria, e em que se desertava, e porque razão profugou de seu domicílio, que a tudo respondeu: que seu nome é Juan da Silva Nogueira, natural da Vila de Cuiabá, cristão, que era casado em Mato Grosso, com três filhos machos em seu matrimônio. Sua residência em Casalvasco, onde teria sua casa e comodidades; que seu exercício era militar, desde a idade de catorze anos, e que nas guerras passadas se passou do Forte de Bragança²⁷⁹, e nos encontros que se ofereceram, das vezes foi feito prisioneiro pelos espanhóis, que por esses méritos, e há muito tempo tem servido ao Rei, se havendo ascendido a Cabo da Esquadra de Pedestres, se achava muito desgostoso com o governo, pois sem considerar mais dilatados serviços, por uns créditos particulares, e como coisa de quinhentos pesos, procuraram confiscar-lhe seus escravos: inquestionável que se haviam de sequestrar seus escravos, resolveu antes passar-se à Espanha com eles, como que em efeito o retificou, consultando primeiro com sua mulher, que aprovou seu distanciamento, mas ela, por assistir à sua mãe, que se achava moribunda, se ficou em casa. Os escravos que igualmente se vieram são de África, homens, assim mesmo duas menores da mesma nação, casadas com estes, e todos quatro e mais de cinquenta anos de idade, uma mulatinha de vinte um a vinte e dois anos, casada, mas seu marido se ficou em Casalvasco. Estas cinco peças disseram que eram escravos legítimos [tradução nossa].²⁸⁰

²⁷⁹ Forte de Bragança: localizado próximo ao Forte Príncipe da Beira, na fronteira norte da capitania.

²⁸⁰ Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos (Gabriel René Moreno). Expediente que contém o informe e documentos de Don Joseph de Ayanza Gor Interino da Província de Chiquitos, 30 de setembro de 1796, dando conta do arribo de dez portugueses entre negros e mulatos. MyCh GRM vol.8 (323, 324, 324v).

Este outro documento de 1798, de procedência de Vila Bela da Santíssima Trindade e com as autoridades de Santa Cruz, já foi usado na descrição de fuga de escravizados negros, mas parte dele também trata da deserção de soldados portugueses para Bolívia e vice-versa. Nesse caso, temos o relato soldados desertores contrabandistas, que comercializavam cavalos e mulas na fronteira.

Na 3ª carta me participa Vossa Senhoria a impossibilidade que havia para entregar o desertor Feliz de Macedo, apesar das diligências que tinha feito e das ordens superiores do Excelentíssimo Senhor Vice-Rei. Esta impossibilidade é mais um argumento que eu tenho a favor das justas medidas que tomei para acautelar tanto a deserção dos soldados como a fuga de escravos se bem que eu ainda espero que o Senhor Vice-Rei se dignará a dar todas as providências para que venha a verificar se a entrega de um desertor na qual está empenhada a justiça de Sua Majestade Católica e a palavra de Vossa Senhoria em que pede a restituição dos soldados Lino Castro e Pedro Paulo Paniagua que desertaram da patrulha situada no sítio chamado Cacimba para esta capitania. As razões porque eu não pude saber apesar dos meus officiosos desejos a requisitaria de Vossa Senhoria em que me pedia a entrega do tenente dragão Juan Francisco Gonzales são as mesmas que me embaraçam agora porque os ditos dois soldados são igualmente das milícias de Santa Cruz de La Sierra e o artigo 6º do tratado de 1778 em que se estipulou esta entrega só fala na tropa paga proibindo-nos as palavras finais do mesmo artigo e as antigas concordatas nele suscitadas, toda e qualquer interpretação extensiva como a Vossa Senhoria já demonstrei.

Mas ainda na hipótese de que esta entrega coubesse nas minhas faculdades seria indecoroso aos distritos da minha soberana que devo defender ou fazê-la eu, depois desse governo e todos os mais limítrofes desta capitania não entregarem há muitos anos, nem escravos, nem desertores, contra a expressiva e literal disposição dos tratados subsistentes entre as duas monarquias. As divinas leis do distrito das gentes não admitem entre nações livres e independentes se não uma

perfeita igualdade, e os soberanos justos e iluminados deste século que eu nem em seu augusto coração a política e a justiça com um vínculo indissolúvel até respeitam indecorosos a Sua Majestade os interesses seus e pretensões que não são fundadas naquelas imutáveis leis.

E quanto aos quatro cavalos que trouxeram os ditos desertores nesta ocasião, ordeno ao comandante de Casalvasco os mande entregar no destacamento do Perubes, à exceção de um que morreu nesta vila, e ao mesmo comandante determino também faça restituir aos dois soldados Francisco Pires e Manoel Ignácio, a mula e cavalo que lhes venderam os dois espanhóis, Manoel Palácios e Ypólito Duran aos que espero Vossa Senhoria fará restituir o que receberam em troca segundo constará da relação que o dito Comandante há de remeter a Vossa Senhoria. E para que se evitem para o futuro, ainda os mais sérios motivos de queixa de parte a parte, espero igualmente que Vossa Senhoria se dignará dar em obséquio da boa harmonia que lhes parecerem justas para que os soldados se abstenham destas clandestinas e furtivas negociações com os meus soldados os quais o preço que deram pelo dito cavalo e a mula foi adquirido com o seu suor e com seu trabalho.²⁸¹

Em 1799, o governador de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro reclama a deserção de um soldado de sua capitania ao governador da província de Chiquitos, Melchior Rodrigues Barreolungo:

Tendo desertado há dias deste quartel general o soldado da companhia de dragões, Joaquim Ignácio da Silva e Albuquerque, agora me participa o alferes da mesma companhia, Francisco Pedro de Mello.

Pelo que vou requerer a Vossa Senhoria a entrega do dito desertor, não só em observância dos tratados subsistentes entre as duas monarquias e da feliz amizade que reina entre os nossos soberanos mas até em

²⁸¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C-40, estante 01.

obsequio dos ofícios de boa vizinhança que eu não deixarei de prestar a Vossa Senhoria em todos as ocasiões que se me oferecerem.²⁸²

Também de 1799, uma correspondência ao capitão-general da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, relatou-se sobre o depoimento feito por um escravo do soldado dragão, Joaquim Ignácio da Silva e Albuquerque, dizendo que “seu senhor” mais outro soldado dragão, Joaquim Manoel dos Anjos, tinham a intenção de fugir para os domínios espanhóis e queriam que o mesmo escravo fosse junto, e como o escravo não queria ir, acabou delatando seu senhor e seu companheiro de fuga:

Vindo ontem a minha presença um escravo do indigno soldado dragão Joaquim Ignácio da Silva e Albuquerque a pedir me com a singeleza própria das suas armas e condição que o mandasse vender a outrem pois que lhe não queria acompanhar a seu senhor a fugir para Castela e perguntando-lhe eu como sabia que o dito seu senhor queria fugir para os domínios de Espanha ao que me respondeu que ele mesmo lhe tinha dito afim de o acompanhar e que já se achava da outra banda do rio Guaporé com a sua farda em um saco. E que da banda de cada mesmo rio no Porto da Olaria Velha se achava outro indigno soldado da mesma companhia Joaquim Manoel dos Anjos com a sua farda em um saco. Para o acompanhar na direção e que vindo ele a casa com o pretexto de uma faca que lhe tinha esquecido me vinha fazer a referida súplica pois que não queria acompanhar os ditos dois desertores o que tudo se verificou em consequência às ordens que imediatamente dei para serem presos os ditos soldados como com efeito se acham um no segredo da cadeia pública desta vila e outro no calabouço militar e depois de presos para se examinarem as mais circunstâncias referidas pelo dito escravo como mais individualmente conta da parte junta dada pelo ajudante da companhia ao ajudante das minhas ordens de que igualmente serve de comandante da minha companhia. E porque os referidos dois soldados não só cogitaram em desertarem mas até principiaram a pôr em execução as suas perversas intenções parecendo por consequência

²⁸² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

estarem incursos no artigo 14 do novo regulamento. Determino ao comandante da Real Fazenda que na ausência do ouvidor da companhia que serve de auditor geral da tropa desta capitania servindo esta minha ordem e os mais documentos de que vai acompanhada de corpo de delito passe a formar a culpa aos ditos soldados na conformidade da carta régia de 12 de agosto de 1771 para serem sentenciada em junta de justiça, para o que lhe confiro toda a jurisdição que necessária lhe for em virtude dos amplos poderes que me são concedidos.²⁸³

No documento seguinte, de 1804, uma correspondência interna entre o governador da capitania, Manoel Carlos de Abreu de Menezes, e o Senhor Ouvidor Geral Auditor da Gente de Guerra, Sebastião Pita de Castro, trata das fugas que soldados desertores faziam para “o mato”, que seria para os quilombos ou para Espanha.

A portaria que acima se acusa e a que se acha escrita imediatamente a esta mesma carta contando-me pelos papeis juntos a esta Portaria assinados pelo secretário deste governo que o segundo ajudante da legião de milícias dessa Vila Capital, Antônio de Mello do Rego e Arruda sendo rendido no destacamento de Palmela e destacado para o Forte do Príncipe da Beira, intentava em caminho do dito destacamento para o mesmo Forte cometer o abominável crime de deserção, ou para o mato, ou para os domínios espanhóis, tendo com efeito chegado a dar princípio ao seu horroroso projeto no dia 22 de abril do corrente ano, acompanhado dos sois soldados pedestres, Clemente de Campos e Manoel Joaquim de Brito, e de mais dois índios de menor idade que todos eles convidou para o dito fim, o que instigou a portaria dos governadores interinos em data de 11 de junho do corrente ano, pela qual se mandou dar baixa aos ditos desertores. E posto que o dito Antônio de Mello do Rego e Arruda caindo depois em si, e conhecendo a infância de que se cobria por um semente crime, se arrependera de ter principiado a praticar um fato que só o seu desacordo e sequer queira

²⁸³ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo. 1796 a 1800. Livro de registros de portarias e bandos da provedoria da real fazenda. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, C-38, estante 01.

lhe podia sugerir indo-se entregar, como com efeito fez ao comandante do Forte do Príncipe da Beira, recomendando-se à piedade e proteção do mesmo comandante em uma carta que lhe escrevo, contudo como as que projetam sementes crimes, ainda que se não cheguem a efetuar inteiramente, como aconteceu ao referido Antônio de Mello, sempre por isso são indignos do nome português.²⁸⁴

Essa carta de 1805 do mesmo governador citado acima, Manoel Menezes, trata da fuga de um soldado, mas que o tal soldado se encontrava dentro da capitania, nas proximidades de Vila Maria do Paraguai, atormentando a população e incitando má conduta aos escravizados negros da vizinhança para junto dele provocarem assaltos e roubos.

Que o soldado desertor da Companhia de Pedestres, Manoel Correia, anda refugiado já nos matos da povoação de Vila Maria do Paraguai, já nos do arraial de São Pedro de El Rey, aparecendo algumas vezes nos sítios vizinhos das ditas povoações não só para saber o que se passa a seu respeito, como também para induzir escravos que tem conseguido levar consigo e que o acompanham nos atentados, roubos e desordens de toda a qualidade por ele cometidos. E porque entre outras pessoas que se me tem queixado de lhe terem sido induzidos e roubados escravos pelo dito pedestre é o Capitão Manoel Rondon, o que em uma representação que ao dito respeito me dirigiu se me oferece para ir prender ao dito desertor e as pessoas que andarem na sua companhia, dando-lhe eu licença não só para poder formar escoltas à sua custa, como também servirem-se de armas de fogo no caso de resistência e prenderem toda a pessoa que constar faz avisos ao dito criminoso. E considerando que a utilidade, sossego e tranquilidade pública exigem a prisão e castigo de um tão perverso, como abominável criminoso.²⁸⁵

²⁸⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804, Livro C-45.

²⁸⁵ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo. Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Manuel Carlos de Abreu Menezes, 1804– 1805, Livro C-46.

Os próximos documentos citados tratam de soldados desertores do Forte e Presídio de Miranda e Forte Príncipe da Beira para os domínios de Espanha, entre os anos de 1805 e 1808.

O provedor da Real Fazenda Vedor da gente de Guerra, mandará dar baixa na Companhia de Pedestres ao soldado Joaquim Bueno que desertou do presídio de Miranda para os domínios de Espanha no dia 13 de janeiro do corrente ano.²⁸⁶

Solicitação de perdão ao soldado, Antônio de Mello do Rego e Arruda, que teria intenção de fugir para os domínios espanhóis e estava preso no calabouço do Forte Príncipe da Beira.²⁸⁷

José Ignacio Gonzales tem conduzido à disposição de Vossa Senhoria ao soldado desertor do Forte de Miranda, do exame que lhe fez resultar sua deserção por ser impossível de executar o serviço tão pesado daquela guarnição, que são muitos os padecimentos que sofrem e mais de haver passado tantos anos que não socorrem com seus soldos, que havia dias que andava cansado, na ronda com seu companheiro e tomou a decisão de separar-se e pôr-se abaixo da possessão de nosso soberano. Da relação do número de soldados que guarnecem naquele forte e são, segundo consta na lista [tradução nossa].²⁸⁸

Esse último relato de um soldado desertor descreve as condições de trabalho nas fortalezas fronteiriças e a falta de remuneração, que nesse caso pode ser comprovado pelo

²⁸⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo. Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Manuel Carlos de Abreu Menezes, 1804– 1805, Livro C-46.

²⁸⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de Alvarás e Provisões do Ouvidor Geral Gaspar Pereira da Silva Navarros– Governos de Ricardo Franco de Almeida e João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – 1º Registro: 25/09/1806, último registro: 18/01/1814. Livro C-51.

²⁸⁸ Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 365N1, 1773-1809.

relato, já citado no capítulo 2, do governador da capitania de Mato Grosso, em 1799, que diz sobre “duas folhas militares já vencidas dos anos de 1798 e 1799”²⁸⁹.

De 1822, outro manuscrito aborda o mesmo assunto de soldado desertor no qual, a Junta Governativa de Cuiabá do Palácio do Governo, “manda abrir praça de agregamento à Companhia de Pedestres ao soldado João Vieira dos Santos que se acha perdoado do crime de deserção”²⁹⁰.

Outra situação que dentre a documentação nos parece exceção, mas que mostra também a possibilidade que essa fronteira tinha, é a fuga de um governador de Moxos para a capitania de Mato Grosso. A correspondência entre o governador de Mato Grosso, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, com o Rio de Janeiro, mostra a preocupação do governo mato-grossense em manter o tal Don Estevão Rosas em território português por poder causar mal-estar entre as coroas portuguesa e espanhola. Assim, em 1814, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg escreve ao Rio de Janeiro sobre

o espanhol Don Estevão de Rosas, que se refugiou a essa capitania intitulado-se governador de Moxos, e a qual Vossa Senhoria tomou a resolução de enviar acompanhado para esta corte aonde ele chegou há um mês.

Sua Alteza Real viu com atenção tudo o que ontem os documentos juntos aos ofícios de Vossa Senhoria sobre a correspondência que houve com o novo governador de Moxos, Don Manoel Degadillo, e com o presidente de Charcas a respeito deste espanhol [Estevão de Rosas] e dos efeitos que ele transportará para essa capitania na ocasião da sua fuga, assim como do socorro de gente que este anteriormente pedira ao comandante do Forte do Príncipe da Beira.

²⁸⁹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe Da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C 40, estante 01.

²⁹⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de Provisões, Bandos e Portarias – Governos de Francisco de Paula Magessi e Junta governativa provisória de Cuiabá – 1º Registro: 21/05/1821. Último registro: 09/09/1825.

O mesmo senhor aprovou muito que se negasse este socorro cuja concessão necessariamente envolveria em si consequências mui sérias para essa capitania.²⁹¹

A reflexão que fazemos com relação à documentação analisada acerca dos soldados desertores é de que estes circulavam nessa fronteira por alguns motivos como: 1 - para fugir de dívidas e manter seu patrimônio; 2- contrabandear mercadorias; 3- por excesso de trabalho pesado; 4- por não receberem remuneração, 5- por falta de fardamento.

Percebemos que no caso da fuga de soldados desertores, estes geralmente fugiam em parceria com outros soldados, em dupla, mas também procuravam a parceria com escravizados negros e/ou indígenas. Não vimos na documentação a solicitação de entrega de desertor por parte dos espanhóis, mas sim por parte dos portugueses, solicitando a devolução dos soldados desertores em prol de uma “feliz amizade que reina” entre os soberanos ibéricos. Percebemos também que essas fugas começam no final do setecentos e vão até 1822, data do fim da colonização portuguesa, e os principais pontos de partida das fugas eram dos fortes fronteiriços, Forte Príncipe da Beira e Forte de Miranda com destino aos domínios hispânicos.

As consequências dessas fugas segundo a leis metropolitanas era bem piores do que as fugas de indígenas e escravizados nesses, nesse caso a pena para soldado desertor era de morte, no caso de fuga m contexto de guerra²⁹². No entanto, a realidade local mostra a extrema necessidade de soldados para a defesa da fronteira, por isso, quando voltavam muitos eram presos nos fortes fronteirços e mais tarde perdoados de seus castigos.

²⁹¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de cartas Régias e Provisões recebidas – Governo de João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – 1º Registro: 14/07/1806. Último registro: 27/10/1817.

²⁹² Ver sobre em: SILVA, Giovane Albino. “*Povo que foge e mostra presentemente grande aversão à vida militar*”: A deserção das tropas regulares na Capitania de Pernambuco (1774-1808). Recife, PE: Universidade Federal Rural de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, 2015; HESPANHA, António Manuel. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Portugal: Círc. de Leitores, 2004.

Fugas para formação de quilombos

A formação de comunidades de fugitivos foi constante durante toda a segunda metade século XVIII e primeira metade XIX e um lugar estratégico para o estabelecimento dessas comunidades, era justamente a região de fronteira (ver Mapa 4).

Alguns documentos contidos no Arquivo Público do Mato Grosso e nos *Anais de Vila Bela* registram características de alguns quilombos. Por exemplo, que os quilombolas andavam armados “com armas de fogo e arco e flecha”; fabricavam suas próprias roupas e consertavam suas ferramentas “para o que tinham duas tendas de ferreiro”, o que indica a existência nele de mão de obra qualificada. Além do mais, o quilombo era autossuficiente, “porque cada um tinha sua roça muito bem fabricada de milho, feijão, carás, batatas, amendoim e muito algodão, que fiavam e teciam para se vestir e cobrir, para o que tinham teares à moda de suas terras”²⁹³.

Na documentação que trata sobre o quilombo do Piolho, também encontramos diversidades nas plantações: “milho, feijão, favas, mandioca, amendoins, batatas, carás, e outras raízes, assim como muitas bananas, ananases, abóboras, fumo, galinhas, - e algodão de que faziam panos grossos e fortíssimos, com que se cobriam”, local também “abundante de caça e o rio de muito peixe”²⁹⁴. A partir dessas descrições conseguimos perceber a autossuficiência dos quilombos.

A presença de indígenas nos quilombos no Mato Grosso foi relatada por diversas autoridades coloniais. No quilombo Grande relatou-se haver, em 1770, 69 gentios da Guiné e “trinta e tantas índias”; no quilombo do Piolho, em 1795, também foi relatada a presença indígena: “destes escravos novamente aquilombados, morreram muitos, uns com velhice, outros às mãos do gentio Cabixis, com que tinham continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres”²⁹⁵.

²⁹³ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006, p. 140.

²⁹⁴ ARAÚJO, Marlene G. Diário de diligência que por ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários quilombos. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 217.

²⁹⁵ ARAÚJO, Marlene G. Diário de diligência que por ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários quilombos. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 217.

Observamos na documentação que os quilombolas faziam comércio e frequentavam o entorno do quilombo, e que os locais escolhidos por eles eram geralmente abundantes em caça e pesca; tinham suas próprias roças e podiam praticar a extração de ouro e diamantes.

Alguns documentos informam claramente sobre a atividade dos quilombolas na extração de ouro e também de diamantes, embora este último fosse extremamente proibido oficialmente a quaisquer particulares. O que não impedia de personagens que já estavam à margem da lei, no caso dos negros aquilombados, de praticar tal atividade extrativa.

Em 1779, outro documento trata da “relação das praças que por ordem do governador foi expedida pelo senhor mestre de campo e comandante [Cuiabá] para examinar, prender e destruir negros que houve notícia e se achavam aquilombados nas terras minerais destinadas do Paraguai”. O interessante desse documento, além de citar o local do quilombo, é que registra o nome e a origem dos negros capturados - João Mina, Caetano Mina, Miguel Mina e Mariana -, e ainda informa a relação das coisas que se acharam com os quilombolas quando foi destruído o quilombo: “20 oitavas e 3 quartos de ouro em pó e duas pequenas pedras (de diamante), que tudo vai remetido a Sua Excelência”, além de “armas de fogo, machados usados, tachos de cobre pequenos, foices velhas, alavancas, ouro com seu marco competente, pano de algodão em dois retalhos”²⁹⁶.

Encontramos também documentos que tratam da formação de quilombos além fronteira. Em 1778, há referência ao quilombo do rio Baures; no entanto, o documento refere-se ao achado de indígenas, e não cita em nenhum momento a presença de homens ou mulheres negras:

Chegou do mato o cabo João de Almeida com 30 indivíduos entre homens, mulheres e crianças, e destes já morreram dois índios, duas índias e o resto remeto nesta embarcação para a Vila, menos uma criança que tinha irmã pequena que se fica criando em Lamego. Partiu outra vez o cabo João de Almeida para o quilombo de Baures, porém

²⁹⁶ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). 1779, Maio, 02, Vila do Cuiabá. Relação das praças que por ordem do Governador foi expedida pelo senhor Mestre de Campo e comandante para examinar, prender e destruir negros que houve notícia e se achavam quilombados nas terras minerais destinadas do Paraguai. Ref.: BR APMT. QM. TM. RO. 0998 Caixa Nº 015.

mal sucedido porque no mesmo tempo em que lhe foi ao primeiro, um índio de Lamego chamado Gaspar os avisou, de sorte que se tinham retirado todos do lugar de onde residiam. Ainda ao último quilombo que restava em São Miguel, o guia não soube a paragem aonde estavam situados. E a mandar agora ao mesmo cabo João de Almeida ao quilombo de Baures porque como os índios deixaram vinte e tantos pés de milho, forçosamente hão de vir buscar para fugirem sustentados, e nestas condições se pode apanhar um ou dois índios e servirem estes para dizerem aonde estão os outros.²⁹⁷

O documento de 1808 registra a grande preocupação com a formação de quilombos próximos à Vila Bela, a necessidade da parceria que as autoridades locais precisavam fazer com os moradores para evitar formação de novos quilombos e fiscalizar aqueles já formados.

Novidade nestes Arraiais que comando, nem me consta que fugissem mais que dois escravos que já se recolheram a seu cativeiro. E como Vossa Excelência me tem ordenado de ter a maior vigilância na fuga de escravos e nos ditos arraiais existem mais de 100 empregados de serviço das lavras, roças e engenhos tenho recomendado aos oficiais interiores que neles moram que não só de vez enquanto façam rondas noturnas, mas que pesquisem com cautela e segredo se nestes distritos andam negros fugidos e aquilombados e que logo que saibam com certeza onde estão, me avisem para imediatamente o participar a Vossa Excelência.

E com efeito de seus prestares pagando-lhe eles previamente o soldo diário pelo trabalho de irem buscar além da tomadia competente que deverão pagar os donos dos escravos alheios que forem apreendidos na mesma ocasião, por não terem concorrido para as despesas desta diligência. E como nestes arraiais não há Capitão do Mato se devo debaixo da ordem que Vossa Excelência foi servido agora determinar

²⁹⁷ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). 1778, Junho, 24, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Carta do Comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Ref.: BR APMT. FNSC. CA. 0160 Caixa N° 002.

conferir ao cabo que foi nomeado para qualquer diligência desta natureza o privilégio de Capitão do Mato.

E se quando algum escravo dos moradores destes arraiais faça desordem que façam merecer castigo, ou me pedirem mandar castigar, se devo praticar o mesmo que faziam meus antecessores que os mandavam açoitar publicamente no arraial, como fazem todos os comandantes nos seus respectivos distritos.²⁹⁸

Em 1809, uma carta da Secretaria de Governo de Cuiabá trata do declínio da mineração na região, a preocupação com os muitos quilombos formados e o “mal exemplo” que dão os escravos dos senhores mineiros e agricultores dos arraiais próximos à Cuiabá e que também poderiam fugir.

Havendo-me representado os moradores deste distrito o grande prejuízo que tem resultado a sua mineração e agora a cultura de continuada e não vedada fuga de seus escravos tomando eu em consideração estas justas representações tanto pela obrigação que tenho de promover os interesses dos particulares como de evitar a sensível diminuição que por essa parte irão tendo as rendas reais se algumas providências eficazes não obviamente aos perniciosos resultados e consequências de um mal que com o andar do tempo viria a ter os muitos quilombos que se tem formado e estão formando com os negros fugidos, e não menos pelo mal exemplo que viria a dar aos escravos dos mineiros e agricultores deste distrito, tenho julgado necessário a viver novo vigor às sábias instituições fundadas ao respeito pelo meu memorável predecessor o Senhor Luís Pinto de Souza Coutinho, as quais tivessem sido observadas com aquela pontualidade que exigia o bem público e recomendava a infatigável atividade do meu dito predecessor, teriam certamente sido um perpétuo obstáculo nesta interessante parte.

²⁹⁸ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1808, abril, 01 – Arraial do Pilar.

Tendo, pois em vista, mesmo que nas ditas instituições foi por ele ponderado disposto coordenado, mando que infalivelmente se tome a execução e a observância dos Capitães do Mato.²⁹⁹

Também de 1809, encontramos duas cartas, do fundo “Quartel Militar”, das autoridades de Vila Maria do Paraguai organizando uma expedição para combater um quilombo no rio Sepotuba, que estavam precisando de ajuda de oficiais de Cuiabá, pois o quilombo seria grande e precisaria de mais de 100 homens para abatê-lo.

Chegou a esta povoação o alferes Mota contando que encontraram um quilombo de negros situado nas margens do mesmo rio Sepotuba que de todo e querendo ele afundar as forças do dito quilombo saíram de noite a terra encontraram grandes estradas, não puderam ver o quilombo mais de oito casas, mas estas grandes, cobertas de palha e caiadas, e como a forma que naqueles meios há um quilombo muito grande e muito antigo pensam ser este, e esta é a causa porque se não animaram abatê-lo antes se resolveram a retirarem-se e vir o alferes Mota pedir socorro de gente a que eu não animo a dar sem ordem de Vossa Excelência, ele pede trinta homens armados, mas a ser o quilombo que dizem, julgo ser pouca gente.³⁰⁰

Viram três negros e estes igualmente viram só gente, o quilombo por ser grande não poderá ser batido com menos de 100 homens e estes mesmos indo agora pode ser nada farão pela vigilância que compõe aquele quilombo e como no tempo de águas se pode bater ... alguma querendo Vossa Excelência deferir para esse tempo poderá fazer melhor a diligência por ser tempo em que não as poderão serem abatidos e querendo Vossa Excelência mandar agora e a preciso me mande dos de Mato Grosso trinta ou quarenta homens e um oficial que os comande enquanto os que aqui tenho não os conhece e mandando algum é me

²⁹⁹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Secretaria de Governo/ Série: Regimento/ 1809, abril, 17 – Vila do Cuiabá.

³⁰⁰ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1809, julho, 04 – Vila Maria do Paraguai.

arriscar e querendo Vossa Excelência que eu vá nesse caso, não será preciso vir oficial algum de Mato Grosso. Não será útil vir de Cuiabá assim como não será útil saberem na mesma vila que se manda ao dito quilombo porque se sabe com certeza que os negros negociam com muitos desta Vila.³⁰¹

Em Vila Bela, 1812, chegou a notícia sobre a escolta que saiu para destruir quilombos localizados entre os rios Jauru e Lavrinhas. Este documento mostra a estratégia e protagonismo negro na comunicação entre escravizados originários de diferentes senhores, que nos faz imaginar como eram feitas essas conexões para posterior fuga para os quilombos.

A escolta que saiu no dia 22 de mês passado atrás dos escravos que haviam fugido por aqueles matos, dias como participei a Vossa Excelência no dito dia, nas roças do rio Sararé. O preto do alferes Luís Antônio e as quatro pretas, uma do sargento Vicente, outra de Sebastião Marques, outra de José Paes e de Manoel Pedro, a deste havia mais de três meses estava fugida e ocultada para um crioulo Manoel Pinheiro, soldado da companhia segundo dizem e ela confessou quando foi presa, por cujo crime mandei pôr o tal Pinheiro em calceta e anda trabalhando nas reais obras. Escapou nesta balroada um escravo do capitão Freitas por nome Manino que já andou muito tempo fugido e era o que os andava aqui induzindo para os conduzir para um quilombo que está entre os rios Jauru e Lavrinhas para onde haja intenção de mandar vindo a aprovação de Vossa Excelência o tal Manino que continua a diligência sobre ele foi pilhado a 6 deste mês e a mandar outra vez sair por essas roças do rio Sararé que me seguram de andarem alguns quilombolas.³⁰²

³⁰¹ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). APMT/ Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1809, julho, 17 – Vila Maria do Paraguai.

³⁰² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, abril, 22 – Diamantino.

Em 1814 o governador da capitania de Mato Grosso entre os anos 1807 e 1819, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, escreve da capital, Vila Bela, sobre o resultado de uma bandeira que foi destruir um quilombo no rio Alegre:

O resultado da bandeirinha que fiz entrar ao lado das Lavrinhas deram em um quilombo emboscado na serra do rio Alegre onde estavam 5 pretos com 5 negras, presos as negras e 2 pretos, escaparam 3 pretos, e destes já entraram acompadrinharam 2, um de Francisco José e outro da falecida Rosália. Os escravos que aprenderam é um do capitão Paula, outro do capitão Garcia e as negras, uma do dito Francisco José e da falecida Maria Paes, da Inocência, da Maria da Silva e a última do soldado Joaquim Mariano os quais já vieram remetidos à cadeia desta vila e ainda ficou a trilha dos na diligência de mais alguns que se tem visto mesmo nas vizinhanças do arraial. Eu estimei muito e continuaria a mandar fazer mais alguma entrada se o tempo ainda permitisse porém vejo que agora já se faz indispensável a sentença do pedestre trilhador e já o capitão comandante requer por ele.³⁰³

O documento a seguir, do mesmo ano e governador citados acima, registra a ação de escravizados negros que também serviam de guias nas escoltas para arrasar quilombos.

No dia oito do presente foi expedir vinte homens a um quilombo que dista deste arraial 4 dias seguindo o que confessou ter visto um preto, que dele tinha desertado até o lugar de São Francisco donde foi fugado pelo capitão José Joaquim Teixeira e me remetido e como achei que já me tarda a escolta pela facilidade do caminho, como contava o mesmo preto, que serviu de guia penso que seguiria após como foi-me determinado caso de os não já achar, pela desconfiança, sendo o número de 17 cativos entrando-se negras.³⁰⁴

³⁰³ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, junho – Vila Bela.

³⁰⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, abril, 22 – Diamantino.

Em 1820 também há registro de preocupação das autoridades locais com a formação de quilombos próximos a Cuiabá:

Recebi seu ofício o que Vossa Mercê me diz a respeito das ditas diligências as que estão os donos dos escravos que se acham no quilombo, não sendo para mim estranho a falta de agradecimentos, os conhecimentos de que se lhe faz para os seus mesmos interesses no que tenho trabalhado desde que cheguei a essa cidade há pouco experimentei pelo ridículo donativo que fizeram para este estabelecimento do caminho do rio Grande de que ninguém acha utilidade se não as mesmas seguintes.³⁰⁵

O último documento que comentamos sobre o assunto é de 1839. Trata-se de um ofício de um fazendeiro local relatando a proximidade que sua fazenda estava com relação ao quilombo e o que ele podia observar. É um documento muito rico, pois registra a proximidade que os quilombos podiam chegar das vilas e arraiais, que tinham uma economia bem desenvolvida, nesse caso, tinham até aparelho de moer cana, justificando mais uma vez que estes quilombos não estavam isolados, pelo contrário, sobreviviam pelo contato com o comércio local mais próximo.

Tenho a presente e respeitável portaria de Vossa Excelência datada de 31 de maio sobre o quilombo que desde antigamente se acha na vizinhança da minha residência, e como Vossa Excelência exige informação minha, circunstancialmente o que não poderei fazer com aquela exatidão que devia dar: contudo, o farei no modo possível sobre a situação, a distância dele julgo contando de 4 a 5 léguas³⁰⁶ deste engenho, segundo as fumaças dos fogos que tenho visto, quanto ao tempo próprio para lá ter-se é verdade que em agosto, tempo das

³⁰⁵ Capitania de Mato Grosso. Correspondências. Fundo: Secretaria de Governo. Livro de Registro de Correspondências Oficiais. Governos de Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá. 1º registro de 17 jan 1820, último registro de 12 jan 1822.

³⁰⁶ Distância de 16 a 20 quilômetros.

roçadas e por isso estarão, não só dispersos como desapercibidos, o trilhador que há é um Antônio, muito conhecido, muito bem e valoroso, acompanhado dos que já foram pegados desse mesmo quilombo para irem diretamente ao lugar, a poucos dias se pegou um escravo pardo de Dona Aqueda que tendo com uma negra, atravessando a estrada, e diante do mesmo sítio 4 léguas da ponte direita para a esquerda a mudar-se para a beira do rio Manso abaixo e desse mesmo engenho já se dá de Dona Aqueda que vinham atrás outros do mesmo quilombo o mesmo destino e por diversas vezes, por não mostrarem rastros cujo engenho já está entregue e o negro se acha aqui prova para ela certificar me ser do Brandão a quem já dei parte e que teria o mesmo de 30 a 40 escravos no dito quilombo aonde tinham muitas plantações de milho, feijão e até aparelho de moer cana, que lá tinham canavial e, portanto, me penso muito conveniente que este escravo de Dona Aqueda seja guia ainda mesmo independente do trilhador. É o quanto posso informar a Vossa Excelência.³⁰⁷

A partir da documentação analisada, fizemos um levantamento dos quilombos encontrados na capitania de Mato Grosso ao longo da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Dessa forma, pudemos montar uma tabela, na qual estão referenciados todos os quilombos encontrados. Em seguida, construímos um mapa (Mapa 4) com o objetivo de localizar alguns quilombos encontrados no Mato Grosso. Para fazer tal trabalho utilizamo-nos de dados aproximados, já que a documentação não relata de forma exata a localização desses quilombos.³⁰⁸

³⁰⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Secretaria de Governo (cx 02) 1839 – Requerimento – Secretaria de Governo – Data: 21/06/1839 Santo Antonio de Buriti – Ref. Anterior: Cx 1839 B – 1 doc – Ref atual: cx s.+-.

³⁰⁸ Para elaboração da tabela e do mapa juntamos informações contidas na pesquisa defendida na dissertação de mestrado. Ver em: LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010.

Tabela 5: Quilombos no Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX

Denominação	Documento	Localização
1- Quilombo Grande	Anais de Vila Bela, 1770, Manuscrito APMT, 1769 e 1775	Às margens do rio Galera (repartição do Mato Grosso)
2- Quilombo do Sepotuba	Anais de Vila Bela, 1769	No sítio do Sepotuba (repartição do Mato Grosso)
3- Quilombo do Porrudos	Anais de Vila Bela, 1769	Rio Porrudos (repartição do Mato Grosso)
4- Não consta o nome	Anais de Vila Bela, 1778	Distrito do Forte Príncipe da Beira (repartição do Mato Grosso)
5- Quilombo de Baures	Manuscrito APMT, 1778	Rio Baures
6- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1778	São Miguel (missão religiosa de Moxos) às margens do Rio Baures
7- Não consta o nome	Correspondência de Luiz Pinto de Souza Coutinho, 1770	Distrito do Mato Grosso (repartição do Mato Grosso)
8- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1781	Ribeirão de Santa Ana (repartição do Cuiabá)
9- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1782	Rio Sumidouro (repartição do Cuiabá)
10- Não consta o nome	Anais de Vila Bela, 1783	Ribeirão das Pedras de Amolar
11- Não consta o nome	Manuscritos APMT, 1784	Ribeirão de São Francisco (repartição do Cuiabá)
12- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1791	Bairro de Cocaes (repartição do Cuiabá- atual Livramento)
13- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1795	Matos do rio Guaporé (repartição do Mato Grosso)
14- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1795	Matos do rio Sararé (repartição do Mato Grosso)
15- Não consta o nome	Manuscrito APMT, 1795	Matos do rio Alegre (repartição do Mato Grosso)
16- Quilombo do Piolho	APMT, 1795. In: ROSA; NAUK, 2003	Rio Piolho, ou São João
17- Quilombo Pindatuba ou Pindaituba	APMT, 1795. In: ROSA; NAUK, 2003	Vila da Pindaituba, braço mais oriental do rio Sararé (repartição do Mato Grosso)
18- Quilombo da Mutuca	APMT, 1795. In: ROSA; NAUK, 2003	No córrego da Mutuca (repartição do Mato Grosso)
19- Não consta o nome	Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Câmara de Vila Bela/ série: Carta/ 1795, Março, 24, Vila Bela.	Na barra do Piraputanga
20- Quilombo do Rio Baures	Carta de José Pinheiro de Lacerda a João de Albuquerque, 1790	Rio Baures, margem ocidental do Guaporé
21- Não consta o nome	Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Câmara de Vila Bela/ série:	Rios Guaporé, Galera, Sararé e Alegre.

	Carta/ 1795, Março, 24, Vila Bela.	
22- Não consta o nome	Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, junho – Vila Bela.	Rio Alegre, próximo ao sítio da Lavrinhas.
23- Não consta o nome	Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). APMT/ Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1809, julho, 17 – Vila Maria do Paraguai.	Rio Sepotuba, próximo à Vila Maria do Paraguai (atual cidade de Cáceres)
24- Não consta o nome	Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1812, abril, 22 – Diamantino.	Entre Jauru e Lavrinhas, próximo às roças do rio Sararé.
25- Não consta o nome	Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, abril, 22 – Diamantino.	Há quatro dias do arraial de Diamantino.

Mapa 4: Localização dos quilombos no Mato Grosso, séculos XVIII e XIX

Fonte: Elaboração própria a partir da tabela 5

Através da documentação analisada percebemos que as fugas para formação de quilombos causavam grandes prejuízos financeiros e comportamentais para os proprietários de escravizados e para o governo local que perdia além de fiéis também soldados desertores e indígenas que serviam de colonizadores para a fronteira. Criavam,

além disso, um ambiente de tensão entre os proprietários e expectativas de fuga entre os que ainda não se haviam envolvido nelas, seja para cruzar a fronteira, seja para integrar um quilombo. E, uma das formas que escravizados negros, indígenas e soldados desertores se conectavam, era justamente quando formavam quilombos.

Percebemos também e demostramos no mapa 4 que esses quilombos se encontravam, em maior parte, na fronteira justamente pela dificuldade de patrulhamento e porque lá havia maior circulação de escravizados negros e indígenas.

A documentação evidencia que esses quilombos não estavam isolados, muitos deles estavam bem próximos das vilas ou arraiais, se estabeleciam em lugares menos vigiados pelas rondas da fronteira ou pela companhia dos capitães do mato, seus moradores praticavam, principalmente, extração de minérios, desenvolviam a agricultura e comercializavam com arraiais mais próximos.

Considerações Finais

Entendemos o Mato Grosso como lugar fértil para transposição de fronteiras. Esse espaço geográfico fronteiro com a Bolívia e Paraguai foi propício para as fugas e deslocamentos de escravizados negros, indígenas e soldados desertores.

A partir da análise documental relacionada com a bibliografia acerca do tema Fronteiras, entendemos essa fronteira oeste do Mato Grosso não só como lugar de circulação de pessoas, mas como conflito entre espanhóis e portugueses, entre eles e ambos contra indígenas que tentavam manter seu território conquistado; lugar também de busca por sobrevivência e melhores condições de vida no caso dos indígenas; lugar ainda de fuga de trabalho forçado e escravo. Nem indígenas, nem escravizados negros viam essa fronteira como um espaço de limite, mesmo com todas as imposições das coroas ibéricas que tentavam delimitá-la através de tratados.

Para o colonizador português que se encontrava nessa fronteira, tratava-se de manter o território conquistado; para os espanhóis, impedir o avanço lusitano; e, para ambos era conter a força indígena. Já os escravizados negros viam nos domínios hispânicos uma oportunidade para conquistar a liberdade e de melhores condições de trabalho, com menos vigilância institucional. Enquanto que para as autoridades políticas, sob pressão dos proprietários de escravizados, e religiosas coloniais deveriam exercer maior vigilância para que não houvesse transgressões.

No caso dos indígenas, essa fronteira também era uma oportunidade de fuga institucional das coroas ibéricas (Portugal e Espanha) e das missões jesuíticas, mas também lutando para manter seu território em situação de conquista, essa fronteira possibilitava transações comerciais tanto com portugueses quanto com espanhóis. Quanto aos homens livres, essa fronteira facilitava as fugas de soldados desertores dos fortes construídos nesse limite institucional metropolitano, mas também maior possibilidade de comércio, contrabando e negociações entre países fronteiriços vizinhos do que com seu próprio território nacional.

Encontramos na documentação analisada o indígena não escravizado que impunha sua presença e resistia de várias formas, como estabelecendo contato e negociando na fronteira ora com portugueses, ora com espanhóis produtos, muitas vezes, roubados dos

próprios espanhóis e portugueses, e também artefatos que eles mesmos produziam e que era de necessidade dos colonizadores europeus.

Entendemos essas fugas e deslocamentos obrigatórios ocorridos nesse território como reflexo de uma imposição, dominação, conquista, usurpação, como resposta ao crime de apoderamento ilícito de terras, ações, cultura, trabalho.

Compreendemos também essas fugas como sinônimo de revoltas individuais e/ou coletivas, organizadas por líderes letrados ou não letrados, negros, indígenas, homens e mulheres, que em situações micro ultrapassavam fronteiras políticas coloniais tidas como intransponíveis aos olhares metropolitanos, mas quando somadas transformavam-se em macro manifestações sociais.

No caso de Mato Grosso, por ser uma região de fronteira conquistada, mas que inicialmente era terra indígena, os quilombos abrigavam tanto negros que não aceitavam o regime escravagista como indígenas que não aceitavam a submissão ou que estavam tendo suas terras roubadas. Nesse sentido, é possível caracterizar quilombo como entidade composta de negros, indígenas e homens livres que se encontravam sob atividade ilícitas, tanto de um lado como de outro da fronteira política.

Por não ser uma área suficientemente vigiada, a fronteira oeste do Brasil foi um espaço para que refugiados de diferentes origens e grupos sociais, de temores e violações diversas buscassem mecanismos de sobrevivência e pudessem estabelecer novas organizações sociais menos impositivas, e com mais liberdade.

Referências

Fontes primárias impressas

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (Org.). *Anais de Vila Bela 1734-1789*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2006.

SOARES, José Paulo Monteiro; FERRÃO, Cristina. *Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira: a Expedição Philosophica pelas Capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá*. [transcrição e comentários José Ferreira as Silva]. Documentos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro e aquarelas do Museu Bocage, Lisboa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Kapa, vol. III, 2007.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Tomo XXVIII*. Parte Primeira. Rio de Janeiro, 1865, n. 29. Disponível em: <<http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 25 set. 2016.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato-Grosso. In: RIHGB, Tomo II, nº 5, ano 1840, p. 19-48. Disponível em: <<http://documenta.incubadora.fapesp.br>>. Acesso 12 mar. 2018.

SUZUKI, Yumiko Takamoto (Org.). *Annaes do Senado da Camara do Cuyabá: 1719-1830*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Fontes primárias manuscritas

Arquivo Público de Mato Grosso

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo. Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763. Manuscrito = Livro – C – 05, estante 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo. Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07, estante 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1773, Fevereiro, 08, Vila do Cuiabá. Carta do Juiz de Fora da Vila do Cuiabá, João Baptista Duarte ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, sobre a publicação e Bando referente a restituição de escravos que fugiram para o distrito da Cidade de Assunção. Ref.: BR APMT. CVC. JF. CA. 0356 Caixa N° 007.

Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). 1778, Junho, 24, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Carta do Comandante José Manoel Cardoso da Cunha ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Ref.: BR APMT. FNSC. CA. 0160 Caixa N° 002.

Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). 1779, Maio, 02, Vila do Cuiabá. Relação das praças que por ordem do Governador foi expedida pelo senhor Mestre de Campo e comandante para examinar, prender e destruir negros que ouve notícia e se achavam quilombados nas terras minerais destinadas do Paraguai. Ref.: BR APMT. QM. TM. RO. 0998 Caixa N° 015

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Câmara de Vila Bela/ série: Carta/ 1795, Março, 24, Vila Bela.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso. Secretaria de Governo. 1796-1799. Livro de Correspondências expedidas e recebidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Livro C-37, estante 1.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo. 1796 a 1800. Livro de registros de portarias e bandos da provedoria da real fazenda. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, C-38, estante 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1804, Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro e Antonio Felipe da Cunha Pontes, Manuscrito 237 páginas, Livro C-40, estante 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797 – 1801, Livro de Correspondências Expedidas (Ofícios), Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, manuscrito 194, Livro C-41, estante 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804, Livro C-45.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo. Livro de Registros de Correspondências recebidas e expedidas. Governo de Manuel Carlos de Abreu Menezes, 1804– 1805, Livro C-46.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de cartas Régias e Provisões recebidas – Governo de João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – 1º Registro: 14/07/1806, último registro: 27/10/1810.

Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1808, abril, 01 – Arraial do Pilar.

Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Secretaria de Governo/ Série: Regimento/ 1809, abril, 17 – Vila do Cuiabá.

Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1809, julho, 04 – Vila Maria do Paraguai.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). APMT/ Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1809, julho, 17 – Vila Maria do Paraguai.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de Alvarás e Provisões do Ouvidor Geral Gaspar Pereira da Silva Navarros– Governos de Ricardo Franco de Almeida e João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg – 1º Registro: 25/09/1806, último registro: 18/01/1814. Livro C-51.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, junho – Vila Bela.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1814, Abril, 22, Diamantino. Carta de Francisco Xavier Ribeiro ao governador e capitão-general da capitania do Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausén e Gravemberg. Ref.: BR APMT. QM. TM. CA. 4318 Caixa Nº 061.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de cartas Régias e Provisões recebidas – Governo de João Carlos Augusto de Oeynhausén-Gravenburg – 1º Registro: 14/07/1806. Último registro: 27/10/1817.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de correspondências oficiais – Governos de Francisco de Paula Magessi e Junta governativa provisória de Cuiabá – 1º Registro: 17/01/1820. Último registro: 12/01/1822.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de Provisões, Bandos e Portarias – Governos de Francisco de Paula Magessi e Junta governativa provisória de Cuiabá – 1º Registro: 21/05/1821. Último registro: 09/09/1825.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) – Forte Príncipe da Beira – Ref. Atual: F. PB – cx 01, 1823-1837.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1830 – Conta Corrente – 4 doc – Câmara Municipal – ref. Anterior LT 1830 A cx. – ref. atual: Cx 01 C. MT.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1831, Janeiro, 04 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 04 de janeiro de 1831. Referência atual: BR APMT. PM 01 – caixa 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1831, Janeiro, 04 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 04 de janeiro de 1831. Referência atual: BR APMT. PM 01 – caixa 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1835 – Ofício Câmara Municipal – 03/07/1835 – Cidade do Mato Grosso – 4 doc – Ref. Anterior 1835 A1 (cx) – Ref. Atual cx 01 C MT.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1832, maio, 15 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 15 de maio de 1832. Referência atual: BR APMT. PM 04 – caixa 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1839, maio, 15 – Cuiabá. Código de Postura Policiais da Câmara Municipal da Cidade de Cuiabá, aprovado em 15 de maio de 1832. Referência atual: BR APMT. PM 04 – caixa 01.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1839. Fazenda Nacional Caiçara. Referência atual: caixa 02, SG.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). 1839. Requerimento Secretaria de Governo. Referência atual: caixa 02, SG.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Secretaria de Governo (cx 02) 1839 – Requerimento – Secretaria de Governo – Data: 21/06/1839 Santo Antonio de Buriti – Ref. Anterior: Cx 1839 B – 1 doc – Ref atual: cx s.+-.

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) - Caixa 1841 A (1).

Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Forte de Coimbra – ref atual F.C, cx. 01.

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR). 1777, fevereiro, 17, Vila Bela. Ofício do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a fuga diária de muitos para os adjacentes domínios castelhanos e a resolução dos espanhóis de não os restituírem. CTA: AHU - Mato Grosso, cx. 17, doc. 37.

Archivo Nacional de Asuncion (ANA)

Archivo Nacional de Asunción (ANA). El gobernador sobre cumplimiento de Real disposición respecto a la plnatación del tabaco. Sección Historia. 147N1, 1781.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). El gobernador sobre bandos enviados per el subdelegado de Reales Rentas de tabacos respecto a contratos sobre tabaco torcido negro. Sección Historia. 147N2, 1781.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Real cédula para que no se restituyan los negros fugitivos de las colônias extranjeras que por los médios que se expresan adquiriesen su libertad, acogiendo a los domínios de V.M. en Indias. 68N9, 1789.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 362N1, 1793.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón (continuación del volume anterior). Sección Historia. 363N1, 1793.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Correspondencia del Pueblo de Borbón. Sección Historia. 365N1, 1773-1809.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Documentos avulsos – Divisão de obras raras e publicações – Seção de manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cat. 33, cx. 2, 1791-1804.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Documentos avulsos – Divisão de obras raras e publicações – Seção de manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cat. 33, cx. 2, 1791.

Archivo Nacional de Asunción (ANA). Documentos avulsos – Divisão de obras raras e publicações – Seção de manuscritos – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Expediente que continente varias noticias de los establecimientos portugueses, cat. 76, 1803.

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB)

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. 1767-1768. MyCh2 (9).

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. 1771. MyCh97 (2).

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. 1773. MyCh97 (21).

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luiz de Albuquerque ao Sr. Bertholameu Berdugo, 1782. MyCh164.

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1786. MyCh195 (5v, 10, 11, 11v).

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1790-1791. MyCh7 (11).

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1802. MyCh 17 (01).

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB). Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos (Gabriel René Moreno). Expediente que contém o informe e documentos de Don Joseph de Ayanza Gor Interino da Província de Chiquitos, 30 de setembro de 1796, dando conta do arribo de dez portugueses entre negros e mulatos. MyCh GRM vol.8 (323, 324, 324v).

Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz

Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1825-1835 – 1/16 – 05.

Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1836 – 1/19 – 01.

Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1837 – 1/20 – 11. PM-CH-CPE-BR.

Museo de Historia y Archivo Histórico de Santa Cruz (MHAHSC). Governo de Chiquitos, 1836. PM – CH, CPE-BR.

Bibliografias

ALADRÉN, Gabriel. *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*. Rio de Janeiro, RJ: UFF/ICHF. Tese de Doutorado em História, 2012. Disponível em: <www.historia.uff.br/stricto/td/1428.pdf>. Acesso 30 out. 2016.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. *“Índios fronteiriços”: A política indigenista de fronteira e políticas indígenas na província de Mato Grosso entre Bolívia e o Paraguai (1837-1873)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Tese de Doutorado, 2013.

AMORIM, Marcos Lourenço de. Monções: canoas de histórias nos rios do ouro cuiabano. *Revista de História da UFMS/CPCX*. Coxim, UFMS, set 2014, v. 1, n. 1. Issn 2358-6524. Disponível em: <<http://seer.ufms.br/index.php/moncx/article/download/143/52>>. Acesso 16 set. 2016.

ANZAI, Leny Caselli. *Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, UnB. Tese de Doutorado em História, 2004.

_____. Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso. *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*. 2008, ano VII, n. 13/14. Disponível em:<http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/4199/missoes_de_chiquitos_e_moxos_e_a_capitania_de_mato_grosso.pdf?sequence=1>. Acesso 23 out. 2016.

ARAÚJO, Marlene G. Diário de diligência que por ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador e capitão general da capitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, a fim de se destruírem vários quilombos. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso*. Cuiabá, MT: UFMT/NDHIR, Imprensa Universitária, 1988.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARBO, Lenora de Castro. Os Itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no século XVIII. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Braga, Portugal. 4 a 7 de novembro de 2015. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14330.pdf>>. Acesso 16 set. 2016.

BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and Boundaries: the social organization of cultural difference*. London: George Allen and Unwin, 1969.

BENTANCOR, Gladys. Una fronteira singular. La vida cotidiana en ciudades gemelas: Rivera (Uruguay) y Sant'Ana do Livramento (Brasil). In: NÚÑEZ, Ângel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em:<

<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016.

BLAU, Alessandra Resende Dias. *O “ouro vermelho” e a política de povoamento da Capitania de Mato Grosso: 1752 – 1798*. Cuiabá: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2007.

BLOCK, David. *La cultura reduccional de los llanos de Mojos*. [tradução de Josep M. Barnadas]. Sucre, Bolívia, 1997.

BRAND, Antônio; SOUSA, Neimar Machado de; FERREIRA, Eva Maria Luiz; COLDMAN, Rosa Sebastiana; ALMEIDA, Fernando Azambuja. A história das fronteiras guarani na província de MT (1749-1910). In: NÚÑEZ, Ángel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível em:<<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Fronteira negra: dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: UPF, 2002.

CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IFCS. Dissertação de Mestrado em História Social. 2007. Disponível em: <livros01.livrosgratis.com.br/cp070897.pdf>. Acesso 28 out. 2016.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo, SP: FFLCH/ USP. Tese de doutorado, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-28082012-121305/pt-br.php>>. Acesso 15 mar. 2019.

CASTILHO PEREIRA, Ione Aparecida Martins. *Missão jesuítica colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Dissertação de mestrado, 2008.

CAVALCANTE, Roselli Aparecida. *Fundação de Vila Maria com a presença Chiquitana: os povoadores da fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso (1778-1827)*. Porto Alegre, RS: PUC-RS. Dissertação de mestrado, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle; FREITAS, André. Missões jesuíticas no Itatim. In: CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Orgs.). *Povos Indígenas em Mato Grosso Do Sul*. História, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: UFGD, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29663515/Missões_jesuíticas_no_Itatim>. Acesso 15 mar. 2019.

CHAVES, Otávio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência escrava em Mato Grosso, 1750-1850)*. Salvador, BA: UFBA. Dissertação de Mestrado, 2001.

CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2008.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Militarização e povoamento da capitania de Mato Grosso, século XVIII. *Revista eletrônica Documento/ Monumento*. Cuiabá, MT: UFMT, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009, v. 7, n. 1. Disponível em: <200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-07.pdf>. Acesso 12 out. 2016.

COSTA, Marcus Vinicius da. *Caminhos da liberdade: fuga de escravos na fronteira Brasil-Argentina*. Dossiê Temático: O Negro e o Legado da Escravidão. *Revista Outras Fronteiras*. Cuiabá, MT, vol. 1, n. 2, jul-dez., 2014. Disponível em: <ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/114>. Acesso 31 out. 2016.

COSTA, Maria de Fátima. Rios amazônicos em registros de demarcadores e naturalistas. Universidade de São Paulo, 3º *Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. Agendas para História da Cartografia Iberoamericana São Paulo, abril de 2010. Disponível em: <<https://3siahc.files.wordpress.com/2010/04/maria-fatima-acosta-3siach-2010.pdf>>. Acesso 31 out. 2018.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Conquista colonial, resistência indígena e formação do Estado Nacional: os índios Guaicurú e Guaná no Mato Grosso dos séculos XVIII-XIX*. *Revista de Antropologia*. São Paulo, SP: USP, 2009, v. 52, n. 1. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/viewFile/27332/29104>>. Acesso 29 set. 2016.

FERREIRA, Roquinaldo. “*Ilhas Crioulas*”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. *Revista de História*, v. 155, n. 2, 2006.

FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade* (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FLORES, Maria Flores da Cunha Thompson. *Contrabando e contrabandistas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1851-1864)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Dissertação de Mestrado, 2007.

_____. *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, SP: Círculo do Livro, 1933.

GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GARCIA, Loreto Rojo. *La Linea Requena: Fijación Científica de la Frontera brasileña con Venezuela, Nueva Granada y Perú (1777-1804)*. SOLANO, Francisco de; BERNABEU, Salvador (coord.). *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la Frontera*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Centro de Estudios Históricos. Departamento de Historia de América. Madrid, 1991.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII-XIX)*. São Paulo, SP: Unesp; Polis, 2005.

_____. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

_____; QUEIROZ, Jonas Marçal de. Amazônia, fronteiras e identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII-XIX). *Lusotopie*. 2002/1, p. 25-49. Disponível em: <www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/queriroz-gomes.pdf>. Acesso 30 out. 2016.

_____; REIS, João José (Org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Valdenir de Freitas. *Presença militar na territorialidade de fronteira: potencialidades do Forte Coimbra no contexto do desenvolvimento local*. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco. Dissertação de Mestrado, 2012.

GUMUCIO, Mariano Baptista. *Las misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: una utopía cristiana en el Oriente Boliviano*. Santa Cruz de la Sierra, BO: Lewylibros, 2011.

GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca, SP: UNESP; São Paulo, SP: Olho D'Água, 2003.

GUTIÉRREZ, Horacio; FLORENTINO, Manolo; LEWKOWICZ, Ida. *Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2008.

HESPANHA, António Manuel. *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa, Portugal: Círc. de Leitores, 2004.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, SP: Difel, 1962.

JESUS, Nauk Maria de. *O governo local na fronteira oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.

_____. O contrabando na fronteira oeste da América Portuguesa no século XVIII. *História Revista*. Goiânia, GO, 2017, p. 71. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/52892>>. Acesso 02 dez. 2009.

_____. A capitania de Mato Grosso: História, historiografia e fontes. Territórios e fronteiras. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT*, vol. 5, n. 2, Jul-dez, 2012.

JUSTINIANO, Oscar Tonelli. *Reseña histórica social y económica de La Chiquitania*. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, 2004.

LIMA, Rafael Peter de. *'A nefanda pirataria de carne humana': escravizações ilegais e relações políticas na fronteira meridional (1851-1868)*. Porto Alegre, RS: UFRGS/ IFCH/ PPGH. Dissertação de Mestrado, 2013.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente oeste de colonização*. Cuiabá: EdUFMT, 1982.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, RJ: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, Marta Maria. Grupos indígenas na fronteira oeste de Mato Grosso e suas relações com os militares brasileiros no século XIX. *Coletâneas do Nosso Tempo*. Rondonópolis, MT, 2008, v. VII, n. 7. Disponível em:<periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/download/125/116>. Acesso 12 out. 2016.

LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso: fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010.

LUCIDIO, João Antonio Botelho. *'A Ocidente do Imenso Brasil': as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)*. Lisboa, PO: Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses, 2013.

MACHADO, Lia Osório. Cidades na Fronteira Internacional: conceitos e tipologia. In: NÚÑEZ, Ângel; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; PADOIN, Maria Medianeira. *Dilemas e diálogos platinos: Fronteiras*. Dourados, MS: Ed.UFGD, 2010. Disponível

em:< <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/dilemas-e-dialogos-platinos-fronteiras-angel-nunes-maria-medianeira-padoin-tito-carlos-machado-de-oliveira-2013-orgs.pdf>>. Acesso 25 out. 2016.

MAIA, Maria Cristina Ferreira. *Um marco para a liberdade: “Pedra Branca”*. Cativos na fronteira de Corumbá (Br)/ Puerto Suarez (Bo). (Século XIX). Corumbá, MS: UFMS/CAMPUS PANTANAL. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços. Dissertação de Mestrado em História, 2014.

MARQUES, Glaucete Oliveira. *A fronteira oeste da capitania de Mato Grosso (1750-1789)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2010.

MARTINI, Jose Xavier. *Las antiguas misiones jesuíticas de Moxos y Chiquitos: posibilidades de su aprovechamiento turístico*. Paris, França: 1977. Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000243/024379sb.pdf>>. Acesso 12 out. 2016.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiões da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1959.

_____. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo: Brasiliense; 1981.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Entre dois impérios: conquistas portuguesas e ruralidade no centro da América do Sul (1716-1750). In: ANZAI, Leny Caselli; MARTINS, Maria Cristina Bohn (org.). *Histórias coloniais em áreas de fronteiras: índios, jesuítas e colonos*. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008b. (p. 17-49).

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2001.

PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PEREIRA, Ione A. M. C.; PUHLL, João I.; CHAVES, Otávio R. Índios de Mojo e Chiquitos no contexto colonial Ibérico do Século XVI ao XVIII. *Revista Territórios & Fronteiras*. Cuiabá, MT, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4807263.pdf>>. Acesso 31 out. 2016.

PIJNING, Enst. Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.21, n. 42, 2001.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo, SP: Ed. Nacional; Brasília, DF: INL, 1979.

PORTELA, Bruna Marina. *Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para a escravidão africana (capitania de São Paulo, 1697-1780)*. Curitiba, PR: UFPR. Tese de Doutorado em História, 2014. Disponível em:< www.humanas.ufpr.br/portal/historiapos/files/2013/09/Bruna1.pdf>. Acesso 5 out. 2016.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. *Na trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial de centro da América do Sul – sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. UnB: DF. Tese de Doutorado, 2008.

RADIN, José Carlos, Delmir; ZARTH, José Valentini, Paulo. *História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

RICARDO, Cassiano. *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*. Ministério da Educação e Cultura: Os cadernos de cultura, 1959.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. “*Homens de Ferro, Mulheres de Pedra*”: resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)”. Cuiabá, MT: UFMT/ PPGHS. Tese de doutorado em História – ICHS/UFMT, 2015.

ROGRIGUES, Nathália Maria Dorado. *A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)*. Cuiabá, MT: UFMT/PPGHIS. Dissertação de Mestrado em História, 2008.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. ISBN: 978-85-7982-010-6. Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106-00.pdf>>. Acesso 16 set. 2016.

ROMAÑACH, Alfredo Boccia. *Esclavitud en el Paraguay: vida cotidiana del esclavo en las Indias Meridionales*. Asunción, Paraguay: Servilibro. 2004.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: História de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

SÁ, Joseph Barboza de. *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Coleção Ouro ou Mel. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura-MT, 1975.

SECRETO, Maria Verónica. Asilo: Direito de Gentes. Escravos Refugiados no Império Espanhol. *Revista História*. São Paulo, n. 172, p. 197-219, jan.-jun., 2015. Disponível em:< www.scielo.br/pdf/rh/n172/2316-9141-rh-172-00197.pdf>. Acesso 25 out. 2018.

SENA, Ernesto Cerveira de. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, RS: PUCRS, 2013, v. 39, n. 1. Disponível em:< revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewFile/.../10466>. Acesso 25 out. 2016.

SILVA, Giovane Albino. *“Povo que foge e mostra presentemente grande aversão à vida militar”*: A deserção das tropas regulares na Capitania de Pernambuco (1774-1808). Recife, PE: Universidade Federal Rural de Pernambuco. Dissertação de Mestrado, 2015.

SILVA, Isânia das Graças. *Identidades étnicas dos escravos em Vila Rica dos setecentos*. São João Del Rei, MG: UFSJ. Monografia de Pós-Graduação em História, 2006. Disponível em:< <http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/pghis/monografias/identidade.pdf>>. Acesso 5 out. 2016.

SILVA, Vanda da. Quem é quem na posse das terras na capitania de Mato Grosso. *Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*. Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011. Disponível em:< www.iict.pt/pequenalanobreza/arquivo/Doc/t1s3-03.pdf>. Acesso 12 out. 2016.

SIQUEIRA, Maria Isabel de. *Administração, recursos naturais e contrabando: documentos selecionados sobre a América portuguesa no tempos dos Filipes (1580-1640)*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Gramma, 2016.

SOLANO, Francisco de; BERNABEU, Salvador (coord.). *Estudios (Nuevos y Viejos) sobre la Fronteira*. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas. Centro de Estudios Históricos. Departamento de Historia de America. Madrid, 1991.

SOTOMAYOR, Walter Auad. *Relaciones Brasil Bolivia: la definición de las fronteras*. La Paz, Bolívia: CERES; Plural editores, 2013.

SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, GO: Editora da UFG, 1997.

SUÁREZ, José Chávez. *Historia de Moxos*. Estudio Carlos A. Cirbián Barros. Tercera Edición. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia: Fundación Nova, 2011.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A Conquista da Terra no Universo da Pobreza*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: INL, 1987.

_____. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Cuiabá: EdUFMT, 1993.

XAVIER, Lidia de Oliveira. *Fronteira Oeste Brasileira: entre o contraste e a integração*. Tese de Doutorado em História. Brasília, DF: Universidade de Brasília, UnB, 2006. Disponível em: repositorio.unb.br/bitstream/.../1/TESECD%20Lidia%20de%20Oliveira%20Xavier.pdf. Acesso 28 out. 2016.

Anexos – Documentos transcritos que tratam da fronteira oeste do Mato Grosso

Compilamos, nesses anexos, a transcrição de alguns documentos coletados nos arquivos mato-grossense e boliviano. O tema principal registrado em todos os documentos é *Fronteira*, no caso, do Mato Grosso com Bolívia e Paraguai, nos séculos XVIII e XIX; do qual dividimos em três subtemas: 1. Fuga além fronteira: indígenas, escravizados negros e soldados desertores; 2. Formação de quilombos no Mato Grosso; 3. Comércio, contrabando e aparatos militares dos fortes na fronteira.

Fuga além fronteira: indígenas, escravizados negros e soldados desertores

Descrição: As transcrições dos documentos a seguir tratam das fugas de indígenas, principalmente das missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos de domínio espanhol para as vilas e arraiais de domínios portugueses, na fronteira do Mato Grosso. Tratam também das fugas dos escravizados negros do lado português para os domínios portugueses no século XVIII e da deserção de soldados do Mato Grosso para Bolívia.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT)

- 1- Registro de uma carta escripta a S. Ex^a pelo P. Supeior da Companhia de Jezus Español Juan de Beingoolea, 1760³⁰⁹

Ilm. Y Exmo Sr D. Antonio Rlin de Moura logro esta primeira ocasion que se oferece respondendo alque recebi de V. Ex^a y pidindo ao Señor conserir la importante salud de V. Ex^a com la felicidad q' me assegura su contenido: estimando la dignacion de V. Ex^a por loq' sua em la mia, q' toda queda a los ordens de V. Ex^a. digo por evitar la molestia de ser largo que se puede reducir a trez laces todo lo contenido de la carta: el primero el favor com que veo traeta V. Ex^a no solo a los indivíduos ni a solas los providencias seno a todo el cumulo de mi sagrada religion: a loque no tenemos mas respuestas sino imitar a Christo Sr. Nuestro, siguiendo sus passos y obdeciendo sus documentos y continuar lo

³⁰⁹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05- Estante 01

que tiempo há executamos q' es pedir com singularidad a su divina Magestad por los que han sido causa del concepto que devemos a V. Ex^a y a ora com duplicado motivo lo haví para q' colme a V. Ex^a de todas las felicidades puetos de los que son dignos la estimable persona de V. Ex^a. Al segundo punto de la no resposta del Pe. Altogradi ya procure satisfacer y aunq' veo no quedo V. Ex^a satisfecho digo q' qualquieras prudente y político viendo el modo com que V. Ex nos tracta jurgara no estamos obligados a tales respuestas por el mismo respecto que devemos tener a la persona de V. Ex. Yaun el Sr. Gobernador de Sta Crux es de sentir suplique a V. Ex escuse el trabaxo de servirme. Y em cazo de haver algun motivo escrivale V. Ex 1 há conseguido ya el defez de (ilegível). Su Ex^a nos hará el cargo alque procuraremos satisfacer com la ingenuidad devida. Bien sabe el señor q' he procurado quantos modalles me han sido posibles de politica con desses de tener a V. Ex^a contento pero há sido mi disgracia de que han sabido em vasso; por lo que me demues? Han lãs depressiones q' veo em el contenido de la de V. Ex^a y lãs q' me obligan mas a la supplica que llevo? Huha; para evitar el motivo aotras semejantes; y mas quando em las circunstancias presentes, que no corren las cosas por muytro discusione y distamen sissó por la discucion de los Mineyros de nuessro rey y señor q' Dios guarde.

Que desea V. Ex^a de responda com mas induividualidad digo que los Negros no ay ninguno dechos em las Misiones ni nunca permittiremos pasen a S. Crux solos trez han chegado a esta Mision estando toda via aqui nuestro actual Provincial el qual em las circunstancias se achava en este Pueblo; les prohibimos pasasen a delante persuadiendoles volviesen a sus annos: por lo qual, attendiendolos com la charidade posible los embiamos, com carta de recomendacion a V. Ex^a., supplicandole intercediese com sus annos para que no los castigasen. Susgamos que com nuestra persuaciones y carta de recomendacion volviesen a sus annos lo que no executaron porq' despues de algun tiempo pasaron ocultos y despues fueron vistos em los términos del ultimo Pueblo: lo que hizimos nos otros porque no consiguiesen su intento y em lo que pararon y alo diria achá Dr. Joseph Nunes. Fuvimos la fortuna que la dicha carta de recomendacion q' la chevava uno de los Negros dio em manos del Sr. Gobernador q' 1 mui bien lo q' chevo asegurado. Loque me diz V. Ex^a del P. Espie, 1 que confesando el P. entro el portuguez a pedirle limosna niega (iligível) de al (iligível) q' me dize V. Ex^a de achalhe (ilegível) (ilegível) su Mision Y os Padre tan religioso como lo es el P. Espie, justo o que se le crea. El cavallero lousa estando em nuestras Misiones no dixo nada del orden que chevava de V. Ex^a, antes si la prohibicion de no chegar a los pueblos y reconvenido? De los Padres respondio diziendo q' poço o nada de cuidado se dava tal prohibicion y mas quando se

iba al Pará. Esto lo aseguraron com juramento los Padres dizeme V. Ex^a se aseguraron q' el Governador de S. Crux actual era mismo de quien pidió informe em P. Laurêncio. Señor em esse tiempo el Sr. Berdugo se hachava em sima dirigiendo la fortaleza del nuevo puerto dela Cachao y discriptinando suguarniciones y no há dos años q' el P. Laurêncio chegó a nuestra Mision de donde consta la falsidad del informes; y assim crea V. Ex^a son todos los de nuestros Imulos?, que no intentando obra cosa disso la de muestra l todo sus empeño es irritar los ânimos de V.Ex^a sin reparar q' com tanta falsidad lê pierden el respeito que dirá de loque de S. Simon informo Juan Grande?(pontuação do documento) Sino pasó de S. Joaquim, como lo dizem los Padres como vio los Negros q' cortavam maderas em S. Simon? Estimaré a V. Ex^a les intime a los que embia a algum Pueblo que digam l que chevam de V.EX^a para segun el procedan los Padres y em caso de que haja alguna sindicacion de nos otros, que se averigüe bien por personas fidedignas q' esse será el modo por onde conste no somos como nos jugas V.Ex^a.

Enfin ai está el Senhor en quien tenemos toda nuestra esperença como q' penetra nuestros coraçones y (danificado) nuestro proceder. Su divina piedad hará se (danificado) lãs cosas y l los senores portugueses quanto los queremos y estimamos sin obvidas lo mueho q' mi saneta l há duvido as tan noble nacion . Assi lo espero de sugran amparo pidiendo gurade la estimable persona de V. Ex^a 2. S. Pedro y deziembre 8 de 1760. Ilmo. Exmo Sr. Besalas l de V. Ex^a su l capittan. Juan de Beingoolea.

2- Registro de uma carta escrita aos povos das Missões Espanholas, Juan de Beingoolea, 1761³¹⁰

O Comandante da Guarda do sitio de Nossa Senhora da Conceição me remetteo uma carta que recebeo de V. R. escripta n' essa Missão de S. Pedro, com data de 7 de janeiro deste anno; em q' V. l lhe dá a noticia de haverem aportado a essa Missão quatro fugitivos da Guarda, dous escravos, e dous índios; e que querendo fazer voltar os escravos para serem remettidos a seus senhores, se abstivera de tal restituição, por lhe dizerem os mesmos fugitivos q' lá tinham pena de morte, como l desertores; em cujos termos, os deixava 4 e escrevera ao senhor governador mor l com carta de recomendação para não serem castigados. Também vejo pela ditta carta, haver V. l promptamente mandado restituir as cousas q o índio levava furtadas, de um Official da mesma Guarda, e com q' socorres o

³¹⁰ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05-Estante 01

ditto, para se vestir e apparecer decentemente. Todas essas ações são dignas e proprias do espírito e do instituto de V. R. e eu pela parte q' nellas interessão os meus subditos, agradeço, e louvo muito a V. R.; certificando lhe q' não saberei falhar ao ponto de correspondência, e de amizade; como até o presente tem V. R. e os seus antecessores, experimentado.

O que disserão a V. R. os dittos fugitivos, sobre terem pena de morte, se cá tornassem, é falsidade q' cogitarão para não serem obrigados a retrocederem; pois não há ley alguma antiga, ou moderna, que tal determine: o que poderião justamente os escravos, era o castigo particular q' podião dar lhes seus senhores: porem desse mesmo certamente estão livres, esses, ou outros, todas as vezes q' forem enviados a' Guarda, ou entregues nas Missões, com recomendação de V.R., e ainda de qualquer dos padres Missionários; sem ser necessario empenhar para isso o alto respeito do senhor governador de S.M para q' nesta promessa de indulto geral não possa haver falta, em tempo algum, nesta ocasião mando ordem ao comandante da ditta guarda, para q' com effeito se não execute nenhum castigo em quaisquer escravos fogidos q' vierem com carta de recomendação de V. R. ou dos PP. Missionários. E como V.R. sabe quaon grande encargo de reter as cousas 1 e a obrigação q' ha dessas restituir usando pela muita 1 aquelle escrupulo da irregularidade em q' incorreria qualquer sacerdote q' entregasse os delinquentes incurssos em pena de morte, fico certo das sólidas e constantes virtudes de V.R. q' quando sucedão tais fugas e appareção nas Missões dessa província os fugidos escravos, os mandará V. R. segurar e denunciar ao cabo da guarda para os mandar 1 no que acabarei de reconhecer o muito q' devo a V. R. a quem offereço a minha prompta vontade para 1 o que for da minha obrigação e do seu serviço.

Deus guarde a V. R. Vila Bela 25 de Mayo de 1761. D. Antonio Rolim de Moura.

3- Registro de hua carta escripta ao governador de Prov^a de S. Crux, 1761³¹¹

Ilm. E Exmo. Sr Meu senhor por carta do P. Superior das Missões da Companhia de Jezus Juan de Beingoolea escripta ao comandante da Guarda da Conceição em 7 de janeiro deste anno, fui sabedor de que a Missão de San Pedro chegarão dous Índios e dous escravos todos fogidos da ditta guarda e que intentando o Padre Superior remetter os escravos ao ditto comandante para os fazer restituir a seus senhores o não efetuara por lhe

³¹¹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05- Estante 01

dizerem os mesmos fogidos q' ca havia huma pragmática pela qual estavam elles como desertores incursos em pena de morte debaxo de cuja ssuposição os deixara passar para S. Crux, escravendo a V. Ex^a mas quizesse remetter com carta de recomendação para não serem punidos.

Com esta noticia escrevi logo ao mesmo Padre Superior o que lhe ser falso o q' indistintamente se lhe expôs, sobre a supposta pragmática, pois nunca houve nem há tal ley, nesta capitania, ou neste Reyno. Esse alguém presumisse q' podia ter applicação do regimento militar no que determina contra os desertores seria por não advertir em duas grandes diversidades q' contem entre si hum e outro commissio; a primeira porq' na bella e firme paz de que gozão reciprocamente os vassallos das duas Augustas e Católica em todos os seus domínios não tem nem podem ter algum as Leys da Campanha: a seguida porq' os escravos particulares não tem praça de soldados de El Rey pela qual no caso da fuga se lhes podesse impor a ditta pena, pela qual, como tudo sabe. V. Ex^a perfeitamente. Em consequencia da ditta aserção feita na minha carta ao P. Superior devo eu esperar e espero que removendo as sua hesitação todo o escrúpulo de irregularidade para poder por na sua intuiria e devida observância o preceito de não admittir nem reter os bens alheios, quais são os escravos no caso que secedão outras semelhantes fugas os mandava ao P. Superior seguras como lhe rogo e anunciar ao comandante da guarda para se mandarem buscar; mas suposto q' creio e espero como fica ditto q' ao P. Superior o executará assim pontualmente por ter hua obrigação catholica a q' não sabem faltar as pessoas de tão qualidade e notórias virtudes, com tudo, como as restas e ajustadas determinações de V. Ex^a. fazem hum estabelecimento mais seguro a minha esperança e eu devo procurar quando possivelmente for a l de meus subditos vou como posso supplicar a V. Ex^a queira exercitar a sua innata bondade em ordenar positivamente aos aos P. Superiores e a quem lhe succeder q' aportando nas suas Missões qualquer escravo fugido o mandarem segurar e dar noticia ao comandante da guarda ou outro morador Portuguez, q' mais zisinho ficar para q' se possa ir buscar e satisfazer aos Padres toda a despeza que tiverem feito com elle.

Em tudo aquillo que ocorrer da minha parte pode V. Ex^a ter toda a certeza que hei de corresponder não faltando o mínimo ponto da justiça e da boa amizade e harmonia offerecendome igualmente prompto para tudo o que for do serviço e agrado de V. Ex^a q' Deus guarde. Vila Bella 26 de mayo de 1761. Ilm e Exmo. Sr. Governador e Capitão Geral Dr. Alonso Berdugo. De Antonio Rolim de Moura.

- 4- Registro de uma carta para o Juiz de Fora de Cuyabá para tirar devaça sobre o levante q' pretendiam fazer os negros, 1762³¹²

Pelos papeis juntos verá VM os indícios que houve parecer que na Vila de Cuiabá intentarão os negros levantarem contra todos os brancos, afim de conseguirem a sua liberdade e outras insolentes pretenções por aquelle alleivozo e horrozo meyo. Por ser esta matéria de tantas ponderação e de tão graves conseqüências, depois de ter prezos os que se indiciarão por cabeça da conjuração para o perzendido levante eu amayor indagação da verdade para o tempo em que fosse o Ouvidor da Comarca com Correição ao Cuiabá; tendo por menos segura a deligencia que neste parecer fizessem os Juizes Ordinários. Porém agora q' VM vas para a ditta villa e allem de cessarem as razões da minha dillação, descubro na sua pessoa a capacidade manifestos fundamentos para a minha inteira confiança. Quando dos poderes q' sua Magestade foi servido conceder-me pela carta Regia de 26 de agosto de 1758, q' V.M. há de achar copeada nos livros do Registro do seu Juízo a da Comarca, recomendo a V.M. que em havendo possível, tire na ditta villa do Cuyabá uma exata devaça sobre o pertendido (pretendido) levante, inquirindo nella, com a sagacidade necessária todas as pessoas que lhe aparecer até o que a Ley determina a allem della as refferidas. Em um caso á parte fará perguntas aos dittos prezos q' mandará se junte por linha a ditta devaça. O que tudo me remetterá V.M. para ser visto e sentenciado em Junta na forma da ditta Ordem Real.

Deus Guarde a V.M. Vila Bella 17 de julho de 1762. D. Antonio Rolim de Moura.

Senhor Doutor Juiz de fora Constantino José de Azevedo.

- 5- Registro de uma carta escripta ao Secretário de Estado Francisco de Mind^a Furtado, 1762³¹³

Ilm. Exm. Sr mas estou certo se escrevi em particular a V. Ex. já depois que estou neste destacamento quando lhe remeti a primeira via para a Secretaria de Estado. Se o não fiz foi esquecimento porque sempre desejo aproveitar todas as ocasiões de pôr-me aos pés

³¹² Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05- Estante 01

³¹³ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1763 - Livro de Registros de Bandos, Portarias, Editais e Cartas Expedidas. Governo D. Antonio Rolim de Moura Tavares. 1º registro 20/03/1750. Último registro 06/04/1763 Manuscrito = Livro – C – 05- Estante 01

de V.Ex. e pedir lhe novas suas, as quaes Deos permitta mas possa V.Ex. mandar tão felises, como a m^a obrigação e o bem do nosso Reyno ha mister.

E se depois que aqui estou me acho com conhecida melhorias em todas as partes da minha queixa: isto he, na nutrição, na moléstia da cabeça, e no ouvir: mas como a queixa foi tão repetidos, ainda a natureza se acha debilitada, e a saúde incompleta, e e pouco segura: pelo que vou continuando a tomar a quinna, com a mesma freqüência; e algumas vezes me vejo obrigado a antecipalla, por sentir huns princípios de ameaças assim de febre como de perturbação na cabeça: o que este remédio me costuma atalhas assim como foi a quem devi sair do miserável estado em que a queixa e os purgantes que para ella tomei, me havião posto.

Dos nossos vizinhos tem concorrido a passarem índios para cá e chegão já a dezoito os que vierão de S. Miguel depois que aqui estou: os quaes dizem q' os mais todos dezeirão fazer o mesmo; mas q' falta de Canoas lho embaraça pelas grandes cautelas q' nisso põe o P. João Roiz seu cura.

Alguns destes índios e outros q' por este destacam tem passado dizem q' vierão castelhanos de S. Crux correr as aldeias e tirar a prata das igrejas para a conduzirem para aquella cidade; com o q' os P.P. estavam muito tristes. Também dão a noticia de que o governador de S. Crux vem a esta vizinhança ou aqui mesmo, de paz; mas q' pelos pantanaes há de marchar corpo e gentes muita parte delle composto de índios dos chiquitos e q' se estavam fazendo flechas na Exaltação.

Havia meses q' por aqui não passavão canoas dos Padres, sendo este seu caminho, e agora passarão duas para a Exaltação q' derão estas noticias, parte á ida, e parte á volta. Uma que era de San Miguel levava cartas do Padre João Roiz para o Peru e para as missões de Mamoré: entre ellas uma para um fulano franco q' dizem he dos q' vierão fazer recolher a prata, e se acha em San Pedro; ao qual intitulava no sobre escripto Mestre de campo da gente pagar he de saber q' este tal franco he hum cruzenho q' vivia nas suas fazendas fora de S. Crux, a quem o governador dessa patente de sargento mor da ordenança para vir intimar o segundo Protesto.

Depois que se desta deligencia o nomeou o mesmo governador mestre de campo em logar de q' com este posto me foi intimar o primeiro protesto, ao qual havia apeado, ao q' os Padres castelhanos têm dado a intender, por deligencias suas; levantando-lhe falsissimamente até o testemunho de q' em Villa Bella andava sempre bêbado: e isto por haver trazido hum exemplo da republica dos P.P. de companhia q' eu lhe dei. Mas o tal

apeado era Mestre de Campo das ordebanças; e pelo q' fica ditto 1 a pouca disposição q' o novo nomeado tem para Mestre de Campo pago.

Tambem haverá trez dias mandou aqui o mesmo Padre João Roiz uma canoa com o pretexto de dar-me as Boas Festas e de huás queixas frívolas, e manifestaram falas: e os índios disserão q' por terra havião recebido noticia de estarem muitos castelhanos (q' he o termo por q' agora se explicão, e não o de Cruzenhos) em San Pedro, e outros no Loreto. Todas estas diligencias parecem affutadamente encaminhadas a dar-nos de propósito estas noticias, afim de nos atemorizar: cujo systema tem seguido dês de q' aqui se estabelece este destacamento até agora: sem embargo de não haverem tirado fruto algum delle.

Porem não obstante a probabilidade d' esta conjuntura vou continuando a excitar não só os Dragões e os pedestres q' huns e outros chegão aqui a mais de settenta, com os officiais; mas tambem os pretos q' excedem o ditto numero. Vou tambem provendo este posto de mantimentos e munições para lhe poder augmentar a guarnição, e ultimamente sem estas cousas se 1 não faço tenção sair daqui: para cujo effeito me causa alguá falta a dillação das cartas do 1 pois até agora ainda não recebi as da frota do Pará do anno passado.

Como tudo o que pertence aos Padres da Companhia he no tempo presente interessante, referirei a V. Ex^a dous cazos q' não deixão de merecer sua ponderação. Quando aqui cheguei me veio ver, passados poucos dias, o Padre João Roiz. Havia eu trazido a sent^a do Malagrida q' me enviou o Conde de Bodadella. Mostrando a vontade de aver, se lhe emprestou, mas restituindo-a d' ahi a tempo, na carta com q' a acompanhou, dava claramente a intender fazia mau conceito d'ella. Porem isto não he nada a respeito do segundo cazo, ainda q' tem grande parentesco com elle.

Mandei d'aqui o cabo de esquadra Antonio de Mello a' Missão da Exaltação com cartas ao superior a pedir huns escravos q' para aquella parte fogirão; mais como fim de q' se conheça a sua má fé do q' com esperanças de que os entregassem, como na realidade até agora não tem entregue; nem outros muitos q' para a mesma banda andão sem embargo de terem ordem para isso do governador de S. Crux. Naquelle tempo sabia-se já naquella Missão da sentença do Malagrida por haver bastante q' o P. João Roiz a tinmha levado d' aqui; e com tudo isso percebo o dito cabo de esquadra estarem os P.P. da mesma Missão tratando ao Malagrida por venerável! Fico dezejando ocasiões de servir a V.Ex^a. Deus guarde a V.Ex^a. Nossa Senhora da Conceição, 24 de dezembro de 1762. Ilm. Exm. Senhor Francisco de Mendonça Frutado. 2 e fiel capitão de V.Ex^a. De Antonio Rolim de Moura.

6- Carta para o governador de Moxos, 1770³¹⁴

A dilatada e penosa enfermidade que tenho padecido apenas me dá lugar ainda hoje para responder a favorecida carta de VS^a dos 19 de junho sobre a qual devo dizer a VS^a que com efeito recebi com a chegada do cabo Jozé de Santiago o unico negro, que a VS^a me segura existia nos destrictos desta repartição; e não podendo eu de fraudar em nada os custos da boa fé e correspondência que se devem, digo, e correspondência que devem ser inherentes ao caracter da pessoa de VS^a dar principio a execução das ordens dos seus superiores; e ainda que não ignoro que pois dellas recebidas e determinada a captura dos escravos se absentarão dos povos da jurisdição de VS^a cinco ou seis entre os quais foi hum mulato que acompanhou Antonio do Nascimento até Santa Cruz de La Sierra: devo suppor que todas estas evazoens forão; porque devo respeitar na pessoa de VS^a a fedelidade que pedem as Leys de huma sincera correspondência.

Em quanto aos índios em que VS^a me falla pertencentes a San Pedro, Exaltação e San Martinho devo dizer-lhe que em que ao primeiro povo he pertencente aos domínios de El Rey meu amo e só existia em San Pedro por haver fogido da Missão de San Jozé dos Mequens q' fundarão há muitos annos os missionários portuguezes; e assim não fez mais que restituir-se espontaneamente ao seu originário domicilio.

Em quanto aos do Povo da Exaltação posso segurar a VS^a que haverá mais de quinze dias se retirarão ambos desta estância embarcados em huma canoa que levarão comsigo de sorte que a estas horas os suponho já restituídos a sua antiga povoação.

Resta-me unicamente satisfazer a VS^a pelo que pertence aos três Indios da Missão de S. Martinho que com effeito se achão habitando em o lugar de Lamego nas vezinhanças deste Forte; sobre o que devo dizer He q' havendo sido os índios declarados livres tanto pelas leys de castella como de Portugal: He todo indubitável que gozão pela sua condição / assim como as mais pessoas de todo o direito de azilo e como este he commun aos vassallos das duas coroas em virtude das concordatas estabelecidas entre ambas: nenhuma jurisdição posso eu ter para restituir a VS^a os referidos índios sem comprometer-me e confundir com os escravos esta qualidade a de pessoas livres.

Bem dezejára eu que semelhante faculdade me fosse permittida pois ganharia sem duvida muito em o cambio; e não somente com a restituição dos innumeraveis portuguezes que tem fogido desta capitania para os domínios do Peru e que devem entrar na mesma linha

³¹⁴ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1775- Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07 - Estante 01

com os índios para serem restituídos mas ainda a respeito destes pois não só na Magdalena se achão quatro que ultimamente fogirão do citado lugar de Lamego mas também em San Martinho se devem achar mais de cinco pertencentes a mesma povoação sem que eu me atrevesse a requerellos a VS^a em contemplação das razoens acima ponderadas.

Porem como esta materia tenha sido tractada mais amplamente entre mim e os nós. Precedente e se haja assentado de recorrer as cortes a fim de se saber se devemos convir em semelhantes devoluçoens: fico esperando em breves mezes alcançar huma resposta positiva q' dezejo poder manifestar-lhe a fedilidade do meu obsequio.

Ultimamente devo communicar a VS^a em como tenho noticias certas de que entre S. Martinho e o Sertão que me dei até as vezinhanças de San Miguel destruído se acha um lote de índios composto não só dos que tem fugido das aldeias portuguezas mas também de alguns que tem desertado do sobredito povo de San Martinho e das outras missoens circunvizinhas e como este ajuntamento poderá ser prejudicial as missoens de hum e outro estado induzindo-se a deserção pelos sobreditos índios com quem tem inteligências: o devo participar a V.S^a em beneficio da cauza com... a fim de se poderem dar as providencias que VS^a julgar proporcionadas para se destruir esse ajuntamento visto achar-se situado em as terras da jurisdição do governo de VS^a.

Deos guarde a VS^a muitos annos. Forte de Bragança 21 de Agosto de 1770//Luis Pinto de Souza Coutinho beja as mãos de VS^a seu mais attencioso rendido servidor// Senhor D. Antonio Aymeril y Villa Suanna.

7- Carta ao governador de Santa Cruz, 1770³¹⁵

Exmo. Snor// Com a occazião deste Expresso que despacho a Moxos tenho a honra de offerecer na presença de VS^a as repetiçoens do meu attenciozo obsequio e juntamente de dizer-lhe que ignorando-se a que quais sejam os negros que se tem cazado nessas immediaçõens se faz absolutamente precisa huma rellação dos seos nomes, naturalidades e senhores a quem pertencem nesta capitania afim de se poder facilitar o tracto da venda e mandarem os mesmos senhores os poderes das suas procuraçoens para se concluir o sobredito negro na q' já a VS^a aponte na minha precedente.

Em quanto aos mais não podendo admitir de nenhuma sorte o mesmo arbítrio por não autorizar com semelhante esperança hum pernicioso exemplo em detrimento dos

³¹⁵ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1775- Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07 - Estante 01

habitantes desta capitania: devo rogar a VS^a efficazmente queira por ultimo dignar-se de por em execução as precisas ordens da real audiência confirmadas pelo Exmo Snor Vice Rey afim de se proceder a restituição dos sobreditos escravos sem que devão obstar as concideraçõens que VS^a me expôs / suposto hayas de humanidade/ porque o exemplo de hum que se matou a si próprio não deve induzir-nos a crer que os mais hajão de fazer o mesmo, sendo huma acção tão contra aos dizignios da natureza e muito principalmente certificando-se os mesmos escravos de que aqui não sofrerão castigo algum em observância da minha caução juratoria alem de que cumprindo-se com as ordens dos nossos superiores ficamos desobrigados de qualquer escrúpulo qualquer que possa ser o sucesso.

E ultimamente me cumpre por na presença de VS^a q' se nessa cidade não há ferros necessários para se segurar a remessa dos referidos escravos com aviso de VS^a remetterei por via do Snor Governador de Moxos todos os grilhoens que se precisarem e mandarei ate o sitio q' VS^a me indicar a escolta de gente necessária para os receber e segurar o seu transporte.

De Chiquitos tive avizo por via do seu governador haverem se remetido cinco ou seis escravos que se acharão naquella repartição os quais havendo sido levados a essa cidade presummo existirão ainda nella debaixo da devida segurança se bem que não posso deixar de me surpreender de que depois de recebidas as ordens para a captura e restituição dos mesmos negros se lhes haja dado passo franco para se evadirem não só da província de Moxos mas da jurisdição dessa cidade; deixando-se passar livremente ao interior das províncias do Peru o que me parece não ser perfeitamente conforme com as leys da boa correspondência a qual VS^a experimentará sempre pelo que me toca com a maior fedilidade e rendimento em tudo o que disser respeito ao serviço de S. Mage. Catholica como tambem ao de VS^a, em cuja benevolencia dezejo sempre que me conserve.

Deos Guarde a VS^a muitos annos. Forte de Bragança. 21 de agosto de 1770// Beja Maons de VS^a seu mais attenciozo reverente servidor Luiz Pinto de Sousa Coutinho.

8- Carta ao governador de Charcas Dom Ambrozio de Benavides, 1771³¹⁶

Ilmo. E Exmo. Sr. as instancias que tenho a honra de repetir na prezenca de VEx jas os efeitos daquella feliz armonia que se existe entre as duas coroas; e da confiança que tenho,

³¹⁶ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso – Secretaria de Governo - 1751-1775- Livro de Registros de Termos de Fianças e Cartas Expedidas e Recebidas no Gov. D. Luiz Pinto de Souza Coutinho e Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres - 1º registro 17/07/1751 -Último registro 22/04/1775- Manuscrito = Livro – C – 07 - Estante 01

do carater e pessoa de VEx. De quem devo coperar sem ezitação; a complemento dos amigaveis disiguínios dos nossos Augostos Amos.

Primitame pois VEx, que eu recapitule aquy em forma, tudo o que se tem passado a respeito da restituição dos escravos; sem que até o presente tenha obtido algum fruto; mais do que a esperança de que se achão de satisfazer as prozetivas promessas que tenho obtido: confiado na endisetivel justua de Vexa. E nos sentimentos daquela e levada a honra egualmente, ensiparavel do seu carater. Pello officio passado em 25 de novembro do 1768, ao antecessor de Vexa. Manifestey ao mesmo Sr. as razoes em que se dava a justiça da minha pertença; ainda que o mety emtão as mais forçozas quaes herão ao do costume em que se achavão os meses prodecessores de obeterem dos governadores de S. Cruz de la Serra a restituição dos ditos escravos: por menção achar ainda indus dos negocios desta capitania. A resposta que do mesmo officio pode alcaçar foy na verdade emdeciza: porem pellos sosecivos officios que dispois se seguirão estará V. Exa completamente distroido do Exmo. Sr. Vise Rey Dom Manoel Amate; foy ultimamente deferido este negocio e expedidas pela real e as ordens mais precisas para se efectuar a dita entrega seguindo se manisfestou pellos documentos exzistentes nesta secretaria e que acompanharão os officios de 1769.

Não me foram porem desconhecidos os pretextos com que alguns governadores pertencerão eludir a boa fé a efficacia da sitada ordem; comtemporizações imcoteis que deram lugar de muitos escravos, que se entreziarão pello sentro das provincias.

Não obstante tudo isso me foy anunciada por via do governador de Chiquitos a remessa de 6 dos ditos individuos que fez ao governador da S. Cruz nem tão pouco me deichou de ser manifesto o numero dos que exzistião naquela cidade, e pelo periodo da carta do mesmo governador, N° 1, e pella minha resposta N° 2 ficava Vexa plenamente informado do que ultimamente se tem passado respeito do mesmo negocio presumindo, que com a minha sitada resposta ficarião removidas em que o dito governador se achava para cumprir sem mais diferencia as respeitaveis ordens de V. Exa porem como nada emté agora se tenha efetuado; não posso dispensarme de recorrer na providencia de V. Exa, para que se digne de mandar por huma vez por termo a exzecução das suas ordens: como modeve persuadir, a intima armonia que felizmente se esiste em todos os Estados de El Rey meu amo confinantes com os de S. Magestade Catholica, o que será manifesto a Vexa pella copia da Convenção ultimamente feita por ordem do Exmo Sr. Dom Franoyco Bocarde, e do Vise Rey do Estado do Brasil; que a poucos tempos acabey de receber: para manifestar a V. Exa os grandes dezejós que afastem, de fomentar vada vez mais pello

que me toca esta preciosa correspondencia, passo a figurar a V. Exa em como me acho pronto a entrar identicamente com o governador de S. Cruz, em outro igual ajuste; no cazo que possa obter para desse efeito a honra do seu beneplacito; e a V. Exa, lhe pareça conviniente expedir as suas ordens para que se possa dar principio a esta negociação.

Comfiado com mayor respeito nas amigaveis e generosas [ilegivel] de V. Exa tenho lugar deliperar o bom sucesso desta pretensão não dezejando outra couza mais efidasmente do que persuadir a V. Exa os meus obezequios sentimentos pela vantagem do serviço de S Majestade Catholica que devo sempre a minha a mais particular contemplação: esperando que VExa se convença que não somente tem em mim um vizinho, que dezeja cumprir com o mayor a sua obrigação, mas que une pella distinta pessoa de VExa os mais dignos e respeitosos obsequios // Deos Guarde a VExa muitos anos Vila Bela, 6 de janeiro de 1771. Beja as maos de V Exa// Seu mais rendido e respeitoso servidor// Luis Pinto de Sousa // Ilmo. Exmo Sr. Dom Ambrozio de Benavides.

9- Regº da resposta das duas cartas supra de Antônio Rolim de Moura, 1761³¹⁷

Ilmoº, e Exmº S^{or}. Em observância das Ordens de S. Mag^e, que antecedentem^e havia recebido, e de próximo me forão ratificadas em duas cartas de V. Ex^a com data de 16 de Junho do anno passado, sobre o remédio deq' devo usar p^a q' os destr^{os} desta Capit^a de conservam illesos das pretextadas irrespções dos Jesusitas Hespanhões, tendo dado as providencias, q' parecerão necessar^{as}, ou que tenho podido; conformandome, quanto he possível, com as Regias insinuações como já a prez^e do dº S^r, pela Secretr^a de Estado, em Cartas de 22 de Feverº, de 7, de 26 de Agº, do anno proxº passado: até a prez^e se tem logrado inteiram^{te} o effeito pertendido das d^{as} providencias; reconhecendo se, por varias occurrencias, q' nenhum outro meio seria bast^e a consecução de tão justificado fim e pela iníqua, e ambiciosa cavilação dos d^{os} Jesuítas.

O que agora somente posso dizer de mais, p^a q' a S. Mag^e não falte a induvidual not^a da Guarnição, q' tenho no Presídio de N.S. da Conceição, ou Sitio Velho de S. Rosa, he que esta se compõem presentem^{te} de hum Alferes, 2 Cabos de Esq^a, 23 Sold^{os} Pedestres, hum Capellão, e hum Cirurgião; todos pagos pela Faz^a Real: E alem destes, estão no mesmo Sitio, e servem a engrossar de algum modo aquelle corpo, 4 pessoas p^{ars} aggregadas, q' vencem comedorias, somente; e entre todos tem 18 escravos, e Administrados Índios, q'

³¹⁷ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

vencem soldo de Pedestre; e em pouca distancia estão aldeados os Índios, que vierão das Aldeãs Hespanholas de Santa Rosa, e S. Miguel, p^a a nossa banda, q' são 70 pouco mais, ou menos; os quaes em caso de necessid^e podem servir p^a algúa cousa; e não fazem despeza algúa a Faz^a Real, mais do que alguns remédios nas doenças.

Desde o mez de Out^o do anno passado, em que veio a aquellas visinhanças o Govern^{or} de S. Cruz de La Sierra, como já por 3 vias tenho avizado, não tem havido novid^e da parte dos vizinhos: o que tudo espero porá V. Ex^a na R^l prez^a de S. Mag^e. Deos G^e a V. Ex^a. V^a B^{la} 4 de Julho de 1761. – Illm^o e Exm^o S^r Fran^{co} X^r de Mend^a Furt^o - D. Ant^o Rollim de Moura. Diogo José Per^a.

10- Reg^o de húa carta escripta ao Secretr^o de Estado, na qual se dá conta do estado desta Capit^a, 1761³¹⁸

Illm^o e Exm^o S^r. Em 21 de Outubro passado chegarão a esta Villa dous Inviados do Governador de S. Cruz de La sierra; hum com a Patente de Sargento mor, e outro de Capitão, Milicianos. Appresentarão-me a carta copea n^o 1, a que respondi o q' consta da copea n^o 2.

Recebida a minha resposta, me dicerão trazião ordem do seu Govern^{or} para saberem o q' ella continha: Pedi-lhe, e abrindo-a, lha dei a ler. Vista por elles, me pedirão licença para me intimarem hum Protesto, o qual me leo o Sargento mor. Trazia, forma de Protesto, os mesmos fundamentos da carta; mas vinha inserta n'elle de verbo ad verbum a carta, ou ordem da Real Audiência de La Plata, referindo-se a outra de El Rey Catholico de tantos de septembro do anno passado, em q' dizia haver annullado o Tractado de Liminar; e que assim, se tornassem os Índios a metter de posse das suas Terras. Ao ditto Prot^o dei por resposta q' me referia em tudo ao q' já tinha respondido na carta; e explicando-a disse que isto vinha a ser: Que sem ordem da minha Corte não levantava a Guarda de S. Rosa; e que o Govern^{or} de S. Cruz me quizesse obrigar por força, me defenderia, como podesse. Ao que acodirão os Inviados, que o negocio não havia chegar a esses termos. E já antes desta ultima conferencia me havião segurado que o Govern^{or} de S. Cruz me estava m^{to}, e que todas estas diligencias fazia violentado das Ordens do Vice Rey de Lima, e da Real audiência de La Plata, a quem continuam^e estavam os PP. da Comp^a escrevendo sobre esta matéria. Ao que respondi do melhor modo q' me foi possível; e em todas as mais

³¹⁸ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

occações tenho feito estudo de portar-me com attenção, assim como o Governador, como com as Pessoas q' aqui tem mandado. No outro dia pela manhã trouxerão a certidão passado ao pé do Protesto, da sua intimação p^a eu assignar: o que depois de feito, reparou o Secretario Diogo Joseph Pereira que o d^o Prot^o não estava assignado pelo Govern^{or} de S. Cruz, sendo passado em seu nome: no q' eu não havia advertido, por me não vir ao pensam^o húa similhante falta; ao que talvez ajudaria andar n'aquelles dias com a cabeça peor.

Os Expanhoes algúa cousa ficarão surpreedidos com aquelle descobrimento; porem não me parecendo razão, nem tirar-lhe o Papel, nem riscar o meu nome, por ser húa espécie de violência contra o Direito das Gentes, fazendo da necessidade virtude, disse que para a resposta q' eu dava, tanto me importava que aquelle papel estivesse assignado pelo Governador de S. Cruz, como que o não estivesse: dando-lhe a intender (ainda que as palavras não passarão d'aqui) que se me não dava de incurtar ao Govern^{or} de S. Cruz os Officios prévios, e pólo mais depressa nos termos de poder obrar de facto, se quizesse.

Advertio o ditto Secretario ainda em outra cousa, e foi, q' entre o fim do Prot^o, e o principio da Certidão da sua intimação, se mettia hum claro bastantemente grande; e representou q' em papeis públicos se não costumavão deixar similhantes claros sem se asparem, pelo risco de se lhe acrescentar algúa cousa, depois de assignados: Pelo q', convierão os Inviados de S. Cruz que se aspasse, como com effeito se fez; e com isto, derão a delig^a por acabada, e se forão.

Depois antes d'esta deligencia, havião fogido para as Missões de Castella, dous Escravos, da Guarda de Santa Roza, os quaes, se desculpou o Superior das mesmas Missões, de os não entregar, por lhe haverem estes ditto q' vindo p^a cá tinham pena de morte; e os remetteo ao Govern^{or} de S. Cruz: mas este mos mandou entregar pelos Inviados assim dittos, juntamente com outro que há mais tempo se achava n'aquella Cidade: cobrando os taes de mim húa segurança de que os não havia de castigar: o que com effeito fiz, declarando n'ella q' os Escravos fogidos, só tinham apenas de açoutes, e marca nas costas, sendo apranhados pelos Capitães do Matto: Porem os que se recolhião por sua vontade, ou apadrinhados, e mandados por alguém, não tinham mais castigo do que o que seus Senhores economicam^e lhes querião dar: mas q' de qualquer q' tivessem, e ainda deste mesmo ficarião aquelles issentos, e todos os mais q' com os remettidos pela mesma via: E á carta q' os mesmos escravos me escreveo o Govern^{or} de S. Cruz, copea n^o 3, respondi com a da copea n^o 4.

Esta declaração fiz para obviar as calumnias dos Padres Castelhanos; e já ao superior havia escripto o mesmo, e ao Gov^{or} de S. Cruz: mas a remessa que este me fez dos Escravos, foi antes de receber a ditta Carta. E como os d^{os} Padres havião espalhado a noticia de que Lisboa se achava cercada por mar, e tem de Tropas Espanhollas, para obrigarem a S. Mag^e F. a cazar a sereníssima Sr^a Princesa do Brasil com o Infante D. Luiz, aproveitei a mesma occasião p^a dar parte ao Govern^{or} de S. Cruz q' os Disposorios dos nossos Príncipes se havião celebrado a 6 de Junho do anno passado. Mas há muito tempo que he continuo nestes P.P. publicarem similhantes falsidades indecorosas á nossa Coroa, segurando as com grande firmeza, por mais absurdas que sejam.

Os dittos Escravos tem ditto que em S. Cruz estavam com grande medo de nos; e que por essa cauza o mesmo Povo pedira ao Govern^{or} os remetteste a elles, por evitar algúa historia, por esse respeito: e que ao mesmo tempo o seu maior dezejo he negociarem com nosco; Que os que vivem nas Fazendas, algum uso tem de attivarem, mas os de dentro da cidade, não. Que o Governador estava fazendo pólvora bastante, e tinha já [f.79v] fabricado húa Caza para mettella. Mas que sem embargo da Cidade ser populoza, se a guerra se rompesse seria necessário vir gente do Peru; porque em S. Cruz não há hum só Soldado, nem Official pago, e os Paêzanos se achavão m^{to} pouco dispostos p^a isso. O que não duvido, por me parecer que os Cruzenhos conciderão esta questão como couza q' interessa somente aos P.P. da Comp^a; a quem tenho percebido não serem m^{to} affeiçãoados. Também me consta q' os d^{os} P.P. cercarão de húa palizada a Missão de San Pedro, q' he a cabeça de todas; e q' tinham nella peças de artilharia, fundidas ahi mesmo, algumas há m^{to} tempo, mas não sei se agora farião outras de novo; pois he aonde se fundem os sinos para as maes Missões. Elles são os q' tem tomado a occupação de Santa Roza mais a peito; e intendo se persuadirão q' mettendo-me medo com o Govern^{or} de S. Cruz, e com o Cruzenhos, me fazião logo desamparar aqueulle Posto; porq' desde o principio que alli assentei a Guarda, me exagerarão sempre por carta, e de palavra, com conhecida affectação o grande valor, capacidade, e experiência do Governador de s. Cruz, dizendo-me juntam^e que havia já allistado tantos mil homens, por conta destas differ^{as}.

Vizitando me na Guarda de s. Roza Vella, q' hoje se intitula N. Sr^a da Conceição, o P. Sarmiento Cura de Santa Roza Nova, pertendendo persuadir-me a que lurgasse aqueulle sitio, me repetio tantas vezes, na mesma conversação, o que acima fica ditto, que me vi obrigado a dizer-lhe / sem me alterar/ q' elle repizava tanto sobre aqueulle mesmo ponto, que me hia pondo em desconfiança de q' por aqueulle meio pertendia atemorizar-me. Que S. R^{ma} (que assim lhe fallava, porq' elle me dava Ex^a) havia de ter conhecido pela Historia

que nunca os Grandes Officiaes Espanhoes havião cauzado temor aos Portuguezes: e assim, q' por aquelle caminho não adiantava nada o seu intendo.

Pelo mesmo fim fizerão vir o Govern^{or} de S. Cruz a Santa Roza; e tanta confiança poserão nesta delig^a que o P. João Roiz' Cura de S. Miguel, na carta copea n^o 5 diz a Victorino Ant^o Roiz', que quando tornar outra vez para estas Minas talvez o achará já no Guaporé: o que quer dizer para quem conhece o estado das cousas, que quando tornasse para uma, o havia de achar outras vez aldeado na mesma paragem de donde se havia mudado a Aldea por cauza das Demarcações; que he a borda do Guaporé da nossa banda; e onde elle agora está he no rio Bâuris, q' faz barra, da parte de Castella, no Guaporé.

O Padre João Roiz havia tomado conhecim^{to} com Victorino ant^o, porq' succedendo adoecer gravemente o P. Agostinho Lourenço, superior da Missão Portugueza de S. Jozé, com receio de morrer sem confissão, da forma q' pode, foi p^a S. Miguel, o que sabendo eu, mandei lá Victorino Antonio, por ser Cirurgião, p^a o Curar; e ahi recebeo a Chrisma, pela faculdade q' os P.P. tinham de administrar aquelle Sacram^{to}: e essa he a causa de lhe chamar, na carta, seu Affilhado: a qual o d^o Victorino Ant^o entregou ao Pará, para ma remetter.

Com que, talvez fundados os Padres nesta esperança de que o temor só dos Espanhoes me fizesse dizistir da empreza, tenham movido todas estas delig^{as} e protesto: porq' algúa duvida me faz q' elles realm^e dezejem, e procurem o rompimento; conhecendo q' isso há de trazer com sigo a ruína das suas Aldeãs. Tanto assim q' elles mesmos contarão a Victorino Antonio, na occazião acima ditta, que o Vice Rey de Lima lhe havia escripto se conservassem na posse de fazerem as entradas a buscar Gentio da nossa banda; e se eu lho quizesse embaraçar, pedissem soccorro ao Gov^{or} de S. Cruz, q' tinha ordem para lhe assitir com o Gentio, q' lhe fosse necessr^o. Mas que elles fizerão logo húa Representação assignada por todos, ou pela maior parte, [f.80v] dizendo que na masma hora em q' lhe [mandacem] Cruzenhos para as suas Missões, as largavão logo porq' os dittos Cruzenhos bastavão para destuillas, e arruinallas por todos os caminhos.

Mas por outra parte, como o ódio, e paxão dos Padres da Comp^a contra Portugal tem chegado aos excessos q' estamos vendo, darão por barato sacrificarem as vidas, e as consciências dos Índios, e o domínio que tem nelles, nas suas terras, e nos seus bens, de que são TAM ambiciosos, só por orderem húa guerra entre as duas nasções. Eu já há mais tempo que disse me parecia q' esta Capitania; e ainda hoje o destricto só de Mato Grosso tinha força sufficientes para resistir a S. Cruz de La Sierra, pela differ^a das Armas de fogo, e maior distreza, com q' sabem usar d'ellas.

Também concidero grande difficuldade em vir do Peru soccorro de importância: porq' hum [Prop..o] de S. Cruz de La Sierra gasta 12, ou 14 dias á Real Audiência de la Plata: mas fazendo se a jornada com cavallos carregados, são necessários dous meses. De la Plata a Lima ainda hum Próprio escoteiro não põe menos de dous meses: com que, para d'alli vir hum corpo capaz de Tropas pagas, q' he só aonde as há, pricisam^e há de marcha ser muito custosa, muito trabalhosa, e m^{to} dillatada: mas como não devo fiarme disto, para deixar de acautelar-me do melhor modo q' me for possível, exporei a V. Ex^a o projecto, q' tenho formado.

O Posto de N. Sr^a da Conceição he em cima de húa Cachoeira, distante desta Villa, Rio abaxo, quinze ate vinte dias de viagem, conforme o rio corra; e da barra do Mármore, trez; e para cima se gastão trinta e cinco até cincoente. A ditta Cachoeira pelo tempo das águas não faz embarço algum á navegação; porq' as suas pedras se cobrem de forma, que por toda a parte se pode navegar tanto p^a baxo, como p^a cima, sem difficuldades: mas na força das secas as embarções que passam para baxo precisam^e hão de buscar o canal, que he incostado á nossa margem de voltas, e comprida: pelo que, nenhúa embarcação contra vontade da Guarnição pode passar por alli, em tampo de secas, ainda p^a baxo, sem evidente perigo de se perder; e quando o queirão fazer de noite, allem de q' a grande visinhança da terra os expõe quase ao mesmo perigo q' de dia, tem outro maior na mesma Cachoeira, a que se não podem metter de noite sem gavissimo risco de se allagarem. As que vem para cima encontrão muito maiores embarços, assim por ser a sua marcha mais vagarosa, como porq' não podem vencer a correnteza do canal; o q' obriga as embarções a virem buscar húa virga que fica encostada ao barranco da nossa banda, por onde são passadas á mão. Esta circumstancia faz aquelle Posto m^{to} importante p^a os Padres da Comp^a, os quaes tem sette Missões d'alli p^a cima, por rios dentro, q1 fazem barra no Guaporé; cuja communicação por água com as mais Missões, e com o Perú he por aquella paragem. E como os Índios conductores das Faz^{as} q' remetem p^a o Peru, e q' de lá lhe vem, são tão fáceis, e amigos de novidades, não somente contão no Destacamento quando se passa pelas Missões, mas quase sempre ficão alli alguns, n'aquellas passagens.

Algúa cousa tem valido para isto o artificio; porq' depois q' p^a alli se mudou húa grande p^{te} dos Índios de Santa Roza, e, por não faserem o mesmo, passarão os Padres os q' ficarão p^a S. Pedro, deixando a aquella Missão de todo extincta, como dei conta o anno passado a s. Mag^e; depois disto, digo, tenho mandado repartir pelos taes Índios varias quinquilharias; e aos q' vem a esta Villa nas Canoas, q' andão conduzindo o mantim^{to} p^a

a Guarda, satisfaço o seu trabalho com as mesmas quinquilharias, ferramentas, e baetas incarnadas: O que visto, n'aquellas passagens, pelos Índios dos Padres Castelhanos tem m^{tas} parte nas suas fugas: principalm^e porque os Índios do Destacamento fazem seu negocio com os de Castella, das cousas q' cá lhe dão o que pelo tempo adiante naturalm^e pode ser cauza de se diminuírem m^{to} as Missões Espanholas; principalm^e as q' tem Índios tirados da nossa banda.

Para nos não he de menos consequência o ditto posto; pois occupado pelos Espanhoes nos corta a communicação com o Pará. Este rio não he tão largo q' em algúas partes d'elle não alcance a Artilharia de húa margem a outra: mas nunca isso pode fazer tão invencível embaraço como n'aquella paragem; assim pelo q' fica ditto, como pelo q' adiante direi: deque se segue ser nos de grandíssima importância a sua conservação.

Logo quando eu o ocupei, como n'aquelle tempo me não temia mais que dos P.P. da Comp^a, e dos seus Índios, so mandei cercar o Quartel do Destacamento que alli puz, de húa paliçada com seus residentes, q' ainda q' por ser symples não necessitava d'elles, sempre o fogo de lado tem melhor efft^o. Descortinarão se as vizinhanças do d^o quartel; e o tenho mandado cobrir de telha; cuja deligencia he a mais essencial para cautella do fogo, assim do maquinado pelos nossos Inimigos, como do q' casualmente podesse provir do descuido do mesmo Prezidio; porq' as madeiras da Amarica resestem tanto ao fogo, q' ainda nas cazas de pao apique, como são a maior parte das q' por aqui se fazem, se vive inteiram^e livre d'aquelle susto, toda a vez q' forem cobertas de telha, e não de palha. De proposito não quis usar de outra fortificação para evitar o motivo de me imputarem que contravinha ao Tractado de Limites; pois somente usava da cautella, a q' me obrigava a ódio, e a malicia dos P.P. da Comp^a, pelo que já havíamos experimentado na Fortaleza do Rio Pardo: Porem hoje que o Governador de S. Cruz de La Sierra me tem ameaçado duas vezes com os seus Protestos, não deve elle estranhar q' eu me segure, e acautelle; principalm^e ajuntandose a isto as mais noticias q' acima ficão dittas; e dizerme o mesmo Govern^{or} que El Rey Catholico havia annullado o Tractado; pois sendo assim, já me não pode allegar com elle.

Em cujos termos me parece m^{to} conveniente fazer se no d^o Destacam^{to} de N. Sr^a da Conceição, ao menos hum forte á Estrella, ou reducto com meyo baluartes, e as defensas curtas, e proporcionadas ao alcance dos perdigotos, por aproveitar a ventagem d'aquelle fogo a que estão costumados, e de q' sabem servir se bem os Americanos; e guarnecendo-lhe a contra escarpa com húa trincheira de arvores deitadas com a ramalhada para fora, da forma q' o aconselha M^r de Folard.

E como estas terras estão tão distantes dos Portos de mar de Castella, e os caminhos p^a elles são sem rios navegáveis, e de certões ásperos, e despovoados; o q' faz m^{to} difficultosa a conducção de Tropas regulares, e dos petrechos, e instrum^{tos} de guerra q' costumão facilitar a reducção das Praças, parece-me q' fazendo se o Forte da forma q' digo, fica com sufficiente defeza para rezistir aos ataques q' nesta distancia se podem reear: nem a Guarnição que se lhe pode metter he capz p^a mais.

Eu já nas seccas passadas intentei ir ao Destacam^{to} pôr este projecto em execução: mas duas difficultades, ou impossíveis mo embaraçarão: A primeira, a grande falta de mantimentos q' houve no anno passado, e princípios deste; pelo qual extendeo m^{to} aiante os seus effeitos: o q' me obrigou a presistir nesta Villa, affim de dar as providencias necessárias sobre húa matéria de tão urgente necessidade.

A segunda foi a minha moléstia, q' até há trez mezes me obrigava a hum grande regime, e a contínuos remédios, e a purgar-me repetidas vezes todos os mezes; sem embargo do que, trazia a maior p^{te} do tempo a cabeça fraca, perturbada, e pouco capaz de applicação. A isto se ajuntou a execução das Ordens Reaes q' V. Ex^a me participou a resp^{to} do Morilhas, e da mudança da Prov^a da Faz^a Real p^a esta Villa, o q' tudo requeria a minha prez^a na mesma Villa.

Porem já mandei ordem ao Comand^e do Destac^{to} de N. Sr^a da Conceição p^a q' se fossem cortando arvores inteiras, e conduzindo se p^a o pé do quartel, e que a seu tempo deria o q' se havia de fazer dellas. E se o allivio q' l vou experimentando na moléstia, me continuar, espero q' hei de ter forças p^a ir abaxo, em passando a maior força das águas, p^a ao menos, fazer estaquear a Obra, dar-lhe principio, e deixar a direcção p^a se continuar: o q' se não poderá fazer sem a minha prez^a. porq' aqui não há Engenheiro nenhum.

Não só para isto, se não p^a o amis q' poderá sobrevir, são elles m^{tos} necessários nesta Capitania. Eu do Destacam^{tos} dei conta a V. Ex^a sobre este ponto, lembrando q' dos q' estão no Pará pertencentes ás Demarcações podia vir hum para cá, emq^{to} ellas não concluião; no q' senão augmentava a despeza da Faz^a R^l, pois era virem a esta Capit^a com o mesmo soldo q' lá tem; e ainda q' fosse necess^o augmentar-lho por conta da maior carestia da terra, não deve isso embaraçar a sua vinda sendo aqui tão precizos.

Porem como a occurrencia dos neg^{os} poderia talvez fazer não reparar nesta clauzula da minha conta, ou quizá prareceria escuzado, a vista das noticias dos Commissarios Espanhoes, sempre me rezolvo a mandar pedir ao General do Pará me invie logo hum Engenheiro o q' parecer melhor dos q' pertencem ás Demarcações; por ser matéria esta a

q' pode prejudicar a espera pela Resolução da Corte, e S. Mag^e me haver ordenado q' em solilhantes circumst^a dê eu por Mem mesmo as providencias necessr^{as}.

Os Espanhoes podem também intentar estaballescerse furtivam^e da nossa banda; pois affectão aonda pertencer-lhe; Ainda q' muita p^{te} das margens deste rio são patanaes, não deiza de haver algúas paragens capazes disso, até o principio das Cachoeiras do Madeira, q' he trez dias abaxo da barra do Marmaoré; q' d'ahi p^a diante ate ao Salto de N. Sr^a da Boa viagem, em qualq^r parte se podem situar, ou de húa, ou de outra banda.

Occupar todas estas paragens com destacam^{tos}, e fazer em cada húa dellas hum forte seria couza de grandíssima despeza, e impossível por hora de prover de mantimentos; e assim me parece que o meio mais fácil, e ainda mais efficaz de evitar isto he, fazer-me mais poderoso, doq' os Espanhoes, neste Rio, por meio de boas embarcações, bem artilhadas, e guarnecidas. O que conseguido, não só se difficualta aos Espanhoes o estaballescerem se na nossa banda, mas ainda da sua, me parece lhe será m^{to} trabalhoso conservar se, despois de haver rompimento; porq' tanto q' há pantanaes, e mayor parte das terras allagão, e as mesmas Missões de Castella ficão Ilhadas, e por isso expostas a quem por água tiver maior poder.

Da mesma sorte há sem questão o quanto por este cam^o se lhe impossibilita passarem, e sustentarem da nossa parte hum Corpo de Tropas sufficiente a deslojarnos do Posto de N. Sr^a da conceição: Em cuja consideração me fundo também para persuadir-me q' hum Forte n'aq^{La} paragem, da forma q' acima disse; poderá resistir aos Espanhoes nas terras, e circumst^{as} em q' nos achamos.

Por me parecer q' as Embarcações do Pará são próprias p^a este intento, tenho já aqui ajuntado quatro, em q' entra húa minha. D'estas, duas se achão com coberta cavada, e preparadas de modo a se poderem armar em guerra; e a terceira perecendo fazer o mesmo, como tambe` á minha, sendo necessário.

Porem como estas embarcações, em razão de serem feitas de partes, necessitão de se calafetarem a miúdo, e de se apertarem de tempos, e de outros vários concertos, e aqui não há Officiaes que sejião nesta matéria m^{to} intelig^{es} mando pedir ao Gen^{al} di Pará me mande hum Mestre, ou Official capaz, com partido ajustado, e que em todas as occaziões, que tiver, me mande sempre breu bastante, e alcatrão; porq' os Viandantes não trazem deste gênero mais doq' o que lhe he preciso p^a a sua viagem'.

A falta de meios, tinha reduzido a Comp^a de Drag^s desta Capit^a quazi a metade da sua lotação: com que, ainda q' despois q' elles forão mais necessários se tem assentado praça a muitos, e possão já algúa cousa da mesma lotação, com tudo não chegão ao numero q'

por ora se faz preciso. Eu bem poderá, obrigando por força, augmentallo mais; porem estes serão pouco firmes na Comp^a em húa terra, em q' há tanta facilidade p^a a deserção; e juntam^e, como ella he tão pequena, poucos se poderiam tirar aos Moradores, sem grande discommodo; e p^a se fazerem dos Novatos q' chegão nas Monsões, seria affugentallos de virem, quando he tão conveniente facilitar lhe, e fazer lhe apeteçível a vinda p^a a Capitania. Pelo q' me resolvo a mandar pedir também ao Gen^{al} do Pará hum Destacam^{to} de trinta homens, com hum subalterno, para servirem nesta Capitania, emq^{to} a Comp^a senão augmenta maies, e estas cousas estão duvidosas.

Dês de que cheguei a Mtto Grosso, e vi que a vizinhança dos Espanhoes, e dos P.P. da Comp^a poderiam causar algúa questão sobre Limites, não perdi occasião nenhúa, q' se me offereceo de comprar para a Fazenda R^l pecinhas de Artilharia; e assim tenho ajuntado aqui nove, de libra, meia libra, e quarta de libra, das quais me [f.84] mandou trez o Gen^{al} do Pará; mas ainda não são as q' bastão para guarnecer o Forte q' se há de fazer em N. Sr^a da Conceyção, e as embarcações; posto q' cada húa dellas não leva mais q' húa peça assentada porem perto da proa, em húa carretinha, sobre hum pranchão de forma q' faz fogo p^a hum, e outro bordo para as d^{as} pecinhas se tem feito apalamenta necessária para amiudarem os tiros, e alguns bota fogos próprios ao mesmo fim: espoletas não, porque ainda q' sei o segredo d'ellas, não há aqui o q' se precisa para a sua fabrica, e p^a q' este se não penetre não me tenho resolvido a mandallo vir. Mas o pequeno calibre das peças faz q' aquella falta não retarde m^{to} a amiudação dos tiros, a que dá bastante presteza o soquete em ângulo, o cartuxo da pólvora unido com a bala, ou com a lanterneta de bala miúda ou de perdigotos. E o bota fogo.

Tenho-me provido de bacamartes, q' allem de outras serventias q' podem ter, julgo úteis p^a as embarcações, presos ao seu bordo, por argolões; o que já se acha executado em húa de forma q' ficando seguros contra o repuxo, q' fazem ao disparar, tem toda a liberdade necessária para as pontarias. Do Pará, e do Cuyabá me tem vindo Aramas, com que vou fornecendo o Armazém; e ainda espero mais d'aquella Villa, aonde se achão muitas, vindas de Sanctos, no tempo de Guerra dos Payaguás; e para armar os Negros, q' não souberem attirar mandei encabar em asteas compridas foices roçadouras, e varias choupas de ferro, q' eu havia mandado fazer para armar as canoas de guerra, q' escoltavão as monções do Cuyabá: o que pode ter bom uso, ainda para os q' sabem attirar, nas acções de mão; e principalm^e em defender as escaladas, e assaltos.

Todas estas prevenções tem vistado, e custão á proporção da carestia da terá, e da sua distancia dos portos de mar; e m^{to} mais tiverão custado se o Govern^{or} do Pará não tivera

a bond^e de mandar com promptidão as encomendas, [f.84v] que d'aqui lhe faço, de pólvora, chumbo, ferro, asso, etc; que vindo por conta da Faz^a R^l saem aqui por m^{to} menos preço, doq' compradas aos Mercadores, e m^{tas} d'ellas se não achão nas quantidades q' são precisas. Mas para suprir a estas despesas me tem sido necessr^o valerme da Proved^a de Goyaz, na forma q' S. Mag^e foi servido conceder-me. Nos annos de 59, e 60 me vierão trez arrobas de ouro em cada hum d'elles:

Para este pedi quatro, de que já estou, há mezes entregue; e os mesmos pezos tenho pedido p^a o anno q' vem; por haverem crescido as despesas á medida das cautellas, a q' me tem obrigado os Prot^{os} do G^{or} de S. Cruz.

Não he esta só a applicação q' se trm dado ao d^o ouro: as dividas atrasadas levarão, e vão levando m^{ta} parte delle, contraídas pela desporporção das rendas desta Capit^a, ainda com as suas despesas ordinárias; com a criação desta Villa, e das aldeãs de S. Anna do cuyabá, e de S. Jozé de Rio abaxo; e com o soccorro que mandei, requerido pelo conde de Bobadella, aos Commissarios das Demarcações, q' vierão assentar o Marco na barra do Jaurú.

Tenho exposto as cautelas, e prevenções, q' até aqui tomei, e vou tomando; no q' alcança a m^a possibilidade: darei agora o que se me offr^e a respeito d'aquillo a q' ella senão estende. A Comp^a de Dragões destas Minas não está armada de espadas á m^a satisfação; porq' ainda q' trouxerão da Corte hús m^{to} especiaes, emquanto á vista, são de mas uso, por demaziadam^e pezadas. As guarnições deffendem pouco a mão, dão mas commodo p^a se impenharem, e embaraço m^{to} o jogo da munheca; e como esta Arma he a mais natural da Nasção, e a mais própria, e de melhor serventia quando as Tropas se chocão, e confundem hús com as outras, parece me não será inútil a attenção que se der a esta matéria a falta de experiência não me authoriza p^a dar arbítrios sobre ella: mas M^r de Toland diz que a melhor espada he a Espanholla, q' he a mesma q' a Portugueza. Pelo q', me persuado q' as Espadas de quatro palmos, q' possão servir de ponta, e de corte, mas não m^{to} carregadas de ferro, com guarnições de concha; ou ainda da ordinárias, mas mais pequenas, e com virotes curtos são as de melhor uso para os soldados, assim apé, como a Cavallo para deffender o Forte de N. Sr^a da conceição, principalm^e os ângulos mortos, e p^a attacar os que os Espanhoes pertenderem levantar em parte que nos prejudique, serão m^{to} úteis as granadas de mão; e se com ellas viessem alguns Musteiros pequenos, com q' ellas se costumão lançar, ainda melhor tambem se necessita m^{to} de bastante provim^{to} de murrão, de que supponho não há no Pará a abund^a necessar^a, p^a poder com largueza repartir com essa Capitania como o Bacharel Theotonio da S^a Gusmão largou o Salto

Grande de N. Sr^a da Boa Viagem, pelas cauzas q' em outra exponho a V. Ex^a, não he, nem será fácil achar Pessoas, q' por sua vontade se queira ir alli estabellescer, com força sufficientes p^a poder-se conservar. Escusso dizer a V. Ex^a quanto aquelle estabellescim^{to} seria conceniente, assim p^a facilitar o Comercio, e communicação das duas Capitánias, como para vigiar por aquella parte os projectos, e intentos dos Espanhoes; porque V. Ex^a o sabe melhor, q' eu: mas não vejo por agora outro modo de se poder conseguir, mais doq' por meio de hum Destacam^{to} q' de tempo em tempos se mude: o qual poderia acarear p^a alli não só os Índios, q' o B^{el} Theot^o da Silva diz, estão já dispostos a isso, mas outros q' me consta há por aquelleas vizinhanças, q' varias vezes tem fallado aos viantantes, e mostram inclinação de se unirem aos Brancos.

A mim me não he possível entrar nesta deligencia, por não ter Gente bastante p^a dividir por tantos Postos, nem haver nestas Minas Sacerdote desocupado, q' para lá possa ir: e o moniciam^{to} seria d'aqui m^{to} mais custoso, e de m^{to} maior despeza q' do Pará, pela differença dos preços de húa e outra Terra; porq' as embarcações, q' d'aqui forem, achão o incommodo, e demora das Cachoeiras todas; o q' obriga avizar de Canoas [], e maneira: sendo q' do Pará me segurão, q' não so os botes podem chegar a aquella paragem, mas ainda as Embarcações q' náquella Capitania chamão canoas.

Se S. Mag^e for servido approvar, e determinar q' alli se estabellesça hum Destacamento dependente da Capitania do Pará, também me parece q' seria m^{to} útil, trazer este logo ordem p^a abrir, e facilitar quanto for possível as Cachoeiras, q' desde aquella paragem se estendem até perto da barra do Mamoré a vantagem q' aqui temos sobre os Espanhoes he a maior facilidade, com q' nos podem vir os soccorros do Pará, doq' a elles dos seus portos de mar:

Assim parece q' a razão da Política pede q' procuremos ampliar essa mesma vantagem o mais que nos for possível: com o q', não só seguraremos a conservação desta Minas, mas poderemos dar q' temer aos Espanhoes, por estar-mos aqui tão contíguos ao Peru, aonde intendo q' elles tem as melhores Minas entre esta Villa, e S. Cruz de La sierra não se mettem de permeio mais que as Missões dos Chiquitos, que dista d'aqui vinte e cinco dias de viagem; e d'estas até aquella cidade há estrada aberta, não m^{to} dillatada. Mas os Certanistas suppoem q' cortando-se d'aqui em direitura á dita cidade, há de ser caminho m^{to} mais curto: Com que, havendo algum rompim^{to}, me persuado q' se por esta p^{te} fizéssemos algúa entrada, se havião os Espanhoes de ver em gr^{de} susto, e consternação. Mas esta mesma vizinhança de s. Cruz pode fazer lembrar aos Castelhanos o q' a mim me lembra; e assim, me pareceo sempre m^{to} conveniente ter alguns Moradores p^a aquella

parte, q' hajão de me avizar o tempo dos seus movimentos; e algúa delig^a tenho feito por isso, sendo q' aonde a gente he tão pouca, se fazem as desta carta como grande dificuldade tempos há se me offereceo talvez há boa occasião de o conseguir, com a not^a q1 me chegou de se haverem p^a alli descoberto a mostras de ouro; mas como a paragem he vizinha da parte por onde nos convem que passe a linha divisória, e V. Ex^a me acautelou do Pará sobre esta matéria p^a não fazermos mais difficultosa a Demarcação, q' pretendemos; sem embargo de ser requerido por varias vezes, nem q' se fizesse exame permitti nunca. Porem se for certo o q' o Gov^{or} de S. Cruz me diz de estar dissolvido o Tractado de Limites, cessa a razão q' havia p^a nos não aproveitar-mos dáquelle ouro, se o houver; e nesse caso, não somente se estabellescerá p^a aquella p^{te} a Povoação, q' tanto nos convem, mas tirar-se-há também a utilidade de se irem extendendo os Domínios da Coroa p^a a banda de Castella, p^a onde he sem duvida q' havendo Minas náquelle paragem se hão de allargar as Fazendas de Gado; pois me segurão serem terras excelentes para isso.

Eu talvez tenho sido demaziadam^e proluxo nesta conta: mas o m^{to} q' desconfio da minha capacidade, me move a rellatar miudam^{te} todas as minhas acções, e ideas, a resp^{to} de húa matéria de tanta consequência: p^a que vendo S. Mag^e no conhecimento do pouco q' ella alcança, possa dar as providencia necessária á conservação de húa Capit^a, q' a experiência cada vez mais vai mostrando ser de grandíssima importância p^a o d^o eff^o se faz preciso q' V. Ex^a ponha na Real prez^a do mesmo S^r, o q' fica reff^o. Deos G^e a V. Ex^a. V^a Bella 18 de Dez^o de 1761 // Illm^o e Exm^o S^r Fr^{co} X^r de M^{ca} Furt^o// D. Ant^o Rollim de Moura.

11- Reg^o de húa Carta do Secretr^o de Est^o Fran^{co} X^r de Mendonça Furtado, sobre varias p^{ars}, 1761³¹⁹

Fiz prez^{es} a S. Mag^e as Cartas de V. S^a de 12 de Julho, e 29 de Novembro de 1759, que comprehendem differentes matérias, nas quaes o mesmo S^r tomou as resoluções, q' nesta participarei a V. S^a.

Quando ao expediente que V. S^a tomou de mandar ocupar a Aldeã de s. Roza, para o que se previnira com todas as cautellas, que lhe parecerão justas: me ordena S. Mag^e declare a V. S^a que tudo o executado respectivo a esta delig^a, foi com o acerto próprio da prudência de V. S^a pelo que respeita ao procedim^{to} q' V.S. teve com os dous únicos

³¹⁹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

Jezuitas q' havia n'essa Capit^a chamados Estavão de Crasto, e Agostinho Lourenço; e o que lhe parecia, quanto á remessa dos dittos Padres, por S. Paulo, por evitar maior despeza, e incômodos, e ser mais segura a remessa do Cuyabá aonde se achavão, do que virem a essta Villa. O mesmo S^r approvou a forma da remessa dos d^{os} Regulares de S. Mag^e ficou na certeza da mudança da Ouvidoria do Cuyabá para essa Villa Bella; e no conhecimento do verdadeiro character do Juiz de fora Manoel Tangueiro Fraústo.

O mesmo S^r manda louvar a V. S^a a prudência com q' suspendeo a execução da commutação das meias entradas, reservandoas para a oportunidade q' reffere. E da mesma sorte lhe louva o prudente modo com q' obrou na practica do Direito dos Quintos por capitação; visto não se achar estabalescida ainda a casa Fundicção: O que V. S^a continuará emq^{to} não receber ordem em contr^o da mesma sorte se agradou S. Mag^e do q' V. S^a dispoz, quanto a mandar ocupar os dous importantes Sítios das Pedras, e de S. Roza; cuja conservação se faz agora mais necessária, despois que se annullou o Tractado de Limites, como em outra carta separada aviso a V. S^a tudo o que V. S^a refferio a resp^{to} da maior segurança dos sobred^{os} Sítios de S. Roza, e das Pedras, he m^{to} próprio para a conservação dos nossos estabalescim^{tos}; principalm^e despois de se annullar o Tractado de Limites, como acima digo. Porem recomendo o mesmo S^r a V. S^a obre nesta matéria (enquanto houver d'aquellas partes Commissários Espanhoes) com a circumspecção que lhe previnio em Carta de 15 de Março deste prez^e anno, e q' agora novam^{te} lhe manda recomendar S. Mag^e fica na intelligência das solidas razões, com q' V. S^a. cp, experiência clara, e occular conheci^{to} acha q' he mais conveniente que o Regim^{to} n'essa Capitania seja antes de pé, q' de Cavallo; e ordena que V. S^a o forme como lhe parecer mais útil ao seu Real Serviço, e á segurança d'essas Fronteiras.

Aos Índios Aldeados deve V. S^a estabalescer forma de Governo Civil, e conforme á disposição do Directorio estabalescido por Ley para os do Pará, e Maranhão, no que se achão como levantados; explicando-lhes com paciência os seus respectivos Directores, e Principaes, que são livres, para ispoem das suas Pessoas, bens, e commercio, como os mais Vassallos de S. Mag^e. Que porem, como taes Vassallos, são sujeitos ás Leys do mesmo Senhor, para serem por ellas protegidos os que as guardarem em beneficio commum, e castigados os que as excederem. As Provisões antigas que declaram os Payaguas Captivos são de m^{to} pouco momento, porque forão extorquidas por maquinações dos Jezuitas.

Em quanto os Índios, que forão captivos nas guerras antigas sem duvida os abrange a determinação geral da Ley de 6 de Junho de 1755 porque expressamente são nella

comprehendidos, para ficarem na mesma liberdade, q' todos os outros. Como prem se poderão dar naturalm^e alguns casos em q' seja preciso que elles se detenhão por algum tempo em algús Fazendas d'esses Moradores, que de outra sorte ficarão perdidas, e postas em desamparo: Nestes precisos termos, he S. Mag^e servido que V.S^a manda fazer pelo Ouvidor Geral húas Rellações exactisimos de todos aquelles Índios, que erão escravos, e se fizerão indispensáveis para a sustentação d'aq^las Fazendas; e que os dé o d^o Min^o por Ordem de V. S^a á soldada, e como creados a aquelles mesmos Homens, em cujo poder se achavão como Escravos: arbitrando lhes V. S^a, de acordo com o mesmo Ouv^{or} G^{al} o Ordenado que devem vencer por cada mez, ou cada anno; attendendo ao estado da Terra, e dos moradores d'ella; fazendo elles termo perante aquelle Ministro, em que se expresse, tanto o numero de Índios, q' tomão á soldada, como o lhe satisfazere' punetualissimam^e na presença do mesmo Min^o, ou da Pessoa q' elle deputar nas partes a que ele não poder chegar pessoalm^e. E este foi o meio q' se seguio no Pará, e Maranhão, com grande porveito, para se evitarem os Clamaroes, que sem fundamam^{to} algum fazia toda aquella quantidade de Gente, que se pertendia sustentar com tanta tirania sobre a escravidão dos desgraçados Índios d'aquelle vastíssimo Estado.

Os Índios Silvestres devem ser persuadidos p^a se aldearem: A cujo fim deve V. S^a mandar publicar hum Bando, peloqual intime, e faça passar ao conhecim^{to} de todos os Índios Silvestres que todos aqueles que voluntariam^e vierem aldear-se serão livres nas suas Pessoas, bens, e commercio; e serão protegidos por s. Mag^em sem ficarem sugeitos se não ás mesmas Leys a que o são os outros Vassallos Brancos do mesmo Senhor. Que pelo contrario porem aquelles que fizerem guerra offensova aos outros Vassallos de S. Mag^e, Índios, e forem tomados na mesma guerra prisioneiros, serão transportados para outros logares remotos das suas Pátrias. O que deve militar então mais oportunamente pelo que pertence aos Payaguás. De sorte, que vindo buscar as Aldeãs, se devem receber n'ellas: não vindo, e conservando-se tranquillos, se devem alliciar com dádivas para os attrahir. E fazendo insultos se devem debellar, reduzir, e mandar dividir pelas Aldeãs civilisadas para servirem n'ellas por jornal: Estabalescendo se hum Livro de reg^o exacto em que se matriculem os Índios que forem assim transportados na sobreditta forma; para constar sempre authenticam^e quaes são os que forão introduzidos nas Povoações a que forem destinados na sobred^a forma.

Pelo que pertence á falta de propagação dos mesmos Índios, he esta hum necessário effeito da Escravidão, da miséria, e da fome q' della resultarão; e logo que forem aldeados, livres, e que a civilidade lhes ministrar os meios de abrirem as terras, e viverem

das suas produções, estimulados huns pela emulação da abundancia, em que virem os outros, serão todos igualm^e prolíficos, e todos igualm^e laboriosos; vencendo o desmazello, e a dissidia em que os tem a falta de conhecm^{to} do que he commodidade da vida, e ambição de bens, como tem sucedido nas terras do Pará.

Pelo que respeita á modificação, e suspensão que V. S^a fez das ordens q' lhe forão expedidas p^a eff^o de persuadir a esses Moradores a concorrerem com húa contribuição para a sua própria defeza, e da tranqüillidade publica dessa Capitania; achou S. Mag^e serem m^{to} prudentes, na circumst^{as} q' V. S^a reffere; e principalm^e depois que ao Rio Negro chegarão os Commissários Espanhoes ultimam^e quando á falta, q' há, de Off^{es} para [f.102v] as Tropas, q' guarnecem essa Capit^a, e a necessid^e de se proverem os postos vagos, He S. Mag^e servido que V. S^a dé a compet^e providencia, usando da Ordem que tem p^a prover os refferidos Postos. Deos G^{de} a V. S^a. N. Senh^a da Ajuda 18 de Junho de 1761 – Illm^o e Exm^o S^r Franco X^{er} de Mendonça Furtado. – S^r Dom Ant^o Rollim de Moura. Diogo Jozé Per^a

12- Reg^o de húa Carta escripta do Prezidio de N.S. da Conceição, ao Secret^o de Est^o
Fran^{co} X^r de Mend^a Furt^o, 1762³²⁰

Illm^o e Exm^o S^r. Pelas cauzas que a V. Ex^a expuz, se demorou a minha partida mais do q' eu dezejava, e tinha determinado: mas em fim a 25 de Agosto me puz em marcha para este Destacam^{to}, onde cheguei a 13 do corrente; e demorei-me tanto na viagem, por estar o Rio m^{to} baxo, do que se segue haver menos correnteza, e encalharem as embarcações em muitas partes. Para cima se gasta agora d'aqui até a Villa hum mez, pouco mais ou menos: de modo que esta viagem de ida, e torna, vem a ser de dous mezes, com pouca differença; porqu' quando o rio está melhor para descer, então tem maior difficuldade ao subir esta grande distancia me aviva o cuidado da conservação deste Posto; e isso me obrigou, sem embargo da minha moléstia, a villo vesitar. As novas q' encontrei pelo caminho e aqui, me não tem feito arremper da jornada; porq' estes Padres se servem das suas costumadas traças, não perdoando a embustes, mentiras, nem fingimentos p^a o fim de atemorizar, ou debochar, não só os Índios, q' aqui se achão, mas o mesmo Destacamento. Pouco tempo antes da minha chegada havião escripto aos dittos Índios, em nome dos de s. Pedro, q' he a sua principal Aldea, que alli se achavão muitos

³²⁰ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

Cruzenhos para vir buscar amarrado o comandante do Destacamento, e todos os mais Portuguezes: e que assim, fogissem elles para lá, para não serem também castigados. E adous Homens, que o Vigário da nossa Missão de S. Jozé havia mandado com hum recado ás Missões de Castella, disserão lá outras semelhantes patranhas da nossa parte (ainda que sem mintir) nãoha descuido em lhe desinquietar os Índios. O meio que para isso se tem practicado he o seguinte: eu já há m^{to} tempo dei conta a v. Ex^a que pouco depois de se haver ocupado este sitio, se desmanchou a Aldea de S. Rosa a nova, porq' húa grande parte dos Índios, vendo aqui Gente, com o ammor das suas Terras, e juntamente acareados com os mimos que se lhe fazião de Verônicas, &c^a; fogirão p^a cá; e para q' os mais não fizessem o mesmo foi necessário aos P.P. Castelhanos mudarem-nos, com muita pressa, para S. Pedro, e dizampararem de todo S. Roza nova; e com effeito se acha inteiramente dezerta desde aquelle tempo.

Aos dittos Índios, que para cá passarão, mandei situar cousa de húa Légua distante deste Destacam^{to} na mesma paragem em que elles havião plantado quando aqui vim no anno de sessenta; e ordenei equipassem sempre com alguns as Canoas que andão na conducção do mantim^{to} de Villa Bella p^a Ca; e este trabalho se lhe paga com baetas, principalm^e encarnadas, bombaxas, e chapeos, do que elles gostaó m^{to}; ao que se accrescentaó algúas quiquilharia, ou ferramenta, se elles a necessitáo.

Isto sahe mais barato do q' os Pretos de alluguel, e serve lhe para se vestirem, e plantarem mas a maior utilidade que daqui se tira, he tellos contentes, pelo apreço que fazem destas cousas; e vendo-lhas os Índios das Missões de Castella, com os quaes se communicáo, quando por aqui passáo, ou aqui vem de propósito; mandados pelos Padres, ou encontrando-se no rio, quando váo as as suas pescarias; se movem a passar p^a Nos.

Por esta cauza se acháo aqui hoje mais de cento, e settenta Índios de varias Missões. D'estes, os que concorrem com maior força, são os de s. Miguel. Passáo de cinquante os que prezentem^e há da nossa parte, d'aquella Missão; e não fogirem mais he pelas grandes cautelas que o P. João Roiz seu Cura, usa p^a lho embarçar; p^a o mesmo fim me dizem q' os P.P. cuidaó em mudarem d'alli os Índios p^a longe, como fizerão aos de Santa Roza.

De hum modo, ou de outro, nenhúa cousa prezentem^e nos convem mais doque a extincção d'aq^{la} Aldeã: assim por ser a mais vizinha, q' há hoje a Nos, como porque aquelles Índios são naturaes desta parte, e estiverão muitos annos situados n'ella: com que, ainda sem serem mandados pelo seu Cura, nunca se lhes há de poder embarçar tatalm^e que venhaó a esta banda: do que os Espanhoes quereraó tomar pretexto para dizerem que nunca

perderão a posse: q' emquanto ás mais aldeãs, não me consta que nenhúa mande á nossa parte buscar nada.

Eu, para evitar estes pretextos, havia já ordenado, logo que occupei este sitio, q' todas as terras q' ficáo p^a nossa banda, se trantassem como nossas: Que o Comandante deste Destacam^{to} mandasse buscarm á paragem em q' esteve San Miguel, os fructos de algúas plantas, q' alli se ficarão consevando; e mandasse matar gado, do que, por andar amontado, não poderão os Padres conduzir quando mudarão aquella aldea, para a outra p^{te} e que toda a via q1 po aquellas partes encontrassem Índios dos P.P. Castelhanos, lhe dessem, e os fizessem despejar, não lhe deixando Levar cousa algúa da nossa parte, nem fructos, nem carnes, nem Gentio, nem paos para Canoas.

Assim se tem executado, quanto á nossa delig^a e este anno mandei também apanhar o Cação, q' costumaó colher os Índios de San Miguel, para de todo lhe attalhar essa empresa. Porem como a extensão de terra, q' he necessário guardar, he granda, e a Gente n'este Destacamento tem sido pouca, assim porque na realidade não há muita em Matto Grosso, como porq' ainda d'essa não tem vindo toda a que se poderia mandar, pela diffiuldade de sustentar se em húa distancia tão grande da Villa; sempre o P. João Roiz tem continuada a desfructar, ás furtadellas. Pelo que, estou na resolução, se não poder de outra forma evitar isto, mandar arrazar os Cacoaes, e todas as mais plantas q' servem de pretexto a estas mizitas: mas sobre tudo fazer a deligencia possível por extinguir a aldea de San Miguel.

Para este effeito tenho mandado vir de V. B^{la} o resto das quinquilharias, q' la se achao, e chapeos, e baetas encarnadas; e agora prço novam^e ao Gov^{or} do Pará hum bom Socorro desta cousas, especialm^e cahpeos, e verônicas grandes, de que os Índios se pagão m^{to}; o q' he a pólvora, e bala de maior efficacia para arruinar os estaballescimentos que por aqui tem a Companhia: os quaes, por conta d'isso, e pelas outras cousas que já tenho posto na prez^a de S. Mag^e me consta q' casa vez vão a menos este Destacam^{to} achei com grande regularidade; o que se deve á Capacidade, e zelo do Alferes Marcelino Rodrigues, q' aqui estava por seu Comandante; que sem embargo de ser feito Soldado de Leva, para o Regimento do Monteiro mor, quando passamos ao Alem Fejo, no anno de 1735, dê de q' embareou commigo p^a Matto Gr^o por haver feito passagem p^{los} Drag^{es} desta Capit^a, começou logo a mostrar capacid^e pela boa conta q' deo sempre de tudo o q' lhe encarregarão: o q' lhe grangeou a estimação SOS seus Officiaes, e minha, e veio a pollo, pelos seus grãos, no Posto de Alferes, em q' hoje se acha também me tem satisfeito m^{to} o Capellaó deste Destam^{to} o P. Estevão Ferr^a Ferro, do habito de s. Pedro, pela sua

Constancia, fidelidade, e desinteresse. Ao Alferes, e a elle se deveo muito na conservação deste Posto, no tempo em que aqui se experimentou grande falde de mantimentos, por haverem geralmente falhado as rrossas em Matto Grosso: o que succedeo na mesma occasiaó em que aqui veio o Govern^{or} de S. Crux: de q' os P.P. Castelhanos se vallerão. Para com terrores, e promesas de bacharem est- digo e promessas, procurarem debochar esta Guarnição; e com eff^o conseguirão q' então com o pretexto da fome, fogissem para Castella dous Drag^{es}, e três Pedrestes: e os dous, como acima disse, intendo se deve hão haver sido maior a deserção mas emquanto ao P. Estevão Ferreira Ferro com maior razão me vejo obrigado a por na prez^a de S. Mag^e o seu merecim^{to}, porq' os Militares para obrarem bem, tem por motivo o accrescentam^{to} mas o que ao P. compete não lho posso eu dar porem ainda a respeito dos mesmos Militares me lembra representar q' S. Mag^e foi servido conceder-me a faculdade de despachar em sue Real Nome os serviços que se lhe fizessem nesta Capitania. Pela formalidade da Carta Regia me pareceo q' estes serviços se intentidão somente os que aqui se fizessem ao ditto Senhor, em caso de rompimento. Mas S. Mag^e foi servido mandar-me declarar sobre o requirim^{to} que lhe fez o Sargento mor das Ordenanças do Cuyabá Antonio de Pinho de Azevedo, que o despachasse eu, na forma das amplas faculdades, q' o d^o Senhor me havia concedido na d^a Carta Regia como aos mais, q' tivessem semilhantes serviços quanto S. Mag^e mais fia de mim, tanto reconheço eu devo ser mais circumspecto em não abusar d'esta honra: mas por outra parte também receio cair no extremo contrario de coarectar com excesso as mercês q' S. Mag^e há por bem q' eu dispense em seu nome aos seus Vassallos, q' o merecerem. Os Officiaes, que presentem^e há nesta Capt^a capazes de servir, q' são, o ajudante das Ordens, o Tenente, e o alferes de Dragões, todos n'ella tem servido a S. Mag^e muito, e bem; á custa de muitos discomodos, trabalhos, e perigos; e em todos vejo zelo, vontade, de disposição p^a austarem nas suas occupaçoens, e empregos: ao mesmo tempo q' intendo que o serviço d'esta Capitania faz differença do das mais; pela sua importância, estado, e situação. Avista do que, dezejo saber se os serviços q' estes Officiaes tem feito, e vão fazendo se comprehendem n'aquelles, que eu posso despachar em virtude da Carta Regia acima ditta; ou se aquella faculdade se intende somente a respeito de algum serviço com excesso distincto, ou feito em guerra viva.

Eu já representei a V. Ex^a a necessidade q' havia de fortificar, e reforçar este Posto: Pelo que toca ao reforço, allem do soccorro q' espero do Pará, se acha despois da minha vinda, com trinta e nove Dragões, entrando n'este numero o Tenente, alferes, Sargento, e quatro Cabos de esquadra; seis Aventureiros, vinte e dous Pedestres, e settenta Escravos, ou

Gente de serviço. D'estes, muitos sabem attirar; e para os que não sabem tenho mandado encabar, em hastes compridas, fouces rossaduras, e choupas de ferro, de quazi hum palmo de comprim^{to}. Todos os q' tem praça de soldado se andaó exercitando nos manejos, e evoluções competentes; e oas Escravos, e mais Gente de serviço, brevemente hei de começar a fazer-lhe também exercício, aos domingos, e dias Sanctos.

Os dittos Escravos são agora precisos p^a as Obras, que se hão de fazer, como a diante derei; e juntamente se for necessário defender isto por meio das armas, parece-me não hão de ser inúteis, como se vio já na Guerra de Pernambuco. Pelo q', ainda quando não havia obras, para augmentar a Guarnição, q' eu não podia pôr sufficiente so de soldados, a todos os que erão destacados Ca para baxo, se tinham negros, e os querião trazer com sigo, lhe mandava dar, p^a os dittos Escravos, ração de farinha, e feijão, e soldo de Pedestres: ficando obrigados ao serviço q' estes costumão fazer, e sendo capazes d'isso.

Os soldados a que eu chamo Aventureiros, são vários Certanistas que havia por este Rio, e que antes da minha chegada a Matto Grosso vivião de fazer entradas ao Certão abuscar Gentio; e outros servião aos Padres Castelhanos na mesma deligencia, ou de outros misteres nas aldeãs. A estes mandei assentar praça com o titulo de Aventureiros, dando-lhe o soldo de Drag^s, sem farda; em que, allem do serviço, q' d'elles se tira, tive dous fins. O primeiro foi para lhes evitar passarem para as Missões de Castellas: o q' em m^{to} arriscado, vista a sua probresa, e a deligencia q' he sem duvida lhe havião de fazer os P.P. e o segundo, para com elles se ir estaballescendo aqui hum principio de Povoação; porque alguns são cazados, e tem seu Officios alem do Capellão q' acima disse, e era absolutam^e preciso p^a adminstrar os Sacram^{tos}, tanto á Guarnição, como aos Índios; porq' a nossa Missões de S. Jozé dist^e deste sitio quinze dias de viagem; lhe pua também Cirurgião. Hum, e outro tem ração, e ordenado: o primeiro, de duzentos mil reis por anno, q' certamente he bem pouco, a resp^{to} da carestia, [] do discommodo; e juntam^e do q' os Sacerdotes costumão lucar nesta Capitania pelas suas ordens; porq' a esmola ordinária da Missa são mil, e quinhentos reis e o de mais á proporção.

O cirurgião tem cento, e cinqüenta mil reis de ordenado por anno; e assiste com remédios seus, que se lhe pagão, quando os não há da Fazenda Real. Esta addicção dos remédios he húa das mais crescidas que as Provedorias fazem por estas terras; assimpelo abuzo q' nellas há de curarem os Cirurgiões com remédios seus, q' fazem em sua caza, e que receiptão para si mesmos, como pelos exorbitantes preços por que os vendem, interpretando a ouro o preço q' o Regimento claram^e arbitra a prata; e se os pertendem cohibir, em querem curar, nem dar remédios.

O melhor meio que nisto tenho achado he mandar vir remédios por conta da Faz^a Real; e estar sempre bem provido, não só dos precisos, mas de todos aquelles q' os Cirurgiões costumão ter; porq' se acaso estes tem alguns que não haja na Provedoria, esses são sempre os mais úteis ao doente. Com isto se tem poupado bastante despeza; e muita mais se pouparia, se a Comp^a do Pará me tivesse remettido as receitas, que tenho pedido; porque a falta d'estas remessas me tem obrigado, em muitas occaziões a valer-me dos remédios, q' os Mercadores, e Cirurgiões vendem pelos exorbitantes preços q' queem.

Como a matéria não he de pequena conveniência para a Faz^a Real, mostrarei com exemplos palpáveis a grande differença que vai de virem os remédios de Lisboa, ou dos Portos de mar, a serem comprados Ca nas Minas aos Cirurgiões pelas suas receitas. Húa Livra de quina custa em Lisboa dezaseis tostões: Essa mesma vendem os Cirurgiões, por Ca, por sessenta mil reis, sem outro beneficio mais, q' o de[moela]. Em Matto Grosso havia húa Pedra Bezoar avaliada em trinta e duas oitavas. Esta tomou Victorino Antonio a si, sendo Cirurgião do Partido Militar; e pedindo se da Missão de S. Jozé huns remédios a introduzio n'elles, sem se pedida, e a carregou ao depois á Fazenda Real, nas contas q' deo, por duzentas, e trinta oitavas; q' como se achava ainda então em ser, lha mandei entregar, e rescar a parcela. E há de advertir q' estes preços são na forma do Regim^{to} segundo a interpretação q' os Cirurgiões lhe dão, e a prectição por se acharem occiosos em Villa Bella os Officiaes da Fundicção (excepto o Ensaidor, que por falta do Escrivão da Provedoria o encarreguei desta occupação) mandei vir para Ca hum d'elles para servir de Escrivão do Assento; de q' muito se necessitava, para dar as baxas, e altas; fazer as cargas, e descargas ao Fiel do Armazém; e assentar os serviços dos Negros.

Ultimamnete, tenho posto neste Destacam^{to} hum Ferreiro, q' he juntam^e Espingardeiro, Cutelleiro, e Serralheiro, como geralmente costumão ser na America; Officio, sem o qual não poderia isto subsistir, pela distancia em q' está da Villa. Esta veio com praça assentada de Dragão, e preço ajustado pelas obras, a tanto por cada húa respectivamente. Passando ás Obras: Não havia aqui mais q' hum lanço de Quartéis, de 276 palmos de comprido, e 27 de largo, feito de pão apique, e coberto de telha; q' de outro modo ficaria summam^e exposto ao fogo. Nelle se comprehende o corpo de Guarda; dous Armazéns, hum de armas, e petrechos, outro de mantimentos; e a Capellinha. Pelo q' , o logar q' fica he tão pequeno, q' a pertademante accomoda hoje so os Dragões que aqui se achão; e assim, a primeira couza de que se necessita he de outro igul lanço, ao menos para accomodação do soccorro q' espero do Pará, e juntam^e dos Pedestres, e Gente de

serviço; afim de os recolher todos ao Forte, e fazer derrubar os ranchos de palha, em que por fora estão aruartelados: o que em sentido nenhum he conveniente.

Para este edificio está já, depois q' eu cheguei, cortada bastante madeira, e se vai tirando pedra para o baldrame; que he o que faz durar similhantes obras.

O Forte resolvo-me a fazello pentagonal, e não quadrado, como havia escripto de Villa Bella a V. Ex^a, assim por comprehender maior terreno com a mesma circumstancia, como por ser fira mais capaz de fortificar se com regularidade, doq' os quadrados, que sempre ficão defeituosos. Parece-me esta obra muito útil, pela distancia em q' isto está de Villa Bella, e porq' eu não sei o que passa la no interi-ro do Peru. Alem de que me persuado ser meio m^{to} conduente p^a arruinar-mos os estaballescim^{tos} dos Padres da Comp^a fortificarm—nos bem n'este. Quato mais seguros, e fortes estevermos aqui, mais Pessoas haverão dos nossos, e dos Estranhos, q' se resolvão a vir n'este Sitio elle em poder dos Padres teve a denominação de S. Rosa; e depois q' passarão a Aldeã p^a a outra banda lhe ficarão chamado Santa Rosa Velha, e eu assim o nomeava também ao principio, q' o occupei, por usar de algúa dissimulação com os Padres Castelhanos: mas como esta já não tem lugar, depois que se annullou o Tractado de Limites, e tem pegado a devoção de chamarem os nossos a este Sitio = Destacamento de Nossa Senhora da Conceição = por se haver collocado na Capella hum Painel da ditta invocação, me pareceo mais útil, e mais pio authorizar eu também nas minhas Cartas este uso; o qual, depois disso, inteiramente está hoje posto em practica.

O Capellão cuida muito da Capellinha, e a procura ter com o asseio, e limpeza possível; mas ella esta m^{to} pobre. As vestimentas, calix, e mais ornamentos de que se serve são emprestados. Não tem mais que dois castiçaes, e húa cruz, e esses de pão, em madeira. Não há hum Paleo, nem as mais cousas conducentes p^a se lavar o Sagrado Viatico aos doentes, com adecencia devida. O mesmo Painel de S. s. da Conceição he emprestado. Finalm^e, a Capellinha juntamente com hum corredor, que fica por detraz do altar, e serve de Sacristia, não tem mais q' 27 palmos de comprido, entrando a grossura das paredes, e terá outro tanto de largo: com o que, a maior parte da Gente, em tempo de chuva, fica impossibilitada de ouvir Missa; e ainda no mais tempo o faz com grande discommodo. Sendo esta Capella propriamente de Coroa, parece-me credito da mesma Coroa estar com a decência devida; principalmente na vizinhança de outra Nasção que tem emulação com a nossa. Mas ainda nos deve mover mais a este fim, por si mesmo o Culto de N. S. da Conceição, Padroeira do Reyno; em cujo Patrocínio se fundarão sempre as nossas mias

seguras esperanças de conservar-mos o q' nos perten ce, contra o poder dos nossos Inimigos.

Pelo que, persuadiro que a Piedade de sua Mag^e Fed. não levará isto a mal, tenho mandado vir do Rio de Janeiro as Vestimentas, e Ornamentos mais precisos, e húa Imagem de N.S. da Conceição; e encomendei que fossem decentes, mas dentro dos Limites da decência, do menos custos que podessem ser. Também me lembrou escrever ao Bispo deo rio de Janeiro, pedindo-lhe a faculdade de ter na ditta Capella Sacrário com o Santíssimo Sacramento, para se poder dar o Viatico aos Doentes nos casos repentinos: mas não me resolvi a fazello, sem o pôr primeiro na prez^a de S. Mag, e esperar pela determinação do d^o S^r. D^s G^{de} a V^a Ex^a. N. S. da Conceição a 30 de Sept^o de 1762. – Illm^o e Exm^o Sr Fran^{co} X^r de Mendonça Furt^o= D. Ant^o Rollim de Moura. Diogo Jozé Per^a

Resposta da Carta acima

13- Carta sobre o Sargento mor Engenheiro, 1766³²¹

Illm^o e Exm^o Snr'. O Sargento Mor Engenhiro Joze Mathias não tem aqui qualificado as boas informações que deráo a V. Ex^a delle. Pertendo commandar o Destacamento de Nossa Senhora da Conceição pella superioridade da Sua Patente, o que não consenti; tanto por lhe conhecer pouca capacidade como por não ter tido exercício algum nas Tropas; ignorando totalmente o Serviço militar; cuja ignorância se estende também a grande parte das couzas que pertencem a sua Profição.

Quando vim tomar poce do Governo a esta Villa o deixei no mesmo Destacamento, a onde não fes nada do que lhe encarreguei, e tudo pello contrario das – adevertencias que lhe fis. Entre outras couzas intentou que o Capelão não dissesse Missa, sem que elle estivesse na Igreja; dizendo o que hera a primeira pessoa que ali se achava. E porque o Capelão o não fes, cometeo o absurdo de mandar ordem ao Commandante para prendelo como V. Ex^a verá da primeira copia, e da segunda a conta que o mesmo Commandante me dá deste sucesso.

Depois que cheguei ao referido Destacamento me requereo, que lhe puzese ás suas ordens alguns soldados, que foi preciso mandar fachinar, porque de outro modo não fariáo nada. Em vinte e quatro horas que teve esteatendência abrio a cabeça a hum Soldado sem rezão alguá. Os camaradas se alterarão de sorte, que a não acudir o Comandante, tirariaó

³²¹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

a vida ao Sargento Mor, o qual mandei prender logo, e assim se acabou este negocio, que poderá ter perniciosas conseqüências.

Ainda assim temendo o castigo desertou para os domínios de Castella hum Furriel, e seis Soldados, levando alguns escravos alheyos, os quais tenho pedido ao Governador de Santa Cruz, e até agora os não tem restituído, discupando se de o não poder fazer, sem ordem do Vice Rey de Lima, aquém havia recorrido.

Dou conta a V. Ex^a destas couzas mais principaes para que informe a sua Magestade de que o referido Sargento Mor he incapas de commandar, como pertendeo, se acazo o seu requerimento, a que não deferi, for a prezença do mesmo Senhor.

Deos goarde a V. Ex^a. Villa Bella seis de Fevereiro de mil e setecentos e secenta e seis= João Pedro da Câmara = Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Manoel Cardoso da Cunha.

Reg^o de huá Carta Regia p^{la} qual determina Sua Mag^e a extinção dos Ourives nesta Capitania, e Abertura da Casa de Fundição.

João Pedro da Câmara Governador e Capitão General da Capitania de Matto Grosso, Amigo Eu El Rey vos ínvio muito Saudar. Os freqüentes e importantes extravios de ouro que por contabando se tem dezemcaminhado das Minnas Geraes para as cidades do Rio de Janeiro, Bahia e Posto a ellas adjacentes, sendo prejudiciais ao Meu Real servisso o foraó muito mais aos Meus Vassallos moradores nas referidas Minnas Geraes subsiiariamente obrigados a completar nas Cazas da Fundição as quotas nellas estabalecidas para a arrecadação dos Quintos que se devem ao Meu Alto e Supremo Domínio. E porquanto pela Devaça a que mandei proceder com estes justos endispensaveis motivos se provou plenissimamente, que a cauza mayor daquelles roubos feitos a minha Real Fazenda, e aos Meus sobre ditos Vassallos, consiste no grande numero de ourives que nas Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, e Olinda, e mais Lugares daquellas Capitancias se tem multiplicado; os quaes recolhendo o ouro emflolhetas huas vezes o reduzem a barras falssas, sem haverem pago, o Direito dos Quintos e outros o convertem nas obras de Igmagens torpes, e indecents, de rozarios, e em outras obras de uso das Gentes pra com estes artifícios obrirem os referidos roubos e os passarem a este Reyno, debaixo da espece das referidas obras. Querendo obviar a tão perneciozos descaminhos; arrancando a cauza delles pelas suas raízes; e exercitando ao mesmo tempo a Minha Real benignidade: Houve por bem por huá parte mandar soltar os prezos culpados na referida Devassas, e rezolver que por ella se não procedece athe segunda ordem minha: E fui servido ordenar pella outra parte que os Governadores e Capitães Generaes das sobreditas

capitanias, do Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, logo que recebessem as Cartas, que lhe fes dirigir fizessem prender, e incorporar nos Regimentos daquellas Cidades, todos os Officiaes, e Aprendizes do referido officio de Ourives de ouro ou de prata, que fossem solteiros, ou pardos forros, incorporando os nos Regimentos pagos das referidas Capitanias ou nos de qualquer outra das vezinhas: Que depois de o haverem assim executado fizessem fechar todas as logeas dos Mestres dos referidos officios de mollindo se todas as forjas delles, e seqüestrando se lhe todos os instrumentos que custumaó servir para as fundições, ou para as obras de ouro, e de prata, pagando se lhe pello justo valor que tiverem ao tempo dos seqüestros, e remetendo se para as Cazas da Moeda, ou Fundação das respectivas cidades que cada hum dos referidos Mestres fizesse termo judicial, assignado peranteo Intendente Geral, pello qual termo se obrigasse a não exercitar mais o referido officio sem expecial ordem do Governo respectivo nos cazos adiante declarados, debaixo das pennas estabelecidas contra os falsificadores de moedas: Que os Aprendizes, ou Artífices Escravos fossem logo mandados para as Cazas de seus Senhores: obrigando se estes por outros termos a se servirem delles para outros diffirentes exercícios, sem lhes permittirem trabalhar de ourives, nem comservar algum instrumento da referida Arte debaixo das penas de perdimento dos Escravos, e de degredo para Angola com-inhibiçaó para voltarem ao Estado do Brazil. Que as mesmas pennas se executariaó daqui em diante contra todas as pessoas de qualquer Estado, qualidade, condição que fossem, e m cujas Cazas se achassem quaesquer officinas de fundiçoens, ou instrumentos próprios para ellas se fazerem: Que aquelles dos Mestres dos sobre ditos officios de ourives de ouro, ou de prata, que conciderando a facilidade que a leu de dê de Setembro do anno próximo passado deu para a communicaçáo quazi daquelles Estados com este Reúno quizessem vir estabelecer nelles as suas logeas para nellas trabalharem, o poderão livremente fazer, e se lhes dariam por aquelles governos guias para se transportarem com – as sus famílias, forjas e instrumentos das suas officinas: eu os outros dos referidos Mestres que ficassem nas sobreditas cidades com as suas famílias, sendo peritos nas artes das suas profiçoens de boa vida, e costumes, sem haverem padecido nota nos seus procedimetnos, fossem empregados com preferêcia nas Cazas da Moeda, e Fundiçoens respectivas, e nas outras cazas de Fundação actuaes das Minnas Geraes, e Goyaz, na de Sam Paulo, e Santos, e nas dessa Capitania de Matto Grosso que por esta sou servido mandar estabelecer; sem que deste Reyno se podessem mandar outros Artiffices para as referidas Cazas, enquanto naquelles Estados os houvesse hábeis, e qualificados na sobre dita forma: Que nas alfândegas respectivas se não dé despacho de entrada a instrumentos

de fundição ou de Ourives que não fossem remetidos as Intendências Geraes, com arrecadações, e Guias da Caza da Moeda desta Corte, com avizo da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e domínios Ultramarinos debaixo das pennas de perdimento dos-officios aos que taes despachos dessem sendo proprietários ou do valor delles, sendo Serventuários: E que finalmente em todos, e cada hum dos cazos asima declarados sedmetissem Denuncias em segredo nas quaes sendo justificados pella corporal aprehenção, se applicaria a metade das pennas / também particularmente/ aos Denunciantes, e a outra a metade ás obras dos hopitaes: E E sou outrossim servido que pellas vossa parte executeis o que fica referido em tudo o que for applicável, não concentindo por modo algum que nessa Capitania se estabalesça com qualquer pretexto ourives de ouro ou de prata, e criando com toda a brevidade a Caza de Fundição de que acima se faz menção: O que tudo farei executar na sobre dita forma, não obstante quaes quer Leys, Regimento, ordens ou dispozições que sejão emcontrario. Escrita no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a trinta de Julho de mil setecentos e secenta e seis = Rey = Para João Pedro da Câmara. Manoel Cardoso da Cunha.

14- Reg^o de húa carta do D^{or} Juiz de Fora do Cuyabá, 1764³²²

II^{mo} e Ex^{mo} S^{or}. Recebi a carta de V. Ex^a de 8 de Março deste anno; e inclusa húa petição de Antonio de Espinha N^a, e atodo tempo que me requererem, farei executar tudo o que V. Ex^a ordena. Estou certo que ja á tempos me requereo hú Manoel de Moraes, que dizia ser cunhado do d^o Antonio de Esp^a, sobre os Indios deste, e eu lhe deferi para que os conservasse em seu poder té o ditto Antonio de Esp^a os mandar buscar, que era o q' ao meu parecer requeria, para q' alegava que os dittos Indios fugiraó de Matto-Grosso; e se sepassou alguma couza depois disto naó o sei.

Agora que a materia sogeita he de Indios, e eu me vejo perseguido com elles, e por isso tendo lhe procurado todos os meios, para os fazer ter subsistencia, e naó ter conseguido effeito; e tenho visto as leys, que tratáo dessa materia: me ocorre expor a V. Ex^a, hú que a meo parecer conformasse com as leys, e he util para o socego da consciencia, para eff^o de os obrigar a servir: He conforme a ord. do Lib. 4 H. 28, q' todo o homem livre pode viver com que lhe aprouver, e execetuasse os que forem mandados por justiça a que sirvaó por soldada; e confr^e a direito aquelles, que costumaó servir, podem ser obrigados a que

³²² Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania do Mato Grosso. Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751- 1808). Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Livro C-10, estante 1.

serviaó; isto supposto vendo eu as leys de 30 de Julho de 1609, 10 de Sept^o de 1611 que vem na coleçáo prim^{ra} do Lib. 4 H^o. 42 n^o 1^o, e 2^o, a que se refere a ultima ley extravagante de 1758, achei (vendo a ampliaçáo da liberdade com que falaó) que na fr^a da segunda, para effeito da boa observancia naó parecia des conveniente, que estes Indios tivessem soldada taxada por V.Ex^a, na forma da [pg. 40] ley, a sim por anno para os que por anno os [quize-rem], como por mez e dia; para aquellas, que som^e por mez, ou dias os quizessem, para eff^o entaó de serem obrigados a servir o anno inteiro, ou o tempo por q' cada hú os tomasse e ajustasse, e com isto ficavaó os que com elles se serviaó, com a consciencia menos, ou nada agravada, com grande diferença do q' agora estaó: e esta taxaçáo de sellario, podia ser muito moderada, atendendo ao pouco serviço que elles costumaó fazer e a pouca capacidade que tem; e na forma da mesma ley podia V. Ex^a elleger pessoa que disso tratasse, fizesse pagar, e empregallo no vistuario de q' precisassem; e que por este trabalho, tivesse algúa parte a imitaçáo dos capatazes, que ha em Lx^a; vendo V. Ex^a as leys, e ponderando esta materia, resolverá o que for muito justo, que eu executarei o que V. Ex^a determinar. Aqui me tem feito varias queixas de roubos que os Indios da Aldea fazem aos vizinhos, e de pancadas, que daó uns nos outros, e a poucos tempos puzeraó hum a morte, q' o P^eVigr^o fes todo o esforço para que escapasse, e com eff^o escapou, non obstante a ficar mal tratado: estes Indios me tem vindo muitas vezes, requerer que se querem mudar para Rio abaxo, eu sei que elles ja foraó a V^a Bella a esse respeito, e diceraó a V. Ex^a que naó,mas tambem falaó que foi por pessoa de fora lhe mudar o animo e os induzir; isto non obstante na forma das refferidas leys, naó podem estar as Aldeas, se naó distante naó prejudique aos moradores, nem estes a ellas, e devem as Aldeas ter de morada hú Capitaó de limpo sangue cazado para os governar; e elle agora estaó governado-se huns aos outros. V. Ex^a ponderará estas couzas, e os prejuizos que estaó recebendo e cauzaó, e se se puder der remedio a isto, e fazer-se mudança, e expor-se estas couzas de forma que todos viraó bem, e que todos estejaó, ou com seus amos que lhe pag(...),m, ou na Aldea ou Aldeas que for necessario, e naó se consentirem fora das Aldeas, e quem os quizer hir la buscallos pela soldada, que for taxada, bom será em quanto ao q' me parece e a experiencia tem mostrado. Em mim misto naó ha affecto, nem desafeiçáo, mas somente o dezejo de servir bem, e fazer as couzas com acerto. Deos g^{de} a V. Ex^a muitos ann^s. Cuyabá 13 de Junho de 1764. – II^{mo} e Ex^{mo} S^{or} Conde de Azambuja. – Constantino Jozé da Silva Azevedo. Diogo Jozé Per^a.

15- Correspondência enviada por Manoel Caetano da Silva ao governador e Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 1773³²³

Recebi quatro cartas de Vossa Excelência, a 20 de março, duas com datas de 10 do dito mês, uma de 11, outra de 12.

Amanhã parte para esse quartel general o cabo de esquadra José Gonçalves Gago, em única igarité que aqui havia para alguma diligência, espero que Vossa Excelência me faça a mercê fazê-la remeter na primeira ocasião, pois uma que aqui fica não é capaz, por pequena e velha, e se nessa vila houvessem alguma de venda desejarei que Vossa Excelência mande comprar duas pela Real Fazenda para virem para este Forte para as diligências que ocorrerem.

Fico na inteligência de mandar ensinar o exercício ao soldado Manoel José da Rocha: também fico certo de fazer remeter com toda brevidade a Vossa Excelência as cartas que vierem do Pará, em canoa bem recomendada para ir com brevidade, todas as mais novidades de circunstâncias que houverem imediatamente parte a Vossa Excelência.

A canoa que veio com índios pretendo mandá-la no mês de abril para esse quartel general e aquela que Vossa Excelência fez mercê mandar emprestar a Antônio de Andrade, em até agora mas não mandou para este Forte, a quem aviso para que me faça logo remeter; e como há falta delas neste Forte, como Vossa Excelência verá da relação que já remeti, provavelmente carecerei da dita canoa.

Quanto aos dragões em que Vossa Excelência me fala fico certo no que Vossa excelência me ordena para assim o fazer executar. Recebera-se nos armazéns os generosos destinados que viera para o fardamento, remetidos pela provedoria como consta da relação que os acompanhou.

Remeto a Vossa Excelência o conhecimento passado nas ocasiões em que Vossa Excelência vier a esta fortaleza durante o seu governo.

No correio passado remeti as relações e o inventário geral dos apetrechos militares e munições de bocca e agora remeto um borrão do risco da Fortaleza em que nele se aponta a maior parte das ruínas dela que denotam os pontinhos como também os dos quartéis, é certo que a face do Rio ameaça uma pronta ruína nesta enchente por toda as mais partes mostra ter pouca duração, escalado da esquadra José Gonçalves Gago, facilitar a Vossa

³²³ Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT). 1773. Governo: Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Fundo: Governadoria - Grupo: Secretaria do Governo - Série: correspondência - Local: Forte de Bragança.

Excelência o reparar-se as ruínas creio se enganará, pois quando acabar de passar por uma parte achará outras caindo segundo o que me parece.

Das missões de Espanha não tenho tido notícia a respeito dos dois negros que lá ficaram por andarem fugidos e serem casados, não sei quais são os seus legítimos senhores para saber se os querem vender ou comprarem suas mulheres que lá se acham, nem o tenente que foi receber os escravos desertores sabe a quem pertencem.

Aqui se acha um em ferros por nome Salvador que pertence ao soldado Innocencio Roiz Rodrigues não tem dúvida a vendê-lo por ser casado o dito negro em Espanha, este tal é um de que já dei para a Vossa Excelência que queria fugir outra vez para aqueles domínios.

O Doutor Ouvidor e Provedor da Real Fazenda me ordena em carta de 11 de março que faço tudo o possível por estender aqui, o uso de datas de arroz, mas de sorte que sendo pilado, só se deve dar a metade da medida de que se dá de feijão e sendo am casca a mesma metade de feijão que vem a ser meia quarta, quando aqui sempre se deu uma quarta por meia de feijão e do pilado também sempre se deu meia quarta como o feijão, ainda que pilado Sua Majestade recebe prejuízo por custar cada alqueire $\frac{3}{8}$ e o feijão a $\frac{1}{8}$ e $\frac{1}{2}$. E quanto ao arroz em lasca dando-se uma quarta por meia de feijão não recebe a Real Fazenda utilidade alguma, porque o arroz se vende aqui o alqueire a $\frac{3}{4}$ que vem a ficar no preço do feijão; e assim não me resolvo a dar cumprimento a esta ordem, sem que Vossa Excelência assim determine porque na demora da execução de lá, não recebe a Real fazenda prejuízo algum, por ser preciso dar saída do feijão que se acha nos armazéns por estar bastante duro por ser muito velho.

O engenho de Inácio Ferreira Marinho já tem feito perto de 500 alqueires de farinha e entendo fará ainda de 4000 para cima. O de Manoel Pedrozo tem feito cento e tantos alqueires dela e fará o mais que puder. Francisco da Silva Ribeiro como se lhe queimou o engenho nas secas passadas o está mandando fazer denovo, creio em até fins de abril ficarão completamente acabado, e também julgo que fará ao menos 300 alqueires por onde não será preciso vir farinha desta vila para este Forte em todo este ano para a guarnição que existe ainda poderão sobrar alguns alqueires para ano futuro. Enquanto as roças de milho não estão mal, e agora andam os roceiros plantando as do feijão e apara fins de abril avisarei a Vossa Excelência para ver se será preciso virem alguns alqueires deste gênero para estes armazéns.

A faca, ou Cavallo de El Rey em que Vossa Excelência me fala à 4 para 5 meses se não tem montado nela, mas anda no campo com as éguas, se Vossa Excelência quiser que eu o mande recolher e pô-lo de estrebaria com ordem de Vossa Excelência o farei.

Precisa-se de algumas lancetas para as diligencias que se oferecem a 22 de março foram para o Pará as pessoas que constam da relação inclusa e registram duas guias com duas barras de ouro que remeto relação a Procuradoria também remeto incluso a carta de uma Magdalena escrita ao índio Diogo em que o convida e a sua família como Vossa Excelência verá da mesma.

O antecessor de Vossa Excelência o Luís Pinto aqui me deixou ordem para assistir ao tal Diogo e sua família com as ferramentas seguintes, quatro machados, cinco foices, quatro facões, seis ferros de cova, além de outras ferramentas que na ocasião em que o dito senhor foi para o Pará lhe mandou dar e eu lhes não tenho dado por hora somente os 6 ferros de cova porque os vejo pouco inclinados a lavoura e caso precisem delas as mandarei dar por empréstimo porque ainda os vejo com muita inclinação às suas missões e só lhe darei as ditas ferramentas acima mandando-me Vossa Excelência ordem para isso. O mesmo Diogo entendo escrever nesta ocasião a Vossa Excelência e queria mandar [ilegível] que tem aos pés de Vossa Excelência, mas como não cabe na igitité, irá na primeira ocasião que pretendo seja o mais tardar até 15 de abril em sua oba grande, também incluso remeto [ilegível] de um pedestre que não se acha capaz, por suas moléstias, servir a El Rey.

Junto deste Forte se acha sua casa que servia para guardar canoas e de se registrar nela as fazendas que vem do Pará cuja casa se acha inteiramente caída, de que de parte ao antecessor de Vossa Excelência e me respondeu o dito senhor que com a vinda de Vossa Excelência se mandaria fazer a dita casa pode ser muito menor quanto baste para se registrar as fazendas e guardar algumas pequenas canoas porque a que existia é muito grande.

Também dei parte o dito senhor que se precisavam para a casa da residência dos senhores generais, neste Forte, de três reposteiros e empanados para as janelas. O dito senhor me respondeu que a seu tempo se cuidaria nisso e assim se Vossa Excelência vier será preciso que se lhe façam.

É o que por hora se me oferece pôr na presença de Vossa Excelência que Deus guarde por muitos anos. Forte de Bragança a 28 de março de 1773.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.
De Vossa Excelência. O mais obediente súbdito. Manoel Caetano da Silva

16- Carta a Caetano de Miranda Montenegro, 1798³²⁴

Da cópia de número 1 assinada pelo secretário deste governo VM os requisitos que o governador de Moxos julga necessário para se requerer entrega dos escravos fugidos e da de n 2 a resposta que nesta ocasião lhe dou sobre o mesmo assunto. Eu bem conheço que o fim a que lhe se propõem é pouca a sua injustiça e que o sistema que tem adotado a este respeito é conforme a dos outros governadores espanhóis tanto desta província de Moxos como a de Chiquitos e Assunção do Paraguai os quais todos não restituem há muitos anos a escravatura prófuga desta colônia. Mas prescindindo das etiquetas que entre nós poderiam suscitar alguns dos referidos requisitos quis convir em tudo com o dito governador, só para reduzir ao extremo de não ter outra resposta que mudar mais do que não restituiu porque não quis ou outra equivalente.

Nesta conformidade pois de determinará VM a todos os moradores desse distrito que logo que lhe fugir algum escravo lhe venham dar parte declarando o dia da fugida o nome do dito escravo, a nação africana donde veio, o dito a quem pertence, isto é ou a fazenda real ou a algum particular do qual resultará o nome, a idade que pouco mais ou menos tem, e todos os mais sinais que forem notáveis no mesmo escravo. E luxando VM passar aqueles dias que julgar suficientes para que o dito fugitivo tenha chegado a quais das missões daquelas províncias escreverá uma carta ao governador dizendo-lhe em sustância que nos termos do último ajuste que sua senhoria fez comigo lhe requer a entrega de tal ou tais escravos que se notará todos os sinais acima indicados de mandar satisfazer e indenizar todas as despesas que tiverem feito os mesmos escravos ou sejam relativas ao seu sustento ou a seu transporte. Esta carta deverá ir acompanhada de sua alteração passada por VM na forma do modelo junto debaixo do número 3 a qual era bem escusada depois da sua carta de ofício mas quero que sem esta desculpa se possa valer enquanto porem ao último requisito de não restituir os escravos fugidos dentro dos limites de Espanha isto só pode ter lugar depois que eles os restituírem exatamente e com toda a boa fé mas entretanto faça VM toda a diligência por estas que eles lhe caíam nas mãos porque por ditos ficam ainda mesmo que seja preciso transgredir alguma coisa os limites desta capitania havendo contudo aquela cautela e prudência que requer um negócio de sua natureza melindroso.

³²⁴ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso. Secretaria de Governo. 1796-1799. Livro de Correspondências expedidas e recebidas. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Livro C-37. Estante 1

Até aqui tenho tratado dos escravos que fugirem daqui em diante mas para os que se acham já na mesma província de Moxos até a presente época requererá VM a norma seguinte: mandará fazer uma relação de todos eles conforme modelo de n 4 cuja relação incluirá em sua carta de ofício dirigida ao mesmo governador em que lhe requererá a entrega de todos aqueles escravos como fica dito confirmado na mesma carta fez o mesmo o tempo em que cada um fugiu e que vos seja declarado a dita relação e igualmente incluirá seu atestado seguindo o modelo já apontado em que se certifique pertencerem os ditos escravos aos senhores declarados na mesma relação. Esta carta remeterá VM agora como faço que dirijo ao referido governador de Moxos e por isso a demora aqueles dias que forem preciso para formalizar a sobredita relação com as clarezas indicadas.

As últimas notícias que me chegaram do Rio de Janeiro relativas aos movimentos da Europa não são muito agradáveis porque depois destas concluída a nossa paz com a França em agosto do ano passado não vir esta até e feito pela fortíssima aproximação que fez a corte de Londres declarando decisivamente que se a rainha de Portugal ratificasse aquele tratado haveria isto por um rompimento de guerra e por consequência estimo ainda metidos nos mesmos embaraços a até algumas cartas remuneravam que já em libras se falava de voltarem as nossas tropas outra vez para a fronteira de Espanha. E da corte ainda não tive aviso algum a este respeito mas como já fui prevenido para viver em cautela tem se VM a que se ter nessa importantíssima fronteira e não pesca ocasião alguma de indagar os momentos nos nossos vizinhos ainda que para este fim lhe seja preciso fazer algumas despesas das quais o mandarei.

O provedor da Fazenda Real qualquer destes dias parte para a sua fortaleza a concluir os extravios e descaminhos da mesma Real Fazenda no tempo em que ela foi até administrada pelo capitão engenheiro José Pinheiro de Lacerda VM mandará aprontar a aposento para o ministro e na mesma ocasião lhe escreverei com mais vagar sobre alguns objetos relativos a mesma diligência.

O dragão João Nunes leva cousada 19 ou do franqueiras das quais a maior parte são para encomendas dos moradores até estabelecidos segundo me disse o mesmo soldado.

Deus guarde VM, Vila Bela 29 de setembro de 1798, Caetano de Miranda Montenegro.

17- Carta a Caetano de Miranda Montenegro, 1799³²⁵

Vindo ontem a minha presença um escravo do indigno soldado dragão Joaquim Ignacio da Silva e Albuquerque a pedir me com a singeleza própria das suas armas e condição que o mandasse vender a outrem pois que lhe não queria acompanhar a sus senhor a fugir para Castela e perguntando-lhe eu como sabia que o dito sus senhor queria fugir para os domínios de Espanha ao que me respondeu que ele mesmo lhe tinha dito afim de o acompanhar e que já se achava da outra banda do rio Guaporé com o seu facto em um saco e que da banda de cada mesmo rio no porto da Olaria velha se achava outro indigno soldado da mesma companhia Joaquim Manoel dos Anjos com o seu facto também em um saco para o acompanhar na direção e que vindo ele a casa com o pretexto de uma faca que lhe tinha esquecido me vinha fazer a referida supplica pois que não queria acompanhar os ditos dois desertores o que tudo se verificou em consequência as ordens que imediatamente dei para serem presos os ditos soldados como com efeito se acham um no segredo da cadeia pública desta vila e outro no calabouço militar e depois de presos para se examinarem as mais circunstâncias referidas pelo dito escravo como mais individualmente conta da parte junta dada pela companhia ao ajudante das minhas ordens de que igualmente serve de comandante da minha companhia. E porque os referidos dois soldados não só cogitaram em desertar mas até principiaram a por em execução as suas perversas intenções parecendo por consequência estarem incursos no artigo 14 das de Guerra do novo regulamento. Determino ao Comandante da Real Fazenda que na ausência do ouvidor da companhia que serve de auditor geral da tropa desta capitania servindo esta minha ordem e os mais documentos de que vai acompanhada de corpo de delito passe a formar a culpa aos ditos soldados na conformidade da carta regia de 12 de agosto de 1771 para serem sentenciada em junta de justiça, para o que lhe confiro toda a jurisdição que necessária lhe for em virtude dos amplos poderes que me são concedidos na paredita Carta regia. Vila Bela, 1799.

³²⁵ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Secretaria de governo 1796 a 1800, livro de registros de portarias e bandos da provedoria da real fazenda. Governo: Caetano Pinto de Miranda Montenegro – Estante 01

18- Carta de Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Ilm Sr Melchior Rodrigues
(governador de Chiquitos), 1798³²⁶

Quando eu recebi as quatro cartas de VS de 20 de janeiro do corrente ano, achava-me prostrado em uma cama com uma violentíssima febre intermitente que dentro em poucos dias degenerou em podre, e sendo a mesma moléstia que levou meu antecessor o S João de Albuquerque, bem pouco faltou para que ela me reduzisse a fazer lhe companhia.

A força porém do meu temperamento dias de existência que tenho neste clima ainda me ajudavam a resistir a este primeiro ataque mas fiquei tão debilitado que agora é possível lançar novamente a mão às rédeas do governo, dando gostoso princípio ao cumprimento das minhas obrigações pela retardada resposta da referidas cartas, as quais por serem da mesma data e em atenção a minha débeis forças.

Na primeira me diz VS, depois de repetir me os motivos que tivera para demorar também a resposta das minhas cartas que sendo certo ter se lhe apresentado no povo de São Miguel o índio Cristóvão, este contudo não levava escravo algum consigo e quanto aos outros três escravos que mandando VS saber logo que recebeu a minha carta em que os pedia se lhe teriam passado por alguma das estâncias, constrangidos os índios mandamos, vieram a confessar que havia quinze dias tinham passado pelos Palmares e que sem dúvida se encaminhariam para Santa Cruz, e como essa é uma província aberta com vários caminhos, era impossível sabe-lo, se eles se não apresentam a menos de eu avisar com antecipação para se tomarem as providências necessárias para a sua apreensão.

Eu até agora estava persuadido das sábias e providentes leis espanholas que a polícia em todos os seus domínios corresponderia a sabedoria das mesmas leis e que a qualquer forasteiro não era permitido atravessa sua província de parte a parte sem ser pressentido, nem embaraçado. Na mesma opinião m confirmava o respeito que tenho aos talentos e luzes de uma nação tão polida que não poderia deixar de ter adaptado todos os meios de estabelecer nos mesmos domínios uma boa polícia da qual depende tanto a segurança e tranquilidade pública.

Mas os fatos acontecidos no meu tempo, com a fugida destes escravos com a evasão do cabo de pedestres João da Silva Nogueira dessa província para a de Santa Cruz e do Dragão Feliz de Macedo, de uma e outra província para o centro do Peru e acontecendo o mesmo em Moxos, pois que o Senhor governador daquela Província acaba de dar me a

³²⁶ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, Livro de Registros de Cartas Régias e Provisões. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manuscrito 194 páginas, Livro C 39, estante 01

mesma e idêntica resposta: todos estes fatos, digo, obrigam me, bem o meu pesar, a mudar em parte de opinião e a crer que ao menos em Chiquitos, Moxos, Santa Cruz de La Sierra, é fácil a clandestina entrada e saída de qualquer foragido ou criminoso, sem embargo da vigilância dos seus ilustres governadores.

E, por consequência, vejo me na necessidade de representar isto à minha corte para que tome com a de Madrid outras medidas mais proporcionadas para a apreensão e restituição dos escravos sendo nesta parte a simples mas respeitável convenção do Tratado preliminar, sempre frustrada no efeito, talvez por não suprirem, nem precaverem os dois autos contraentes, que a dita restituição teria tantas dificuldades, quantas o tempo e a experiência tem mostrado.

Desta falta ou dificuldade de se entregarem os escravos fugidos, já VS está vendo a urgentíssima necessidade que tem o governo de Mato Grosso de fazer guardar todas as passagens para Chiquitos para que a escravatura desta colônia não fuja toda para essa província, e isto é o que eu pratiquei agora mandando guardar uma vereda paralela a da Salinas pela qual bem como por esta, eles podem passar com facilidade e por onde fugiram, segundo as informações que tenho, os sobreditos escravos porque outros que seguiram o rumo das Salinas foram cair nas mãos da ronda portuguesa, como presenciou a ronda espanhola. Na referida vereda que já no tempo de meus antecessores e quando as circunstâncias o exigiam, tinha sido trilhada pelas patrulhas desta capitania a dez ou doze léguas de distância de Casalvasco fizeram os soldados um rancho na margem do mesmo Rio Barbados para se abrigarem de noite e um curral para recolher as bestas em que vão montados e que le conduzem os mantimentos precisos e exaqui ao que VS na sua segunda carta a que este artigo da mesma serve de resposta, chama o Piquete do Guabi, com casas, forte e munições e petrechos correspondentes. As casas é um rancho de capim, o forte de um curral, nem eu sei como o que informou a VS, teve uma tal equivocação confundindo coisas tão desvariadas e que tem medidas proporções e erros tão diversos, as munições são meia dúzia de cartuchos que leva cada soldado na sua patrulha e os petrechos são o seu correspondente armamento.

Quanto mais eu não fui o que dei princípio a tais inovações VS é que primeiro estabeleceu uma ronda na Cacimba em lugar aonde nunca esse governo teve ronda alguma, é que o adiantou três ou quatro léguas e seu destacamento, mudando o de São Miguel para o Perubes. Aonde presentemente existe e como isto franqueava mais a fuga dos escravos desta colônia as quais não são restituídos, VS mesmo me pos na indispensável necessidade de tornar justas e convenientes medidas para embaraçar a sua evasão. Digne-

se VS de mandar me restituir os ditos escravos, digne-se de restituir a fronteira ao estado em que a tinham nossos antecessores até que os comissários das duas nações lancem a linha divisória que eu pela minha parte a restituirei também. O respeito que me inspiram os sagrados vínculos do sangue e da amizade que unem os nossos soberanos, ainda me obriga a repetir a VS um arbítrio que já lhe propus em outras cartas, as quais em tudo me remeto.

Na 3ª carta me participa VS a impossibilidade que havia para s entregar o desertor Feliz de Macedo, apesar das diligências que tinha feito e das ordens superiores do Ex Sr Vice Rei. Esta impossibilidade é mais um argumento que eu tenho a favor das justas medidas que tomei para acautelar tanto a deserção dos soldados como a fuga de escravos se bem que eu ainda espero que o Sr Vice Rei se dignará a dar todas as providencias para que tenha a verificar se a entrega de um desertor na qual está empenhada a justiça de S Mag Católica e a palavra de VS em que pde a restituição dos soldados Lino Castro e Pedro Paulo Paniagua que desertaram da patrulha situada no sítio chamado Cacimba para esta capitania. As razões porque eu não pude ? apesar dos meus officiosos desejos a requisitaria de VS em que me pedia a entrega do tenente dragão João Francisco Gonçalves são as mesmas que me embaraçam agora porque os ditos dois soldados são igualmente das milícias de Santa Cruz de La Sierra e o artigo 6º do tratado de 1778 em que se estipulou esta entrega só fala na tropa paga proibindo-nos as palavras finais do mesmo artigo e as antigas concordatas nele suscitadas, toda e qualquer interpretação extensiva como a VS já demonstrei.

Mas ainda na hipótese de que esta entrega coubesse nas minhas faculdades seria indecoroso aos distritos da minha soberana que devo defender o faze-la eu, depois desse governo e todos os mais limítrofes desta capitania não entregarem há uitos anos, nem escravos, nem desertores, contra a expressiva e literal disposição dos tratados subsistentes entre as duas monarquias. As divinas leis do distrito das gentes não admitem entre nações livres e independentes se não uma perfeita igualdade, e os soberanos justos e iluminados deste século que eu nem em seu augusto coração a política e a justiça com um vínculo indissolúvel até respeitam indecorosos a S Majestade os interesses seus e pretensões que não são fundadas naquelas imutáveis leis.

E quanto aos quatro cavalos que trouxeram os ditos desertores nesta ocasião, ordeno ao comandante de Casalvasco os mande entregar no destacamento do Perubes a exceção de um laio que morreu nesta vila, e ao mesmo comandante determino também faça restituir aos dois soldados Francisco Pires e Manoel Ignácio, a mula e cavalo que lhes venderam

os dois espanhóis, Manoel Palácios e Ypolito Duran aos que espero VS fará restituir o que receberam em troca segundo constará da relação que o dito Comandante há de remeter a VS. E para que se evitem para o futuro, ainda os mais seres motivos de queixa de parte a parte, espero igualmente que VS se dignará dar em obséquio da boa harmonia que lhe parecerem justas para que os soldados e abstenham destas clandestinas e furtivas negociações com os meus soldados os quais o preço que deram pelo dito cavalo e a mula foi adquirido com o seu suor e com seu trabalho.

Vila Bela, 8 de maio de 1798, Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Ilm Sr Melchior Rodrigues.

19- Carta de Melchior que segue resposta acima, 1798

Ilus e Ex Sr

O oficial comandante do piquete do Purubi me acaba de dar parte que se há desertado para esta capital três soldados chamados Ramon Paiz, Lorenzo Roca e Joze Duran levando três cavalos do rei, os que espero de VE se digne mandar entregar como os outros dois que tenho reclamado em minha carta anterior.

Pueblo de Santiago, 10 de junho de 1798, ao Ilm Sr Melchior Rodrigues Barreolungo.

20- Carta de Caetano Pinto a Miguel Zamora (governador de Moxos), 1798

Propõe a VS na sua carta de 3 de maio, como requisitos necessários para se pedir e requerer em forma de restituição dos escravos fugidos, os artigos seguintes uma filiação do escravo só enquanto sinais, uma certificação de lhe pertencer a S Maj ou aos particulares dada pelo ministro da Real Fazenda ou outras pessoas com autoridade para isso, um requerimento não tardio mais pronto com citação do dia em que fugiu, e o não persegui-los de mão armadas ou de outro modo, dentro dos distritos de SMC como até agora se tem feito com violação deles e do decoro devido ao mesmo soberano.

Convenho com a VS m todas as sobreditas formalidades enquanto elas não puderem servir de um pretexto mais para embaraçar ou para frustrar de todo como há muitos ainda tem acontecido a justa legitima e devida entrega da escravatura prófuga destes domínios. Nas palavras finas do artigo 19 do Tratado Preliminar determinaram os dois autos contraentes que os governadores conheçam no modo de entregar mutuamente os escravos no caso de fuga. A inteligência natural e genuína destas palavras é que nos podemos convir em todos aqueles meios que facilitarem a sua execução que pelo controle aqueles que a embaraçarem ou fizerem mais dificultosa além de não caberem nas nossas faculdades

seriam ofensivos da justiça e boa fé das duas monarquias que simplesmente quisessem que os escravos se restituíssem. Esta Real Fazenda deve ser interpretada em toda a sua extensão e sem restrição alguma porque felizmente para a humanidade as restituições mentais e outros monstros e maquiavélica não formam já a moral e a política dos soberanos deste séulo e aos sábios e virtuosos e monarcas de Portugal e de Espanha, bem se pode por por divisa a seguinte máxima da filosofia estoica.

Segundo esse meu modo de pensar no qual VS certamente está conforme, pois assim mó segerão os seus talentos e virtudes, passo agora a individualizar cada um dos mencionados requisitos. No primeiro quer VS era filiação do escravo pelo que resposta aos seus sinais. Assim o determino agora ao comandante do Forte do Príncipe da Beira e que de cada um declare o nome, a Nação africana, a esta terra que pouco mais ou menos tem, pois não sendo os escravos medidos no estalão, seria impossível a marca-la exatamente e todos os outros sinais mais notáveis que dele possam dar um conhecimento individual.

No segundo requisito quer VS sua certificação do dito escravo pertencer, ou a SMaj ou aos particulares, dada esta pelo ministro da Real Fazenda, ou outra pessoa com autoridade para isso. No Forte Principe da Beira o mesmo comandante é provedor comissário da Real Fazenda daquela repartição, por cuja razão lhe ordeno também que além da carta de ofício que dirigir a VS como comandante, dirija igualmente como ministro da Fazenda uma atestação em que certifique de quem é o dito escravo declarando o nome do colono a quem pertence, no caso de ser particulares.

Do mesmo forte determino ao dito comandante na conformidade do terceiro requisito que sem demora requeira daqui em diante os escravos fugidos e que para esse fim escreva a todos os moradores daquele distrito que logo que lhe fugir algum escravo lhe venham dar parte e declarar lhe o dia da fugida para que no seu oficio lhe possa declarar também. Mas como pode acontecer que por moléstia, ausência ou outro legitimo impedimento, se não proporcionasse ao referido comandante ocasião pronta e e apontesse para pedir a VS qualquer escravo, ou quero supor ainda que nisto intervinha alguma negligência ou da parte do mesmo comandante, o que não espero, ou da parte daqueles moradores, em qualquer destes casos bem vê VS que lapso de tempo não pode ser prejudicial a efetiva entrega de qualquer escravo, aliás seria sujeitarmos nós este negócio, como já disse a VS a uma espécie de prescrição e seria causa inaudita que dois vassalos houvessem por prescritos as obrigações de dois soberanos.

No quarto e último requer VS que os escravos não sejam perseguidos de mão armadas ou de outro modo dentro do território de SMC, torno agora a repetir esta ordem para o Forte

do Príncipe, e este requisito seria bem escusado se esse governo não tivesse constantemente vidado há muitos anos a Augusta Convenção de que tratamos. Pois a que fim correriam os moradores do forte atrás dos seus escravos perseguindo-os até dentro desses domínios, se eles tivessem a certeza de que lhes haviam de ser restituídos. A pressa e angústia com que procuramos uma coisa que se perde e que se estima, acaba logo com a certeza de que ela se acha na mão de um amigo fiel. Mas uma triste e repetida experiência de muitos anos pode ser que os tenha obrigado algumas vezes a transgredir os limites desta capitania, não lembrando eles, no meio da sua aflição do território em que se acham mas unicamente de um dano certo que pretendem evitar, e segundo o bom princípio da interpretação das ações é meio culpável nessa desordem quem dela é a verdadeira causa, de que quem a pratica, sem mesmo duvidar o território e de faltar ao decoro devido a um monarca tão grande, justo e respeitável porém só como o ânimo de haver o que é seu e que outro modo não pode conseguir, não será pois VS mais pronto na justa entrega de qualquer transgressor, uma vez que uma desordem não seja filha de outra desordem.

O sincero conceito que formo do nobre e honrado caráter de VS faz-me esperar que Deus abençoará este negócio e que as requisitórias deste governo serão daqui em diante mais afortunadas. Enquanto porém aos escravos anteriormente fugidos, nesta ocasião dirigirá a VS o mesmo comandante do Forte P o sargento mor José Manoel Cardoso da Cunha uma relação a mais circunstanciada que for possível e a mais ajustada aos requisitos acima transcritos com uma atenção em que certifique os que pertencem a Real Fazenda e os que são de particulares. Pois ainda que VS me dá a entender em um dos antigos da sua carta que presentemente não existem nessa província escravos desta colônia como eles para essa entraram, ou acham de ter morrido, ou se lhes deu passagem para outras províncias do mesmo soberano. Com os falecidos expirou também a obrigação que eu tinha de os regirem pelo que pertence aos outros se VS se não dignar de os reclamar e pedir para me serem restituídos, como me parecia justo, que irá ao menos individuar me quais eles são, as províncias em que se acham e os nomes e títulos dos senhores governadores das mesmas províncias para que eu com estas prévias e necessárias noções que espero merecer da benignidade e benevolência de VS possa fazer as ulteriores diligências que me ditar o zelo do serviço da minha soberana.

Desta me satisfazer ao último artigo da carta de VS em que com muita prudência omitiu o que se lhe oferecia em quanto a interpretação violenta que dei ao seu singelo ou sincero estilo, tomando-o por linguagem dos publicistas. Eu não tomei o estilo de VS por

linguagem dos publicistas, interpretativo sim servindo-me da linguagem dos mesmos publicistas e para que eu brevemente aponte alguns princípios.

VS sabe excelentemente que os escritores de direito natural público e das gentes, consideram os homens em três relações: ou como indivíduos, vivendo no estado absoluto da natureza, ou como membros da sociedade civil, tendo já passado daquele estado absoluto para este estado hipotético, ou não já como indivíduos mas como um todo que compõe uma nação que contemplam como uma e moral em relação de outra nação. Em qualquer destas três relações dividem eles as obrigações que ligam os homens uns aos outros, em ofícios perfeitos e ofícios imperfeitos. Os primeiros são ofícios de justiça, devem prestar-se e caso se deneguem, dão o direito de coação. Os segundos são ofícios de humanidade e de beneficência cada um é arbitro de os prestar, ou não prestar sem que possa haver coação porque a igualdade e independência natural não permitem que outro julgue se é justo ou injusto a sua denegação.

Tratando pois VS da restituição dos escravos prófugos desta colônia que por ser fundada em uma convenção solene de dois soberanos constitui uma obrigação perfeita e servindo-se das palavras que já citei na carta de 24 de outubro do ano passado (“podré tenere l arbitrio de hacerlos buscar y entregarlos”), parecia segundo a propriedade das mesmas palavras que a dita restituição e entrega se redescia a classe das obrigações ou ofícios imperfeitos. A vista dos princípios acima transcritos, julgo ficará patente a VS que esta interpretação não era violenta, e tendo o incômodo de tornar a passar pelos olhos as palavras finais, com que terminei este artigo da já citada carta de 24 de outubro, julgo lhe ficará igualmente manifesto que as leis da moderação da política e da educação mesma, correrão de paz com as da justiça e com as de uma boa lógica, sendo eu igualmente a VS e na eleição de todos os meios de conservar a melhor harmonia. Vila Bela, 28 de agosto de 1798, Caetano Pinto a Miguel Zamora.

21- Carta de Caetano Pinto de Miranda, 1799³²⁷

Depois de VE me assegurar na sua carta de 4 de novembro em resposta a contestação da minha de 20 de junho que duvidasse da sua opinião não venha por certo do mal entendido estimado ou capricho de defender coisa própria, motivo de que eu jamais me lembraria possa a VE a expor os do seu devido parecer, aos quais antes que responda permita eu

³²⁷ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, Livro de Registros de Cartas Régias e Provisões. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manuscrito 194 páginas, Livro C 39, estante 01

também VE a um de segurar-lhe que as apressadas reflexões que então e que havendo agora passo a defender por certo não me foram ditadas pelo baixo desejo de trair o alheio merecimento, pois que nem este desejo era compatível com o respeito que professo a VE nem com a obediência e acatamento devido às reais ordens.

Eu não quis dizer, nem pensei que o reino de VE continha alguma agressão ou usurpação do território estranho. Seria preciso para tal dizer ou pensar não ter visto os Tratados os quais desde o de Tordesilhas de 1494 até o preliminar de 1777 tenho lido mais de uma vez. Contemplei somente este objeto pelo lado da política e debaixo deste único ponto de vista pareceu-me que o dito e reino era capaz de excitar o ciúme e ambição de uma nação contra a qual a corte me estava humildemente prevenindo em consequência da sua íntima aliança com ou inimiga de todas as de uma nação que neste mesmo continente acabava de praticar um atentado fazendo entrar um corpo de 800 homens desde a província de Assunção até a Margem do Rio Mondego, com o fim de hostilizar os índios Guaicurus e de evacuar aquele terreno para adiantar mais os seus estabelecimentos até o dito rio, como certamente teria feito se eu com a fundação do presídio de Miranda não conservasse a parte portuguesa o domínio e a posse da margem oriental do Paraguai, de uma nação que me respeitava a posse do terreno ao sul do rio Barbados, mandando o governador da província de Chiquitos queimar clandestinamente o rancho que a ronda portuguesa tinha nos campos das Salinas e que me obrigou não só a levantar de novo o dito rancho, e a por até uma ronda efetiva mas ainda a por outra ronda mais adiantada nas cabeceiras do mesmo Barbados porque os espanhóis se não chegassem mais a Casalvasco e para evitar a fuga dos escravos desta colônia, de uma não enfim que não entrega nem escravos, nem desertores contra a expressa determinação do sobredito Tratado de 1777 e do de 1778.

Que os novos estabelecimentos propostos no Reino de VE eram capazes de evitar o ciúme espanhol, insto até VE me ajudará a demonstrar para o que terei a honra de transcrever aqui as últimas palavras do mesmo reino. Com os ditos estabelecimentos apresente horrorosa passagem das cachoeiras? Se converterá em uma para o erário e para o público, servirá de inconquistável aos vizinhos que nos rodeou de laço a íntima união destas duas remotas colônias de vigorar de consolidar e de fazer enfim e respeitáveis os estabelecimentos de uma ou três. Por consequência ou do reino de VE se não seguem os referidos o que se não pode dizer assegurem e capazes de excitar o ciúme espanhol pois não devo supor que eles tenham os olhos fechados, muito principalmente ocorrendo as circunstâncias acima referidas e que muito antes tenha já participado a VE.

Sendo agora de excitar o ciúme espanhol, eu devo prevenir-me com tempo e não a de fora de uma fronteira tão importante aos caprichos da fortuna porque suposto confio muito no antigo valor da nação portuguesa que os habitantes de Mato Grosso talvez não serão os últimos a imitar, todavia eu não devo ser temerário, nem esperar milagres na ordem natural. Devo calcular as minhas forças e as e as dos meus vizinhos, devo equilibra-las quanto me for possível, devo tomar medidas ajustadas, e supor que eles costumam? Da mesma sorte, sendo melhor aproveitar-me das omissões alheias, do que ser vítima das minhas.

Se eu devia prevenir-me, qual seria o resultado daquele ciúme. O resultado podia ser, ou uma oposição direta e um rompimento, o qual suposta a pouca harmonia das duas cortes, e as antecedenças que tinham havido nesta capitania, não se figurar tão longe da possibilidade, ou uma oposição indireta, com igual obstassem as vantagens que procurávamos, adiantando eles os seus estabelecimentos para as margens dos rios que pelos últimos tratados são limítrofes, ou fosse na parte em que a sua navegação nos é por hora privativa, ou aonde a mesma navegação é já a mesma, por exemplo, para a confluência do Baures ou no Guaporé, para a deste no Mamoré, para a deste último no Madeira. Sendo bastante motivo para tomarem essa resolução, os grandes donos que daqui resultariam a esta capitania e que fariam lançar mão das em último extremo, sem que seja preciso assegurar uma utilidade direta e imediata porque de ordinário no cálculo político das nações rivais o interesse próprio e o alheio dano são quantidades homólogas. E quais seriam as forças com que poderiam sustentar a sua oposição. Segundo uma relação que existe na portaria deste governo, escrita por um clérigo espanhol que refugiou para esta capitania, as duas províncias de Moxos e de Chiquitos que confinam com a fronteira do Forte Príncipe e com a de Vila Vela, são povoadas por quarenta e dois mil índios. O bispado de Santa Cruz de la Sierra, cuja cidade tem uma diária e imediata comunicação com aquelas províncias passa de setenta mil habitantes de todas as espécies, a saber doze mil e novecentos nas paróquias e vice paróquias de aquém das cordilheiras, e cinquenta e oito a sessenta mil nas paróquias de além da mesma, que naquele lugar se atravessa em três dias de espera e trabalhoso caminho. As ditas paróquias de além da cordilheira situadas na estrada que vai para Cochabamba e Chuquisaca são Samaupata, Vallegrande, Chilon, aonde se divide o caminho e no de Cochabamba se seguisse Chulicani, estas três últimas situadas no fértil e ameno Vale de Cliza. A meio dia de distância de Sonata, a Cochabamba. E tornando a Chilon, segue-se na estrada de Chuquisaca, Lavas de Laybato, Palca de Tococala e Ayquile e a um todo das ditas estradas

fica a cidade de Misque, hoje muito decaída e as paróquias de Osnereque ou paróquia de Tintin. A vila de Cochabamba que no governo civil é presentemente a capital de Santa Cruz de la Sierra, dista desta cidade oitenta léguas e contém a mesma relação, tem vinte e cinco mil habitantes e quinhentos soldados de guarnição. Chuquisaca ou a cidade de La Plata, dista cem léguas e tem igual povoação.

A província de Assunção que confina com a fronteira do Paraguai, conforme as notícias que tenho posto que menos circunstanciadas do que as antecedentes, chega a cento e treze mil almas, e por consequências vem a estaras a povoação espanhola para a desta capitania a razão de 11 a 1, é certo que uma grande parte são índios impróprios para ataques, mas também quase a metade dos moradores desta colônia são escravos que longe de servirem para o ataque ou para a defesa, antes precisam de serem vigiados de perto no estado da guerra, para que o ódio que geralmente todos tem ao cativo, os não traneie inimigos dos mestiços, servindo muito bem aqueles índios para a passagem, para condutores, remeiros, vivandeiros e gastadores. É certo que o resto quase todo são milícias, mas também em Mato Grosso, a exceção de uma companhia de dragões e outra de pedestres espalhadas presentemente por uma trincheira de quinhentas léguas que outra coisa há senão milícias. Porém, dirá VE se os espanhóis têm a grande vantagem do número porque razão não foram mais felizes nas expedições passadas, principalmente na de 1766 em que eles moveram forças mais consideráveis e fizeram maiores preparativos? Primeiramente, sem ofensa do reconhecido valor do militar general que então governa estas capitanias, eu duvido muito da sorte da Fortaleza da Conceição se ao tempo em que os espanhóis tinham levantado a sua bateria com artilharia competente a qual com todo o armamento que naquela ocasião trouxeram ainda conservam em Santa Cruz de la Sierra se ao tempo em que tinham aberto estradas abaixo e acima da dita Fortaleza para passarem o Guaporé em dois pontos, eles não recebessem naquele momento, talvez fatal para Mato Grosso, ordem da sua Corte para se retirarem. E tanto estava persuadido o coronel Aimeric de que as medidas estavam bem tomadas que ainda chegou aconselhar ao comandante em chefe que ? a ordem e desse o assalto porque a Fortaleza não podia deixar de cair-lhe na mão. Em segundo lugar, as circunstâncias daquele tempo e a do presente são muito de ver naquele tempo ainda e na desconhecida comunicação entre Chiquitos e Vila Bela, suprimiam-se grande embarcações e grande distância e da mesma sorte a comunicação com a província de Assunção estava embaraçada por valentes nações de índios bárbaros que habitando na margem oriental e ocidental do Paraguai, sendo os principais e os quais com as grandes hostilidades que faziam aos portugueses e aos espanhóis serviam de

barreira a uma e outra nação. Por cujo motivo as forças espanholas designam-se a um ponto em defesa do qual se reuniram as portuguesas com a grande vantagem de que as tropas que eles moveram desde Chuquisaca, Cochabamba, Potosi vieram para o clima doentio da província de Moxos aonde as moléstias diminuía cada dia o número dos combatentes e desanimavam o resto, sem que produzissem os mesmos efeitos nos portugueses habitantes de um clima semelhante.

Hoje porém o que os sobreditas comunicações das saudáveis províncias de Chiquitos e Assunção, estão abertas e patentes é de esperar que os espanhóis ataquem esta capitania ou real ou aparentemente por três diversos pontos tão apontados uns dos outros que as nossas forças repartidas por eles se não podem auxiliar reciprocamente. Oferecendo-lhes de mais a mais o grande Paraguai a nova vantagem por este lado de não terem de atravessar a Cordilheira dos Andes, mas de poderem conduzir desde o Porto Marítimo de Buenos Aires toda a artilharia, petrechos, e munições nos seus grandes barcos de 8 a 10 mil arrobas de carga em que costumam navegar sem embarço de cachoeiras este grande rio, o qual lhe abre tão bem com os seus confluente uma ampla porta para o centro desta capitania.

Os soldos que eu tinha eram 300 mil cruzados de dívida eu achei e todo o empenho que tem acrecido desde o princípio de meu governo até ao presente, com a manutenção de dobrado número de dragões, pedestres, de auxiliares e ordenanças em destacamentos remotíssimos e de toda as mais despesas que a segurança desta capitania exige indispensavelmente. Sendo de notar que para todas ela não tenho recebido nem um só real demais, porque os tristes vinte contos de reis com que o Sr Tristão da Cunha me izumo extraordinariamente em 1797 até esses me descontou no ano passado, incluindo-os nos 300 do subsídio ordinário. E queixando-me eu desta sua resolução, ou antes ? nem excessivo a consternação e que ela me punha, recebo agora a resposta dada já pelo Sr D. João Menezes que não sabia dos motivos porque seu antecessor tinha feito o referido desenho e porque me não tinha socorrido com o mais que lhe podia, mais que podia segurar, que para me trazer a remessa de 16 contos de reis a conta dos 300 mouros? do corrente ano, lhe fora preciso demorar o correio desde março até os fins de julho e desta sorte quando eu quando eu esperava melhorar de condição, acho-me em plenas? Circunstâncias.

Creio bem que a resposta do Sr D. João Menezes é exata e sinsera, mas esta exatidão e sinceridade não me subministra meios para pagar duas folhas militares já vencidas dos anos de 1798 e 1799 que excedem a cem mil contos de reis, para pagar a folha eclesiástica

e civil do presente ano, para pagar aos lavradores e negociantes os mantimentos e fazendas, com que assistem aos armazéns reais. E por consequência se as reais providências de S. Alteza tardarem, ou se estas minas não mostrarem um aborto de ouro, já me parece ver ao longe o mais triste espetáculo que se pode apresentar ao meu espírito, qual é o de perder sem culpa no ânimo deste povo parte da confiança, afeto e benevolência que até agora lhe tinha merecido porque VE bem sabe que o geral dos homens seguirão pelo sentimento e não por cálculos e raciocínios abstratos, sendo um efeito natural da sua organização e mecanismo, ou dizerem bem ou mal quando sentem um ou outro. 1799

22- Carta de Caetano Pinto, de Vila Bela, 1799³²⁸

Entre as causas despovoadoras desta colônia, tem o primeiro lugar o seu mal clima. Este pântano imenso em que vivem ou de que estão rodeados os moradores de Mato Grosso junto ao calor da zona tórrida e a repentina alteração que muitas vezes se experimenta nos graus de frio e de calor fazem com que esta habitação seja pouco favorável a espécie humana. As mulheres são também pouco fecundas e não são muitas as que tem quatro e cinco filhos quando este ! o número que ordinariamente se calcular por cada casamento em outros países. Os seus partos são trabalhosos principalmente nas mulheres brancas e as crianças da mesma espécie custam muito a vingar, resultando de uma e outra causa de quase absoluta extinção das famílias brancas que em diversos tempos tem aqui havido. Esta falta de fecundidade junta aos estragos das moléstias endêmicas filhas deste clima, fazem segundo penso com que o número dos mortos exceda anualmente ao dos nascidos como aconteceu no dito ano de 1797 que geralmente foi tido por um ano saudável. A diferença foi quase de uma terça parte e posto que a observação de um ano só não baste para semelhantes cálculos, a comum opinião que se fez da sua salubridade não deixa de sustentar esta minha conjectura enquanto lhe não posso ajuntar a experiência dos anos futuros porque nos passados não houve toda a exatidão nos assuntos de nascimentos e óbitos.

Outra coisa da despovação de casamentos, sendo a propagação de qualquer país não o efeito do crime mas o fruto das uniões conjugais. Esta falta em Mato Grosso procede de diversos princípios e entre estes certamente se pode assinar pelo primeiro a desproporção que há entre o número dos homens e das mulheres. Da multiplicidade destas na Ásia e na

³²⁸ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, Livro de Registros de Cartas Régias e Provisões. Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Manuscrito 194 páginas, Livro C 39, estante 01

África e da sua igualdade na Europa, deduziu Montesquieu que a ! era favorável à multiplicação dos asiáticos e africanos e que pelo contrário seria nociva aos europeus. Em Mato Grosso porém aonde as mulheres não chegam a ser ainda a metade dos homens, nem a religiosa monogamia se pode obter e por consequência a injusta e prejudicial senão de todavia de fato deve dominar enquanto subsistir a presente desigualdade.

Além desta causa geral da falta de casamentos em algumas das espécies de habitantes concorrem motivos particulares. Os homens brancos pela falta que sempre tem havido de mulheres de uma espécie e por não terem sido atrativos politicamente o celibato e alguns há que podendo buscar uma constante acomodada as suas circunstâncias ou na vila do Cuiabá ou em outras capitâneas preferem antes o viver ilicitamente com as mulatas do país do que o ficarem reproduzidas em uma posteridade legítima e sem mancha. O impulso natural das nossas paixões que exatamente os homens a modelarem-se pelos que lhes ficam imediatamente superiores faz com que o exemplo desta primeira classe de habitantes não deixe de produzir maus efeitos nas classes inferiores nas quais há outros particulares motivos que passo a individualizar.

As ditas classes inferiores são compostas geralmente de gente pobre e sendo a pobreza só por si um não pequeno obstáculo para o matrimônio os ministros da igreja aumentam ainda mais esta dificuldade com os emolumentos que pela administração de cousas santas e que deverão ser dadas gratuitamente, eles taxaram a seu arbítrio no tempo da riqueza das minas. O bispo diocesano tem recomendado aos párocos e vigários da vara que administrem de graça o matrimônio aos pobres mas como eles são os que julgam dos que devem ser compreendidos nesta regra eles mesmos por meio de interpretações restritas reduzem de ordinário a pobreza à mendicidade ao mesmo tempo que estendem descompassadamente a pobreza própria do seu estado a um luxo ou avareza profana.

Entre os escravos que constituem a maior parte da povoação desta colônia, ainda são mais raros os casamentos em consequência do inhumano e duro sistema com que são tratados em todas as colônias. Eu tenho conseguido que a despesa do casamento de um escravo nesta freguesia não passe de 1500, contra o que dantes se praticava porque sem necessidade faziam preciso uma provisão em que o vigário da vara mandava a si mesmo com o vigário da igreja que recebesse o dito escravo cuja provisão importava mais em 3600. Mas sem embargo desta modificação alguns senhores nem esta mesma despesa querem fazer e a maior parte deles principalmente os que tem fábricas mais consideráveis ou de minas, ou de roças só com muita dificuldade dão licença a um escravo para se casar pelo desarranjo segundo dizem que da que lhes resulta a mais escravatura e por não

empatarem os seus pequenos fundos em compras de escravos que não podem prestar os mesmos serviços. A esta raridade dos casamentos entre os escravos acresce a sua pouca fecundidade, não por vício da natureza, mas em consequência do seu duro cativeiro. As pobres mais no tempo da gravidação e da criação não experimentam diferença alguma no trabalho e no sustento e a falta de humanidade com que por via de regra são tratadas faz com que até algumas cheguem a matar os seus próprios filhos, antes e depois de nascidos só para que não venham a ser vítimas da sua infeliz sorte.

Os remédios contra os males acima referidos e os meios de promover a população desta colônia poderiam ser diversos e alguns requereriam uma profunda meditação e longas combinações que a estreiteza do tempo me não permite. Farei pois unicamente como um índice dos que mais depressa me ocorrerem. O estabelecimento de um hospital público com hábeis professores diminuiria muito o efeito da moléstias de Mato Grosso. Neste hospital deveriam instruir-se alguns filhos do país para ao depois se distribuírem pelos arraiais e destacamentos e até algumas mulatas e pretos deveriam ser instruídas nos princípios mais essenciais da arte obstetrícia.

A vinda de algumas famílias brancas das ilhas dando-se lhes proporcionados auxílios para o seu estabelecimento seria também de muita utilidade. E para obrigar os celibatários de Mato Grosso a mudarem de sistema, julgo deveria estabelecer-se em regra que todos os ofícios de justiça e fazenda desta capitania só poderiam ser providos em homens casados e como os ofícios de justiça pagam donativos e terças partes segundo a lotação dos mesmos ofícios se perdoaria parte ou todas os referidos direitos à proporção dos indivíduos de que se compusesse qualquer família e do bom uso que fosse fazendo o chefe da mesma família do seu rendimento na acomodação e casamento de seus filhos ou irmãos. Aos ofícios atuais se lhe assinaria um termo dentro do qual deveriam casar, ou perder os seus ofícios. Da mesma sorte se poderia talvez determinar e estabelecer em regra que não fosse proposto militar algum para oficial desta guarnição sem ser casado e aos atuais se lhe assinaria outro conveniente termo para contraírem o matrimônio.

Aos párocos e vigários da vara, se proibiria expressamente o levarem emolumentos algum por administrarem um sacramento da igreja. E para cortar o abuso pelas suas raízes esta proibição deve ser absoluta, sem distinção de europeu ou americano, branco ou preto, livre ou escravo, rico ou pobre, sendo todos recebidos e fazendo-se-lhes as diligências que devem preceder gratuitamente. Ao pai que tivesse cinco filhos legítimos, podia conceder-se também alguma isenção de cargos públicos e outras providências mais se

poderiam talvez adaptar da célebre lei julia e papia copia acomodando-as as nossas leis religião e costumes.

Finalmente pelo que respeita aos escravos, poria o cúmulo a todas as providências, uma legislação não derivada dos bárbaros e falsos princípios do direito romano que as respeitava por causas mas dos indelévels princípios da natureza que as leis civis nunca devem contrariar e que combinando do modo possível os deveres da humanidade com o interesse e adiantamento das colônias facilitasse aos escravos o casamento pondo uma barreira legítima entre a fraqueza, a opressão e a miséria desta infeliz porção do gênero humano e a crueldade, ira e cobiça de seus senhores.

Esta grande obra seria bem digna do iluminado ministério que dirige presentemente os negócios ultramarinos e da mais sábia, pia e justa de todas as soberanas. Vila Bela, 1799, Caetano Pinto.

23- Carta de Manuel Carlos de Abreu, 1805³²⁹

Que o soldado desertor da Companhia de Pedestres, Manoel Correia, anda refugiado já nos matos da povoação de Vila Maria, já nos do arraial de São Pedro de El Rey, aparecendo algumas vezes nos sítios vizinhos das ditas povoações não só para saber o que se passa a seu respeito, como também para induzir escravos que tem conseguido levar consigo e que o acompanham nos atentados, roubos e desordens de toda a qualidade por ele cometidos. E porque entre outras pessoas que se me tem queixado de lhe terem sido induzidos e roubados escravos pelo dito pedestre é o Capitão Manoel Rondon, o quel em uma representação que ao dito respeito me dirigiu se me oferece para ir prender ao dito desertor e as pessoas que andarem na sua companhia, dando-lhe eu licença não só para poder formar escoltas à sua custa, como também servirem-se de armas de fogo no caso de resistência e prenderem toda a pessoa que constar faz avisos ao dito criminoso. E considerando que a utilidade, sossego e tranquilidade pública exigem a prisão e castigo de um tão perverso, como abominável criminoso. Vila de Cuiabá, 15 de março de 1805, Manoel Carlos.

³²⁹ Arquivo Público do Mato Grosso. Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de registros de correspondências expedidas e recebidas – Governo de Manuel Carlos de Abreu Menezes (1º registro: 08/04/1804, último registro: 20/11/1805)

24- Registro do ofício de 18 de junho ao Exmo Sr. Francisco Xavier de Aguilera, 1820³³⁰

Ilmo Exmo Sr. Vindo em caminho para esta cidade, teve a satisfação de receber a sua estimada carta, também a que VEx fez favor de remeter-me do Exmo Sr. Dom João Ramyres, que infinitamente estimei por ter a satisfação de receber notícias de um general, que por fé há muito tempo estimo e a quem dirijo dar provas da consideração e igualmente recebi o ofício que VEx me dirigiu para o Sr Conde de Casaflores e pode VEx ficar seguro que será remetido na primeira ocasião e com a maior brevidade. Enquanto as expressões que VEx comigo liberalisa são mais nascidas na sua bondade do que do meu merecimento, porém o que posso segurar a VEx é que jamais me esquecerei de dar a VEx e a toda nação espanhola provas da estima que merece, pois que não perco um só momento mostrar-lhe a minha afeição como o mesmo Sr. Conde de Casaflores é muito bem ciente por muitas entrevistas que tivermos e o mesmo podemos segurar-lhe emigrados que estiveram no Rio de Janeiro que a rogo desse pude obter do meu muito amado soberano o franquear o comércio nesta província com todas as suas limítrofes. Ora pois, VEx deve contar contudo aquilo que estiver debaixo do meu comando por ter sumo gosto de servi-lo e obsequiado. Neste mesmo momento aproveito em ocasião de remeter-lhe os requerimentos que me fizeram uns pobres e desgraçados homens, a quem fugiram uns escravos que se achara em Santa Cruz, sem mais causa do que a de livrarem-se do cativoiro e como pelo compromisso se acha determinado que todos aqueles escravos que fugirem simplesmente perante motivo seja entregue e que inalteravelmente se tem sempre praticado, rodo portanto a remessa dos que daqui se ausentaram além de que todos nós por Lei Divina e Humana somos obrigados a fazer tudo o que podemos em benefício dos povos e vassalos que os nossos soberanos nos confiam o seu governo, do contrário, seríamos assassinos dos nossos mesmos, porque obrando um em consequência do outro, promoveríamos os prejuízos de todos os nossos súditos, uma vez que os escravos vissem que não se remetendo ficavam livres do cativoiro, e era então um prejuízo de terceiro grau a reclamar a VEx os ditos escravos ficando VEx certo que todos os que se refugiarem para esta província serão remetidos imediatamente que entrarem nela, devendo mais dizer a Vex que o capitão Costa, estando na idade de 70 anos, acha-se que quase ao desamparo, pelos escravos que se lhe tem ausentado, e que o outro pobre carregado de família e sem

³³⁰ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Correspondências Oficiais – Governo: Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá – 1820 a 1822

meios de que vira se achar na mais triste situação, e ambos lhes se fazem dignos de compaixão. Queira Vex ter a bondade de remeter a carta inclusa ao Exmo Sr Dom João Ramyres e servir-se da minha vontade que achará sempre pronta em servi-lo pela minha contemplação e estima que merece. Quartel general da cidade de Mato Grosso, 18 de junho de 1820. Ao Francisco Xavier de Aguilera (Governador de Santa Cruz), de Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho.

Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia (ABNB)

25- Correspondências de Moxos, 1740³³¹

Espediente y consultas em el Consejo sobre lãs noticias comunicadas por el gobernador de santa de la Sierra Dr Antonio de Argamosa sobre la usurpacion de los portugueses em el território de los índios Chiquitos y Moxos.

Dice que em carta de 8 de Enero Del ano proximo pasado participo dilatadamente Dr Francisco Antonio Argamosa las noticias que tubo de que los índios de las misiones de la nacion de los chiquitos, havian visto portugueses travajando em aquellas cercanias em los Minerales de oro que hay em ellas; añadiendose á esto haver remitido á este governador, sugeto de todo credito residente em Buenos Aires, la declaracion que acompañó, hecha por Manuel Martinez de Nacion portuguesa, em comprobacion de lo expressado, tubo por bien exortar á el superior de aquells misiones el que no se havia dado por entendido de ello, y que por haver verificado por resp.ta que tambien acompaña ser cierto todo lo insinuado, Dio cuenta AL Virrey Del Perú y Audiencia de Charcas, para que providencias elo combeniente, concluyendo que siendo negocio de tanta importância de que portugueses se hallen tan interezados em los domínios de VM disfrutando lãs mas poderosas riquezas, lo hace presente para que se tomen lãs providencias mas promptas para embarazarse pidiendo que se su atencion, y á haver quince anos que sirve aquel gobierno se Le de sucesor, para que por este médio logre algum descanso com su família.

2 – Ministrando em estos papeles de lo que los portugueses se adelantan por lãs fronteras de los índios Chiquitos y Moxos y ricos Minerales que disfrutan, no son tan calificadas por la ninguma justificacion que por Ella se haga juízo Del numero, calidade y parage de dichas poblaciones parece verosimil el adelantamiento que logran dichos portugueses por

³³¹ Correspondências, 1740. CACH 1389(1).

la falta de noticias que hay em aquellos parages haciendose indispensable acudir á el remedio que pide este daño, siendo lo tambien el que se soliciten seguros informes de la determinada situacion de dichas poblaciones pues no se puede dudar que segun la diversidad de distancias deveran ser diversas las providencias que se dieren sin embargo de que con la noticia que expone este governador pasó AL Virrey y Audiencia de Charcas 2v – á los gobernadores de santa cruz de la sierra y del paraguay para que cada uno recozca por si los mencionados parages poniendo por escrito su situacion, Montes, Rios y Caminos hasta tener las mas ciertas noticias Del territorio donde se hallan dichas poblaciones de portugueses, su calidad, y cantidad de pobladores, y si tienen manejo de armas, las que puedan tener, y de donde se proveen de ellas, y especialmente si tienen contruidos algunos Fuertes

3- para su defensa, que procuren saber á punto fijo los Minerales de oro y plata, ó piedras que hay em las tierras que ocupan, los frutos que producen y su distancia á cada una de las dos referidas capitales, y á las poblaciones de las expressadas Misiones de los Mojos y Chiquitos observando, y descubriendo los caminos por donde se podrá transitar á dichas poblaciones, que gente, que armas sea preciso usar para la recuperacion de aquellos dominios: -eu para la solicitud de estas noticias se valgan de la cautela que mejor parezca, de forma que no se alcance el fin á que se dirigen, ni den motivo á que los portugueses se prevengan para hacer inazesible qualquiera resolucion que intentase

6- Com motivo de haver representado Dr Francisco Antonio de Argamosa Governador de la Provincia de Santa Cruz de la Sierra noticias que tubo e que portugueses travajavan em los Minerales de Cuiaba y otros Del distrito de VM.

26- Carta de Luís Pinto de Souza, 1771³³²

Exmo Sr. Não foi sem grande pressa e sentimento o que deve por bem endereçar a descordada ignorância que tudo os oficiais que intimamente comandava no forte de Bragança por impedimento de seu comandante: de haver mandado alguns soldados da outra banda do Guaporé em seguimento dos escravos fugitivos contra toda que era devido aos dominios de SMC. E para que VSenhoria reconheça a eficácia de minha atenção e os sentimentos de minha boa a Vossa Senhoria com as facções condignas a semelhante Desacordo tendo a honra de incluir a Vsenhoria com a presente copia desta ordem que passo ao comandante do Forte de Bragança para que se conservava na mesma missão

³³² Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luís Pinto de Souza, 1771. MyCh97 (2).

enquanto Vsenhoria não por sacrificio não Determine o meu obsequio o que foi o seu maior agrado. Se no mesmo forte acaesiece o mais deve pode em qualquer parte a boa correspondência y besindad que nos recomendam as duas cortes não tem Vsenhoria mais que participar, por que muitas vezes me pos no oculto e então. Vila Bela, 19 de março de 1771, Luiz Pinto de Souza, Don Antonio Aymerich.

27- Carta de Pedro Juan Sanz, 1773³³³

Carta de janeiro de 1773 – “Pelas vias das missões de Chiquitos tenham os portugueses franqueado o comércio, e que como em Santa Cruz há muitos [...] desta nação, possam interessar-se naqueles povos com titulo de comerciar”. Há também registro sobre “os escravos portugueses que se haviam extraído com violência de Moxos”. Também sobre o pedido feito ao governador do Mato Grosso de “restituição dos índios profugos”.

28- Carta de Leon Gonzalez Velasco, 1773³³⁴

02 setembro 1773 - carta de Leon Gonzalez Velasco, da missão de Loreto, pedindo a Luis Pinto devolução de todos os índios desertores das missões que se encontrassem em Mato Grosso. Luis de Albuquerque, no dia 20 de agosto 1773, remeteu a Velasco “um resto que deviam pelos gastos pela condução de seus escravos”, e desentendendo-se sobre a devolução de índios desertores. Para dar a VS noticia completamente e não havendo contestado o assunto pelo referido Don Liz Pinto nem por seu sucessor Don Luiz Albuquerque e Melo, de quem no dia 20 do passado envio carta remetendo-me o resto que deviam pelos gastos competidos na condução de seus escravos e desentendendo-se no todo a devolução dos índios desertores.

29- Carta de Luiz de Albuquerque ao Sr. Bertholameu Berdugo, 1782³³⁵

Carta ao Sr e Governador e capitão general de Sanya Cruz Don Tomaz de Lezo e Pacheco. Devo a VSa gratificar muito particularmente os louváveis desejos que me testemunhava na sobredita carta, participando que por via do Alferes Don Pedro de Aponte se efetuariam a devida restituição de todos aqueles escravos portugueses que pelo menos se apreenderam nos povos de chiquitos mais imediatos seguindo também e avisou que havia

³³³ Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Pedro Juan Sanz, 1773. MyCh97 (21).

³³⁴ Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Leon Gonzales Velascos a Ambrozio Benavidez, missão de Loreto, 2 de setembro de 1773. MyCh97(23).

³³⁵ Seção Colonial de Moxos e Chiquitos. Carta de Luiz de Albuquerque ao Sr. Bertholameu Berdugo, 1782. MyCh 164.

determinado o mesmo Sr Governador de Santa Cruz: ainda que esta tão indispensável diligencia inteiramente se malogrou até o presente, como VSr muito bem saberia do dito oficial pois não chegou a trazer consigo a nenhum deles; declarando que os que puderam prender-se se tinham de novo escapado talvez que pela pouca cautela ou vigilância de quem os conduzia, e que os outros em muito maior numero ainda se achavam em liberdade nos diferentes e mais remotos lugares aonde residiam: bem que eu me persuadia atualmente não deixaram de achar seguros, por virtude dos oficiais providencias de VSa para finalmente se restituírem na forma dos ditos reais tratados a estes domínios que governo, aonde existem os seus legítimos donos. Vila Bela, 26 de outubro de 1782, Luiz de Albuquerque ao Sr Bertholameu Berdugo.

30- Carta de Intendência de La Plata, 1786³³⁶

Por que os negros com semelhante proteção e não fazem senão viciar-se em todo genero de desordem e quando os amos procedendo como corresponde pretendem eles não só se senão que seduzindo outros escravos e escravas e roubando as atafas mais floridas de seus amos, se conduzem para queles lugares, em onde acham acolhida e amparo que esta visto. A suprema autotidade de VSa toca em semelhante caso tão graves prejuízos. E sem duvida se propagam estes de dia em dia, se a poderosa mão de VSa não extingue tais e castigando aos vizinhos protetores que os amparam e vai prestando a mais oportuna providencia em ordem da eliminação de vários negros portugueses que são os que ainda vivendo nesta cidade os conduzem e os levam àqueles aonde existem e tem formado sua população segundo notícias positivas que sejam tornado de várias pessoas que para formar-se e manter-se saqueiam e roubam as sementes e panos das fazendas campesinas, prejudicando deste modo atentamente a Republica que lamentam este estrago.

Nestes términos descanso o remédio oportuno a seloza e exemplar justificação de VSa para que em consideração de tantos males e prejuízos causados suscetivamente expedindo as mais assentadas providencias que sejam de Justiça a fim de que todos os escravos que ali se encontrassem se tragam a esta boa guarda e custodia para que conforme pareçam seus amos os vão levando; auxiliando-se para isto, caso necessário, da justiça daqueles lugares, e estando como nos achamos prontos a satisfazer por quantidade a que resultasse de gastos portanto: a Vsa pedimos e suplicamos se sirva proceder e mandam e como neste se contem que ser justiça juramos o necessário assim que respeito constam pelas

³³⁶ Seção Colonial de Moxos e Chiquitos, 1786. MyCh 195 (5v, 10, 11, 11v).

certificações, apresentamos que os sujeitos contidos nelas mantendo em seu poder os escravos que se resistirem entregá-los, assim mesmo se há de servir sua justificação que em caso de não verificar a entrega sejam igualmente conduzidos presos por contraventores a leis e autos acordados, em o que pedimos justiça.

Lorenzo Chaves e Inacio ambos irmãos do Reino de Portugal presos nesta pública o espaço de dias está mais bastante via e forma que chamo diante desta justificação de VSa passemos e dizemos que há sucedido a estado nosso a despedida de Moxos que foi ser negros escravos pois bem sabe VSa nos como chegamos referido ao Reino que semos não podemos conhecer mais que o em cuja vitude se há sentir tão notória consciência de Vexa.

Ao Fiscal vista a atenciosamente solicitação de Ignacio e Lorenzo Chaves que em qualidades de escravos sejam conduzidos desta cidade entre outros profugos que foram apreendidos no Vallegrande.

Experimentasse diariamente que os negros escravos do Reino de Portugal se vem prófugos a Provincia de Santa Cruz, por esse motivo a seu governador que o haviam separado de Cochabamba se lhe dirigiu officio para o Mato Grosso para que este devolvesse os que ali existiam afim de entrega-los a seus senhores, ainda posteriormente manifestou ao ultimo comicionado da com motivo dos que represento ao governador de Chiquitos, a nenhuma aceitação com que se havia olhado seus justos requerimentos acerca da devolução dos escravos fugitivos se seu governo.

Nesta virtude não pode ter lugar a solicitação de que se declare livres os acusantes sem averiguar primeiro exatamente a condição deles: tendo propósito possa VS mandar que com separação suas respectivas declarações sobre o modo e forma com que se transladam a este reino com que destino e licença foram pondo razão prossiga a da fisionomia de ambos e senhores mais particulares que tenham se de todo o expediente com o correspondente officio ao governador de Mato Grosso para que indagando a realidade participe o que resulte na liberdade ou serviço daqueles afim de que neste caso se proporcione sua restituição a seus reinos em observância da justiça e boa harmonia estabelecida entre ambas nações. Devemos entretanto manter-se assegurados na prisão que se acham os mesmos que tem fiança segura de seus

E respeito de acreditam este expediente nos lugares de Santa Cruz, Vallegrande, somos da Jurisdição da Intendência de Cochabamba, se refugiar os negros prófugos do Reino de Portugal nesta cidade com grande prejuízo de seus senhores, e se faz servir VS outro officio ao Sr Gobernador Intendente da Provincia para que tome as providencias mais

serias e concertantes a que em seu distrito não se permita vagar livremente nenhum negro, e os quais se encontrarem sejam assegurados e remetidos a seus senhores castigando aos escravos. Intendência de La Plata, 1786.

31- Expediente que contem o informe e documentos de Don Joseph de Ayanza Gor Interino da Provincia de Chiquitos, 30 de setembro de 1796³³⁷

324 e 324v: Neste povo de San Rafael de Chiquitos em 2 de set, de 1796 se apresenta em minha presença um pardo português pedindo asilo para vir emigrado dos dominios de Portugal: em cuja atenção, a caridade critíssima, e as disposições piedosas de ? Cathólico Monarca, a favor de todo refugiado, se conceda aos escravos, o acampamento que pedia, na consição que dispusesse das causas que tudo para sua fuga, manifestando o que teria consigo: todo o que prometi verificar; e nesta virtude dispus de tomar-se juramento, e se parasse a fazer inventário de suas =Joseph de Ayanza = Asilo o provei e mandei ao coronel Don Joseph de Ayanza Gor Político e militar da Provincia. Prometendo dizer tudo o que fora perguntado: de que lugar era, que religião professava, que tudo teria, e em que se desertava, e por que razão profugou de seu domicílio; a todo o que respondeu: que seu nome é Juan da Silva Nogueira, natural da Vila de Cuiabá, de profissão cristã, que hera casado em Mato Grosso com três filhos machos em seus matrimônio: sua residência em Casalvasco onde teria sua casa, e comodidades: que seus exercício era militar desde a idade de catorze anos, e que nas guerras passadas do forte de Bragança, e nos encontros que se ofereceram; das vezes foi feito prisioneiro pelos espanhóis: que por esses méritos, e há muito tempo tem servido ao Rei, com custo competição se havendo ascendido à cabo da Esquadra de Pedrestres, de achava muito desgostoso com o governo; pois sem considerar mais dilatados serviços, por uns créditos particulares e, como coisa de quinhentos pesos, procuraram confiscar-lhe seus escravos, em íntimos precisos, sem permitir-lhe prazos, e seguridades seus soldos, delos que teria de haver, como duzentos pesos; e que tendo para: indubitável que se havian de seqüestrar seus escravos, resolveu antes parar-se à Espanha com eles; como que em efeito o retificou consultando primeiro com sua mulher, quem aprovou seu distanciamento; mas ela por assistir a sua mãe que se achava moxibunda e ânsia se ficou em casa; e não obstante de achar-se cabo de Guarda do rio Barbado?, donde por sua conduta se haviam fiado? Esse passo, e o havia guardado

³³⁷ Catálogo del Archivo de Mojos e Chiquitos (Gabriel René Moreno). Expediente que contém o informe e documentos de Don Joseph de Ayanza Gor Interino da Província de Chiquitos, 30 de setembro de 1796, dando conta do arribo de dez portugueses entre negros e mulatos. MyCh GRM vol.8 (323, 324, 324v).

como doze anos: no dia vinte e nove de agosto com cinco peças de escravos, e três bocas de fogo se pôs em caminho para os domínios como firmou resolução de render batalha? Do Rey de Espanha = os escravos que igualmente se vieram são de África homens, assim mesmo duas menores da mesma nação casadas com estes, e todos quatro e mais de cinquenta anos de idade; uma mulatinha de vinte um à vinte e dois anos casada; mas seu marido se ficou em Casalvasco: estas cinco peças disseram que eram escravos legítimos, y havidos com seu dímero efetivo = as três vacas de de função. Se reconheceram, e se acharam ser ordinárias, e se o pergunto se eram suas, a pertenciam ao armazém de seu rei, e respondeu dizendo: que as tais bocas de fogo não eram de seu Rei, senão suas, e a uma destas e uma de seus escravos comprada por eles mesmos = um sabe que traria a cinta disso igualmente que se havia cortado seu dímero.

Formação de quilombos no Mato Grosso

Descrição: Essas transcrições registram a formação e localização de alguns quilombos em Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX.

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT

32- Carta de Vila Bela, 1795³³⁸

Ela (Câmara) por esta forma chega a respeitável presença de Vexa a expor-lhe que não tendo efeito a companhia de Capitães do Mato que no ano de 1792 se quiseram estabelecer pela incompatibilidade de pareceres que frustraram as destes bem necessárias companhias para a segurança da escravatura que diariamente fogem dos seus senhores, ocultando-se em quilombos aonde, pela falta delas (Companhias) existem tranquilamente.

E sendo igualmente certo e constante a Vexa que os ditos quilombos subsistem pelo matos dos rios Guaporé, Galera, Sararé e Alegre, e em pouca distância de Vila Bela, e dos seus arraiais. Havendo em alguns dos ditos rios a tradição constante e notícia positiva de que certos ribeirões e córregos guardam minas de ouro de boa conta, já antigamente vistos.

O plano de reformar uma bandeira para conseguir que a despesa necessária poderia custar oitocentas oitavas de ouro que se devem despende de pelo menos 30 homens, empregados pelo tempo de 3 meses nesta importante diligência que ao mesmo tempo

³³⁸ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Câmara de Vila Bela/ série: Carta/ 1795, Março, 24, Vila Bela.

pode ter os dois ponderados fins de uma nova descoberta e a preceder a prófuga escravatura. Para a referida despesa nos lembra exigir dos moradores desta Vila e dos seus arraiais uma contribuição voluntária [...].

33- Carta do Arraial do Pilar, 1808³³⁹

[...] Novidade nestes Arraiais que comando, nem me consta que fugissem mais que dois escravos que já se recolheram a seu cativoiro. E como VEXa me tem ordenado de ter a maior vigilância na fuga de escravos e nos ditos arraiais existem mais de 100 empregados de serviço das lavras, roças e engenhos tenho recomendado aos oficiais interiores que neles moram que não só de vez enquanto façam rondas noturnas, mas que pesquisem com cautela e segredo se nestes distritos andam negros fugidos e aquilombados e que logo que saibam com certeza onde estão, me avisem para imediatamente o participar VEXa.

E com efeito de seus prestar pagando-lhe eles previamente o soldo diário pelo trabalho de irem buscar além da tomadia competente que deverão pagar os donos dos escravos alheios que forem apreendidos na mesma ocasião, por não terem concorrido para as despesas desta diligência. E como nestes arraiais não há Capitão do Mato se devo debaixo da ordem que VEXa foi servido agora determinar conferir ao cabo que foi nomeado para qualquer diligência desta natureza o privilégio de Capitão do Mato.

E se quando algum escravo dos moradores destes arraiais faça deserdem que façam merecer castigo, ou me pedirem mandar castigar, se devo praticar o mesmo que faziam meus antecessores que os mandavam açoitar publicamente no Arraial, como fazem todos os comandantes nos seus respectivos distritos [...].

34- Carta de Diamantino, 1814³⁴⁰

Nesta ocasião dirijo a Vexa por assim como mais o ofício e carta que tive do Governador de Chiquitos pedindo-me auxílio com os gêneros que desta Vexa verá. Eu tomei a resolução de lhe mandar quarenta garrafas de vinho e oito maços de papel, gênero que também há aqui bem pouco e já estado a ... com mais alguma pretensão não lhe mandar e muito principalmente por modo de negociação.

A escolta que saiu no dia 22 de mês passado atrás dos escravos que haviam fugido por aqueles dias como participei a Vexa no dito dia mesmo ? o que das roças do Sararé? O

³³⁹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1808, abril, 01 – Arraial do Pilar.

³⁴⁰ Arquivo Público de Mato Grosso (APMT). Fundo: Quartel Militar/ Grupo: Tropa Militar/ Série: Carta/ 1814, abril, 22 – Diamantino

preto do alferes Luis Antonio e as quatro pretas, uma do sargento Vicente, outra de Sebastião Marques, outra de Jose Paes e de Manoel Pedro, a deste havia mais de três meses estava fugida e ocultada para um crioulo Manoel Pinheiro, soldado da companhia segundo dizem e ela confessou quando foi presa, por cujo crime mandei por o tal Pinheiro em calceta e anda trabalhando nas reais obras. Escapou nesta balroada um escravo do Capitão Freitas por nome Manino que já andou muito tempo fugido e era o que os andava aqui induzindo para os conduzir para um quilombo que está entre Jauru e Lavrinhas para onde haja intenção de mandar vindo a aprovação de Vexa o tal Manino que continua a diligencia sobre ele foi pilhado a 6 deste e a mandar outra vez sair por essas roças de Sararé? que me seguram de andarem alguns quilombolas.

Oito do presente foi expedir vinte homens a um quilombo que dista deste arraial 4 dias seguindo o que confessou ter visto um preto, que dele tinha desertado até o lugar de São Francisco donde foi fugado pelo capitão José Joaquim Teixeira e me remetido e como achei que já me tarda a escolta pela facilidade do caminho, como contava o mesmo preto, que serviu de guia penso que seguiria após como foi-me determinado caso de os não já char, pela desconfiança, sendo o número de 17 cativos entrando-se negras. João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg.

35- Registro do ofício de e de agosto ao capitão mor João José Guimarães Silva, 1820³⁴¹

Recebi seu ofício ou seja o que Vossa Mercê me diz a respeito das ditas diligências as que estão os donos dos escravos que se acham no quilombo, não sendo para mim estranho a falta de agradecimentos, os conhecimentos de que se lhe faz para os seus mesmos interesses no que tenho trabalhado desde que cheguei a essa cidade há pouco experimentei pelo ridículo donativo que fizeram para este estabelecimento do caminho do rio Grande de que ninguém se ache utilidade se não as mesmas seguintes, nada impede alminar minha mais esperada em caráter e por consequência como eles esqueceram desses e dos seus deveres e dos benefícios que recebem como presentemente se lhes vai fazer Vossa Mercê só lhes fará vir que serão obrigados a ? como naqueles que se julgar conveniente e de que deles resulta benefício podendo-lhe Vossa Mercê fazer isso mesmo público proporiam-lhe o que lhes são, tenho a dizer que já aqui fui avisado de que não contasse com a Bahia

³⁴¹ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Correspondências Oficiais – Governo: Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá – 1820 a 1822

pois que Vossa Mercê tinha tomado outras medidas que depois da minha saída serviria porém isto não foi cumprido na mais pequena parte da confiança que mereceu posto que esteja bastante castigado pela maior parte daqueles a quem tenho feito grandes benefícios, mais defeitos da natureza a sepultura a que as remetera e por consequência tarde terei em mandar. Mandam-se a dar a palavra em Vila Maria e tudo aquilo que julgar conveniente para fim de uma expedição tão importante. João Pereira não faltará mandar os bois: enquanto ao quartel nenhum mandado me dá, para conhecer a sua atividade devendo dizer lhe que já tem as mais alguns fundozinhos para continuação da obra.

Quartel general do Mato Grosso, 3 de agosto de 1820. Francisco de Paula ao Sr capitão mor João José Guimarães e Silva.

36- Ofício de Joaquim da Silva Prado ao presidente da Província de Mato Grosso Dr.

Estavão Ribeiro de Rezende. Quilombo; Pardo; Negra; Mulher, 1839³⁴²

Sobre um quilombo que se acha próximo à residência de Joaquim, 4 a 5 léguas.

Tenho a presente e respeitável peroria de VEa datada de 31 de maio sobre o quilombo que antigamente se acha na vizinhança da minha residência, e como Vexa exige informação minha, circunstanciamamente o que não poderei fazer com aquela exatidão que devia dar: contudo, o farei no modo possível sobre a situação e distancia dele julgo contando de 4 a 5 léguas deste engenho, segundo as fumaças dos fogos que tenho visto quanto ao tempo próprio para lá é verdade que em agosto, tempo das roçadas e por isso estarão, não só dispersos como desaparecidos, o trilhador que há é um Antonio (muito conhecido) muito bem e valoroso, acompanhado dos que já foram pegados desse mesmo quilombo para irem diretamente ao lugar, a poucos dias se pegou um escravo pardo de D. Aguêda que tendo com uma negra, atravessando a estrada, e diante do mesmo sítio 4 legoas da ponte direita para a esquerda a mudar-se para a beira do rio Manso abaixo e desse mesmo engenho jace da de D Agueda que vinham atrás outros do mesmo quilombo o mesmo destino e por diversas vezes, por não mostrarem rastros cujo engenho já esta entregue a sua e o negro se acha aqui por ela certificar me ser do Brandão a quem já dei parte e que teria o mesmo de 30 a 40 escravos no dito quilombo aonde tinham muitas plantações de milho, feijão e até aparelho de moer cana que lá tinham canavial e portanto

³⁴² Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) – Secretaria de Governo (cx 02). 1839 – Requerimento – Secretaria de Governo – Data: 21/06/1839 Santo Antonio de Buriti – Ref. Anterior: Cx 1839 B – 1 doc – Ref atual: cx s.+ -)

me penso muito conveniente que este escravo do D Agueda seja guia ainda mesmo independente do trilhador. É o quanto posso informar a VEX.

Comércio, contrabando e aparatos militares dos fortes na fronteira

Descrição: Os documentos a seguir registram informações sobre comércio e contrabando entre portugueses e espanhóis na fronteira oeste do Mato Grosso, nos séculos XVIII e XIX. Tratam ao mesmo tempo de como encontrava-se essa fronteira com relação a infraestrutura dos fortes militares portugueses.

37- Correspondência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, 1778³⁴³

Um tal ou qual comercio com os castelhanos de que algum em qualidade de contrabandista passaram a esta capital e ainda nela ficam: acho me dá alguma sorte duvidoso sobre o verdadeiro modo, com que será do Real Agrado que eu de presente faça tratar este negócio; isto é promovendo ainda, ou não ou suspendendo-o inteiramente: vistas as novas resoluções que sua Majestade foi servida tomar desaprovando o plano de comercio chamado Secretíssimo, cujo primeiro objeto fazia o sobredito contrabando; ainda que se acompanhava de algum artigo ou circunstâncias da mais difícil e mais dispendiosa execução.

Entretanto que me não chegam as Reais Ordens ou declarações de que agora suplico nesta instrutiva de 13 de agosto de 1771; pelo qual me ordena VEx em nome de Sua Majestade de favorecer sempre o dito Comercio clandestino; ainda que não supõe umas tão expressas, tão vivas.

Com particular idade me acho duvidoso sobre consentir ou não aos ditos Castelhanos a compra de alguns escravos novos em que muito estão neste país; negando-se a outro qualquer gênero de tráfico considerável, sem que se difira a esta sua pretensão disfarçando pelo menos algum pequeno número; não obstante a absoluta proibição a este respeito, que intimava o mencionado Plano: ou se prevalecem do exemplo da Colonia do Sacramento aonde sempre se dissimulou que os contrabandistas, juntamente com as mais mercadorias

³⁴³ PROJETO RESGATE-Arquivo Histórico Ultramarino/MT, 09/Jan/1778. Correspondência de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate/abreDocumento.jsp>. Acesso 02 dez. 2017.

e efeitos, comprassem também alguns escravos: Mas além disso acumulam muitas outras dificuldades em razão da excessiva carestia desta terra.

38- Correspondências Expedidas (Ofícios) do Governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 1800³⁴⁴

Para a confluência do Baures, no Guaporé, para a deste no Mamoré, para a deste último no Madeira. Sendo bastante motivo para tomarem esta resolução, os grandes domínios que resultariou-se esta capitania, e que fariam lançar mão das em último extremo, sem que seja preciso assinar uma utilidade devida e em mediada porque de ordinário no cálculo político das nações rivais, o interesse próprio e o alheio dano são quantidades homólogas.

E quais seriam as forças com que poderiam sustentar a sua oposição segundo uma relação que existe na secretaria deste governo, escrita por um clérigo espanhol que refugiou para esta capitania, as duas províncias de Moxos e de Chiquitos que confinam com a fronteira do Forte do Príncipe e com a de Vila Bela são povoadas por quarenta e dois mil índios. O bispado de Santa Cruz de la Sierra, cuja cidade tem uma diária e imediata comunicação com aquelas províncias passa de setenta mil habitantes de todos as espécies, a saber doze mil e novecentos nas paróquias e vice paróquias d'aquém da Cordilheira e cinquenta e oito a sessenta mil nas paróquias d'além da mesma que naquele lugar se atravessa em três dias de de áspero e trabalhoso caminho.

Não obstante as grandes embarcações que a V.EX tenho feito ações visíveis nos meus antecedentes ofícios bem pensava eu que ainda no presente ano daria princípio as explorações que V.Ex me insinua na sua carta de 4 de dezembro, e só esperava que desse princípio a partilha do Paraguai Diamantino porque a vizinhança daquele lugar ao Rio Arinos facilitaria muito as disposições precisas. Porém uma ordem que há poucos dias recebi do Erário Régio e que não ajusta bem com a que tinha recebido da Secretaria de Estado sobre ao assunto pondo-me em alguma dúvida acerca da referida partilha do Paraguai, veio transtornar as minhas medidas e se com a chegada do correio de sua cidade que desde março ainda se não recolheu, me não tirar da dúvida em que estou, só para o ano poderei entrar neste empenho que assim lhe devo chamar pelos desejos que tenho de haver conseguido.

³⁴⁴ Arquivo Público do Mato Grosso. Capitania de Mato Grosso, Secretaria de Governo, 1797-1801, Livro de Correspondências Expedidas (Ofícios), Gov de Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

A navegação do Tapajós e do Araguaia pode ser de grande interesse para toda esta capitania, se o Rio das Mortes, braço do último e se os rios Arinos e Turuena!, confluente do primeiro não tiverem cachoeiras muito trabalhosa e até esta navegação será mais breve do que a atual pelo rio Madeira de 200 a 300 léguas. O rio das Mortes corre a três para quatro dias de distância desta vila. O Arinos com um trajeto de terra de 12 léguas ou de 8 léguas desde o Rio Negro, braço do mesmo Arinos pode comunicar-se com o Rio Cuiabá donde este se costuma navegar.

De todas estas descobertas a que julgo se deve tentar em primeiro lugar é a do Arinos, principalmente, se vier a ter efeito a sobredita partilha do Paraguai. Acima destas minas e a riqueza que nelas se espera achar atrairá muita gente a tudo o que for necessário poderá ali ser conduzido em direitura dessa cidade. Cuiabá, 1800, Caetano Pinto.

39- Notícias do governo do Mato Grosso ao Conselho Ultramarino, 1801³⁴⁵

As notícias que a VE participei no meu ofício de n 16 em data de 17 de setembro do presente ano, bem depressa. No dia 16 do mesmo, pelas quatro horas da tarde se tinham apresentado diante do Presídio de Nova Coimbra quatro embarcações espanholas de dois a três mastros, como grande Sunacas, fazendo vivo fogo contra o mesmo Presídio por espaço de duas horas e como ocorra artilharia do calibre de 1 não lhes fazia dano nem embarço passaram para a parte de cima e a boca da noite fizeram na margem, ludibriando os índios Paiaguases que os acompanharam em trinta ou quarenta canoas, esta ação com grande algazarra. O tenente coronel engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra na mesma noite me fez este aviso que anteontem recebi, e presenciei que o Presídio de Miranda estivesse também atacado porque havia um mês que tinham mandado uma canoa ao dito Presídio a qual ainda não tinha voltado.

Se no referido Presídio de Coimbra houvesse artilharia competente que eu para tantas partes tenho pedido, não aconteceria por certo esta primeira infelicidade à qual os põem agora em figura de embarçar o socorro de gente e víveres para um e outro presídio de embarçar a navegação desta capitania para a de São Paulo, e outras consequências ainda maiores se o plano do Vice Rei de Buenos Aires que ? sobreditas as providências que confinam com esta capitania o de se darem as mãos o governador de Assunção e o governador de Chiquitos, em cuja providência tem sido também em preparativos.

³⁴⁵ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso, Correspondências, Fundo: Secretaria de Governo, Livro de Registros de correspondências expedidas. Governo da Capitania ao Conselho Ultramarino. 1º registro de 31-01-1801, último registro 15-08-1804.

Mandei para a Vila do Cuiabá prontamente mandei por algumas canoas a mandar em guerra Rio Cuiabá algo para evitar a fuga dos escravos e algumas hostilidades dos índios Paiaguases que ajudados de algumas espanhóis pretendam subir pelo mesmo Rio nas suas canoas pois que nas sobreditas embarcações de dois e três mastros não poderia entrar bem subir a grande distância. Mandei marchar para o regimento do Jaurú as duas Companhias da Cavalaria da Legião de Milícias daquela, e o comandante de Vila Maria do Paraguai, ordenei também mandasse postar algumas armadas no Escaldado, com o mesmo fim de evitar a fuga dos escravos e hostilidades dos Paiaguases. Ontem mesmo escrevi aos governadores do Goiás, São Paulo, Minas Gerais e ao Vice Reio do Rio de Janeiro para apressarem os socorros que lhes tinha pedido.

Hoje escrevo ao governador do Pará e tenho o desgosto de fazer a VE esta participação que bem quisera fosse antes de que os barcos espanhóis ficaram metidos a pique diante de Coimbra, se ali houvesse alguns artilheiros e artilharia de maior calibre.

Eu fico me aprontando com toda a pressa que se permitem armazéns e cofres reais pobres e a capitania de tão pequenos ?. mas apesar de todas estas desvantagens e da vantagem que conseguiram os espanhóis de passar de Coimbra para cima, desconfio no Auxílio Divino a favor da justiça da nossa causa, confio nos quatrocentos homens que estavam guarnecendo Coimbra, Miranda e Albuquerque e entrando neste número, 61 praças da expedição do Tenente Coronel da capitania de São Paulo, Candido de Almeida e Souza, confio na fidelidade destes calouros e em algum afeto que lhe tenho merecido, apertando ainda espero escrever a VE com mais alegria.

VE por todos os ofícios que tenho tido a honra dirigir-lhe, creio que estará persuadido destas verdades que a capitania de Mato Grosso está em circunstâncias muito diferentes das do ano de 1763 e 1765, e deveria estar aparelhada para se postar com as três embarcações espanholas, com quem confina, mas nem a única província de Moxos, porém atacada nos sobreditos anos que a sua guarnição por consequência é muito pequena e muito pouca a sua artilharia, como também todos os mais petrechos e munições de guerra, que não chegando as rendas reais para as despesas ordinárias, ela devia ser socorrida externamente para as extraordinárias que se tem feito ? para seis ? e muito mais o deve ser agora para as que crescem a guerra atual, que a fronteira do Paraguai é a mais arriscada e a que seria merecer. Se eu não tenho feito chegar as mesmas verdades. Vila Bela, 10 de outubro de 1801, Caetano Pinto a D Rodrigo de Souza Coutinho.

40- Carta de João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg ao Palácio do Rio de Janeiro, Marques de Aguiar, 1814³⁴⁶

Foram presentes a SAR o Príncipe Regente meu senhor os ofícios de VS, nos quais todos VS refere as notícias concernentes às províncias espanholas vizinhas e limítrofes dessa capitania ficando por eles SAR inteirado de todas as circunstâncias que ali tem ocorrido e igualmente da maneira porque VS dando execução às instruções e ordens régias que se lhe expediram, tem procurado e até do presente conseguido conservar a neutralidade relativamente aos partidos e dissensões intestinas que infelizmente existem nas colônias espanholas do sul da América.

SAR não pode deixar de reconhecer e aprovar em geral o zelo prudência e acento com que VS tem precedido para manter a boa harmonia com os espanhóis afim de não comprometer e de sustentar com decoro a segurança e tranquilidade dessa capitania que o mesmo augusto senhor houve por bem confiar-lhe.

Em alguns dos ditos ofícios trata VS extensamente do espanhol Dr. Estevão de Rosas, que se refugiou a essa capitania intitulando-se governador de Moxos, e a qual VS tomou a resolução de enviar acompanhado para esta corte aonde ele chegou haverá um mês.

SAR viu com atenção tudo o que ontem os documentos juntos aos ofícios de VS sobre a correspondência que houve com o novo governador de Moxos, Don Manoel Degadillo, e com o presidente de Charcas a respeito deste espanhol e dos efeitos que ele transportará para essa capitania na ocasião da sua fuga, assim como do socorro de gente que este anteriormente pedira ao comandante do Forte do Príncipe da Beira.

O mesmo senhor aprovou muito que se negasse este socorro cuja concessão necessariamente envolveria em si consequências mui sérias para essa capitania, e reconheceu que na entrega dos bens que o mesmo espanhol havia conduzido, e declarado que pertenciam à Real Fazenda, e, consequência da requisição do governador de Moxos, Don Manoel Delgadillo, teve VS em vista conservar por este meio a boa harmonia com aqueles que atualmente governam nas províncias do Paraguay, entretanto que declinou a requisição quanto à entrega do mesmo espanhol e daqueles efeitos que ele debaixo de juramento, declarou serem seus.

Este procedimento porém, assim mesmo prudente como foi, não deixaria de causar grandes embaraços, e VS mesmo assim o declara, se viesse a estabelecer-se ali o antigo

³⁴⁶ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Registro de cartas Régias e Provisões recebidas – Governo de João Carlos Augusto de D’ Oeynhausen e Graverberg – 1º Registro: 14/07/1806, Último registro: 27/10/1817

legítimo governo. Mas não foi necessário que se verificasse esta circunstância para que o ministro de Espanha residente nesta corte, Don João del Castillo y Carróz requeresse como requereu, poucos dias depois que o dito espanhol Don Estevão de Rosas aqui chegou, passaporte para ele poder voltar à província de Moxos e ordem para que nessa capitania se lhe entregassem todos os efeitos que ele para ali conduziria, alegando que uns pertenciam à Real Fazenda de SMC e outra parte deles ao mesmo Don Estevão, sendo a intenção do dito Ministro que este partisse daqui em companhia dos dois governadores de Chiquitos e Santa Cruz para as quais já obtivera os competentes passaportes, como eu participei a VS no meu ofício de 18 do mês próximo passado.

A esta primeira requisição mandou SAR responder que se demorará a expedição do requerido passaporte para Don Estevão de Rosas por isso que talvez ele ministro não estivesse ao feito de algumas particularidades de que fora acompanhada a sua fuga para o território português, as quais eles seriam constantes pelos extratos que uni a minha resposta de alguns dos citados ofícios e documentos por VS remetidos. Porém longe de desistir este anuário dadas a requisição à vista dos extratos, eles novamente e com mais força instou a este respeito, acrescentando que dado o caso de se ter efetuado a entrega dos insurgentes dos efeitos de que se trata, julgava do seu dever declarar que ficava responsável por eles a Real Fazenda SAR.

A vista pois de tudo isto não podia SAR ter fundamento suficiente para negar o passaporte e ordem requerida pelo ministro e portanto previno a VS assim da concessão de uma portaria para Don Estevão poder voltar por essa capitania à província de Moxos, levando consigo os dois índios que de lá trouxera como da necessidade que há de que VS procure satisfazer ali do modo que for possível a entrega daquilo que ainda possa existir pertencente ao dito espanhol. O ministro de Espanha asseverou, não sei com que fundamento, que já se achava restabelecida a boa ordem nas províncias do Paraguay, mas sendo assim, parece que nem o espanhol Don Estevão Rosas, nem os dois governadores de Santa Cruz e de Chiquitos podem ter plausível motivo para se demorarem nessa capitania. No caso porém que se demorem, esta SAR bem certo que VS com a sua costumada atividade não deixaria de fazer vigiar como convém a sua conduta.

Representando VS no seu citado ofício n^o 2, a situação em que essa capitania de falta de meios para a sua defesa e que já por muitas vezes tem feio constar a SAR como também a prolongada demora em chegar a essa capitania o seu sucessor, devo segurar a VS que a SAR tem dado as necessárias providências para que sejam remetidos para essa capitania todos os possíveis socorros, enviando-se na presente monção, tanto da de São Paulo,

como daqui, vários petrechos de guerra, achando-se já embarcados neste porto, os que se remetem do Arsenal Real do Exército, em uma embarcação da coroa que os deve conduzir até ao de Santos indo incumbido deles o tenente nomeado de pedestres que nesta ocasião com outros oficiais passam a servir nessa capitania.

Igualmente se remetem daqui a cargo do cirurgião mór nomeado para essa capitania os objetos de botica que se entendeu serviam ai necessários.

Quanto a remessa de sal que VS agora solicita e do que diz respeito ao estado atual das rondas dessa capitania, não deixará SAR de dar aquelas providências que forem possíveis. SAR está bem certo de que VS enquanto se demorar nessa capitania continuará a conservá-la no melhor pé de defesa, dando novas provas do zelo e distinção com que se emprega no Real Serviço, tendo ocorrido algumas circunstâncias para que até ao presente ainda se ache aqui o sucessor de VS no governo dessa capitania. 26 de abril de 1814, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg ao Palácio do Rio de Janeiro, Marques de Aguiar.

41- Registro do ofício de 28 de fevereiro ao tenente coronel Manoel Ribeiro Leite, 1820³⁴⁷

Tendo presente todo os seus ofícios que me dirigiu em data de 11 do corrente mês, como também os ofícios que me remeteu do tenente Luis Antonio de Souza, relações do Forte do Príncipe da Beira do que tomaram a desconto e do que pretendem para o fornecimento do dito Forte e mais dependências e anota que VM fez o ofício do comandante do dito Forte ao que vou responder a VM sobre os diferentes objetos de que eles tratam.

Primeiro pelo que pertencia ao que recebeu para os reais armazéns o comandante do Forte, devo dizer-lhe que tendo nas duas boticas, uma nesta e outra nessa cidade, também surtidas uma despesa inútil à Real Fazenda e por consequência abrir muito mal aquele comandante pois que para recebermos drogas uteis é preciso lançar fora as nossas porque senão tão em comum de força se hão de ? e por consequência enquanto tivermos nosso não devemos tomar o alheio e pelo que pertence no mais posto que me possessam excessivos alguns gêneros contudo não posso decidir pois como VM estão mais ao fato desse negócio poderá melhor entrar no conhecimento dele e enquanto a resolução que me remete do que precisar acho-as exorbitantíssima principalmente o artigo toucinho, sal,

³⁴⁷ Arquivo Público do Mato Grosso (APMT). Capitania de Mato Grosso – Correspondências – Fundo: Secretaria de Governo – Livro de Correspondências Oficiais – Governo: Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho e Junta Governativa Provisória de Cuiabá – 1820 a 1822

feijão e farinha, pois que vem as gastar mais em proporção que aqui se tem gasto com a legião e postos da fronteira para o que lhe fará vez pela despesa do ano passado que comendo? A legião um diário e se lhes até rancho com o ai lhes contará veio ? a Fazenda Real imenso, o que tudo faz uma boa economia, enquanto no cabo de esquadra que se acha encarregado da lavoura João Guilherme, VM observará da minha parte e sempre que lhe continue a dar provas do seu zelo e a autoridade serão na minha lembrança.

Pelo que pertence ao tenente Luis Antonio de Sousa, e a participação que me faz do novo caminho descoberto para a província de Moxos, não deixa de aproveitar aos de Santa Cruz pela necessidade em que se achavam de gados e pode ser que seja muito bom para ele, se os índios de Chiquitos não fizessem ver a minha fé com que eles a tratam e que um e outro possam tomar o mesmo partido que já tomavam os primeiros, não devendo por ora essa descoberta dar-nos grande em dado, devendo contudo ter se em vistas que com quanto mais ansiedade lhes nos tratem menos confiança nos devem merecer pelo que deverias estar sempre vigiantes.

Os presentes espanhóis são tão pequenos e saem tão caros devem fazer menção deles e por consequência sempre que as mandem os devem deixar parar livremente.

Pelo que pertence aos escravos que suponho os entregaram uma vez que confessam terem passado adiante então ou antes apesar de algum sacrifício deverá remeter o do provendam dizendo-se que havendo-se-me dado parte de lhe haver aparecido, eu ordenei se remetesse ao governador de Santa Cruz para o fazer entregar a seu dono.

VM poderá escrever a qual dos governadores sempre que o julgar conveniente, principalmente ao de Moxos, uma vez que confessa a antiga ansiedade que com lhe tem, e enquanto ao Anspessada Prado desejará venha com brevidade, pois desejo começar com ele e fico ciente do governador de Chiquitos haver remetido os dois povos que haviam faltado e deste modo tenho responsabilidade ao conteúdo dos ofícios.

Resta-me só dizer-lhe que com brevidade remeterei mais uns ladrões de gado que já se acham presos devendo-os enviar ao comandante do Forte do Príncipe que no fim deste ano poderá dar liberdade um camarada que para ali mandei por castigo por haver desamparado o seu patrão no sertão és por isso preso no Rio Grande.

Pelo tenente coronel ajudante de ordens de minha pessoa me foi comunicada a participação que lhe fez José Porfírio de Almeida sobre a licença que VM lhe havia concedido para passar com negócio às províncias de Espanha. Não obstante haver-lhe mandado dizer que se descontasse o dinheiro aqui recebido nos quartéis que dali me remetesse com tudo como eu devo receber como és ou não vencido no caso de remeter

algum quartel não faça desconto algum sem que eu fale com VM no fim se ajustaram as contas e devem por consequência vir sempre por inteiro.

Quartel general do Cuiabá, 28 de fevereiro de 1820. Francisco de Paula ao Sr Tenente coronel Manoel Rebello Leite.